

**FERNANDO SANTOS DA SILVA**

Organizador

# **INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA**

**ARTICULAÇÕES E INTERVENÇÕES  
EM CIÊNCIAS HUMANAS**

paruna



### **Conselho Editorial**

Elizabeth Madureira Siqueira – IHGMT

Renilson Rosa Ribeiro – UFMT

Nileide Souza Dourado – NDIHR/UFMT

Sérgio Henrique Puga da Silva – UFMT

Adrienne de Oliveira Firmo – USP

Adriana Gonçalves Pio – UNIVALE

Daniela Bitencourt Bueno – FMUSP

Madelene Marinho e Silva – UNESP

FERNANDO SANTOS DA SILVA

Organizador

# INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Articulações e intervenções em Ciências Humanas



São Paulo, SP  
2024

© Fernando Santos da Silva, 2024.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A Paruna segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária da UFSCar

---

S586 Silva, Fernando Santos da.  
Interdisciplinaridade na formação acadêmica – Articulações e  
intervenções em Ciências Humanas / Fernando Santos da Silva, Org.  
-- São Paulos: Paruna, 2024.  
370 f.  
ISBN: 978-65-85106-32-0

1. Educação – formação de professores. 2. Interdisciplinaridade. 3.  
Ciências humanas. I. Título.

CDD: 370.71

---

Revisão e Normalização Textual:

**Paruna Editorial**

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

**Candida Bitencourt Haesbaert – Paruna Editorial**



**Paruna Editorial**

Rua Lima Barreto, 29 – Vila Monumento

CEP: 01552-020 – São Paulo, SP

Fone: 11 97958-9312

[www.paruna.com.br](http://www.paruna.com.br)

# PREFÁCIO

A presente coletânea, idealizada e organizada pelo Professor Doutor Fernando Santos da Silva, reúne textos de diferentes profissionais do campo educacional. Silva é pesquisador com trajetória marcada por outros escritos, desde a sua graduação em História, como *Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na República Velha* (em fase de organização da segunda edição) e *Maria Antônia: um retrato além da moldura*, apresentando os resultados da sua pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, sob orientação do Prof. Dr. Marcel Mendes. Em 2022, Fernando conclui seu doutorado com a defesa de tese intitulada *Chácara Lane: as representações socioculturais de um patrimônio histórico da metrópole paulistana*, também sob orientação de Marcel Mendes.

Com experiência na Educação Básica e Superior, além da atuação como pesquisador do campo da História Cultural e Política brasileira, o organizador reuniu em torno de si um grupo de escritoras e escritores que compartilham da ideia de que a interdisciplinaridade é um conceito chave em Educação, pois, permite articular ideias e diálogos que levam a “reconhecer nossa interdependência”, como afirma Silva.

Tal interdependência é compreendida na obra sob o prisma da formação acadêmica e profissional do “professor-pesquisador” que Silva se tornou. Esse conceito chegou ao Brasil nos anos 1980-90 e convocava aqueles e aquelas a quem a sala de aula, além de lugar de trabalho, convertia-se, sobretudo, em lugar de formação.

Do mesmo modo a pesquisa acadêmica é presente e atuante nessa “forma-ção” de professor, instrumentalizando-o com metodologias e teorias que não viriam para a sala de aula se não pela via da investigação científica.

O resultado de todo esse processo formativo é a construção de saberes que se interligam de maneira completamente original e singular, enquanto os conceitos históricos articulam os aspectos coletivos de toda a vivência. Trata-se, portanto, de um processo histórico, político e democrático. Como bem nos ensinou Edward P. Thompson, os sujeitos históricos são ativos nos processos que vivenciam. Esse foi o caso da classe operária inglesa durante sua própria constituição nos séculos XVII e XVIII. Assim, a formação de um professor-pesquisador e, em especial, de um professor-historiador é um ato de “auto-constituição”, tanto individualmente quanto coletivamente.

É nessa perspectiva formativa que Fernando Santos da Silva organizou esse livro, homenageando aquelas e aqueles que contribuíram para a tecitura de sua ação docente e pesquisadora. Tal reconhecimento parece acentuar um momento na trajetória de Silva, tanto pessoal quanto profissional, e aponta para novas e amplas oportunidades de trajetórias que um jovem doutor (assim considerados em seus cinco primeiros anos de trabalho) tem diante de si: concursos, atuação em instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, pós-doutorado, entre outras.

Nos capítulos que seguem temos contato com profissionais e pensamentos que atuaram na formação do organizador da obra. Melhor exemplo não poderíamos ter de como, em educação, os saberes dialogam, permutam-se, transforma-se até a construção de uma subjetividade que, de algum modo, quanto mais se (re)conhece, mais reconhece os outros que o formam.

Em “*Toda jornada tem um início*”, Sandra Lia Spaletta Severino, que foi professora da 1ª e 4ª séries de Silva, explora minuciosamente, a partir de sua perspectiva, a função, a responsabilidade, os desafios e as alegrias/realizações do professor alfabetizador. Em um texto de aproximadamente três páginas, a autora discute como a função do professor alfabetizador é fundamental para o desenvolvimento das aprendizagens das crianças durante a formação. Ela enfatiza que essas experiências e trocas compartilhadas formam a base da educação, proporcionando acesso ao conhecimento, fomentando a descoberta, incentivando o questionamento, promovendo a socialização e estimulando o desvendamento do mundo, suas relações sociais e a própria cidadania. Portanto, ao abrir a coletânea, o texto de Sandra Severino nos aponta os caminhos percorridos por Silva em sua jornada profissional.

“*Articuladores Educacionais na Formação de Professores e na Docência: educação e cidadania subjugadas ao mercado*” é o título do texto crítico de Vanessa Zinderski Guirado, que se dedica a pensar as atuais políticas de formação de professores destacando as “imposições e cobranças relacionadas à formação de professores e à prática docente”. Estas são analisadas a partir de articuladores educacionais, tanto internacionais quanto nacionais, que operam na condução da educação nacional através da implementação da BNCC, por exemplo. Passando por uma ampla bibliografia que discute currículo, a autora nos convida a problematizar como a educação atual caminha, cada vez mais, para uma formação de professor voltada ao mercado neoliberal e seus valores questionáveis.

O texto: “*50 anos da Escola Senai Armando de Arruda Pereira: da Cerâmica à Robótica (1952 - 2002)*” é uma homenagem póstuma a José Odair da Silva, reeditada integralmente nessa coletânea. Nele, o autor traça uma linha do tempo detalhada sobre a criação, desenvolvimento e consolidação da unidade técnica do

Senai, em São Caetano do Sul. Inicialmente, na década de 1950, a unidade foi estabelecida para atender a indústria cerâmica da cidade, que na época abrigava cerca de 80 pequenas indústrias do setor. Com o passar do tempo e acompanhando as mudanças tecnológicas e industriais, a unidade constituiu um grupo de profissionais dedicados à implementação de novas tecnologias em automação e eletrônica. A crescente indústria automobilística no ABC demandava avanços tecnológicos para sustentar seu crescimento. Todo esse processo de modernização e busca por novas tecnologias justifica-se pela necessidade de robôs industriais para substituir humanos na execução de tarefas repetitivas, penosas ou perigosas. Desse modo, José Odair da Silva destaca a evolução da Escola Senai Armando de Arruda Pereira, evidenciando seu papel na adaptação e inovação tecnológica para atender às exigências da indústria ao longo de cinco décadas.

No trabalho intitulado *“Proposições e reflexões para o estudo histórico das associações e sindicatos dos trabalhadores em educação”*, Carlos Bauer analisa a formação e a disseminação do conhecimento historicamente construído pela humanidade através das maneiras pelas quais as relações de trabalho são estruturadas. Destaca os mecanismos ideológicos que devem ser revelados para que possamos ser bem-sucedidos nessa rigorosa jornada. Bauer instiga nossa reflexão acerca da importância dos fundamentos teóricos e metodológicos que podem favorecer a consolidação e o progresso crítico dos estudos sobre a história do associativismo e do sindicalismo dos profissionais da educação.

No texto intitulado *“Contribuições Inter e Multidisciplinares da ‘Engenharia Mackenzie’ para o Desenvolvimento de São Paulo (1900-2000)”*, Marcel Mendes explora a significativa influência da Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie no desenvolvimento de São Paulo. Fundada em 1896, essa instituição se destaca por ser a primeira escola de engenharia



não-pública do Brasil, desempenhando um papel crucial no processo de industrialização, urbanização e verticalização da cidade. Mendes sugere que a análise deste fenômeno deve considerar variáveis mais complexas do que as usualmente examinadas, enfatizando que a identidade do Mackenzie, suas origens, diretrizes e potencial de influência, distinguem-se dos modelos tradicionalmente estudados, marcando-se mais pela diferença do que pela conformidade.

No texto *“Artistas e Catadores/Catadoras: História Oral e Experiências com Resíduos Recicláveis”*, Alfredo Oscar Salum apresenta uma série de reflexões sobre as vivências profissionais de indivíduos envolvidos com a reciclagem, abrangendo, tanto o artesanato quanto a coleta de resíduos recicláveis, com um foco especial na cidade de São Paulo. O autor propõe uma análise crítica de duas atividades que, embora aparentemente desconectadas, convergem na utilização de subprodutos ou “lixo” para a geração de renda, destacando suas singularidades: os artistas e os catadores/catadoras. Salum busca, assim, provocar uma reflexão aprofundada sobre como esses dois grupos exploram os resíduos recicláveis de maneiras distintas, mas igualmente significativas, dentro do contexto econômico.

Em *“O Discurso do Rico e Suas Leis”*, Agenor Bevilacqua Sobrinho, inspirado pelas reflexões de Rousseau, examina como o ser humano renunciou à sua essência de liberdade para submeter-se à escravidão. O autor questiona como as disparidades sociais, econômicas e políticas nas sociedades capitalistas desvendam a lógica inerente de um sistema que perpetua desigualdades e injustiças. Bevilacqua Sobrinho convida-nos a contemplar como, inicialmente dominados pela força, os indivíduos, influenciados pela tradição e pelo hábito, passaram a aceitar passivamente aquilo que seus antepassados combatiam vigorosamente antes de serem subjugados.

Rosângela Patriota, em seu estudo “*Estratégias Interdisciplinares no Diálogo entre História e Teatro – A Perplexidade e a Derrota Frente ao Golpe de 1964 nas Peças 'Moço em Estado de Sítio' e 'Mão na Luva' de Oduvaldo Vianna Filho*”, explora o objeto artístico como um reservatório de possibilidades históricas. O trabalho convida os leitores a refletir sobre os desafios das práticas interdisciplinares nas pesquisas históricas, destacando o intercâmbio entre História e Teatro. Analisando especificamente duas obras de Oduvaldo Vianna Filho (1936-1974), *Moço em Estado de Sítio* (1965) e *Mão na Luva* (1966), Patriota busca demonstrar como os dilemas políticos do período imediatamente posterior ao golpe de 1964 permeiam a estrutura dramática, a evolução das personagens e a articulação dos conflitos nas peças. Este estudo sublinha a importância das obras de arte como documentos essenciais para o aprofundamento dos estudos e das interpretações sobre a História Contemporânea do Brasil.

Fernando Santos da Silva, em parceria com João Balogh Júnior e Romeu Lages Silva assinam o texto “*Dos Bastidores ao Poder: A Busca por um Governo Feito para Nós e por Nós*”. Nele os autores exploram o envolvimento dos cafeicultores paulistas nos movimentos abolicionistas e republicanos brasileiros, examinando esse período desde a fundação do Partido Republicano Paulista (PRP), em 1873, até o golpe militar de 15 de novembro de 1889, que resultou na Proclamação da República. O texto também investiga a luta da burguesia cafeeira paulista pelo domínio político no novo Estado republicano, seus embates e desacordos com a cúpula do Exército, e sua ascensão ao poder com a eleição de Prudente de Moraes para presidência, em 1894. A consolidação desse poder ocorre durante o governo de Campos Sales (1898-1902), marcado por importantes acordos com outras elites brasileiras, como a Política dos Governadores e a chamada Política do Café com Leite.

No texto “*Arqueologia de um saber: as fontes remotas (em nota autobiográfica) do livro 'O Voto e a Vida'*”, Murilo Leal Pereira Neto retoma o artigo inacabado de Leon Trotsky, “*Classe, Partido e Direção*”. Reflete sobre as possibilidades, limitações e impactos da democracia, do trabalhismo e do comunismo durante as eleições entre 1954 e 1962. O autor examina as articulações do voto operário e popular, destacando-o como uma expressão coletiva em vez de uma ação individualizada. Ao tentar decifrar os “três populismos” que surgiram nas eleições de 1954 e, principalmente, as circunstâncias específicas dentro do que denomina “complexo sociopolítico”, Pereira Neto analisa a intrincada rede de fatores que influenciam o que comumente chamamos de estilo político.

Em um ensaio que passa por uma conceitualização da Nova História Cultural e também uma análise da sociedade contemporânea à luz da Teoria Crítica Frankfurtiana, Fernando Santos da Silva e Norberto Stori assinam o título “Do questionamento ao desenvolvimento industrial: a procura por uma identificação cultural.” Destacam como os meios de comunicação frequentemente distorcem o significado da cultura, utilizando estratégias ambíguas que acabam transformando a sociedade em uma massa de manobra a serviço de interesses econômicos.

O artigo “*Ruas que evocam memórias: as representações socio-culturais da Estrada das Lágrimas e da Maria Antônia*”, de Fernando Santos da Silva e João Ricardo de Castro Caldeira, analisa as percepções desenvolvidas em torno das ruas como ambientes urbanos onde se estabelecem importantes relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Utilizando a teoria dos lugares de memória, do historiador francês Pierre Nora, os autores buscam na fronteira do abstrato e do imaginário compreender as vivências e experiências socioculturais ocorridas na Estrada das Lágrimas, caracterizada como um local de despedidas, e na Maria Antônia,

uma via marcada por embates e acontecimentos educacionais, políticos e culturais.

No artigo “*São Caetano do Sul: identidade e memórias*,” Cristina Toledo de Carvalho explora a construção histórica e identitária de São Caetano do Sul, problematizando um conjunto de referenciais como representações, narrativas memorialísticas e lugares. Delineados no contexto do movimento autonomista e dos primeiros anos da vida municipal, esses referenciais projetam um ideário de progresso e desenvolvimento que fundamenta a imagem de uma São Caetano vitoriosa e pujante, refletindo como o município se apresenta publicamente.

No artigo “*A (Difícil) Relação entre a Ciência, Preservação Ambiental e Poder Público no Brasil: As Origens da Estação Biológica do Alto da Serra (1907-1913)*,” Mauricio Tintori Piqueira examina a complexa relação entre ciência, preservação ambiental e o poder público no Brasil sob um viés histórico, através do processo político-burocrático que resultou na criação da Estação Biológica do Alto da Serra. Piqueira navega cuidadosamente pelo tenso jogo político que envolve objetivos preservacionistas e econômicos. Para isso, ele resgata o desenvolvimento econômico e os impactos da companhia ferroviária britânica São Paulo Railway na região da Mata Atlântica, entre fins do século XIX e o início do XX. Em um diálogo entre passado e presente, o artigo demonstra como esse processo foi caracterizado pela preocupação em preservar a natureza, não apenas em si, mas também em garantir o fornecimento sustentável de recursos naturais para a empresa.

Encerrando o volume, o artigo “*Explorando a Interdisciplinaridade da Sociologia: Uma Jornada pelo Conhecimento*”, de Douglas Alves Fidalgo, transita pelas fronteiras das Ciências Humanas, intercalando e explorando as contribuições da Sociologia com diversas áreas do conhecimento, tais como História, Ciências

Políticas, Psicologia, Economia, Geografia e Ciências Naturais, entre outras. O objetivo é demonstrar os benefícios da interdisciplinaridade e seus impactos na construção do conhecimento humano. Enfatizando que os desafios enfrentados pelo mundo contemporâneo são cada vez mais complexos e interconectados. Fidalgo convida a pensar de forma mais ampla, questionando pressupostos e analisando problemas, sob múltiplas perspectivas.

Assim como todos esses textos e seus autores e autoras contribuíram na jornada pessoal e profissional de Fernando Santos da Silva, desejamos que a leitura dessa coletânea contribua para uma formação mais crítica, científica e Humana, sobretudo.

Boa Leitura!

**Prof. Dr. Flávio Vilas-Bôas Trovão**

Universidade Federal de Rondonópolis (MT) – UFR

# Sumário

## **APRESENTAÇÃO:**

**ANAMNESES FORMATIVAS: UMA FORMA  
DE RECONHECER NOSSA INTERDEPENDÊNCIA.....**16

FERNANDO SANTOS DA SILVA

**TODA JORNADA TEM UM INÍCIO .....** 25

SANDRA LIA SPALETTA SEVERINO

## **ARTICULADORES EDUCACIONAIS NA FORMAÇÃO**

**DE PROFESSORES E NA DOCÊNCIA: EDUCAÇÃO E  
CIDADANIA SUBJUGADAS AO MERCADO.....** 29

VANESSA ZINDERSKI GUIRADO

## **50 ANOS DA ESCOLA SENAI ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA:**

**DA CERÂMICA À ROBÓTICA (1952 - 2002).....** 63

JOSÉ ODAIR DA SILVA

**PROPOSIÇÕES E REFLEXÕES PARA O ESTUDO  
HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS  
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO .....** 76

CARLOS BAUER

## **CONTRIBUIÇÕES INTER E MULTIDISCIPLINARES**

**DA “ENGENHARIA MACKENZIE” PARA O  
DESENVOLVIMENTO DE SÃO PAULO (1900-2000).....** 99

MARCEL MENDES

## **ARTISTAS E CATADORES/CATADORAS:**

**HISTÓRIA ORAL E EXPERIÊNCIAS COM RESÍDUOS RECICLÁVEIS.....**126

ALFREDO OSCAR SALUN

**O DISCURSO DO RICO E SUAS LEIS .....**150

AGENOR BEVILACQUA SOBRINHO

## **ESTRATÉGIAS INTERDISCIPLINARES NO DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA**

**E TEATRO: A PERPLEXIDADE E A DERROTA FRENTE AO GOLPE DE 1964  
NAS PEÇAS MOÇO EM ESTADO DE SÍTIO E MÃO NA LUYA DE  
ODUVALDO VIANNA FILHO .....**164

ROSANGELA PATRIOTA

**DOS BASTIDORES AO PODER:**

A BUSCA POR UM GOVERNO FEITO PARA NÓS E POR NÓS.....197

FERNANDO SANTOS DA SILVA, JOÃO BALOGH JÚNIOR, ROMEU LAGES SILVA

**ARQUEOLOGIA DE UM SABER:**

AS FONTES REMOTAS (EM NOTA AUTOBIOGRÁFICA)

DO LIVRO O VOTO E A VIDA.....225

MURILO LEAL PEREIRA NETO

**DO QUESTIONAMENTO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL:**

A PROCURA POR UMA IDENTIFICAÇÃO CULTURAL.....246

FERNANDO SANTOS DA SILVA, NORBERTO STORI

**RUAS QUE ‘EVOCAM’ LEMBRANÇAS:**

AS REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS

DA MARIA ANTÔNIA E DA ESTRADA DAS LÁGRIMAS.....258

FERNANDO SANTOS DA SILVA, JOÃO RICARDO DE CASTRO CALDEIRA

**SÃO CAETANO DO SUL: IDENTIDADE E MEMÓRIAS** .....278

CRISTINA TOLEDO DE CARVALHO

**A (DIFÍCIL) RELAÇÃO ENTRE A CIÊNCIA, PRESERVAÇÃO  
AMBIENTAL E PODER PÚBLICO NO BRASIL:**

AS ORIGENS DA ESTAÇÃO BIOLÓGICA DO ALTO DA SERRA (1907-1913).....304

MAURICIO TINTORI PIQUEIRA

**EXPLORANDO A INTERDISCIPLINARIDADE DA SOCIOLOGIA:**

UMA JORNADA PELO CONHECIMENTO ..... 339

DOUGLAS ALVES FIDALGO

**SOBRE OS AUTORES**.....365

## APRESENTAÇÃO

# ANAMNESES FORMATIVAS: UMA FORMA DE RECONHECER NOSSA INTERDEPENDÊNCIA<sup>1</sup>

**Fernando Santos da Silva**

Uma ação deixa um “rastro”, põe sua “marca” quando contribui para a emergência de tais configurações que se tornam os documentos da ação humana. [...] Não se poderia dizer que a história constitui por si mesma o dossiê da ação humana? A história é esta quase “coisa” em que a ação humana deixa um rastro, põe a sua marca.

Paul Ricoeur

Muitas vezes subestimamos a relevância e o alcance de nossas contribuições, o que frequentemente representa um recurso significativo para o desenvolvimento profissional e formativo de novas e enriquecedoras pesquisas acadêmicas, seja como docente ou como discente.

Nesse sentido, recordo-me do filme *Sociedade dos Poetas Mortos* (1989), em que professor John Keating, interpretado por Robin Williams (1951-2014), instiga seus alunos a questionarem as estruturas de um sistema de ensino engessado e atrelado ao

---

1 Subtítulo inspirado nas palavras “gratidão é uma forma de reconhecer a dependência humana”, de Priscila de Lima Alonso, quando de nossa convivência acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.



capital, encorajando-os ao questionamento, ao desenvolvimento do senso crítico, à ludicidade e, principalmente, ao fluir e fruir da nossa existência. Ao evidenciar tais perspectivas, encoraja-os a refletir acerca das normas, ideias e valores sociais da época, demonstrando a existência de inúmeros horizontes que podem ser trilhados e não apenas os impostos pela *Welton Academy*, tradicional escola preparatória, que era guiada por quatro grandes princípios: tradição, honra, disciplina e excelência.

Aliás, essa narrativa na qual a educação está voltada ao emprego, ao comércio e, principalmente a serviço do capital é bastante popular e, sobretudo, atual. Assim como no filme, a realidade comporta inúmeros professores que transcendem “a ideia corriqueira, contemporânea, de que” o professor “é um mero transmissor de conteúdos, crença que incorre em equívoco, de ser o professor aquele que tem como simples função treinar os jovens para inseri-los competitivos no mundo da academia e do trabalho” (ZENARO, 2015, p. 86).

Com o passar dos anos, na tentativa de constituir um sopro de vitalidade no debate<sup>2</sup> sobre os valores humanísticos mais basilares da Educação, considerando o cenário educacional brasileiro que se encontra “inserido num movimento constante entre o real e o virtual, mergulhado em um oceano de informações no qual enfrenta inúmeros desafios” e, acima de tudo, alicerçado em uma “crise de identidade, de posicionamento crítico social e de especificidade” (SILVA, 2023, p. 44), recordei com alegria e satisfação a oportunidade de ter tido, ao longo de minha jornada pessoal e acadêmica, inúmeros *Johns Keatings*.

---

2 Para mais informações, consultar (DES)HUMANIZAR A EDUCAÇÃO: trilhar “novos” ou “perpetuar” sombrios horizontes. In: Rosângela Patriota Ramos; Gerson Leite Moraes; Alcides Freire Ramos. (Org.). *Educação, Democracia & Direitos Humanos: pautas para a contemporaneidade*. 1ed. São Paulo: Edições Verona, 2023, p. 43-68.

Inspirado pela frase *carpe diem, quam minimum credula póstero*, do poeta italiano Quinto Horácio Flanco (65 a.C.-8 a.C.), mencionada no filme e, propenso a agradecer e ao mesmo tempo homenagear os *Johns Keatings* que compuseram os fragmentos da minha história (alguns ainda presentes em minha vida), concretizo a presente publicação. Além de homenagear aqueles que foram, são e muito provavelmente continuarão sendo referências, esta coletânea busca construir um espaço democrático de expressão e reflexão sobre os diversos caminhos para o estudo das Ciências Humanas e Educacionais no Brasil, que recentemente estiveram no “olho do furacão”, por meio de sua desvalorização, marcada por críticas infundadas e incredulidade. Dessa forma, pretende-se fomentar a compreensão e problematização das significações dos sujeitos históricos sobre o tecido da realidade social.

O atual panorama educacional no Brasil é bastante desalentador, isto é, “todos parecem conhecer os seus problemas, mas dificilmente há alguma proposição que seja capaz de promover um salto qualitativo nas ações desenvolvidas”, dando-nos a impressão de que “parece que todos já possuem uma opinião formada quanto ao que a educação deveria ser, o que poderia ensinar, o que seria importante saber” (GUIRADO; SILVA; MENDES, 2021, p. 61), evidenciando um percurso fatigante e hermético.

Ensinar, tarefa árdua se contrastarmos com a formação acadêmica de um(a) pesquisador(a), inserido(a) na moldura educacional brasileira, ou seja, um panorama de crise identitária, de ausência de posicionamento crítico social e de especificidade. No entanto, mesmo diante deste cenário, tal realização torna-se mais acessível quando encontramos profissionais, mestres, amigos etc., que estão dispostos, não só a serem meros reprodutores de ideias, conceitos e ideologias, mas sim, serem inspirações pessoais e profissionais, pois

A formação do pesquisador e seu estabelecimento no campo estão significativamente relacionados à trajetória que acompanha esse pesquisador desde sua inserção no campo acadêmico (até mesmo anteriormente), trajetória essa influenciada por processos de socialização e de identificação, em que o sujeito continuamente se constrói como pesquisador, modificando-se ao longo do tempo. Em sua interação com os outros [...], em seu processo de identificação ou não com esses outros, o pesquisador vai se constituindo (TEIXEIRA; ZANOTELI; CARRIERI, 2014, p. 155).

Tais referências, ao longo de nossa formação, tornam-se personagens importantes ao ponto de todas essas influências trabalharem com a mesma ideia do resgate de sentidos históricos e educacionais conferidos ao mundo, independentemente de suas investigações, explorações, análises e reflexões que articulam as diversas questões que envolvem as Ciências Humanas e a Educação, tal como, os desdobramentos resultantes e ainda em processo dessa condição.

Corroborando com essas perspectivas, ao apresentar as inquietações e a multiplicidade de caminhos e reflexões que estas contribuições podem oportunizar, tal propositura torna-se um desafio e, simultaneamente uma responsabilidade, visto que configura-se uma ação meritória e, acima de tudo, uma conexão de confiança e esperança ao apresentar as contribuições educacionais da interdisciplinaridade na formação acadêmica, suas articulações e interseções em Ciências Humanas, como também suas ramificações, que podem auxiliar o leitor na compreensão das engrenagens que sustentam os vínculos, dependências, comodismos, domínios e subordinações, que permeiam as inter-relações em sociedade, dos mecanismos de poder e de controle, desnudando a frivolidade que a aparência e a ilusão exprimem.

Nesse sentido, transitando na fronteira do conhecimento ao apresentar distintas problemáticas, ambiciona-se “retraçar uma postura e uma intenção partilhada de traduzir o mundo a partir” de novas perspectivas de abordagem historiográfica. Para tal, “é preciso descobrir os fios, tecer a trama geral deste modo de” estabelecer um diálogo interdisciplinar, prestando “atenção em elementos recorrentes e, talvez, revelar as diferenças” (PESAVENTO, 2014, p. 17) e convergências entre as áreas.

Sendo “necessário romper as fronteiras das disciplinas e estabelecer uma síntese entre elas, com pontos de convergência, tendo para isso um eixo condutor ou um elemento aglutinador” (ALONSO, 2019, p. 445). Isso significa cultivar o encantamento pela busca de novos saberes e descobertas.

Ao instituir os parâmetros que serão analisados, com a constituição desta obra, “embora fruto de pesquisa e redação individual, só é possível como resultante, ao mesmo tempo, de vários trabalhos e participações” (LEAL, 2003, p. 7), pretende-se dar voz aos sujeitos que estão em (re)processo de formação, em específico valorizando suas compreensões e concepções de mundo.

Sem desqualificar a importância do que já foi escrito, a obra torna-se basilar quando observamos atentamente a atual conjuntura do país, podendo ser inserida como referência para novas e promissoras pesquisas, ao descortinar em seus capítulos os elementos que operam (in)diretamente no entrecruzamento entre o discurso imaginário, pelo esquema produtivo da cultura educacional, assim como, pela hibridização estética no campo das Ciências Humanas.

À vista disso, é surpreendente a quantidade de vezes que buscamos palavras elaboradas e profundas para expressar gratidão. Se nos dias que sucedem nos faltam oportunidades de dizer o quanto alguém foi e é especial em nossa formação, talvez a compilação das reflexões que suscitaram e concepções que auxiliaram a conso-

lidação do professor, do pesquisador e, principalmente, do sujeito histórico, talvez a organização desta coletânea, seja o momento.

Entretanto, o valor desse reconhecimento não está apenas em uma única data, em um único instante, mas sim em cada gesto, em cada conselho, em cada palavra reconfortante e, sobretudo, em cada ensinamento que colaboraram em minha trajetória formativa. Assim sendo expresso minha gratidão:

À minha avó Maria Viera Santos (*in memoriam*) e à minha mãe, Cely Dalva Viera Santos, por me ensinarem a jamais desistir dos meus sonhos, tampouco abdicar da responsabilidade, do comprometimento, do caráter, do respeito e da fé. Meu muitíssimo obrigado por todo o amor, pelos esforços realizados e pelos valorosos exemplos de como me tornar um ser humano melhor.

À minha esposa, Ana Paula Soares Neri, que além de revigorar os princípios e valores citados anteriormente, teve que se aprimorar em paciência e compreensão, sendo obrigada, muitas vezes, a me dividir com a vida acadêmica e profissional. Meu eterno agradecimento pelo apoio incondicional, pelo aconchego, pelo suporte, pelas palavras de incentivo em todos os momentos, notadamente naqueles mais árduos. Obrigado por contribuir (*in*) diretamente para que eu pudesse ter um caminho mais agradável durante esses anos.

Aos meus professores: Adil Margarete Visentini Kitahara, Agenor Bevilacqua Sobrinho, Alfredo Oscar Salun, Ana Silvia Volpi Scott, Carlos Bauer de Souza, Elcie Aparecida Fortes Salzano Masini (*in memoriam*), Ingrid Hötte Ambrogi, João Clemente de Souza Neto, João Ricardo de Castro Caldeira; José Odair da Silva (*in memoriam*), Kátia Cristina Kenez, Luciane Pedro, Marcel Mendes, Maria da Graça Nicoletti Mizukami, Maria de Fátima Ramos de Andrade, Marili Moreira da Silva Vieira, Murilo Leal Pereira Neto, Nelson Valverde Dias, Ney de Souza, Norberto Stori,

Palmira Petratti Teixeira, Regina Lara Silveira Mello, Roberto Luiz dos Santos, Rosana Maria Pires Barbato Schwartz, Rosângela Patriota Ramos, Sandra Lia Spaletta Severino, Silvana Seabra Hooper entre outros, com quem tive a oportunidade de conviver e estabelecer significativas interlocuções que me conduziram a questionar, refletir, analisar e promover meu crescimento epistemológico, ao sinalizarem as fecundas contribuições das pesquisas e debates que expandiram meus horizontes e, especialmente, minha formação.

À Cecília Suzuki, Enio Staroski, James Antonio Roque, José Eduardo da Silva Conceição (*in memoriam*), José Eduardo Pires Mendonça, Kate Aparecida Oppi, Luiz Antunes Caetano (*in memoriam*), Marcelo Aparecido Tavares, Neide Daniel da Silva (*in memoriam*) e Valdemar Bruno Fritz com quem tive e, em alguns casos, ainda tenho a oportunidade de conviver e aprender. Muito obrigado pelo incentivo aos estudos, pelas trocas contínuas de experiências, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos repletos de imensuráveis descobertas.

De forma especial, agradeço a Eduardo Antonio Verdi, Giusepina D'Amico Lopes e Mário Cavalcanti Jakelaitis a oportunidade de debater dúvidas, por multiplicar meus conhecimentos ao compartilharem suas valiosas reflexões e vivências inspiradoras. O meu profundo agradecimento por serem exemplos de gestores, nos quais me inspiro cotidianamente.

Aos queridos amigos: Ana Maria Guimarães Rocha, Claudia de Pasquali, Cosme Freire Marins, Cristina Toledo de Carvalho, Dagmar de Jesus Mangini, Damião Leandro Dantas, Douglas Alves Fidalgo, Fábio Benedito Ferreira, Flávio Vilas-Boas Trovão, Francisco Gonçalves da Cunha Saes, Geraldo Nunes Viana, João Balogh Júnior, José Elivaldo de Carvalho, José Ferreira de Lima, José Manoel Lopes, José Roberto de Moura Espindola, Luiz Eduardo Pesce de Arruda, Márcio Alves de Matos, Marcos André dos

Prazeres Lima, Marcelo da Silva José, Maurício Tintori Piqueira, Nelson Albuquerque Júnior, Paulo Leonel Gomes Vergolino, Priscila Gomes Correa, Renato Antonioli, Ricardo Alves Moreira, Rodrigo Modesto Nascimento, Romeu Lages Silva, Simone dos Santos Uvire, Valéria Mormitto Nishio, Vanessa Zinderski Guirado e Wilson Luiz Pignata Júnior, por sintetizarem, em suas existências, o real significado da palavra “amizade”. Obrigado por todo o incentivo, pela compreensão, pelos aconselhamentos, pelas inúmeras trocas e profundas reflexões, pelas incontáveis e inesquecíveis experiências que já renderam muitas histórias e cenas hilárias, que nos trazem felicidade só de lembrar que um dia aconteceram. Grato por serem essas pessoas tão especiais com quem a vida me presenteou.

Por fim, porém, não menos importante, aos meus alunos da Educação Básica e do Ensino Superior, com quem tive e tenho a oportunidade de conviver e aprender. Obrigado por embarcarem comigo nessa corajosa jornada e perceber que o “conhecimento” se faz permanentemente.

Aos não citados aqui, deixo o meu pedido de desculpas. Ironicamente, a memória de um historiador também falha!!!

Para finalizar, recordei-me de uma célebre metáfora, cuja formulação em frase é normalmente atribuída a Isaac Newton: “*se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes*”. Assim, deixo meu eterno agradecimento aos “gigantes” que compuseram até aqui, a minha história.

## Referências

ALONSO, Priscila de Lima. Interdisciplinaridade e totalidade: da discussão técnica a sua aplicabilidade na Bauhaus. In: DAVINO, Glauca Eneida; MARTINS, Mirian Celeste; RAMOS, Rosangela Patriota. (Org.). **XXV Mostra da Pós-graduação UPM e USP: Convergências e transbordamentos interdisciplinares**. 1ª ed. São Paulo: Liber Ars, 2019, v. 1, p. 445-458.

BOTO, Carlota. Para além de Hannah Arendt, o diálogo de José Sérgio Fonseca de Carvalho. *Revista USP*, [S. l.], n. 114, p. 194-199, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142379>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GUIRADO, Vanessa. Zinderski; SILVA, Fernando Santos da; MENDES, Marcel. Educação Interdisciplinar: algumas reflexões sobre emancipação nos processos de formação de professores. *Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional*, v. 11, n. 1, p. 59-79, 2021. Disponível em: <https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/224>. Acesso em: 12 mar. 2024.

LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda*. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1953-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SILVA, Fernando Santos da. (DES)HUMANIZAR A EDUCAÇÃO: trilhar “novos” ou “perpetuar” sombrios horizontes. In: Rosângela Patriota Ramos; Gerson Leite Moraes; Alcides Freire Ramos. (Org.). *Educação, Democracia & Direitos Humanos: pautas para a contemporaneidade*. 1ed. São Paulo: Edições Verona, 2023, p. 43-68.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; ZANOTELI, Eduardo José; CARRIARI, Alexandre de Pádua. A Importância dos Clássicos na Formação do Pesquisador: o que nos diz os conceitos de socialização, identificação e campo intelectual como campo de poder. *Revista de Ciências da Administração*, 16(38), 154-171, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2014v16n38p154>. Acesso em: 05 fev. 2024.

ZENARO, Mariana Mattos. José Odair da Silva: inspiração no exercício de educar. *Raízes* (São Caetano do Sul), n.º 51, p. 86-90, 2015. Disponível em: <http://www.fpm.org.br/Publicacoes/PDF/68>. Acesso em: 20 fev. 2024.

### **Prof. Dr. Fernando Santos da Silva**

Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo – UPM/CNPq



# TODA JORNADA TEM UM INÍCIO

**Sandra Lia Spaletta Severino<sup>1</sup>**

“Quando o homem nasce, sua mente compara-se a um papel em branco, que vai sendo preenchida conforme suas experiências”

(John Locke)

Ser professora é uma dádiva e eu agradeço a Deus por essa oportunidade de aprender, ensinar e voltar a aprender constantemente. A postura investigativa e o pensamento crítico-reflexivo desenvolvidos ao longo dos anos de docência fazem com que eu conheça e reconheça as minhas potencialidades e os meus limites, o que faz com que eu mesma identifique que estou muito longe de ser comparada com os grandes educadores, mas, com toda certeza, aprendi muito com todos eles.

No decorrer de todo esse tempo de docência, percebi o quanto as ações desenvolvidas pelos professores são importantes e enriquecedoras para o desenvolvimento das aprendizagens vivenciadas por uma criança durante a sua formação, sendo que essas experiências e trocas compartilhadas são a base da educação, pois proporcionam, tanto o acesso ao conhecimento, a descoberta, o questionamento, quanto a socialização e o estímulo para desvendar o mundo, suas relações sociais e a própria cidadania.

---

1 Foi professora no ciclo básico (1ª e 4ª séries) do discente Fernando Santos da Silva, na Escola Estadual de Primeiro Grau “Oscar Thompson”, escola pública da Diretoria de Ensino – Região Centro Sul.

Quando os alunos passam por processos significativos de ensino-aprendizagem em sala de aula, isso possibilita o desenvolvimento de uma boa base, principalmente nos seus primeiros anos escolares, fazendo com que a dinâmica das ações didático-pedagógicas ofereçam menos dificuldades diante do desbravar do conhecimento, pois, mesmo num mundo onde a tecnologia está cada vez mais presente no dia a dia, as primeiras experiências do aprender ocorrem pela ação do professor conversando, instruindo e motivando constantemente as mentes sedentas por novas informações.

Em minha opinião, para uma criança, a alfabetização é uma das mais importantes e revolucionárias descobertas pelas quais ela pode passar porque é através desse processo que um novo mundo surge e é desbravado. Falando como professora, isso é profundamente gratificante pois, perceber toda a emoção e ver aqueles olhinhos brilharem a cada nova descoberta, como se fosse uma cortina se abrindo, faz com que todo o árduo trabalho docente valha a pena e isso é muito gratificante.

Afinal,

Para Piaget, o principal objetivo da educação é criar indivíduos que sejam capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir aquilo que outras gerações fizeram. Isto significa dizer que a educação não pode mais trabalhar para que os alunos apenas memorizem, mas principalmente para que estes alunos além de memorizar sejam autônomos para inventar, produzir e criar novos conhecimentos, que esses alunos não conheçam somente o produto do ensino, mas participem do processo de construção do produto (GOMES; GHEDIN, [s/d], p. 07).

Pensando sobre o papel social exercido pelo professor, é necessário considerar que o comprometimento desse profissional com a docência faz com que ele não se contente apenas em ensinar e fomentar a descoberta dos conhecimentos, mas o inspira a oferecer o seu melhor, criando atividades e condições que fazem com que os alunos se interessem cada vez mais pelos estudos. Nesse sentido, a formação familiar é muito importante para ensinar os conceitos básicos de educação não formal.

Assim sendo, o professor é um profissional que deve se manter constantemente estudando, buscando o conhecimento, atualizando-se quanto as inovações científicas e tecnológicas, para não ficar estagnado.

Ao longo da minha carreira docente, tive a oportunidade de contribuir com a minha experiência, com as minhas ações didático-pedagógicas e com o meu conhecimento adquirido, para ajudar na aprendizagem e descoberta de muitos alunos, identificando as suas dificuldades e limitações para juntos, conseguirmos superá-las.

Para mim, nunca importou a posição social dos alunos, todos eram iguais e não havia nenhum tipo de diferenciação, afinal, ser um bom professor não significa estar num patamar de superioridade em relação aos alunos e sim, chegar até eles, descobrir suas predisposições, expectativas, dificuldades, anseios, esperanças e medos. Afinal, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades ou sua construção”. (FREIRE, 2003, p. 47).

Contudo, não posso dizer que não existam momentos ao longo da carreira docente que nos deixe com um sentimento amargo de desânimo, mas, ao ver a alegria estampada em cada rostinho, ao constatar o desenvolvimento intelectual de cada aluno, é inegável que vivenciar tudo isso é muito gratificante.

Por esse motivo, nunca devemos desistir, temos que seguir fazendo o que amamos, buscando trabalhar com aquilo que nos completa e, independentemente de haver um reconhecimento por esse trabalho, precisamos continuar lutando pelos nossos ideais e por um futuro melhor.

Mesmo estando aposentada, continuo sendo professora e mantenho a esperança na educação com aulas particulares e de reforço escolar, pois nada me fez mais feliz do que conviver com os alunos, de fazer parte dessa troca de vivências, de experiências, de saberes, afinal, sempre aprendi muito no ambiente escolar e consegui ensinar, fazendo com que os meus conhecimentos seguissem adiante.

Nesse sentido, “o educador se eterniza em cada ser que educa”, assim, comprovando que “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob a pena de ser uma farsa”. (FREIRE, 2019, p. 127).

## Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, R.C. S; GHEDIN, E. *O Desenvolvimento Cognitivo na Visão de Jean Piaget e Suas Implicações a Educação Científica*. Universidade do Estado do Amazonas & Universidade do Estado de Roraima, [s/d].

# ARTICULADORES EDUCACIONAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E NA DOCÊNCIA: EDUCAÇÃO E CIDADANIA SUBJUGADAS AO MERCADO

**Vanessa Zinderski Guirado**

O presente texto é um estudo teórico que tem a intenção de refletir acerca das imposições e cobranças para a formação de professores e a atuação docente, considerando a progressiva e ininterrupta atuação de certos articuladores educacionais, nacionais e internacionais, que compactuam e expressam os posicionamentos do capitalismo globalizado e neoliberal, de forma a analisar aspectos específicos e relacionados com o engajamento exercido por essas instâncias, que são reproduzidos na forma como exercem a influência ideológica, política e econômica presente em seus discursos<sup>2</sup>, que acaba repercutindo no conjunto de instrumentos legais e diretrizes orientadas e estabelecidas por esses ato-

---

2 A utilização do termo "discurso" segue a compreensão estabelecida pela abordagem do ciclo de políticas (policy cycle approach), desenvolvida por Stephen Ball e colaboradores (Ball, Bowe e Gold, 1992; Ball e Bowe, 1992, 1998; Ball, 1994, 1998, 2001, 2004, 2018) e também da teoria da atuação política (policy enactment), elaborada por Ball, Maguire e Braun (2012, 2016), sendo que, Ball e seus colaboradores salientam que para proceder análises de políticas, a investigação deve recair sobre a formação do discurso da política e a interpretação no contexto da prática e atuação dos profissionais que desenvolvem essas políticas, o que abrange a identificação dos processos desenvolvidos, tais como acomodações, conformismos, resistências e os próprios alinhamentos e conflitos existentes nos discursos produzidos.

res para o campo educacional, assim, impactando nas ações desenvolvidas, nos currículos adotados, nas aprendizagens consideradas essenciais e, conseqüentemente, no trabalho desenvolvido nos ambientes escolares pelo professor, pela determinação de metas a serem alcançadas e pelo controle das atividades dos docentes ao longo do processo educacional.

Conseqüentemente, o objetivo geral da pesquisa é refletir sobre as políticas públicas educacionais brasileiras direcionadas para a formação de professores, tendo como ponto de partida para o desenvolvimento das análises, a investigação acerca das manifestações, influências e interferências exercidas pelos articuladores nacionais e internacionais, no âmbito das políticas públicas educacionais para a docência.

Nesse sentido, os objetivos específicos são: 1. identificar os principais conceitos que permeiam os documentos dos articuladores nacionais e internacionais selecionados para o desenvolvimento da pesquisa, de modo a estabelecer um ponto de vista sobre o que é educação, formação de professores e docência, com o propósito de compreender como ocorrem as manifestações e influências exercidas por essas instâncias, assim, estabelecendo discursos que são reproduzidos nas políticas públicas educacionais e de formação docente; 2. apresentar e discutir alguns aspectos que podem ser identificados como o resultado das influências e interferências que os articuladores nacionais e internacionais exercem sobre as políticas públicas educacionais, de formação de professores e docência.

Sem a pretensão de esgotar o debate, visto que as áreas de conhecimento relacionadas com a formação de professores, docência e políticas públicas educacionais apresentam diversas vertentes e perspectivas de análise, a investigação proposta pretende lançar algumas premissas capazes de estabelecer discussões

iniciais sobre as questões abordadas, que tenham a possibilidade de fomentar futuras reflexões, assim, contribuindo para lançar um pouco mais de luz sobre temas tão importantes da educação e também tão atuais, considerando as influências capitalistas neoliberais e globalizadas.

## **Articuladores Educacionais: manipulação e controle a serviço do capital**

Para os pesquisadores que investigam os discursos e as relações estabelecidas pelos articuladores educacionais não há nenhum tipo de dúvida que tanto a formação de professores, quanto a docência, são processos que exigem ações complexas, diversas e variadas, sendo que, exatamente em função disso, acabam enfrentando uma série de desafios que envolvem não apenas a articulação e desenvolvimento de políticas públicas educacionais, como a sua implementação e interpretação por parte dos atores envolvidos ao longo de todo o percurso educacional.

Por conseguinte, ao proceder uma análise acerca de tais questões, é imprescindível refletir sobre os atores envolvidos e os discursos por eles produzidos. Nesse sentido, quando a abordagem é direcionada para os articuladores educacionais selecionados, no âmbito internacional, destacam-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Banco Mundial (BM) e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo que, historicamente, essas três organizações, sistemática e invariavelmente revezaram a liderança, direcionamento e coordenação das discussões no campo educacional, produzindo uma expressiva quantidade de documentos destinados para o desenvolvimento de ações educativas, formação de professores e docência, incluindo um intenso e massivo trabalho de elaboração e disseminação de conceitos, diretrizes

e orientações, que continuam e progressivamente buscam destacar os impactos positivos que a educação e os processos de formação dos indivíduos produzem na economia.

No âmbito nacional, salienta-se a representação da Fundação Lemann (FL) e do Todos Pela Educação (TPE), sendo que, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional, observa-se o estabelecimento de uma interlocução contínua entre esses atores, bem como, entre os governos nacionais e a sociedade, visto que os seus discursos e ações são amplamente difundidos e articulados para consolidar a expressão capitalista e mercadológica na educação, de forma a definir tal perspectiva como hegemônica.

O direcionamento e alinhamento ao capital, proposto pelos articuladores educacionais, pode ser observado quando analisamos seus documentos, por exemplo, ao examinar a publicação comemorativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), intitulada “*De ideias a ações – 70 anos da UNESCO*”, é possível afirmar que, desde a década de 1960, “a educação passou a ser considerada um componente-chave de qualquer estratégia destinada ao desenvolvimento social e econômico de uma nação” (UNESCO, 2015, p. 59), sendo que, ao determinar que a educação é “um componente-chave” para o desenvolvimento de ações estratégicas de cunho socioeconômico, os organismos internacionais multilaterais (OIM) lançaram as bases para exercer e ampliar continuamente e de forma ininterrupta a sua influência e interferência sobre as questões educacionais ao redor do mundo.

Torna-se necessário ressaltar que a articulação das ações dessas organizações no campo educacional e a influência por elas exercida ocorre principalmente na forma de investimentos, realizados por meio de tratados firmados entre os OIM e os países custeados, para o fornecimento de financiamento para a educação,



sendo que a contrapartida para os financiados é a anuência e a adesão às condições, determinações e normativas estabelecidas pelos OIM, que devem ser cumpridas para a concessão do financiamento, de modo que, o cumprimento dessas regras condiciona a maneira como as políticas públicas educacionais são planejadas e desenvolvidas nos países financiados. Vale destacar que os OIM são os maiores financiadores mundiais de ações no campo educacional.

Segundo Sguissardi (2002), “[...] desde o ano de 1994 os serviços educacionais, em especial os do ensino superior, constam da agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC) como objeto de liberação comercial competitiva”, o que implica na mercantilização da formação superior e na comercialização de produtos educacionais direcionados para esse nível de ensino. Nesse sentido, Santos (2011) ao debater os aspectos da reforma educacional proposta pelo Banco Mundial destaca que:

São elas também as que estruturam o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) na área da educação actualmente em negociação na Organização Mundial de Comércio, de que farei menção adiante. A posição do Banco Mundial na área da educação é talvez das mais ideológicas que este tem assumido na última década (e não têm sido poucas) [...] A inculcação ideológica serve-se de análises sistematicamente enviesadas contra a educação pública para demonstrar que a educação é potencialmente uma mercadoria como qualquer outra e que a sua conversão em mercadoria educacional decorre da dupla constatação da superioridade do capitalismo, enquanto organizador de relações sociais, e da superioridade dos princípios da economia neoliberal para potenciar as potencialidades do

capitalismo através da privatização, desregulação, mercadorização e globalização. [...] Em consonância com isto, os países periféricos e semiperiféricos podem contar com a ajuda financeira do Banco dirigida prioritariamente para a promoção da educação superior privada, desde que reduzam o seu financiamento ao setor público e criem quadros legais que facilitem a expansão da educação superior privada enquanto complemento essencial da educação superior pública (SANTOS, 2011, p. 32 e 33).

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Libâneo (2016, 2018), Freitas (2012, 2014, 2018), Saviani (2005, 2007, 2012, 2013), Maués e Bastos (2016), Frigotto e Ciavatta (2006), Frigotto (2017), Leher, Vittoria e Motta (2017), Evangelista e Leher (2012), Maués (2003, 2011, 2019), Shiroma e Evangelista (2014, 2015), Motta e Andrade (2020), Sguissardi (2002, 2008, 2015) e Santos (2011), quando os OIM estabelecem discursos que visam a articulação, organização, sistematização, propagação e ampliação da internacionalização das políticas educacionais, é necessário considerar que todos esses processos acontecem em um contexto concebido e determinado pelas forças e relações estabelecidas pelo capitalismo neoliberal globalizado, de modo que as análises procedidas pelos autores demonstram que essa conjuntura está continuamente em movimento, o que implica em uma grande e variada alternância de atores vinculados ao capital e às demandas do mercado.

Ainda de acordo com os autores citados anteriormente, com os processos de reestruturação da educação, os articuladores nacionais e internacionais passaram a atuar mais intensamente na elaboração de documentos, o que inclui uma gama variada de orientações, normativas, diretrizes, resoluções, guias e recomendações sobre políticas públicas, quando a análise é direcionada

para o campo educacional, isso implica que os discursos produzidos estabelecem a maneira como as mudanças devem acontecer, incluindo estratégias, procedimentos, metodologias, metas e objetivos, assim, exercendo uma influência massiva no desenvolvimento das políticas educacionais, por meio da influência e interferência político-ideológica, asseguradas e estabelecidas pelos acordos firmados entre as partes.

Para Maués (2003, 2019), implementação e disseminação de propostas reformistas e suas diretrizes para a educação ao longo das últimas décadas, o que inclui orientações específicas para o ensino superior, a formação de professores e à docência, são o que a autora identifica como a expressão da reestruturação do capital, dentro de um contexto globalizado e neoliberal, de modo que, esses movimentos estão relacionados com as modificações ocorridas nos processos produtivos e também nas estruturas da sociedade contemporânea, conseqüentemente, exigindo a reestruturação dos processos e ambientes educacionais em virtude das perspectivas de valor agregado que a educação pode propiciar para a economia, logo:

As reformas educacionais, a partir do final da década de 1980, partiram dos mesmos princípios: as mudanças econômicas impostas pela globalização, exigindo maior eficiência e produtividade dos trabalhadores, a fim de que eles se adaptem mais facilmente às exigências do mercado. Essas reformas apresentam um objetivo político bem definido, que envolve a estrutura administrativa e pedagógica da escola, a formação de professores, os conteúdos a serem ensinados, os aportes teóricos a serem adotados, enfim tudo o que possa estar relacionado com o processo de ensino-aprendizagem. (MAUÉS, 2003, p. 94).

Ao analisar os documento dos OIM, pode-se constatar o estabelecimento de um vínculo direto entre educação e economia, porém, os discursos difundidos por essas instâncias ainda vão além, pois são articulados de uma forma que visam indicar que a intenção de todas as orientações, diretrizes e direcionamentos políticos propostos são feitos para defender e apoiar a educação, as ações educacionais, a formação de professores e o trabalho docente, contudo, ao aprofundar a reflexão expressa nessas publicações, constata-se que há uma narrativa muito bem estruturada que incentiva a super responsabilização dos ambientes escolares e dos profissionais da educação, em especial os professores, de modo que as sugestões apresentadas recomendam que uma série de ações formativas não escolares e um conjunto de atividades diversas sejam estabelecidas como responsabilidade da escola e dos docentes.

Ao articular um discurso que incentive as táticas de super responsabilização dos ambientes escolares e de seus profissionais, acabam gerando um grande acúmulo de funções e uma sobrecarga de atividades e obrigações para todo o sistema, uma vez que as ações formativas desenvolvidas passam a abranger questões relacionadas, também, com a educação não formal, até então realizada pelas famílias, logo, vão muito além do currículo necessário para uma educação escolar, sendo que, esse tipo de estratégia de super responsabilização e acúmulo de atribuições acaba sendo utilizada como recurso para atacar, principalmente, o sistema público de educação, bem como, depreciar a escola e o trabalho dos professores.

Tal postura advém da recusa de levar em conta restrições estruturais no processo educativo e da concepção depreciativa que o neoliberalismo tem do serviço público e do magistério, que se expressa no desejo de “tornar o professor (e a escola) o único responsável” pela aprendizagem e uma vez tendo identificado

“o responsável”, promover políticas de “responsabilização verticalizadas” como forma de pressioná-lo. (FREITAS, 2018, p. 37)

Uma análise mais atenta do discurso presente no documento dos OIM ainda revela que as recomendações propostas destacam a necessidade da criação de mecanismos de controle, ou seja, a orientação é que as ações formativas desenvolvidas nas escolas sejam monitoradas e controladas, inclusive com a utilização de sistemas avaliativos em larga escala, gerencialismo e performatividade, visto que, tais recomendações indicam que o formato adotado para administrar as ações formativas e o ambiente escolar estão diretamente vinculados com a mercantilização e mercadorização da educação que, por sua vez, são a expressão do capitalismo no campo educacional, pois, ao reestruturar continuamente os processos produtivos, simultaneamente, também promove a reorganização do papel do Estado, bem como, das instituições sociais e dos atores envolvidos.

Por conseguinte, no momento em que a lógica de mercado passa a ser estabelecida como válida na educação, uma série de ações basilares para o desenvolvimento dos processos educacionais passam a ser questionadas, como por exemplo, a autonomia docente, o incentivo ao aprimoramento de uma postura investigativa, o encorajamento ao pensamento crítico-reflexivo e a análise crítica e constante das ações formativas passam a ser desconsideradas e substituídas por competências e habilidades específicas e direcionadas para atividades produtivas, alinhadas às necessidades do mercado.

Dentro dessa perspectiva, a educação é direcionada para priorizar o desenvolvimento de requisitos técnico-científicos, o que transformaria, tanto os professores quanto os alunos em meros cumpridores de metas, executores de tarefas, preenchedores de relatórios, fazendo com que os conteúdos trabalhados não sejam

refletidos e aprendidos, mas sim decorados, de forma massificada, mecanizada e aligeirada, uma vez que a prioridade é desenvolver uma formação que atenda aos aspectos técnicos almejados no mercado de trabalho, o que significa criar condições para que o sistema capitalista tenha continuamente à disposição uma mão de obra minimamente qualificada e pronta para utilização imediata no mercado, logo:

[...] é possível afirmar que dentro dessa lógica perversa do capitalismo, os discursos promovidos pelos OIM e pelos articuladores nacionais servem para criar uma voz uníssona, mesmo diante de suas especificidades, de modo a convencer os oprimidos de que os seus opressores têm razão e que tudo que está sendo orientado é para o bem estar comum, assim, fazendo com que as sociedades globais sofram de uma Síndrome de Estocolmo generalizada, afinal, os reféns do capitalismo o defendem, mesmo quando são completamente desprovidos das condições mínimas de cidadania, de saúde, de habitação, de educação, enfim, indicando a falta de respeito e de reconhecimento de todas as parcelas da sociedade enquanto seres humanos, afinal, pela lógica do capital, apenas quem produz lucro pode ser considerado como um cidadão. (GUIRADO, 2022, p. 442).

Vale destacar ainda que o discurso promovido pelos OIM é articulado para, simultaneamente, reforçar a mensagem de que só é possível alcançar bons resultados educacionais, se houver uma educação de boa qualidade, salientando, também, a necessidade de formar bem os professores, uma vez que identificam e enfatizam que as ações educacionais são essenciais para viabilizar condições para o desenvolvimento econômico dos países, assim, gerando circunstâncias que favorecem a melhoria nas

condições de vida para a sociedade, possibilitando a geração de empregos, seguridade e igualdade social decorrente da conjuntura de boa qualidade da educação. Consequentemente, o discurso dos OIM reforça a ideia de super responsabilização da educação, dos ambientes educacionais e das ações docentes, já que todo o conjunto de melhorias socioeconômicas estão atreladas à questão educacional.

Dessa forma, pode-se afirmar que, ao proceder uma análise nos documentos dos OIM, fica evidente que o discurso difundido por essas organizações apresenta duas concepções contraditórias sobre a educação, afinal, ao mesmo tempo em que demonstram confiança na educação e nas ações educacionais como uma força motriz para alavancar mudanças socioeconômicas, também há a desconfiança, visto que estimulam a super responsabilização da escola e dos docentes e a desresponsabilização do Estado e dos atores envolvidos no desenvolvimento de políticas educacionais, onde o sucesso ou o fracasso da educação são apresentados como fatores decisivos para a prosperidade ou a ruína econômica e social, de modo que a questão educacional ainda é apontada como essencial para o estabelecimento de condições de igualdade, empregabilidade e demais aspectos sociais. Portanto, de acordo com o discurso dos OIM, o contexto presente em uma sociedade está subordinado a existência ou a inexistência de uma educação de boa qualidade.

Torna-se necessário destacar ainda que, da forma como o discurso dos OIM é articulado, ele deliberadamente serve para determinar os culpados em caso de fracasso escolar que, no caso, seriam o sistema escolar, a escola, os professores e as ações docentes, logo, há a intenção de reforçar a super responsabilização desses agentes ao longo do processo formativo. Contudo, uma análise mais detalhada demonstra que os OIM ignoram os demais fatores presentes no dia a dia das escolas e todas as interferências

externas que acabam provocando uma série de impactos e de circunstâncias variadas, presentes na sociedade em que a escola está inserida e que expressam aspectos sociais, políticos e econômicos, que devem ser considerados, pois acabam afetando nas decisões e nas tomadas de ação, ou seja, o discurso dos OIM está apartado da realidade das escolas, portanto, a mensagem que eles transmitem é alienada e parcial.

Ao analisar os documentos dos articuladores nacionais, constatou-se que eles estão alinhados com os discursos, práticas e posicionamentos difundidos pelos OIM, visto que a perspectiva empresarial de gerenciamento e performatividade, a mercantilização e mercadorização também estão presentes em suas orientações, explicitado pela introdução e uso de termos específicos do ambiente laboral no vocabulário educacional, pelo favorecimento e recomendação da flexibilização do ensino, pela indicação de sistemas avaliativos em larga escala, pela massificação e mecanização do ensino, pelo direcionamento formativo de competências e habilidades, pela contínua preocupação com as demandas do mercado de trabalho, buscando uma formação cada vez mais barata e lucrativa em relação aos custos educacionais, assim, gerando condições para que a educação seja continuamente reestruturada.

A partir do momento em que a lógica capitalista passa a ordenar as ações educacionais, a ponto de impulsionar a reorganização das atividades formativas segundo as necessidades do mercado, pode-se afirmar que a educação deixa de cumprir a sua função social, uma vez que passa a ser compreendida como um mercado em ampla expansão, o que implica que a formação das futuras gerações vai sendo alterada e transformada em uma mercadoria que pode ser comercializada e disponibilizada aos clientes que queiram comprá-la, porém, o mais importante é que tudo isso deve estar à disposição do capitalismo, contudo:



Ao eliminar direitos sociais, transformando-os em “serviços a serem adquiridos”, o neoliberalismo derubou a proteção social, que tornou o trabalhador mais exigente (e mais caro) frente ao empresário – exatamente por contar com proteção social do Estado (p. ex. saúde, educação, previdência, leis trabalhistas). Desprotegido, o trabalhador acaba por ser obrigado a aceitar as imposições do mercado. (FREITAS, 2018, p. 24).

Portanto, diante do cenário apresentado, fica evidente os motivos que orientam as diretrizes educacionais dos articuladores nacionais e internacionais e a indicação para que as ações formativas visem ao desenvolvimento da técnica e da prática, que sejam trabalhadas em um ambiente controlado e monitorado, assim permitindo a restrição e limitação do conhecimento, afinal, o que é interessante para ser ensinado é aquilo que é adequado para o ambiente laboral.

Essa visão tecnicista e pragmática da educação acaba fazendo com que a formação seja direcionada para um tipo de condicionamento que induza os indivíduos ao desenvolvimento de uma atitude conformada, submissa, flexível e dependente diante do sistema capitalista, o que acaba sendo muito conveniente, vantajoso e lucrativo para aqueles que detêm o poder político-econômico, uma vez que também são esses mesmos atores que financiam e apoiam os articuladores educacionais que, por sua vez, desenvolvem os discursos de controle dos conteúdos educacionais onde, ao serem implementados, facilitam a manipulação e sujeição dos indivíduos.

Quando a educação é direcionada pelo viés da lógica capitalista, uma série de desafios são impostos para todo o campo educacional, impactando, assim, nas ações diárias, tanto dos docentes, quanto dos discentes, em virtude da implantação de sistemas

de fiscalização e monitoramento que acabam restringindo e, em muitas situações, coibindo o desenvolvimento da autonomia, de uma postura investigativa e de condutas que priorizem o estabelecimento de análises crítico-reflexivas, que são aspectos educacionais imprescindíveis para fomentar a conscientização, a cidadania e o discernimento acerca das relações de poder e dominação presentes em nossa sociedade.

Saviani (2005, 2012) e Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) afirmam que, ao analisar as questões político-econômicas e a sua influência sobre a educação, é possível constatar que, historicamente, foram utilizados mecanismos de poder para impulsionar e implementar reformas no campo educacional, com o propósito de alterar os tipos, técnicas e características de como as ações educacionais estavam sendo desenvolvidas e avaliadas, com o objetivo de controlar os currículos escolares e, conseqüentemente, a formação oferecida nas escolas.

Considerando o contexto educacional brasileiro e as políticas públicas educacionais de formação de professores adotadas ao longo do século XX e início do XXI, Gatti, Barreto e André (2011) afirmam que, para compreender a disposição das ações direcionadas para a docência é necessário entender como elas foram intrinsecamente organizadas e articuladas dentro das políticas educacionais que as determinam, o que requer que se proceda, também, uma análise do contexto econômico, social, cultural e político do neoliberalismo globalizado em que essas políticas são estabelecidas, uma vez que tal compreensão é essencial para decifrar como ocorre a influência e os direcionamentos exercidos pelos articuladores educacionais nessa conjuntura.

Neste sentido, Saviani (2005) ressalta, ainda, que a relação entre capital e educação acaba sendo determinada pelas condições de operacionalidade do mercado capitalista que, ao fazê-lo,

define e delimita as regras educacionais que devem ser adotadas na questão formativa. Dessa forma, os aspectos econômicos passam a indicar o tipo e a quantidade do investimento em educação, o que implica na descaracterização dos aspectos formativos, uma vez que passam a ser entendidos como um bem de produção, que tem por finalidade a produtividade, de modo que a educação seja administrada com o mínimo de investimento e buscando o máximo de resultados.

Para tanto, não basta haver diretrizes e discursos, pois as ideias propostas devem ultrapassar o campo da narrativa, passando a ser articuladas no âmbito das políticas públicas educacionais, implicando na institucionalização, regulamentação e disposição para consolidar a visão político-ideológica dos grupos vinculados ao capitalismo neoliberal e globalizado de forma hegemônica, visando a determinar um padrão de educação para as futuras gerações de trabalhadores e adequando as demandas dos ambientes laborais, porém, sem considerar a função social da educação e o desenvolvimento da cidadania.

Ao analisar os Planos Nacionais de Educação, respectivamente, o PNE 2001-2010 e o PNE 2014-2024, é possível constatar que a estratégia para a melhoria da educação e da qualidade da formação docente estabelecida nos documentos é desenvolvida por meio de uma série de metas, que estão diretamente alinhadas com as orientações e diretrizes dos articuladores internacionais, que são replicadas pelos articuladores nacionais, implicando nos mesmos contrassensos e questões apontadas ao longo do texto, como a super responsabilização da escola e dos professores que, por sua vez, acabam determinando padrões de rendimento a ser alcançados pelas ações formativas, vinculados às estratégias de controle, monitoramento e avaliações em larga escala.

Quando a investigação é direcionada para os articuladores educacionais nacionais, o alinhamento com os OIM e o capitalismo

ficam evidentes, de modo que é possível identificar fundações, institutos e corporações que utilizam o seu poder econômico e político para estabelecer uma influência direta no campo educacional, tanto por meio da produção de documentos<sup>3</sup> e divulgação de discursos, quanto pela articulação, desenvolvimento, organização e implementação de estratégias e ações junto às instâncias governamentais, com o propósito de direcionar a tomada de decisão nas políticas públicas educacionais, de modo que os seus interesses sejam favorecidos e a sua visão ideológica seja hegemônica.

Vale destacar que esses articuladores nacionais destacam-se com a Fundação Lemann (FL) e o Todos Pela Educação (TPE), exatamente em virtude do alcance das ações desenvolvidas e do poder de influência estabelecido na articulação de políticas públicas educacionais, sendo que, representam e são assistidos e/ou financiados por certos grupos do empresariado brasileiro e a sua influência, no campo educacional, acontece por meio de uma articulação político-ideológica, pelo exercício de *Advocacy*<sup>4</sup> e o estabelecimento de uma agenda educacional, alicerçada em uma proposta societária.

As concepções formativas dos articuladores educacionais estão presentes, por exemplo, no documento intitulado *Visões e princípios*

---

3 Para o desenvolvimento desse artigo foram analisados os seguintes documentos do Todos Pela Educação: Relatórios de Atividades do TPE, referentes ao período de 2006 até 2022, disponíveis em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/transparencia/>; Educação Já! Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022. São Paulo: TPE, 2018. Disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/170.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/170.pdf); Foram analisados os seguintes documentos da Fundação Lemann: Relatórios Anuais, referentes ao período de 2003 até 2020, disponível em: <https://fundacaoolemann.org.br/>.

4 O termo *Advocacy* está [...] relacionado com a ideia de representação política, no sentido de fazer uma ação, de se colocar como um agente político de mudança, de realizar algo em prol de uma causa específica, ou seja, é fazer uma intervenção visando a defender os interesses próprios a respeito de uma questão, sendo que esse posicionamento ocorre exatamente no espaço político, por meio do uso de técnicas e dispositivos de *advocacy*, que são utilizados para sugerir, induzir, persuadir, interferir, controlar, propor, intervir na definição e organização da agenda educacional e na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais. (GUIRADO, 2022, p. 462).

do Movimento pela Base para o alinhamento das avaliações à BNCC e ao Novo Ensino Médio (sem data) e desenvolvido pelo Movimento pela Base Nacional Comum, onde pode ser constatado o comprometimento e o alinhamento do discurso nacional às diretrizes internacionais estabelecidas a partir da publicação *Declaração sobre Educação para Todos* (Dakar, 2000), da UNESCO. Depois de uma década, as premissas indicadas pela UNESCO foram reiteradas pelo Banco Mundial, na publicação *Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe* (BRUNS; LUQUE, 2014), sendo esses conceitos retomados mais uma vez, em um outro documento da Unesco, intitulado *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação* (Incheon, 2015) e também da OCDE, *Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficientes* (2006), onde ainda é definida a associação direta entre a formação de professores e as condições educacionais com os aspectos econômicos, em decorrência do desenvolvimento do capital humano.

O discurso apresentado nas publicações supracitadas enfatizam que o sucesso ou o fracasso na formação depende do trabalho desempenhado pelos docentes, o que significa dizer que, para os articuladores educacionais, o desempenho educacional baseia-se na super responsabilização dos professores, no controle de conteúdo, na utilização de sistemas avaliativos em larga escala, tanto para docentes, quanto para discentes, além de mecanismos de gratificação docente condicionados à constatação de resultados de desempenho discente, conforme expresso no fragmento abaixo:

As avaliações externas em larga escala (de nível nacional ou subnacional) permitem compor uma visão sistêmica do avanço educacional do país e das redes. Ao possibilitarem uma análise diagnóstica e também longitudinal, com a comparação dos resultados

ao longo dos anos, fornecem subsídios fundamentais para políticas públicas educacionais em todas as esferas de governo. (Visões e princípios do Movimento pela Base para o alinhamento das avaliações à BNCC e ao Novo Ensino Médio, sem data, p. 25).

Diante do contexto apresentado, o documento produzido pelo Movimento pela Base Nacional Comum não provoca nenhum tipo de surpresa ao afirmar que “as avaliações ganham destaque pois, ao mesmo tempo em que apoiam o trabalho pedagógico dos professores e das redes, são poderosos instrumentos de verificação e acompanhamento da qualidade da educação ofertada” (sem data, p. 3), em que é possível identificar um discurso dúbio que, simultaneamente, atesta “apoiar” o trabalho docente, contudo, reforça o destaque das avaliações como instrumento de verificação dos conteúdos ensinados, ou seja, a finalidade das ações educacionais está no resultado obtido e não no processo de ensino aprendizagem, nas oportunidades de interação, no desenvolvimento de propostas investigativas, no incentivo ao questionamento, na intencionalidade docente em promover o explorar dos conteúdos trabalhados e na aquisição do conhecimento e de experiências pertinentes.

Ao analisar especificamente o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC), pode-se identificar que suas ações são financiadas pela Fundação Lemann e pelo Itaú Educação e Trabalho. Destaca-se que o MBNC ainda conta com o apoio do Todos Pela Educação, da Fundação Roberto Marinho e do Instituto Ayrton Senna, sendo que, a investigação dessas instituições revela que todas estão diretamente relacionadas com grupos empresariais, de modo que defendem uma educação reducionista e direcionada para atender ao mercado de trabalho, dentro de um projeto societário.

Afinal, como bem observado por Freitas (2014, p. 1089):

[...] Ao longo de décadas o empresariado conviveu muito bem com o analfabetismo e com a baixa qualidade da educação, até que a complexificação das redes produtivas e do próprio consumo demandou mais conhecimento e a mão de obra barata ficou mais difícil de ser encontrada, derrubando as taxas de acumulação de riqueza. A questão com a qual o capital passou a se defrontar foi: como liberar um pouco mais de conhecimento para as camadas populares sem abrir mão do controle ideológico da escola, sem correr o risco de eventualmente abrir espaço para as teorias pedagógicas mais progressistas, comprometidas com as transformações da escola para além da versão tecnicista e escolanova. Como, em um quadro de escassez de mão de obra barata, incorporar cada vez mais as camadas populares na escola básica, submetendo-a à preparação para o mercado de trabalho? É esta contradição entre ter que qualificar um pouco mais e ao mesmo tempo manter o controle ideológico da escola, diferenciando desempenhos mas garantindo acesso ao conhecimento básico para a formação do trabalhador hoje esperado na porta das empresas, que move os reformadores a disputarem a agenda da educação, responsabilizando a escola pela falta de equidade no acesso ao conhecimento básico, ou seja, responsabilizando a escola por não garantir o domínio de uma base nacional e comum a todos.

O cenário destacado por Freitas (2014) pode ser observado no desenvolvimento das ações do Movimento pela Base Nacional Comum, que exerce o seu poder de influência para articular e estabelecer o seu projeto político e societário. Isso fica evidente

quando a investigação é direcionada para a elaboração e implementação das versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que o conceito de educação e as perspectivas educacionais apresentadas são expressões das propostas dos articuladores nacionais, em especial aquelas defendidas pelo TPE, Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna, em seus discursos, documentos e publicações.

Nesse sentido, torna-se imprescindível salientar que essas instituições ainda produzem e veiculam uma série de materiais específicos e relacionados com as questões educacionais, que incluem planos de aula, que supostamente são disponibilizados para ajudar os professores, mas que apresentam um condicionamento para o desenvolvimento das ações docentes, sendo que também possuem guias e trilhas educacionais, onde apresentam a mesma finalidade de direcionar e controlar os conteúdos a ser trabalhados nos ambientes escolares. Além dos produtos citados, essas instituições ainda contam com uma grande diversidade de materiais produzidos e direcionados para professores, gestores educacionais do setor público e apoiadores sociais, que englobam até cursos que se dizem preparatórios e pesquisas de desempenho na educação. Portanto, o que pode ser observado na proposta dos articuladores nacionais é que existe uma articulação que visa estabelecer uma governança no campo educacional, onde:

[...] é preciso haver a concessão da autoridade de regulamentação, normatização e sistematização do poder estatal, para outros atores, que passam a exercer a governança educacional [...]. Um exemplo dessa ação é a articulação promovida pelo Movimento Todos pela Educação, que fundamentou o PDE e levou à criação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007. (GUIRADO, 2022, p. 460).



O grande destaque das ações dos articulados nacionais nas políticas públicas educacionais pode ser observada na BNCC, pois, ao analisar as versões da Base Nacional Comum Curricular, é possível identificar a influência e a manifestação do discurso educacional desses articuladores, que tem como objetivo a reorganização das propostas curriculares didático-pedagógicas, nos âmbitos municipais, estaduais e federais, implicando em uma reestruturação que envolve todas as instâncias governamentais, assim, justificando o intenso engajamento do TPE e de seus parceiros na concepção, elaboração e implementação da BNCC, sendo que o poder de influência exercido ainda foi reforçado com a promulgação da Portaria MEC n.º 331, de 5 de abril de 2018, que instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), que é um plano de ação para apoiar o desenvolvimento e implementação da BNCC, por meio do estabelecimento de diretrizes, parâmetros e critérios a ser seguidos para a execução e efetivação da Base Nacional Comum Curricular nos ambientes educacionais.

Assim como ocorre na BNCC, o ProBNCC estabelece um passo a passo para cada ação a ser desenvolvida, em cada etapa do processo, em uma nítida postura que visa a demonstrar quem está no controle da educação e quem deve obedecer aquilo que está sendo determinado, destacando ainda que as instruções apresentadas no documento apresentam uma série de propostas para exercer o monitoramento, à medida em que a implementação avança. (GUIRADO, 2022, p. 404).

Segundo Evangelista e Leher (2012), o discurso dos articuladores nacionais foi construído e está embasado nos resultados a ser alcançados, o que implica em direcionar os objetivos educacionais em função das avaliações e métricas, consequentemente, os conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento dos processos de aprendizagem são desconsiderados.

Nesse aspecto, Evangelista e Leher (2012, p. 12) salientam ainda que, ao colocar a ênfase nos sistemas avaliativos, os articuladores nacionais não estão visando a promover a melhoria da educação, dos índices de aprendizagem ou da formação de professores, afinal, quando o direcionamento das ações formativas busca alcançar resultados, em detrimento dos processos de aquisição do conhecimento, isso significa que tais ações estão sendo realizadas com o propósito de impulsionar um discurso que reforce a ideia “de que a educação pública é de má qualidade exatamente porque os professores não se responsabilizam pelos resultados de seu trabalho”, logo, os articulares nacionais destacam um entre os diversos aspectos do complexo contexto escolar, com a finalidade de manipular a informação veiculada e, simultaneamente, enquanto exacerbam as capacidades administrativas da esfera privada, atacam e desqualificam toda a gestão pública, os ambientes escolares, os professores e os próprios processos de aprendizagem, uma vez que consideram as instâncias governamentais incapazes de administrar os bens públicos.

Os autores destacam, também, que todo esse discurso serve para respaldar o estabelecimento de um neogerencialismo no campo educacional, que significa instituir a “intervenção de grupos privados nos sistemas públicos de ensino, supostamente portadores da varinha de condão cujo toque conduzirá a educação à “boa qualidade”, afinal, os empresários sabem buscar resultados!”, sendo que os maiores beneficiários do neogerencialismo são os próprios empresários, já que as ações são desenvolvidas para garantir uma nova sociabilidade, segundo a perspectiva educacional do empresariado, baseada no controle de conteúdos para formar as futuras gerações de trabalhadores. (EVANGELISTA; LEHER, 2012, p. 12).

Para Motta e Andrade (2020), no momento em que a educação passa a ser compreendida dentro da lógica empresarial, isso

contribui para a ampliação tanto da mercantilização, quanto da mercadorização da educação, sendo que a primeira corresponde a intensa criação de produtos educacionais, de modo a implementar a massificação do ensino, fazendo com que aprendizagens específicas sejam comercializadas como mercadorias, transformando os discentes em um público consumidor desses artigos formativos; a segunda está relacionada com a existência da comercialização de produtos relacionados à educação, onde essas mercadorias são apresentadas como se fossem originais, revolucionárias e inovadoras, assim, criando ainda um ambiente favorável para o desenvolvimento, tanto de novos mercados, quanto de serviços, o que inclui sistemas apostilados, consultoria educacional, entre outros.

Ao comentar sobre as atuações dos articuladores educacionais, Ball (2018, p. 12) afirma que “essas empresas e seus representantes estão desempenhando seu papel na *destatalização* e mercantilização ‘proposital’ da educação” e que os discursos e ações estabelecidas no campo educacional são desenvolvidas na intenção de criar as condições favoráveis para “uma forma de atrito econômico, convertendo o público em bens privados, trazendo novas práticas, valores e sensibilidades”, sendo que, o comportamento desses atores é excessivamente intenso e agressivo, porque o objetivo desses atores é propiciar mecanismos para legitimar e, assim, instituir o projeto societário privatista como o mais adequado e competente para propor soluções e obter resultados para os problemas sociais, reforçando, assim um discurso que desconsidera as complexidades e toda a diversidade das questões sociais, mas que continua proclamando o setor privado como um exemplo de assertividade, competência e eficiência, enquanto enfatiza os problemas e dificuldades enfrentados pela gestão pública.

Ball (2018) ainda ressalta que, continuamente, estão surgindo novos e diversificados articuladores educacionais que pretendem exercer a sua influência e poder no estabelecimento das agendas

educacionais, praticando o engajamento no desenvolvimento de propostas reformistas no campo educacional e, paralelamente, produzindo e disseminando discursos em apoio a reestruturação capitalista, sendo que, tais ações visam a resguardar e favorecer os seus próprios interesses. O autor salienta que, além das características que definem as ações e os discursos executados e disseminados nos espaços políticos, simultaneamente, a articulação desses atores faz com que aconteça, também, uma reorganização das estruturas administrativas e institucionais das instâncias governamentais, o que implica na remodelação e transformação do papel historicamente desempenhado pelo Estado.

Nessa perspectiva, Ball (2014, p. 222) ainda evidencia que toda essa sequência de ações vai se desenrolando através de negociações, tratados e acordos firmados entre o setor público e o privado, como ocorre no caso das parcerias público-privadas (PPP), por exemplo, na terceirização de serviços públicos, nas concessões para o fornecimento de serviços em aeroportos, rodovias e setores petrolíferos e de gás. Ao instituir uma PPP, o Estado transfere as obrigações estabelecidas legalmente entre as partes “para organizações com fins lucrativos que trazem suas habilidades, seus discursos e suas sensibilidades para o campo da política, por uma taxa honorária ou por um contrato com o Estado”, por conseguinte, ao firmar tais parcerias, ocorre a reestruturação dos deveres, obrigações e responsabilidades do setor público, fazendo com que as instâncias governamentais sejam desoneradas desses compromissos, assim, o Estado passa a exercer o papel de mediador e/ou regulador das oportunidades de negócios no âmbito dos serviços públicos oferecidos para a sociedade.

No contexto estudado e apresentado por Ball (2004, 2010, 2012, 2014, 2018), ainda é possível identificar o desenvolvimento das condições apropriadas para a constituição de redes de políticas, que são compostas por organizações, fundações e institutos

alinhados com a lógica capitalista e vinculados aos diversos setores do capital, sendo que o propósito dessas redes é promover a articulação político-ideológica e interceder a favor dos interesses político-econômicos desses grupos.

Nesse sentido, Shiroma e Evangelista (2014, 2015) e Shiroma (2020) afirmam que as redes de políticas exercem o seu poder político-econômico em diversas frentes de atuação, o que implica no desenvolvimento de um conjunto variado de ações, com o propósito de viabilizar propostas, transmitir, disseminar e consolidar seus discursos, legitimar, resguardar e ampliar a representação dos posicionamentos adotados pelos grupos de interesse que compõem as redes, conseqüentemente, pode-se afirmar que o campo educacional é uma arena em que, continuamente, está sendo travada uma batalha social, política, econômica, ideológica, societária e também educacional.

## As conclusões das inconclusões

Considerando todas as análises e apontamentos apresentados pelos autores selecionados ao longo da interlocução estabelecida, seguem algumas considerações para fomentar futuras reflexões sobre os temas abordados e, quem sabe, incentivar pesquisas que desvendem as inconclusões abordadas nessas breves, mas provocativas, conclusões.

Pode-se afirmar que a concepção educacional defendida pelos articuladores nacionais e internacionais tem o propósito de estabelecer uma formação direcionada para aprendizagens centradas na aquisição de competências e habilidades, consideradas úteis para os ambientes laborais. Vale destacar que, as pesquisas revelam que, desde o ensino fundamental, os projetos e reformas educacionais apresentados por essas instâncias argumentam em favor do estabelecimento de um treinamento capaz de preparar minimamente uma mão de obra qualificada para a inclusão

imediate no mercado de trabalho, logo, há uma modificação nos propósitos e objetivos traçados para as ações educacionais, que passam a ser compreendidas em função das possibilidades e do fator de competitividade econômica do país, por consequente, isso implica na modificação da função social da educação, uma vez que, continuamente, a formação do cidadão vai perdendo espaço para o preparo do trabalhador, sendo que, uma educação inclusiva pensa tanto na cidadania, quanto nos diversos papéis sociais assumidos por cada um na sociedade.

Consequentemente, as políticas públicas para a formação de professores e a docência também passam a ser direcionadas segundo a lógica capitalista, o que faz com que os processos formativos sejam analisados por meio de questões quantitativas, com o intuito de fazer prevalecer o desenvolvimento de práticas que buscam a eficiência, a eficácia e a produtividade, visto que tais parâmetros são provenientes dos ambientes laborais. Logo, essa maneira de gerir a educação deve ser ensinada e aprendida pelos futuros professores, bem como, deve ser cobrada e comprovada pelos docentes como uma forma de garantir os seus empregos, uma vez que, está ocorrendo, continuamente, o desenvolvimento de ações que possuem a intenção de verificar os conteúdos ensinados e a aprendizagem adquirida pelos alunos, por meio de avaliações em larga escala, uso de sistemas apostilados e controle de conteúdo, além da criação de recompensas pela comprovação de desempenho da escola e dos professores.

Contudo, salienta-se que a perspectiva educacional e as ações formativas orientadas pelos articuladores nacionais e internacionais desconsideram a complexidade e as especificidades dos ambientes escolares, como também desprezam a diversidade presente na sociedade e seguem ignorando a função social da educação, ao não reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido e a construção de conhecimento realizada pelos docentes em sala de aula.

Esse desrespeito também fica evidente quando os articuladores educacionais não reconhecem todas as vivências e experiências de interação ocorridas entre as partes envolvidas nos processos de ensino-aprendizagem. O mesmo ocorre quando subestimam as propostas de investigação feitas pelo professor e desenvolvidas pelos alunos, afinal, há a necessidade de se perguntar que formação é essa que os OIM e as instâncias nacionais de articulação pretendem, se as suas diretrizes parecem não se interessar nem pelo desenvolvimento do raciocínio crítico-reflexivo e nem pela autonomia discente, o que só reforça a constatação que, ao estabelecer a lógica mercadológica na educação, os aspectos relevantes são os custos, o controle e a limitação do conteúdo.

Diante desse cenário, é possível afirmar que os discursos, orientações, diretrizes e ações promovidas e replicadas pelos articuladores nacionais e internacionais são a representação e expressam a defesa, conservação e ampliação de um mundo circunscrito, limitado e dividido entre aqueles que detém o poder político-econômico e os que devem se submeter e obedecer cegamente a ordenação estabelecida para eles, com o propósito de manter o sistema vigente.

Assim sendo, deve-se considerar ainda que, ao mesmo tempo que os articuladores educacionais se organizam para promover um controle total da educação, incluindo, tanto o desenvolvimento das ações, como também dos conteúdos e da formação e trabalho docente, continuam difundindo e propagando discursos em que afirmam estar trabalhando em defesa do futuro das próximas gerações, contudo, o que eles estão fazendo de fato são escolhas, que visam direcionar e manter a subjugação de muitos, enquanto seguem defendendo os ideais de quem detém o poder, pois:

[...] ontem, hoje e amanhã, ali ou em qualquer parte, estas forças destorcem sempre a realidade e insistem

em aparecer como defensoras do Homem, de sua dignidade, de sua liberdade, apontando os esforços de verdadeira libertação como “perigosa subversão”, como “massificação”, como “lavagem cerebral” [...] Na verdade, elas é que massificam, na medida em que domesticam e endemoniadamente se “apoderam” das camadas mais ingênuas da sociedade. Na medida em que deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga. (FREIRE, 1967, p. 36-37).

Para finalizar, é necessário esclarecer que seria impossível rejeitar ou desmentir a importância das relações de trabalho, porém, a educação não deve e nem pode ser compreendida e desenvolvida meramente como se a sua finalidade fosse apenas a aquisição de habilidades e competências úteis para o mercado e atividades laborais, principalmente quando consideramos que a formação de um cidadão é muito mais abrangente e inclusiva, uma vez que proporciona a oportunidade de desenvolver a reflexão tanto sobre a própria condição, quanto a dos demais e também a das circunstâncias que o cercam, assim, propiciando condições de análise crítico-reflexiva acerca das relações de poder e dos diversos contextos e características sociais, políticas, econômicas, ideológicas, culturais, entre tantas outras.

Logo, devemos exigir uma educação para a cidadania, que seja pensada e desenvolvida com o objetivo de contribuir na e para a sociedade. Assim sendo, resta-nos apenas defender e interceder em favor de uma formação libertadora e elucidadora, que busque e seja capaz de favorecer o florescimento da conscientização nas futuras gerações, para que elas tenham condições de transformar as sociedades e planejar um mundo muito melhor e que não seja dominado por uma lógica que favorece alguns poucos, em detrimento de todos os demais.



## Referências

BALL, Stephen, J. Mercados educacionais, escolha e classe social: o mercado como uma estratégia de classe. In: Gentili, Pablo (Org), **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BALL, Stephen, J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez., 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BALL, Stephen, J. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22613.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BALL, Stephen, J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago., 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227077004.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BALL, Stephen, J. Reforma educacional como barbárie social: economismo e o fim da autenticidade. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 33-52, jan./jun., 2012. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BALL, Stephen, J. **Educação Global S.A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, Stephen, J. Política Educacional Global: reforma e lucro. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1-15, 2018. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BALL, Stephen, J.; BOWE, Richard. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2,

p. 97-115, 1992. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0022027920240201?journalCode=tcus20>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: DF, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**: documento preliminar. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, 2015. Disponível em: Acesso em: 01 fev. 2021.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, vol. 10, n. 15, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6865/5148>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

GUIRADO, Vanessa Zinderski. Políticas **Públicas Educacionais e de Formação de Professores**: atores, articulações e influências. 2022. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, 2022. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/28840>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LEHER, Roberto; VITTORIA, Paolo; MOTTA, Vânia. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, vol. 9, n. 1, p.14-24, abr., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/>

index.php/revistagerminal/article/view/21792/14337. Acesso em: 20 ago. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguração da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar., 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/cp/article/view/3572>. Acesso em: 18 out. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In: LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. da M. (orgs.) **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. 1.<sup>a</sup> ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 89-117, março, 2003. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/530/532>. Acesso em: 10 set. 2023.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação? **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-85, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5033>. Acesso em: 08 set. 2023.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Ensino superior na ótica dos organismos internacionais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, vol. 35, n. 75, p. 13-30, mai./jun., 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/66009/39096>. Acesso em: 20 ago 2023.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. Empresariamento da educação de novo tipo: mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, vol. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/54751>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C. (org.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3. ed. Campinas, SP: HISTEDBR. 2005.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação - Análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira**: estrutura e sistema. 11. ed. ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. Rumo à universidade competitiva: na modernização conservadora a universidade perde sua face, sua alma e sua identidade históricas. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, vol. 20, n. 2, p. 239-268, jul./dez., 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10378/9974>. Acesso em: 18 set. 2023.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 11 dez. 2023.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHV7q5gHBRkDSLrGXr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, Capital e Educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 4, n. 11, p. 21-38, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>. Acesso em: 12 set. 2023.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2730>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, vol. 5, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14425>. Acesso em: 20 set. 2023.

# 50 ANOS DA ESCOLA SENAI ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA: DA CERÂMICA À ROBÓTICA (1952 - 2002)<sup>1</sup>

**José Odair da Silva**

*(in memoriam)*

Ao final da década de 1940, ainda sob o impacto da violenta Segunda Guerra Mundial (1939-1945), homens cheios de otimismo pensaram em construir um mundo de paz e bem-estar. Para atingir esse objetivo contavam com as inovações científicas e tecnológicas da época. Novas matérias-primas, derivadas do petróleo, resultavam em produtos leves e versáteis, de desenho arrojado e elegante, que caracterizavam a inovação estética e a simplificação dos hábitos cotidianos.

A década de 1950 vai marcar mudanças de comportamento e valores. Os hábitos cotidianos irão mudar radicalmente, acompanhando o ritmo acelerado da automação e da produção padronizada. A popularização do consumo ganha incentivo nas

---

1 O presente artigo foi publicado originalmente pela Revista Raízes nº 26 - Dezembro de 2002, entre as páginas 70 a 75, periódico este, atrelado a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, ao qual agradecemos à autorização concedida em republicar este artigo em homenagem ao Prof. Me. José Odair da Silva. Nessa versão, houve uma adequação quanto a gramática vigente, bem como, não foram utilizadas as imagens presentes em sua versão embrionária. Para maiores informações e, principalmente ter acesso a primeira publicação do texto, consultar <http://www.fpm.org.br/Publicacoes/PDF/43>.

propagandas televisivas. Os anos 1950 constituem importante momento do desenvolvimento da história do homem contemporâneo. Acentuam-se características da sociedade moderna originárias da Revolução Industrial. Intensificam-se o ritmo da produção e a exploração do trabalho. A quantidade e variedade de bens produzidos expandem os mercados e o consumo. Os Estados se fortalecem. As cidades crescem, tornando-se metrópoles, onde pequenos rituais cotidianos, fundamentais para o equilíbrio emocional do homem, são abandonados. Os meios de comunicação de massa são explorados ao máximo. A mídia impregna o dia a dia vendendo produtos e estabelecendo comportamentos, divulgando uma cultura produzida por especialistas. Esse quadro de transformações acaba por redefinir a imagem do homem dos anos 1950.

No Brasil, a indústria nacional foi marcada pela substituição das importações, alterando a política econômica implantada em décadas anteriores. Fábricas brasileiras passaram a produzir para o mercado interno determinados bens de consumo que o país até então importava, como por exemplo, os eletrodomésticos. Para conquistar desenvolvimento, o país substituiu a economia exportadora de produtos agrícolas e matérias-primas, instalando indústrias em território nacional. É evidente que essa política nacionalista de defesa da indústria nacional gerou atritos com as multinacionais aqui estabelecidas, mas a economia brasileira precisava mudar.

Em troca das vantagens oferecidas pelo governo, as montadoras de automóveis deveriam cumprir um programa pré-fixado e, progressivamente, ir-se utilizando de componentes nacionais. A meta era produzir um veículo 100% nacional até 1961. O Brasil se aproximou de seu objetivo somente em 1965. As multinacionais da indústria automobilística instalaram imensas fábricas nos municípios que formam o chamado ABC Paulista: Santo



André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. A proximidade da Via Anchieta, que liga São Paulo ao Porto de Santos, facilitou a circulação de suas mercadorias e a entrada de componentes ainda não fabricados no país. Seguindo os passos das montadoras de automóveis, outras indústrias se instalaram no ABC, favorecendo o desenvolvimento dos municípios que o formavam. Para se ter uma ideia, o número de habitantes de São Bernardo do Campo passou de cerca de 25 mil, em 1950, para aproximadamente 80 mil, dez anos mais tarde<sup>2</sup>. O desenvolvimento da região também pôde ser medido pela expansão dos loteamentos, do comércio e de outros setores econômicos. A opção de JK de priorizar o transporte rodoviário teve sucesso e mudou muito a fisionomia do país, dando-lhe uma aparência moderna.

**SENAI** – A criação do Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (22 de Janeiro de 1942 – Decreto-lei n.º 4048) representou um projeto de âmbito nacional, em cuja base assentava-se a premente necessidade de intensificar a produção brasileira, desde a Segunda Guerra Mundial. O principal objetivo era a formação de trabalhadores para a indústria nacional. O projeto da criação do Senai expressava um tipo de sociedade, de cidadão e de desenvolvimento próprio da época: crença inquestionável no progresso pelo desenvolvimento tecnológico. O Senai, enquanto agência voltada para a formação do trabalhador da indústria brasileira, teve seu desenvolvimento vinculado a uma economia de ideologia nacionalista e que pretendia assegurar para o Brasil um espaço no grupo das nações desenvolvidas. O aperfeiçoamento dos recursos humanos atuantes na indústria nacional era um imperativo e o carro-chefe do desenvolvimento e da autonomia nacional.

---

2 MARANHÃO, Ricardo. Brasil: anos 50, São Paulo: Ática, 1997, p. 22.

Nesse cenário, o Senai desempenhou um papel particular e historicamente ligado às tecnologias. Seguiu o caminho de acompanhar a evolução tecnológica, preparando trabalhadores para os setores avançados da indústria, sem descuidar de fornecer também mão de obra apta a operar com a tecnologia convencional. A instituição surgiu com a missão de dar uma resposta rápida à questão da preparação do trabalhador industrial, num Brasil em acelerado ritmo de produção naquele início dos anos 1940. No contexto da procura de um projeto industrial nacional e da associação entre Estado e empresariado, a escola se desenvolveu.

O Senai acompanhou o processo de crescimento industrial, expandindo sua oferta de cursos de treinamento e de aprendizagem. Já em 1955, a escola possuía 29 unidades entre capital e interior de São Paulo, contando-se, também, as escolas de Anápolis (Goiás) e Campo Grande (Mato Grosso do Sul)<sup>3</sup>. Hoje, são mais de 100 unidades escolares e 47 Centros de Formação Profissional, ministrando cursos de mecânica geral, mecânica de automóveis, ferramentaria, têxtil, cerâmica, tornearia, elétrica, robótica, plástico, química, entre outros.

**CERÂMICA** – A arte da cerâmica manifesta-se na cultura dos povos desde a mais remota antiguidade. O estudo das técnicas de fabricação e decoração dos objetos cerâmicos pode fornecer base segura para a reconstrução de muitos aspectos da vida de civilizações antigas. Atualmente, a produção ceramista pode ser dividida em dois grandes grupos:

1. **tradicional:** além dos vidros, dos aglutinantes hidráulicos e esmaltes sobre chapas metálicas, distinguem-se entre as cerâmicas tradicionais os produtos de louça, refratários, faiança fina, porcelanas. A indústria brasileira de cerâmica

---

3 Relatório Senai-SP, 1955, p. 33.

tradicional está entre as mais avançadas do mundo e de maior produção. O Brasil é o 2º produtor e o 3º exportador mundial de azulejos e ladrilhos. A produção de cerâmica vermelha, de sanitários e porcelana de mesa está entre as cinco maiores do mundo. O país ainda é autossuficiente na produção de refratários, situando-se entre os oito maiores exportadores do mundo<sup>4</sup>.

- 2. Avançado:** também chamada de cerâmica de alta tecnologia ou de técnica fina. São materiais de alta pureza com funções elétricas (isolantes de circuitos impressos, dispositivos eletroeletrônicos de computadores), funções magnéticas (dispositivos de memória para computadores), funções mecânicas (utilizada para fabricação de ferramentas de corte, turbinas, rolamentos, vedação mecânica), funções ópticas (materiais com propriedades de transmitir luz, sensores de luz), funções químicas (eletrodos, catalisadores), funções térmicas (isolamento térmico de fornos), funções biológicas (dentes artificiais, materiais para implante de juntas), funções nucleares (materiais para blindagem e controle de irradiação).

Previendo o desenvolvimento da indústria de cerâmica, o Senai fundou, em 1952, uma unidade técnica em São Caetano do Sul. Existiam na cidade aproximadamente 80 pequenas indústrias de cerâmica. O objetivo era tornar a escola um centro de pesquisa no ramo (único na América Latina), além de proporcionar estágio aos técnicos e engenheiros em cerâmica. Em termos de formação de pessoal, a escola Senai Armando de Arruda Pereira só tinha como concorrentes a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade Federal da Paraíba. Já a Universidade de São Paulo, o Instituto Militar de Engenharia, a Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho e a Universidade de Campinas

---

4 Atlas do Mercado Brasileiro, Gazeta Mercantil, Ano 1, n.º 1, dezembro/1998.

permitiam que engenheiros, físicos e químicos desenvolvessem teses de mestrado ou doutoramento na área de cerâmica. Atualmente, no aspecto pesquisa de ponta, existem vários institutos espalhados pelo Brasil, destacam-se o IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo) e o IPEN (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares).

No Senai Armando de Arruda Pereira, os alunos, com pás e picaretas nas mãos, eram ensinados, nas primeiras aulas, a localizar nos barrancos a melhor matéria-prima. Os calouros aprendiam nas minas de caolim, de São Simão e Suzano, a escolherem o próprio material, que depois seria transportado para São Caetano do Sul. Na escola, a argila era moída, peneirada e preparada para ser utilizada nas aulas práticas.

As salas de aula, com suas instalações, formavam uma verdadeira e complexa fábrica de cerâmica, onde os alunos fabricavam as peças que passavam por todos os estágios industriais: moagem, diluição, peneiramento, preparação de massa, calibramento, secagem, acabamento, preparação de esmalte e vernizes, decoração e a queima nos fornos. Divididos em dois setores, o de fabricação de porcelanas, faiança e grés<sup>5</sup>, e o setor de refratários<sup>6</sup> e terracota<sup>7</sup>, os aprendizes misturavam a argila natural ou caolim ao feldspato e quartzo para obterem os melhores produtos. Assim, quimicamente conseguiam uma composição que era trabalhada nos moldes, estampas e matrizes.

Os alunos exercitavam a criatividade em trabalhos de pesquisa, análises das matérias-primas, dos combustíveis em função da queima, estudos do ponto de vista químico com gases combustíveis,

---

5 Cerâmica de massa sílico-argilosa, opaca, dura, capaz de suportar alta temperatura de cozimento que vitrifica parcialmente e a torna impermeável aos líquidos.

6 Designação genérica dos materiais manufaturados não metálicos que podem suportar altas temperaturas, sem apresentar deformação ou fundir-se.

7 Argila moldada e cozida em baixa temperatura e sem verniz, de cor avermelhada e sem vidro.

calculavam a umidade, escalas de viscosidade das massas, fórmulas de esmaltes e o peso dos materiais. Os formados passavam a trabalhar nas fábricas de cerâmica, vidros, refratários, tijolos, materiais sanitários, materiais de construção, peças de fornos e cosméticos. Podiam atuar como técnicos, mestres de precisão e até fazer a vez de engenheiros. Os cursos se dividiam em Aprendiz de Ofício, Artesanato e Técnico em Cerâmica. Entre as diversas disciplinas, eram ministradas, por exemplo, Geologia, Química, Mineralogia, Tecnologia, Ensaio Cerâmicos e Prática Profissional.

Ao longo de suas atividades, a escola chegou a ganhar vários prêmios de competência e qualidade nos mais variados Congressos de Cerâmica, além de ter possuído o mais bem equipado laboratório petrográfico da América Latina<sup>8</sup>. O prestígio da escola era tamanho que o paraninfo da turma de 1971 foi o senador José Ermírio de Moraes, que enviou como seu representante à festa de formatura o presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes. A OEA (Organização dos Estados Americanos), junto com o Ministério da Educação, firmou convênio com a escola em virtude de sua eficiência na parte pedagógica. Revolucionário para a época, o sistema de avaliação semanal entre alunos e professores adotado pela escola permitiu que críticas fossem feitas objetivamente a fim de melhorar o relacionamento. O rigor do horário foi quebrado. O aluno não tinha horário para entrar na escola. Livre, conscientizava-se de que deveria estar na escola para estudar. O que importava era o resultado. Chegavam a ter cafezinho servido nos intervalos e era proibido chamar o diretor de *senhor*. O tratamento era *ocê*.

---

8 A petrografia é o ramo da geologia que tem por objetivo a classificação e a descrição das rochas. O Senai de São Caetano do Sul, chegou a ter em seu laboratório a maior concentração de microscópios bi-oculares petrográficos da América Latina, dezesseis ao todo.

**ROBÓTICA** – Mesmo debitando as manipulações, parcialidades e ufanismos, o Brasil começa a década de 1980 com números respeitáveis. O PIB havia crescido 88% na década anterior, o que proporcionou a elevação da renda per capita para mais de 60%. A indústria de transformação mais que dobrou a produção e o processo de substituição das importações de bens de consumo se concluiu. A indústria automobilística era o carro-chefe desse milagre econômico. As montadoras, concentradas no ABC Paulista, empregavam mais de 80 mil trabalhadores e, à sua volta, gravitavam mais de duas mil indústrias de autopeças, empregando mais de 200 mil pessoas. O automóvel provocou uma febril produção de estradas, pontes, viadutos e a consequente urbanização.

O quadro começa a se inverter na virada dos anos 1980. O principal fator de recessão na economia brasileira vem da elevação dos juros, feita pelos credores em face ao choque mundial do petróleo. O país, endividado, preso na armadilha da dívida, faz empréstimo para pagar os juros dos créditos anteriores. Em 1981, o Brasil pagou nove bilhões de dólares só de juros, a dívida subiu perigosamente para 19% do PIB, e o país se tornou o maior devedor mundial. A solução foi administrar a dívida externa e dobrar o esforço para exportação.

Assim, chegou ao Brasil, em 1981, o Projeto JICA (Japan International Cooperation Agency), que consorciava 48 empresas japonesas e 44 brasileiras. A princípio visava implantar fazendas de grande porte no Planalto Central, cultivando milho e soja para atender à demanda japonesa. O ministro da Agricultura, Amaury Stabile, ex-funcionário da empresa japonesa Sharp, priorizou a iniciativa que tinha como ponto-piloto a cidade de Iraí, em Minas Gerais. A JICA implementou sofisticada tecnologia de lavoura em grande escala, corrigindo a acidez do solo, aproveitando o relevo plano e a abundância de sol e água<sup>9</sup>.

---

9 AZUGARAY, Domingo. *Atlas Histórico - Brasil 500 anos*, Editora Três, São Paulo, 1998, p. 213.

A escola Senai, acompanhando o momento de mudanças que enfrentava o país, criou um grupo de profissionais para implementar novas tecnologias em automação e eletrônica. Assim, foi feito um pedido ao governo japonês de colaboração técnica na área de automação. No final de 1987 e começo de 1988, chegou ao Brasil a primeira missão japonesa para conhecer o Senai. Por ser formado em engenharia elétrica, com estágio em novas tecnologia na Inglaterra, foi designado para alinhar o projeto com os japoneses o sr. Marcos Cardozo Pereira, que é o atual diretor do Senai Armando de Arruda Pereira.

A busca de novas tecnologias passa obrigatoriamente pelos robôs industriais, que são manipuladores automáticos programados para substituírem o homem na execução de tarefas repetitivas, penosas ou perigosas. Esses robôs industriais podem ser classificados segundo a complexidade de seus elementos de tratamento. Os mais simples multiplicam as peças sequencialmente de forma fixa. O segundo nível realiza movimentos complexos da mão humana, gravados em fita magnética. Por fim, os do terceiro nível são robôs inteligentes, capazes de tomar decisões em função de seu estado e do estado do ambiente. A união das tecnologias de informática e automática no mundo industrial e científico se materializa na robótica. Baseada em princípios da eletrônica e da mecânica, essa tecnologia busca, no modo de funcionamento do corpo e do cérebro humanos, os fundamentos para o projeto de andróides com possibilidades físicas e intelectuais semelhantes às do próprio homem.

A unidade de São Caetano do Sul foi escolhida por causa do esvaziamento do eixo cerâmica, em virtude da migração dessa atividade para o interior e até mesmo outros estados. Em contrapartida, a indústria automobilística exigia novas tecnologias para continuar crescendo. Conforme revela o diretor Marcos Cardozo, havia necessidade de uma reestruturação interna para enfrentar

os novos desafios: *Foi montado um polo de tecnologia no Senai Mário Amato, em São Bernardo do Campo, integrando química, cerâmica e plástico, que acabou servindo de suporte a nichos de cerâmica espalhados pelo Brasil inteiro, tornando-se um centro de referência nacional.*

A competência do Senai em mecânica, elétrica e eletrônica era inquestionável, todavia, estava defasado em automação de manufatura. A sugestão apresentada pelos japoneses estava baseada em um modelo de escola de mecatrônica que eles criaram em Cingapura. Professores universitários convocados pelo governo japonês prestariam toda assessoria ao Senai. O braço executor do projeto foi a JICA, órgão do Ministério do Trabalho do Japão. Assim, Marcos Cardozo teve papel destacado na implementação do projeto. Como ele mesmo diz: *Minha tarefa era receber as missões japonesas e ao mesmo tempo viajar ao Japão para acompanhar o andamento dos trabalhos. Eu era a ponte entre a direção do Senai e o governo japonês.*

Em 1990, foi assinado o acordo internacional entre os governos do Brasil e do Japão. Chegou ao país maquinário de última geração, na área de automação, para a criação do Curso de Mecatrônica. O convênio durou até 1995. Nesse período, estiveram permanentemente no Senai, em São Caetano do Sul, cinco engenheiros, um líder e um coordenador japoneses para prestar total assessoria. Em contrapartida, foram enviados para o Japão 18 engenheiros do Senai para fazer estágio. Foi uma transferência de tecnologia e de cultura muito grande, onde todos saíram ganhando enormemente.

Quando terminou o convênio, em 1995, o Senai já fornecia alunos para estagiarem nas várias multinacionais japonesas instaladas no Brasil, além de ter criado competência para divulgar a nova tecnologia para toda a América Latina. Em 1997, como descreve Marcos Cardozo: *o Senai já estava autorizado pelo governo japonês a desenvolver um programa de especialização para engenheiros*



latino-americanos. Foram cinco edições de 320 horas cada para 12 engenheiros latino-americanos. O programa foi amplamente divulgado pelas embaixadas brasileiras em vários países latino-americanos conveniados com o Japão. Os currículos eram selecionados pelo Senai de São Caetano e os engenheiros recebiam do governo japonês passagens, estadias e visitas às empresas no Brasil. Ao Senai cabia as horas aulas de seus professores, energia elétrica e material de consumo. Na planilha de custo, a proporção era 70% Japão e 30% Senai. Na verdade, nós dávamos um “banho” de mecatrônica, além de divulgar – e bem – o Brasil, São Paulo e o ABC.

O Senai acabou se convencendo de que dispunha de muita tecnologia e valeria a pena, em virtude de sua enorme carga horária, viabilizar para seus alunos do Curso de Mecatrônica o diploma de engenheiro em vez do de técnico. Foi apresentado ao MEC (Ministério de Educação e Cultura) um projeto para viabilizar o Curso Superior em Tecnologia Mecatrônica. O projeto foi contemplado pelo MEC. No parecer de aprovação consta que não havia necessidade de uma carga de 3.200 horas para a formação de tecnólogo em nível de terceiro grau. Bastavam 2.700 horas. Na verdade, a carga horária dos alunos do Senai era suficiente para a formação de engenheiros. Em 1997, o MEC deu autorização ao funcionamento do curso no *Diário Oficial*. Em 1999, já estruturado, o curso recebeu a primeira turma, com 40 alunos que se formaram em Dezembro de 2002.

Hoje a escola possui oito turmas de 40 alunos, num total de 320 alunos no Curso Superior em Mecatrônica. No período da tarde funciona o Curso Técnico de 1.500 horas. A LDB (Lei de Diretrizes de Base) recomenda 1.200 horas, o Senai, contudo, oferece mais 300 horas de tecnologia para seus alunos que concluem o curso em dois anos. Fora isso, os cursos de curta duração utilizam os 16 laboratórios da escola, oferecendo 30 ou 40 horas contemplando as áreas de mecânica, eletrônica, controle e computação.

O diretor Marcos Cardozo conclui dizendo que agora, a meta da escola Senai Armando de Arruda Pereira, de São Caetano do Sul, é conseguir o reconhecimento do MEC e a maior nota possível para o Curso de Mecatrônica: *O Senai tem quatro cursos superiores em tecnologia: Artes Gráficas, que fica na Estação Bresser do metrô; Meio Ambiente, na Mário Amato, em São Bernardo do Campo; Vestuário, no Bom Retiro; e Mecatrônica, em São Caetano do Sul. Quem começou primeiro foi Artes Gráficas, seis meses antes de São Caetano. No fim do ano passado, eles receberam o reconhecimento do MEC que, ao visitar a escola, concedeu a nota máxima A.*

O Senai, em termos de instituição, tem um caráter *sui generis*, marcado por uma força de consciência das pessoas que o constroem cotidianamente. Há uma noção clara de que a empreitada única é a busca da competência, com olhos voltados para futuras gerações. O convívio com professores, instrutores, técnicos e diretores revela uma ética acima de qualquer patamar. Assim, cabe muito bem sintetizar a mentalidade que move o Senai, nas palavras de Jurandyr de Carvalho: (...) *é tempo de criar. É hora de maximizar a importância da iniciativa, especialmente para a geração de produtos ajustados às novas realidades. (...) devemos enfrentar o desconhecido sem medos. É hora de transformar, de buscar o novo, de realizar*<sup>10</sup>.

Trata-se de uma escola que se inventa a si mesma cotidianamente há 50 anos.

---

10 CARVALHO, Jurandyr de. Para um novo Senai-SP, que começa agora. In: Senai-SP. *Plano anual de trabalho*, São Paulo, 1992.

## Referências

- AZUGARAY, Domingo. *Atlas Histórico - Brasil 500 anos*, São Paulo, Editora Três, 1998.
- CARVALHO, Jurandyr de. Para um novo Senai-SP, que começa agora. In: *Senai-SP. Plano de Trabalho*, São Paulo, Senai, 1992.
- MANGE, Roberto. *De homens e máquinas*, São Paulo, vols. 1 e 2, Senai, 1991.
- MARANHÃO, Ricardo & ANTUNES, Maria Fernandes. *Brasil anos 50*, São Paulo, Ática, 1997.
- MICELI, Paulo. *Além da Fábrica - O projeto industrial em São Paulo: 1928-1948*, São Paulo, FIESP, 1992.
- TREMEL, Vera Helena Farinas (Org.). *O giz e a graxa - meio século de educação para o trabalho - São Paulo*, Senai, 1992.

# PROPOSIÇÕES E REFLEXÕES PARA O ESTUDO HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

**Carlos Bauer**

## Introdução

A produção do conhecimento acadêmico não se faz de forma individual, tem um caráter coletivo e a relevância social que almeja alcançar pressupõe que as pessoas envolvidas e comprometidas em sua construção disponham de recursos materiais, tenham autonomia política, intelectual e cultural no exercício deste infindável labor.

O papel do indivíduo na história e a importância da forma pela qual exerce a sua subjetividade na compreensão das problemáticas que estão colocadas no cerne da vida social, precisam ser desveladas e não podem ser desconsideradas.

Ocorre que vivemos em uma época em que o individualismo é exacerbado e a competitividade se instalou de tal maneira na cotidianidade social, que até mesmo os princípios mais elementares da solidariedade humana parecem se dissolver no interior da atmosfera citadina, na qual nos encontramos imersos.

As ideias e reflexões que produzimos e queremos propalar não surgem de forma espontânea em nós mesmos, não traduzem algo inato, mas, sim, expressam a forma pela qual absorvemos e incorporamos o trabalho de outrem naquilo que julgamos importante e significativo realizar para contribuir para as transformações imediatas ou ulteriores no dinamismo da sociedade pelo qual temos apreço e que nutre os esforços que realizamos.

Os estudos que se preocupam em trazer à tona os movimentos sociais e as perspectivas de rupturas estão longe de alcançar uma posição de destaque e de reconhecimento historiográfico, mas, são muitas as contribuições que recebemos e que nos ajudam a ampliar a compreensão das discrepâncias, do dualismo, da imposição da subalternização e os mecanismos de organização e resistência dos trabalhadores reinantes na história da educação brasileira.

A Área da educação congregou um formidável e reconhecido conjunto de pessoas que se preocupam em estudar as problemáticas históricas educacionais com destaque para aquelas que se preocupam com as questões legislativas, com o papel dos intelectuais e das reformas, do currículo, da cultura escolar e das instituições escolares, destacando, ainda, as questões étnicas, de gênero, o papel dos jesuítas no período colonial e, entre outros, dos pioneiros da Escola nova, nos primórdios do século XX.

As pesquisas que se preocupam em localizar a história das associações e dos sindicatos dos trabalhadores em educação, suas formas de ação e mecanismos organizativos, a abrangência de intervenção social, o seu papel na defesa dos interesses corporativos e as concepções políticas e sociais que advogam são reduzidas no campo historiográfico educacional.

As visões teóricas e metodológicas que prevalecem não trazem como centralidade a compreensão de que os mecanismos políticos e os modos de se produzir a riqueza, a estrutura de classes,

as contradições entre o capital e o trabalho, a implicação da luta de classes no estabelecimento do valor de uso e do valor de troca da materialidade socialmente produzida nos ajudam a desvelar a história da educação na sociedade capitalista.

A compreensão mais profunda da história nos exige, permanentemente, analisar como se dá a produção social da existência humana e, no caso das sociedades que se desenvolveram sob a égide do capital, procurar trazer à tona os mecanismos de exploração do trabalho, de dominação política, ideológica e as contradições que estão presentes no seu interior.

Esse esforço nos coloca em diálogo com as pessoas que são adeptas como nós da teoria marxista, com o cotejamento da obra marxiana e no estabelecimento de caminhos que contribuem na localização e na sistematização de fontes primárias, incentivarmos a organização de arquivos, valorizarmos a coleta de depoimentos e a realização de entrevistas, recolhermos panfletos, jornais, fotografias e demais documentos que possam nos ajudar na preservação da memória e da construção da história das associações e dos sindicatos dos trabalhadores em educação.

No interior de uma sociedade dividida em classes, pensar a configuração pela qual se produz e se dissemina o conhecimento historicamente produzido pela humanidade nos exige, antes de tudo, compreender as formas pelas quais se organizam as relações de trabalho e os mecanismos ideológicos que precisam ser desvelados para que possamos ter êxito nesta árdua empreitada.

Ao refletir sobre o capitalismo em sua longa duração e procurando compreender o tempo presente da sociedade brasileira, no qual estamos mergulhados, como parte indivisível da sua processual urdidura histórica, precisamos estar atentos aos mecanismos pelos quais as pessoas se relacionam entre si e com as instituições do Estado, a escola, por exemplo, com as organizações

da sociedade civil, como é o caso daquelas que constituem o universo da religiosidade, dos partidos políticos, das organizações sindicais, com os grupos empresariais privados e a maneira que compreendem sua inserção numa determinada classe social.

A consciência de classe ou a concepção de sociedade que acautelamos se expressa no momento em que nos debruçamos na análise dos projetos educacionais com o quais a burguesia no Brasil procurou produzir e reproduzir os seus interesses de classe e a maneira pela qual projetam como a classe trabalhadora deveria se inserir na dinâmica educacional do país.

Também quando lançamos o olhar para a economia política da educação brasileira, notamos que um dos traços mais marcantes e estruturais da sua história é a incomensurável desigualdade reinante no seu interior. Essa desmedida e profunda disparidade se assentam na concentração de renda, fundiária, financeira, produtiva e na circulação de bens materiais e imateriais, mas, também, na utilização da violência, da coerção estatal e de mecanismos políticos, ideológicos, culturais e simbólicos com o intuito de impedir o estabelecimento e o usufruto dos direitos sociais pela maioria da população.

A história brasileira contemporânea, a partir de 1930, registrou uma série de intervenções autoritárias, golpistas e ditatoriais no seu transcurso, nos chamando mais atenção na adoção da periodização dos manuscritos que redigimos aquelas que se realizaram sob a égide do chamado Estado Novo varguista (1937-1945), da ditadura civil-militar (1964-1985), do golpe político e empresarial, jurídico e parlamentar, projetado desde que os resultados eleitorais de 2014 foram proclamados e perpetrados contra Dilma Rousseff, em 2016, e que trouxeram gravíssimas consequências para a educação da classe trabalhadora.

A compreensão histórica desses episódios nos remete para a verificação de como os mesmos se expressam na luta de classes, ao questionamento das formas pelas quais os trabalhadores se organizam para resistir e se movimentam para questionar as arbitrariedades e procurar superar as dificuldades impostas pela classe dominante nos momentos em que essa lança mão de mecanismos autoritários, ditatoriais e despóticos para exercer o seu poder e impor os seus interesses sobre o conjunto da sociedade.

Em seus escritos Marx e Engels (203, p. 137) nos dizem que “as ideias não podem executar absolutamente nada. Para a execução das ideias são necessários homens que ponham em ação uma força prática”. Essa lição nos coloca no itinerário do desvelamento histórico das associações e dos sindicatos que materializam os esforços das diferentes frações da classe trabalhadora, que se organizam para que as ideias possam ser executadas e que se constituam em uma força prática na execução de suas concepções de mundo.

Os apontamentos, as proposições e as reflexões que apresentamos tem o intuito de contribuir com a construção da pesquisa no campo da história do associativismo e do sindicalismo no âmbito educacional. Nas páginas que se seguem, inicialmente, tecemos considerações pertinentes à relevância social, política e acadêmica desta temática, e sua importância para estímulo ao diálogo colaborativo com as entidades classistas que atuam nessa esfera da sociedade civil.

Em seguida, tendo como pano de fundo a caracterização e as implicações das transformações que se têm operado na contemporaneidade no mundo do capital o escrito procurou trazer um conjunto de preocupações relacionadas com as discussões dos processos de periodização dos estudos históricos educacionais atinentes aos organismos de intervenção coletivos construídos



pelos trabalhadores da educação localizando alguns dos marcos temporais de sua práxis social e política.

Finalmente, discutiremos os postulados teóricos e metodológicos que podem contribuir com a consolidação e o avanço crítico dos estudos sobre a história do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores da educação.

## **Das origens dos movimentos associativistas e sindicais educacionais**

As origens dos movimentos associativistas e sindicais educacionais têm raízes muito remotas e se encontram relacionadas com as formas pelas quais se produzem e se estabelecem as relações de subsunção daqueles que vivem do próprio trabalho na sociedade capitalista. No Brasil, do ponto de vista histórico educacional, a emergência destes movimentos pode ser demarcada desde a segunda metade do século XIX, com uma série de registros de acontecimentos, lançamentos de manifestos públicos e com as inúmeras tentativas daqueles que atuavam no universo educacional de estabelecer mecanismos organizativos e perpetrar ações de resistência ao dinamismo de exploração da produção, da reprodução, do controle e da distribuição da riqueza que os atingia diretamente no mundo do capital.

No interior da sociedade burguesa, a afirmação e a consagração dos direitos sociais mais elementares da classe trabalhadora pressupõem a criação de associações e a consolidação de entidades de caráter mutualistas, coletivistas e sindicais capazes de impulsionar ações coletivas e na organização de movimentos de contestação e de resistências, de greves e de mobilizações que favoreçam a efetivação das suas reivindicações políticas, econômicas e sociais.

Nunca é demais lembrar que vivemos num país no qual a consolidação e o avanço da democracia estão sempre ameaçados, trazendo, com isso, enormes dificuldades para o fortalecimento dos sindicatos e das associações classistas como interlocutores legítimos dos trabalhadores com o Estado, com o patronato e na assunção dos desafios políticos e das responsabilidades da sociedade civil, que são próprios da democracia liberal.

As tentativas cada vez mais ofensivas de controle da força de trabalho por parte da classe dominante são permanentes e envolvem, além de truculentos métodos estatais policialescos e repressivos, a cooptação política, ideológica e social das entidades e, com isso, contribuem para o incentivo de processos de burocratização de muitos organismos de representação coletiva dos trabalhadores.

Porém, por mais duros, ardilosos e constantes que sejam esses ataques, no que se refere ao associativismo e ao sindicalismo educacional, temos assistido significativos resultados nas taxas de sindicalização, na realização de mobilizações, greves, questionamentos políticos, na defesa da escola pública e na contestação social da forma pela qual os donos do capital procuram impor a transformação da educação numa reles mercadoria.

A vigência histórica do capitalismo, com a sua força ideológica e os seus mecanismos engenhosos de estruturação das relações econômicas, financeiras, políticas, culturais e sociais, assentadas na exploração, na subordinação do trabalho e no controle privado da riqueza socialmente produzida, exige dos trabalhadores tenacidade, ousadia, capacidade organizativa, disposição de luta e resistência.

## As formas metabólicas do capitalismo

A permanência do modo de produção capitalista como forma predominante na organização das atividades produtivas, econômicas, financeiras, políticas e socioculturais das sociedades ocidentais, com sua incessante efetivação de mecanismos de dominação, exploração e coisificação humana, traz consigo a exigência da ação radical e a premente necessidade da organização coletiva daqueles que vivem do próprio trabalho no mundo do capital. No caso daqueles que atuam e vendem sua força de trabalho na esfera educacional foram colocados grandes desafios, não apenas na maneira de pensar sua própria condição social, como também, nas formas de impulsionar sua organização e na capacidade de mobilização na defesa dos seus interesses intrinsecamente relacionados com o ordenamento de uma sociedade de classes.

Em muitos países com a crescente presença e massificação da escola, por exemplo, os professores deixaram de se organizar de forma mutualista ou em círculos culturais, literários, pedagógicos e que, diante das novas formas de organização do trabalho educativo, passaram a assumir características muito parecidas com aquelas que haviam sido experimentadas pelos pioneiros dos movimentos trabalhistas, no bojo do período da história ocidental que se convencionou chamar de “Segunda Revolução Industrial”.

As entidades culturais ou mesmo mutualistas, até então construídas pelos professores, se mostravam incapazes de representar plenamente o crescente número de profissionais que o avanço acelerado da urbanização e da crescente presença das instituições educacionais operava no cotidiano social. Entre os anos de 1850 e 1945, dependendo do país, essas entidades gremiais se tornaram ineficientes na capacidade de representar plenamente os interesses dos professores que vendiam sua força de trabalho para as instituições estatais, confessionais e privadas, ampliando

cada vez mais o setor educacional, entendido como serviço ou mercadoria. Esse processo de mercantilização do ensino trouxe o enfraquecimento e o quase total desaparecimento das antigas entidades gremiais, culturais, de estudos e de ajuda mútua, mas, estimulou o aparecimento de organizações de caráter sindical entre os professores pelo mundo afora!

Em um primeiro momento, esse novo sindicalismo, organizado em torno dos ramos das atividades educacionais, teve um âmbito local, contribuindo para o fortalecimento da organização e dos movimentos dos trabalhadores nacionais, participando das campanhas civilistas, sufragistas, feministas, no combate ao racismo, à xenofobia, ao belicismo, atuando também, na erradicação do analfabetismo, no acesso à educação, na defesa dos direitos humanos e na consagração dos direitos sociais ao conjunto da classe trabalhadora. Muitos dos seus ativistas (que se somaram às fileiras de partidos políticos de vocação socialista, trabalhistas, da social-democracia e comunistas), procuraram impulsionar a organização docente internacional e, com a ampliação da presença e da importância das relações escolarizadas no interior da vida urbana, seus movimentos e jornadas reivindicativas passaram a ter considerável visibilidade social.

No chamado período entre guerras, com a eclosão das crises econômicas estadunidenses e o desmoronamento de algumas das mais importantes democracias liberais europeias, a presença dos movimentos docentes foi muito sentida, se envolvendo diretamente no combate ao avanço das premissas totalitárias representadas pelo nazismo e pelo fascismo mas, também, na organização política e socialista dos trabalhadores em busca de formas alternativas de sociedade e de superação do capitalismo.

No que diz respeito ao ordenamento político, econômico e social registrado nos países centrais do capitalismo, ficou expressa a

importância dos movimentos docentes e de suas entidades sindicais no processo de construção e do desenvolvimento do chamado Estado de Bem Estar Social. Tal participação se deu, não apenas com a organização de campanhas em defesa de melhorias salariais e melhores condições de trabalho e valorização da educação no seio da sociedade, mas também, de engajamento no combate à pobreza e às injustiças e às desigualdades sociais, assim como de solidariedade com os povos submetidos ao colonialismo, à defesa do pacifismo e dos direitos humanos.

A década de 1970 assistiu ao avanço acelerado de uma profunda crise econômica, à urdidura de transformações tecnológicas, a intensas e significativas mudanças na estrutura produtiva, ao avanço ideológico do liberalismo e do individualismo burguês, ao questionamento da intervenção do Estado, à supremacia do poder financeiro transnacional, com enormes repercussões nos países centrais do capitalismo, assim como, em sua periferia e no continente asiático, especialmente, na China.

Com a instalação desta etapa de caráter regressivo e neoliberal do capitalismo ocidental, os efeitos daqueles que vivem do próprio trabalho foram extremamente desfavoráveis, com altas taxas de desemprego, instalação da insegurança social, perpetração de ataques orquestrados e sistemáticos aos serviços públicos e a simultânea defesa dos processos de privatização da saúde, da educação, dos transportes, da previdência, entre outros.

Desta forma, o que se viu foi o aumento das desigualdades sociais e a efetivação de um conjunto de ataques políticos e ideológicos às entidades corporativas, políticas e sindicais dos trabalhadores com o intuito de aniquilá-las ou, pelo menos, de desmoralizá-las e enfraquecer os seus movimentos de resistência e capacidade de mobilização social. Na órbita geral do capitalismo, do ponto de vista político, econômico e sociocultural, o mundo do trabalho

imersu em uma dinâmica cada vez mais fetichizada cujas principais marcas são a exploração, a dominação, a precarização e a luta de resistência contra a corrosão da vida democrática.

## A intensificação da proletarização da vida social

Na sociedade capitalista o trabalho precário, ou seja, a sujeição daquele que trabalha a toda sorte de agruras e a ausência de direitos básicos, como é o caso dos salários justos e condições dignas de vida e de trabalho não é algo pouco usual. Pelo contrário, ao longo da história desse modo de produção, se registram inúmeros casos de levantes de trabalhadores, em jornadas grevistas e mesmo em enfrentamentos cruentos, contra o aparato repressivo patronal ou estatal, motivados pela necessidade de se lutar pelas condições básicas da existência.

São embates motivados por reivindicações que estão associadas às necessidades de remuneração de salários-mínimos, redução de jornadas de trabalho, liberdade de imprensa, organização política e sindical, denúncias contra a opressão e tantos outros direitos que poderíamos facilmente caracterizar como sendo fundamentais e inalienáveis da condição humana no mundo moderno e contemporâneo.

Porém, essa época histórica, no dizer de Ricardo Antunes (2000, p. 119-120), trouxe a transformação do trabalho vivo em subtrabalho sendo que, com isso ficou,

[...] bastante evidente a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Mas, exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do subtrabalho em tempo cada vez mais reduzido.

Esse período da história também acarretou num processo de intensa proletarização da vida social e a classe trabalhadora “hoje inclui a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho [...]. Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado” (Antunes, 2000, p. 102).

No que diz respeito aos que fazem parte do mundo do trabalho na esfera educativa não temos uma exceção. Pelo contrário, no mundo do capital, desde a mais remota hora, nos deparamos com episódios políticos, manifestações sociais, mobilizações sindicais e um sem número de denúncias públicas com o intuito de trazer à tona as mazelas e os infortúnios a que estão submetidos os trabalhadores da educação. De tal sorte que já não causa espanto para ninguém que esses trabalhadores se lancem cada vez mais em ações jacobinas e de duro enfrentamento contra os seus algozes.

Registram-se, assim, ocupações de prédios públicos, tomam-se avenidas e rodovias, são realizados acampamentos em praças, greves de fome e os dias de paralisação de seus movimentos não se contam mais em unidades, mas, sim, em dezenas. Contudo, mesmo obtendo algumas conquistas parciais importantes – frutos de intensas lutas – podemos observar nos últimos anos uma brutal ofensiva da precarização do trabalho e mesmo na degradação social desses personagens.

Tais cenas, de interminável infortúnio, são motivadas pelo avanço de novas políticas públicas e privadas que caminham no sentido de transformar cada vez mais a educação numa mercadoria, numa espécie de commodities característica da atual etapa do capitalismo especulativo e financeiro, destruindo-a como um direito social e humano.

Esse momento histórico é extremamente propício à manifestação da falsa-consciência e da alienação dos que vivem do seu próprio trabalho, que não apenas não conseguem deixar de ter roubadas suas intermináveis horas de trabalho, mas também perdem a dimensão de sua importância política e social. Uma das principais características do capitalismo é a transformação dos seres humanos em mercadorias e, principalmente, em máquinas geradoras de riquezas a serem expropriadas pela classe dominante.

Para isso, busca ao máximo fragmentar um importante atributo do ser social: o trabalho. Separa-se o “pensar o trabalho” da tarefa em si, separa-se os homens entre os que pensam e os que o fazem, entre os que mandam e os que obedecem. Esse processo intitulado de alienação do trabalho é inerente ao modo de produção capitalista. Por sua vez, na análise de Karl Marx (1984, p. 105), a produção capitalista não é apenas fabricação de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não efetiva seu labor para si, mas para o capital. Pouco adianta apenas produzir, se não houver a mais-valia.

Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. O trabalho produtivo escreve esse autor seminal

[...] no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida por salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. (Marx, 1980, p. 132)

A partir dessa percepção, podemos entender como produtivo todo o trabalho que produz mais-valia, da mesma forma que determinada atividade que se troque por capital para produzir mais-valia é trabalho produtivo, inclusive às atividades ligadas às



artes, os processos educativos, a fruição amorosa e outras atividades que são fundamentais em nosso processo de humanização.

Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. Um mestre escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica conhecimento é um trabalhador produtivo. (Marx, 1985, p. 115)

O representante da humanidade se transforma em um ser autômato, desprovido de sua capacidade de compreender seu papel e, não obstante, dele se apropriar e reconhecer o valor de seu trabalho na construção da inteireza da vida social. Nas sociedades modernas e contemporâneas, a alienação do trabalho torna-se a base fundamental da dominação e da exploração de uma classe sobre a outra na sociedade moderna e contemporânea.

O capitalismo se desenvolveu de forma desigual e combinada, estabelecendo relações díspares e até mesmo antagônicas entre os países centrais e periféricos desse sistema mundial, no qual a própria alienação se inseriu no mundo do trabalho de formas diversificadas ao longo da sua conturbada história. Essas transformações são mais profundas e dilacerantes na produção industrial dos primórdios do século XIX, mais irreverentes no mundo especulativo financeiro do século XX, mais dissimuladas e escapistas com as transformações científicas e tecnológicas exaltadas no século XXI.

Mas todas estão associadas ao estabelecimento de relações sociais de classes e a forma como as condições de trabalho se firmam

e se articulam e, com o Estado ocupando um papel determinante no mascaramento da realidade e das contradições sociais se legitimam e se desenvolvem no seio da sociedade burguesa. Em meio às metamorfoses do capital, no qual se busca novas formas de produção e exploração de mais-valia e acúmulo de riquezas – garantindo assim a produção e reprodução do statu quo –, o ideal capitalista tem transformando tudo em mercadoria.

A educação, ao lado da saúde e outras áreas de grande interesse e necessidade social, não escapou dessa dinâmica. Seja por meio de sua mercantilização descarada (a proliferação das escolas particulares e o fetiche por tal produto), seja por meio da transformação da educação pública em um instrumento de formatação de uma força de trabalho de custos baixos, porém extremamente produtiva. É, no calor da hora desse processo, que percebemos o fenômeno da alienação do trabalho no profissional docente. E, pelo menos, desde os últimos anos do século XX, acompanhamos uma forte ofensiva da alienação do trabalho também no ambiente escolar. O professor, antes visto como o agente principal do processo de ensino-aprendizagem – ao lado do estudante –, vê seu papel social diminuir diante das novas lógicas de mercado, paulatinamente, inseridas no ambiente escolar.

A busca desenfreada pela produção de uma mercadoria, (neste caso, o estudante simplesmente entendido como futura mão de obra), de forma mais rápida, mais barata e mais produtiva (e também mais submissa) faz com que o professor passe por um verdadeiro processo de alienação. Sob a desculpa que estaria em busca de um processo de qualidade, medido em números e dados estatísticos, seu trabalho sofre uma brutal intervenção; o docente é obrigado, por meio de diversos mecanismos, a abrir mão da elaboração autônoma de suas aulas e adotar conteúdos e normas prontas, construídas por sujeitos externos ao ambiente no qual se dá a educação.

Em outros termos, o professor torna-se um simples cumpridor de tarefas, um perfeito autômato; uma máquina que tem como papel apenas apertar mais um parafuso em uma cadeia produtiva. Esse quadro, assim esboçado, nos remete necessariamente à necessidade de superação das visões simplistas, idílicas e ideológicas do papel desempenhado pelos trabalhadores da educação e do seu reconhecimento social.

Afinal de contas, por que se tornou senso comum o discurso da valorização da educação e seus sujeitos, particularmente os professores na esfera pública, sendo que na realidade observamos exatamente o oposto? Respostas a indagações como essa têm motivado e impulsionado os pesquisadores a estudarem o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores em educação.

E o fazem não apenas como um fator de resistência e portadores das reivindicações de cunho econômico e corporativas, mas como um interlocutor e um sujeito coletivo privilegiado na busca da superação histórica das condições materiais de existência daqueles que habitam o mundo do trabalho na educação.

## Raízes interpretativas da crise do socialismo real

As raízes interpretativas da chamada crise do socialismo real podem ser buscadas, sinteticamente, em diversificados episódios históricos: a defesa da democracia operária e o questionamento que Rosa de Luxemburgo fez aos revolucionários liderados por Lenin, em 1918, diante dos acontecimentos que culminaram com a vitória política dos bolcheviques e a edificação histórica da Revolução Russa; o significado da organização da chamada Oposição de Esquerda, em 1926; os esforços de Leon Trotsky que culminaram com a fundação da IV Internacional, seu papel na análise do trágico significado da Guerra Civil Espanhola e no que se refere ao questionamento político do stalinismo; a eclosão e

desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, a bancarrota do nazi-fascismo europeu; a crescente importância política, econômica e militar mundial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e sua presença nas revoluções e guerras de libertação nacional, culminando do ponto de vista mais emblemático ou simbólico, com a queda do muro de Berlim, em 1989.

Esses episódios históricos transformaram gradativamente a URSS numa espécie de farol dos povos que guiava a atuação do conjunto da militância de características reformistas, socialistas e revolucionárias em toda e qualquer frente de luta política em que os trabalhadores estivessem presentes. No universo do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação, essa situação foi muito acentuada, pois grande parte de seus quadros militantes e dirigentes tiveram o seu processo de formação política e atuação social pautados nos reflexos dessa breve história do século XX e seus desdobramentos nos primórdios do XXI.

### **A inserção do Partido dos Trabalhadores (PT) no *establishment* e na ordem política nacional**

Na história do Brasil contemporâneo, o Partido dos Trabalhadores (PT) trouxe, desde as suas origens, uma série de expectativas e perspectivas políticas que pudessem aglutinar a ação daqueles que estavam (e que ainda estão) comprometidos com a obtenção de melhores condições de vida para a maioria da população brasileira. Um elemento importante desse processo foi a capacidade que esse partido teve de aglutinar setores inteiros da militância dos movimentos sociais e populares, políticos e sindicais que eclodiram por todo o território nacional.

Não houve movimento de trabalhadores do campo e da cidade, jornadas em defesa da cidadania, dos direitos das minorias e da população LGBTQIAPN+, das mulheres, pela igualdade ra-

cial, em defesa do meio ambiente e da juventude que deixou de contar com a presença e a influência do PT.

Na esfera do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação isso não é menos verdadeiro. Desde os meados da década de 1980 a presença dos militantes petistas tornou-se um componente muito visível, ou mesmo que obrigatório na impulsão das ações associativistas e sindicais presentes no mundo do trabalho.

Com a consolidação política e partidária do PT, verificou-se também, a partir de então uma série de vitórias eleitorais, fazendo com que esse partido não apenas tivesse um papel objetivo e predominante nos movimentos sociais, políticos e sindicais, mas também, ocupasse cada vez mais espaços nas instituições do regime democrático-burguês, tomando assim, cadeiras nos legislativos federais, estaduais, municipais e os cargos executivos em todas as esferas do Estado, com a eleição de prefeitos, governadores e presidente da República, dentro da estratégia política de ocupação do Estado para as possíveis futuras reformas que a sociedade tanto precisa.

Contudo, a partir dessa perspectiva, verificou-se a necessidade estratégica da construção de alianças com determinados setores ditos progressistas por elementos pragmáticos do PT, para a conquista do espaço público estatal. A nosso ver, isso prejudicou o projeto de lutas e contestações necessárias ao presente, deixando para o futuro o pleito das reformas radicais que poderiam ser colocadas em pauta na atualidade, pois as ditas alianças necessárias ao imperativo da governabilidade impediram quaisquer tipos de avanços das demandas sociais construídas e reivindicadas pela classe trabalhadora ao longo de sua história.

Essa impressionante presença no aparato do Estado exigiu do partido uma capacidade de cooptação dos quadros, em uma escala

pouquíssimas vezes registrada na história do país. Em suma, a cultura questionadora que havia sido desenvolvida ao longo da década de 1980, cujo objetivo maior era rejeitar o *establishment*, a organização e o comportamento político tradicional, foi sendo dissipado e suprimido pelo pragmatismo do calendário eleitoral, sofrendo mutações ideológicas, que substituíram a luta pelo socialismo e a conquista do governo dos trabalhadores, pela governança e pelos compromissos ditos republicanos.

O PT envelheceu rapidamente e, a partir do início do século XXI, muito do espírito rebelde e contestador que havia caracterizado o comportamento dos seus militantes em tempos idos não existia mais em suas fileiras e frentes de atuação, exceto de forma residuais na trajetória de algumas de suas tendências e filiações que se recusaram a aceitar a rendição aos dogmas da democracia burguesa e as formas de usufruírem do amplo e crescente aparelhamento estatal realizado pelo partido.

Dentro disso, devido à enorme capacidade do movimento sindical de trabalhadores em educação – particularmente entre os docentes – tanto do ensino básico quanto do superior em formar quadros, e a necessidade de ocupar as instâncias do Estado, fez com que observássemos os processos de desmobilização e aderência às políticas de gestão ditas democráticas populares desenvolvidas (ou que se buscavam programar) sobre a batuta desse partido.

Devemos lembrar que o Partido dos Trabalhadores é constituído por diversas tendências que se localizam no universo partidário em diferentes posturas, de acordo com o projeto e táticas que utilizam nas frentes de luta em que atuam. Apesar de, publicamente elas se fecharem entorno de uma única política, em seu interior há uma viva discussão de ideias, propostas e comportamentos políticos expressos em seus dirigentes e parlamentares que se proclamam em posições distintas e, muitas vezes antagônicas.

## Considerações finais

Na atual etapa do capitalismo existe um impressionante contraste entre as condições de vida da população mundial, em sua maioria, quase sempre condenada a experimentar as agruras da fome e da miséria, tanto material, quanto intelectual e espiritual. Enquanto isso, alguns poucos privilegiados usufruem plenamente do desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico das forças produtivas que foi possível até aqui alcançar graças ao conjunto do esforço social.

Esse quadro de crescente concentração de renda e poder mostra que estamos diante de formidáveis desafios políticos e organizativos nos itinerários que poderão levar à superação dessa calamitosa realidade para milhões de seres humanos no mundo inteiro e que coloquem, na ordem do dia, novas formas de se viver em sociedade, pautadas num programa de transição para o socialismo, imbuído de justiça, solidariedade e partilha equânime da riqueza socialmente produzida.

Essa é uma tarefa de grande magnitude, mas exequível, na atual etapa da luta de classes, e os desafios necessários a sua execução se colocam diante de todos nós que não suportamos, como sendo um fatalismo, que quaisquer representantes da humanidade estejam à margem dos processos de participação política, econômica, cultural, educacional e do acesso à riqueza material socialmente produzida, embora saibamos que os instrumentos políticos nacionais e internacionais para contribuir com a viabilização deste projeto de sociedade estão longe de serem alcançados.

Sumariamente, esses são apenas alguns dos elementos das crises e das possibilidades históricas que julgamos serem importantes de serem considerados como fatores que motivam aqueles que estão preocupados em estudar os trabalhadores em educação, ou melhor, compreender o papel, tanto das suas entidades

nacionais e internacionais, como também das suas associações e dos seus sindicatos de base, fragmentados e espalhados por todo o Brasil e diferentes regiões do mundo!

Alguns pesquisadores iniciantes ou mesmo mais experientes na pesquisa acadêmica nacional e estrangeira que se interessam por temáticas inerentes ao universo do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação, foram ou continuam atuantes nas fileiras das entidades estudadas e suas congêneres.

Essa problemática não é nova e remonta às origens dos programas de pós-graduação em diferentes áreas, como é o caso da sociologia, da política, da história, da antropologia, da educação, entre outras. Se por um lado as pesquisas na área vêm se intensificando, numérica e substancialmente, por outro, estamos longe do ideal.

Como vimos, ao longo dessas linhas, vários são os fatores que estão associados à ampliação dos estudos nesse campo e entre eles podem ser lembradas as motivações e preocupações acadêmicas e políticas que estão associadas ao processo histórico e social que vem sendo caracterizado de precarização do trabalho na educação, ou ainda a proletarianização do professor e demais sujeitos coletivos do mundo do trabalho educacional.

Essa proposição tem funcionado como eixo norteador seguido por muitos estudiosos preocupados em compreender as causas e os efeitos desse processo. Outro aspecto importante diz respeito à crise do chamado socialismo real; seus efeitos sobre os ativistas sindicais e políticos que procuraram compreender esse fenômeno, também, no âmbito da pesquisa e do debate acadêmico, e isso em uma época histórica emblematicamente, marcada pelos episódios da Queda do Muro de Berlim e do desmonte do Estado soviético.

Houve ainda o esgotamento do chamado novo sindicalismo, do qual, inclusive, os movimentos, a capacidade organizativa e de mobilização social dos trabalhadores em educação foram muito



importantes e contribuíram de forma decisiva na constituição no Brasil, nos primórdios da década de 1980, da sua principal expressão sindical contemporânea: a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Simultaneamente, e isso não podemos esquecer, nesses tumultuados anos dos fins da década de 1970 e início dos anos 1980 do século XX, muitos desses militantes postularam, defenderam e assumiram papéis fundamentais na urdidura e construção do Partido dos Trabalhadores (PT).

Com isso o partido se consolidou e, paulatina e irresistivelmente, seus militantes ocuparam os mais diversificados espaços institucionalizados no Estado brasileiro, elegendo vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores e presidentes da República, além de povoarem esses recintos com um número incalculável de assessores, ministros e secretários que passaram a atuar em todas as esferas dos poderes legislativos e executivos do país.

O PT, em pouco mais de uma década, não apenas cooptou e arastou para as fileiras do partido e dos aparatos estatais, contingentes inimagináveis de ativistas sociais, como também, no exercício das administrações, reprimiu e endureceu nas negociações com os representantes dos movimentos sociais, que salvo raras exceções, consideravam esses governos como sendo “seus”. O agravamento dessas contradições trouxe enormes questionamentos e a formulação de algumas importantes perguntas para aqueles pesquisadores que conheciam bem de perto essa preocupante realidade e chamavam os governos petistas de democráticos e populares.

Houve também aqueles que evitaram o processo de burocratização nas máquinas partidárias ou sindicais e procuraram a vida acadêmica como uma espécie de fuga do trabalho esgotante que se opera na educação básica e a possibilidade de inserção no ensino superior, capaz de oferecer salários e condições de trabalho mais satisfatórias e capazes de dignificar o seu labor. Para o propósito

desses escritos, sobre essa última questão, não nos parece adequado discuti-la apressadamente, sendo necessário retomá-la em outra oportunidade.

Enfim, esses foram alguns dos aspectos que trouxeram essas inquietações e considerações para o estímulo dos estudos e o esforço de se realizar a compreensão crítica do papel histórico, político e social do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação e o significado das ações de solidariedade que produzem para contribuir com a superação da exploração reinante na sociedade capitalista.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. In: Navarro L, Lourenço EAS, organizadoras. **O avesso do trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões; 2013. p. 21-28.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I, Tomo 2 (Col. Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**: Capítulo VI (inédito): resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

# CONTRIBUIÇÕES INTER E MULTIDISCIPLINARES DA “ENGENHARIA MACKENZIE” PARA O DESENVOLVIMENTO DE SÃO PAULO (1900-2000)

**Marcel Mendes**

## Introdução

Do seletivo grupo de estabelecimentos de ensino superior criados no século XIX, a Escola de Engenharia Mackenzie College<sup>1</sup> ocupa lugar de destaque, já pela circunstância de ter sido, no campo da engenharia, a primeira Escola não-pública a funcionar no Brasil. Inaugurada em 1896, manteve-se no mesmo endereço, no centro de São Paulo, até os dias atuais, onde é conhecida como Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie ou, simplesmente, “Mackenzie”. Seu surgimento (1896) deu-se dois anos depois da criação da Escola Politécnica de São Paulo (1894), da qual não distava mais de três quilômetros: uma Faculdade de natureza privada, índole protestante, inspirada em modelo norte-americano. Ambas as Escolas, com trajetórias iluminadas por vigorosos focos de semelhanças e de contrastes, foram únicas

---

1 O nome Escola de Engenharia Mackenzie College vigorou desde a fundação, em 1896, até 1934, quando foi alterado para Escola de Engenharia Mackenzie. A partir da criação da Universidade, em 1952, essa designação foi modificada novamente, passando para Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie. Depois de 1999, com a mudança do nome da Universidade, nova alteração foi introduzida, desta vez para Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Nesta apresentação, as próximas referências serão uniformizadas com a designação Escola de Engenharia Mackenzie.

no Estado de São Paulo, durante meio século. Somente por volta de 1950 é que começaram a surgir, em São Paulo, engenheiros que não vinham da Praça Coronel Fernando Prestes nem da Rua Maria Antônia: a Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), sob a orientação do Padre Sabóia de Medeiros, formava seus primeiros profissionais. É verdade que, à época, engenheiros oriundos de outros estados já se deslocavam para a capital paulista, em busca de desafios profissionais, o mesmo acontecendo com profissionais graduados no exterior.

Relativamente ao ensino ministrado na Escola de Engenharia Mackenzie, os textos de Mendes (1999, 2000) são elucidativos do modelo adotado e de suas peculiares características. Destas, ressalta a conjugação simultânea de fundamentos teóricos com o exercício de bases práticas – marca que notabilizou a Escola. Deve-se deixar claro, contudo, que a pesquisa institucionalizada, com bases científicas, apresentou-se sempre no Mackenzie como uma das suas expressões mais modestas. Concorreram para essa rarefação de produção, pelo menos, os seguintes fatores: a) modelo educacional herdado dos *colleges* norte-americanos; b) infraestrutura de laboratórios reduzida à escala didática; c) limitação de recursos financeiros, considerando-se as poucas alternativas de receita da Instituição; d) exiguidade dos espaços do *campus*; e) tardia implantação da Pós-graduação.

O que se propõe neste breve escrito é a tese de que a escassa prática da pesquisa científica e tecnológica institucionalizada não teria impedido que a Escola de Engenharia Mackenzie contribuísse de modo considerável para o desenvolvimento de São Paulo, paralelamente à respeitável Escola Politécnica de São Paulo. Para que esta proposta tenha alguma viabilidade de sustentação, devem ser identificados elementos compensatórios para preencher as lacunas deixadas pelo Mackenzie, sendo necessário, portanto, flexibilizar e ampliar a ideia de ‘pesquisa institucionalizada’

e tentar uma avaliação dos instrumentos substitutivos, a partir dos resultados alcançados.

Com efeito, é de se presumir que a transformação da cidade de São Paulo, intensificada a partir do limiar inicial do século XX, para se tornar metrópole já nas primeiras décadas e impor-se como polo industrial antes de 1960, tenha incorporado significativas influências gestadas nas entranhas das duas únicas escolas de engenharia estabelecidas em São Paulo. Esta proposição não se encontra inteiramente demonstrada, contudo algumas produções acadêmicas e literárias sinalizam a existência desses nexos.<sup>2</sup>

Analisando o significado do surgimento da Escola Politécnica de São Paulo como agente polarizador do ideal de progresso e modernização<sup>3</sup> de São Paulo, Nadai (1981) identifica os traços desse ideário e os associa fortemente aos projetos da classe dominante da época, que denomina “burguesia cafeeira”. A autora refere-se à necessidade de formação de uma nova burocracia que, marcada pela competência, estivesse apta para a organização, a administração e os serviços do denominado “Estado progressista e modernizador”:

As escolas superiores vieram suprir, assim, necessidades bem concretas, desempenhando um papel preciso. Isto porque, iluminação pública, os telefones, as estradas de ferro vinham praticamente em bal das dos países exportadores. Competiria, portanto à Escola, fundamentalmente, treinar mão de obra

---

2 Ver, por exemplo: Azevedo, 1996; Cano, 1990; Dean, 1991; Ferri & Motoyama, 1979; Fétizon, 1986; Ficher, 1989; Gama, 1985; Motoyama [Org.], 1994; Nadai, 1981; Nagamine, 1994,1999; Santos, 1985; Souza, 1994 e Telles, 1984,1993.

3 Pretende-se, neste breve texto, abrir mão de conceituar termos como desenvolvimento, modernização e progresso deixando, portanto, de se atender a uma exigência hermenêutica que conduziria à discussão dos múltiplos sentidos que lhes atribuem as correntes ideológicas, ao longo do tempo. Contudo, quaisquer que sejam os seus significados implícitos, não deveriam estar dissociados de um nítido compromisso com o bem-estar social.

para supervisionar a montagem, dirigir e coordenar a execução e o funcionamento e avaliar o rendimento de todos aqueles bens. (NADAI, 1981, p. 349)

Por outro lado, é certo que personalidades que se projetaram a partir da Escola Politécnica tenham exercido marcante influência no processo de desenvolvimento de São Paulo, bastando que, para esta proposição, mencionem-se algumas figuras das primeiras décadas do século XX, como Alexandre Albuquerque, Antonio Augusto de Azevedo Antunes, Eduardo Celestino Rodrigues, José Carlos Figueiredo Ferraz, Luiz Ignácio de Anhaia Melo, Mário Lopes Leão, Olavo Setúbal, Oscar Costa, Paula Souza, Plínio de Queiroz, Prestes Maia, Ramos de Azevedo, Roberto Simonsen, Salvador Arena, Vicente Chiaverini, Vitor da Silva Freire, dentre mais de uma centena de lideranças empresariais e políticas, aqui arroladas em simples ordem alfabética. Demonstrar as respectivas interações não constitui foco de interesse deste ensaio, desde que se faça aqui o registro de que a historiografia de São Paulo ressentiu-se da rarefação de títulos alusivos ao tema.

De sua parte, a hipótese de uma participação significativa da Escola de Engenharia Mackenzie no processo de industrialização, urbanização e verticalização de São Paulo, na primeira metade do século XX, foi apresentada por Mendes (1999, 2000). Também Gomes (1999, 2000), em recente tese de doutorado já transformada em livro, abordou aspectos conceituais relativos à contribuição oferecida pelo Mackenzie – especialmente sua Escola de Engenharia – para a formação da mentalidade do empresariado industrial em São Paulo, entre 1870 e 1914. Nenhuma outra referência bibliográfica habilita-se à menção, ainda que, de forma indireta, possam ser alistadas contribuições de Azevedo (1997), Garcez (1970), Ferri & Motoyama [Orgs.] (1979), Telles (1984,1993) e Vasconcelos (1992). Esses autores consignaram indicações

singulares e pontuais do ensino de engenharia no Mackenzie, para creditar a alguns de seus professores e egressos posições de pioneirismo e inovação. A rara bibliografia sobre a matéria não impede que se admitam como possivelmente significativas as interações da Escola de Engenharia Mackenzie com o processo de desenvolvimento de São Paulo, em suas dimensões de industrialização, urbanização e verticalização. Acolhida essa hipótese, caberia conduzi-la segundo duas vertentes, a saber: a) por meio da atuação do Mackenzie como Instituição de ensino superior orientada por estratégias e metodologias próprias, que derivavam dos princípios inspiradores de seu modelo, plasmados em matriz norte-americana e norteados por filosofia pragmática e progressista; b) pela forte influência exercida no processo de formação profissional, voltada para a atuação criativa, empreendedora e solidária, de modo a assegurar a seus formandos uma rápida inserção no mercado de trabalho, mantendo-se com esse mesmo mercado, especialmente o segmento industrial, uma sólida relação de sincronia, intercâmbio e cooperação.

Uma vez admitido como ‘capital humano’, o conjunto dos professores que atuavam na Escola de Engenharia Mackenzie, mais os estudantes que frequentavam as respectivas salas e instalações, bem como os profissionais egressos da Escola, o balanço de suas contribuições para o progresso de São Paulo deve ostentar potencial incalculável. Esta é uma proposição que, de modo semelhante, para sustentar-se, necessita de demonstração, em ocasião e lugar próprios. Nesse sentido, as contribuições de Gomes (1999) articulam a discussão das origens do empresariado industrial brasileiro, identificando-se, a respeito, duas correntes teóricas, das quais uma acredita que essa origem situa-se nas elites cafeeiras do país, enquanto a outra defende a tese de que o empresariado industrial brasileiro “surge longe das famílias ligadas à produção e ao comércio do café” (GOMES 1999, p. 189),

encontrando-se associado, seu surgimento à burguesia comercial, de origem imigrante, que surgiu no Brasil no início do século XX.

Tratando da contribuição da Escola de Engenharia Mackenzie para a formação da mentalidade do empresariado industrial em São Paulo, entre 1870 e 1914, depois de referir-se à pesquisas empreendidas pelo autor e por outros estudiosos do tema, o mesmo autor oferece, à guisa de conclusão parcial, os seguintes parágrafos:

A criação da Escola de Engenharia Mackenzie College insere-se, portanto, neste ciclo de desenvolvimento educacional e industrial. A sua importância decorre de ter repartido com a Politécnica de São Paulo o privilégio de contribuir para a formação da mentalidade empresarial de São Paulo a partir do paradigma protestante, presbiteriano, norte-americano. (GOMES, 1999, p. 194).

A Escola de Engenharia Mackenzie College colaborou intensamente para a implantação do capitalismo industrial em São Paulo, formando uma parte considerável da classe empresarial paulista” (GOMES, 1999, p. 204).

As referências aqui reproduzidas, ainda que esparsas, deveriam suscitar o aprofundamento dessa análise, do que se abre mão, momentaneamente. Podem conduzir, contudo, à reflexão em torno de aspectos ainda não contemplados na historiografia, relativamente à influência e participação da Escola de Engenharia Mackenzie no processo de desenvolvimento de São Paulo.<sup>4</sup> Nas palavras de Henrique Pegado, empresário da construção

---

4 A título de registro, menciona-se o fato de que o Mackenzie College participou, ao lado de empresas como General Electric, Ford Motor Company, Singer Sewing Machine Co., City Bank, Brasil Land & Cattle Packing Co., United States Steel Products, Armour do Brasil e Standart Oil, da



civil, ex-presidente do Instituto de Engenharia, diretor da Escola de Engenharia Mackenzie e primeiro reitor da Universidade [Presbiteriana] Mackenzie:

A história desta Escola apresenta fatos que seria interessante trazer ao conhecimento público, e a ela estão ligados os empreendimentos de ex-alunos, cujas obras em todos os setores da engenharia e arquitetura constituem o exemplo concreto da contribuição da Escola de Engenharia Mackenzie para o progresso da Nação (PEGADO, 1946, p. 22).

Com tal expectativa colocada diante dos olhos, nada melhor que fracionar o cenário, segundo as diversas modalidades em que se desdobra o vasto campo da engenharia. É o que se passa a fazer.

## Interações no campo da Engenharia Civil

Curiosamente, o propósito do advogado e filantropo norte-americano John T. Mackenzie (1818-1892), ao destinar considerável parte de sua fortuna a um empreendimento educacional em São Paulo, que veio a ser a própria Escola de Engenharia Mackenzie, tinha em vista implantar “uma Escola capaz de ensinar à mocidade brasileira os modernos conhecimentos da tecnologia relacionada com o transporte ferroviário” (GARCEZ, 1970, p. 110). Ainda que tal intenção não tivesse se cumprido inteiramente, foi no campo da engenharia civil que se desenvolveram os primeiros programas de formação de profissionais de nível superior, dando origem às turmas de 1900 até 1917, quando passaram a se graduar, também, os primeiros químicos industriais e, em 1918, os primeiros engenheiros mecânicos-eletricistas, seguidos,

---

fundação, no ano de 1919, da Câmara Americana de Comércio de São Paulo (UPDATE, ano XV, nº 344, 5/julho/1999, p. 11).

em 1919, dos engenheiros-arquitetos, cujo curso se iniciara em 1917 como área de habilitação contida nos contornos da engenharia civil.

Dentro do campo da Engenharia Civil, os profissionais das primeiras décadas dedicaram-se, em significativo número, à área da Topografia e Geodesia e suas aplicações, nelas, situando-se as interfaces com a Geologia e a Mineralogia. O primeiro engenheiro formado pelo Mackenzie, Alexandre Mariano Cococi, fez carreira nessa área, tanto no âmbito do Estado de São Paulo como no do município da Capital, cuja planta completa da área urbana Cococi, elaborou no ano de 1902.<sup>5</sup> Da Escola de Engenharia levaram os engenheiros civis uma formação que lhes conferia as atribuições próprias de Agrimensor. Desde a primeira turma até a atualidade, todos os estudantes de engenharia tiveram que cumprir o Acampamento de Topografia, que obrigava à prática de intensos trabalhos de campo, em condições reais, ao longo de duas semanas, cada ano, com a utilização de instrumentos para a topografia plani-altimétrica e para a astronomia de campo. A urbanização de São Paulo, a modernização das ferrovias e o desenvolvimento do rodoviarismo no Estado haveriam de constituir espaços de atuação para esses profissionais. Cabe registrar, ainda, que o Mackenzie dispunha de área no município de Guarulhos, com 570.000 m<sup>2</sup>, destinada por força de cláusula testamentária, à prática de Topografia e Geodésia.

Na área de especialidade em estruturas de concreto, devem ser referidos aspectos de pioneirismo assinalados pelo Mackenzie e por aqueles que pela Escola se formaram. O primeiro aspecto refere-se à presença do ensino de Concreto Armado, como capítulo próprio, já no ano de 1913.<sup>6</sup> Comparativamente à Escola

---

5 Existe cópia dessa Planta no Centro Histórico e Cultural Mackenzie.

6 Ver Prospecto do Mackenzie College e Escola Americana, ano de 1913, p. 36.

Politécnica, Vasconcelos (1992), observa que o Concreto Armado figurou, pela primeira vez, como matéria, em 1912, mas não se tratava, ainda, de disciplina própria, apenas de conteúdo agregado. Quanto à identidade explícita da disciplina, o autor acrescenta que, somente em 1932 é que aparece pela primeira vez a menção do Concreto Armado como capítulo separado (1992, p. 1, v. II). Na forma de livro, o primeiro texto surgido no Brasil foi de autoria de R. B. Clark, professor da Escola de Engenharia Mackenzie que, em 1918, publicou *Construções em Concreto Armado*, com 183 páginas (Vasconcelos, 1992, p. 3, v. II). As limitações da obra encontram-se justificadas pelo estágio incipiente em que se encontrava a teoria, em especial, fora da Europa. Naquele continente, autores alemães, ingleses e franceses já haviam oferecido contribuições marcantes, no limiar do século XX.

Na mesma área de Concreto e suas aplicações, deveriam ser mencionados nomes como: Antonio Luiz Ippolito, Arthur Luiz Pitta, Henrique Pegado, Humberto Fonseca, Maria Azevedo Noronha, Nelson de Barros Camargo, Nilo Andrade do Amaral, Roberto Frade Monte, Roberto Rossi Zuccolo, Waldemar Tietz. Todos estes engenheiros, ligados ao Mackenzie pelas condições de professores, ex-alunos ou colaboradores das publicações técnicas, tiveram marcante participação na história do Concreto no Brasil, portanto, de São Paulo. Quanto a Humberto Fonseca, por longos anos professor da Escola de Engenharia Mackenzie, foi presidente da Comissão da ABNT, encarregada de redigir a primeira Norma Brasileira para cálculo e execução de concreto armado (Vasconcelos, 1992). Outra referência a Humberto Fonseca situa-o como autor dos projetos de obras de arte da Ferrovia Mairinque-Santos, em que foram alcançados diversos recordes mundiais, de distintas naturezas. Ao lado do nome de Gaspar Ricardo Júnior, docente da Escola Politécnica, deve figurar o de Humberto Fonseca. Segundo registra Vasconcelos (1992):

“O que marcou mais profundamente o desenvolvimento do Brasil foi, sem dúvida, o da realização grandiosa de Humberto Fonseca: o maior conjunto de obras-de-arte em volume de concreto no mundo, em obras ferroviárias.” (VASCONCELOS, 1992, p. 201-202, v. I). A propósito desse notável empreendimento da engenharia nacional, cabe consignar, uma vez mais, a existência de injustificada lacuna bibliográfica.

A Escola de Engenharia Mackenzie, nas primeiras décadas de seu funcionamento, marcou, também, posição vanguardeira no ensino de Concreto Protendido. Atuaram, no seu corpo docente, extraordinários nomes: Augusto Carlos Vasconcelos, José Carlos Figueiredo Ferraz e Roberto Rossi Zuccolo. Já em 1954,<sup>7</sup> época que ainda não oportunizara em outras escolas de engenharia do País o ensino autônomo da matéria, era contratado o Professor José Carlos Figueiredo Ferraz para lecionar Concreto Protendido: deixava essa matéria, desde o ano anterior,<sup>8</sup> de ser capítulo do Concreto Armado para constituir disciplina específica. Quanto a Roberto Rossi Zuccolo, que se formara no Mackenzie e se fizera professor catedrático na mesma Escola, Vasconcelos (1992) afirma que foi ele o primeiro a executar projetos estruturais de concreto protendido em São Paulo, fazendo jus ao título de “pai do concreto protendido no Brasil” (VASCONCELOS, 1992, p. 49, v. II).

Na área de Mecânica dos Solos, Geotecnia e Fundações, destacou-se a Escola de Engenharia Mackenzie em vários aspectos de pioneirismo e referencial de qualidade. Merece ser reproduzido o texto de Vargas (1994), relativamente a Alberto Ortenblad, que se formou no Mackenzie, em 1922:

No campo da pesquisa acadêmica, a primeira publicação de um brasileiro sobre pesquisa relacionada

---

7 Anuário da Escola de Engenharia Mackenzie – ano 1954, p. 7.

8 Anuário da Escola de Engenharia Mackenzie – ano 1953, p. 234.

com solos, foi a tese de Alberto Ortenblad, defendida no M.I.T., a teoria matemática do processo de adensamento das argilas, publicada em 1925, no “Journal of Mathematics and Physics” de Boston. Esse foi o primeiro trabalho brasileiro que influenciou o desenvolvimento da então recém-criada nova ciência aplicada: a Mecânica dos Solos, inaugurada por Karl Terzaghi em 1925, com a publicação de seu livro “Erdbaumechanik”. Ortenblad republicou seus estudos na Revista de Engenharia Mackenzie, em São Paulo, em 1928 e 1932. (VARGAS, 1994, p. 159)

Enquanto na Escola Politécnica de São Paulo – segundo registra o mesmo autor em capítulo sobre a Tecnologia no Brasil (FERRI & MOTOYAMA, 1979, p. 345) – a Mecânica dos Solos passou a constituir disciplina autônoma em 1947, no Mackenzie, essa disciplina já constava do currículo em 1943<sup>9</sup>, separando-se em definitivo em 1945, ano em que se verificava o início de instalação do respectivo Laboratório, em consórcio com a empresa Geotécnica, vanguardeira no Brasil das tecnologias associadas às fundações.<sup>10</sup> O primeiro docente da disciplina, tal como na Politécnica, foi o Professor Odair Grillo, seguindo-se outros nomes de destaque no contexto dessa nova ciência: Victor F. B. Mello, Sigmund Golombeck, Alberto Henriques Teixeira, Nelson Silveira Godoy. Desde essa época, o campo da Mecânica dos Solos e o das Fundações foi ocupado por crescente número de consultores, projetistas e empresas de execução, figurando na liderança desses nomes e escritórios, engenheiros que se formaram no Mackenzie.<sup>11</sup>

---

9 Prospecto da Escola de Engenharia Mackenzie – ano de 1942, p. 42.

10 Anuário da Escola de Engenharia Mackenzie – ano de 1945, p. 9.

11 A título de ilustração, mencionam-se alguns nomes de profissionais oriundos do Mackenzie, atuantes na área de Mecânica dos Solos e Fundações, em São Paulo: Alberto Collier Viana, Eduardo José Portella, Enos Facchin, Frederico Pires Gabrielli, Ivan Grandis, Ivan Joppert, José Luiz de Paula Eduardo, Marcos Lima Verde Guimarães, Mauri Gotlieb, Samuel Kerr, Urbano Rodrigues Alonso, dentre outros. No conjunto, esses profissionais projetaram ou executaram fundações de

Cabe reafirmar que, tanto o desenvolvimento do Concreto Armado como o progresso da Mecânica dos Solos impulsionaram, sob o aspecto da viabilidade tecnológica, a verticalização das cidades brasileiras, particularmente de São Paulo. Essa interação ‘ciência – tecnologia – adensamento urbano’ reforça as evidências de que a Escola de Engenharia Mackenzie, ao lado da Escola Politécnica de São Paulo, exerceu significativa influência sobre o desenvolvimento de São Paulo em suas dimensões de urbanização e industrialização.

Relativamente à hipótese de que a verticalização de São Paulo tenha acolhido influências nascidas na Escola de Engenharia Mackenzie – por seus docentes ou egressos – cabe registrar aqui a referência de Souza (1994):

Segundo depoimento [do historiador] Carlos Lemos, o engenheiro Cipriano Marques Filho, formado em Engenharia pelo Mackenzie em 1947, é o precursor e idealizador da incorporação na produção de edifícios, pois ficou bastante interessado na questão do cooperativismo, base da sua ação e trabalho no processo de construção de edifícios. Nessa perspectiva ele criou o “condomínio pelo preço de custo” (SOUZA, 1994, p. 98-109).

Continuando na trilha da verticalização de São Paulo, mencionam-se a seguir alguns nomes do empresariado paulista que marcaram época e ganharam notoriedade pelo vigor de seus empreendimentos. Todos se formaram no Mackenzie: Adolfo Lindenberg, Alceu Vezozzo, Daniel Sydenstricker, Eduardo Lee, Fernando Gasparian, Henry Maksoud, José Celestino Bourroul, José Jesus Álvares da Fonseca, Lívio Malzoni, Luiz Carlos Berrini,

---

mais de dez mil prédios em São Paulo. Não existe bibliografia atinente à matéria, apenas registros documentais nos próprios escritórios, à disposição de eventuais pesquisadores.

Max Förtner, Octávio Camilo Pereira de Almeida, Omar Maksoud, Oscar Americano, Paulo Wysling, Pedro Pedrossian, Renato Moraes Dantas, Ricardo Yazbeck, Roberto Rossi Zuccolo, Romeu Chap-Chap, Rudolf Schwark, Samir Jubran, Samuel Kohn, Schaim Cury, Seigmundo Wolosker, Sylvio Jaguaribe Ekman, Sylvio Passarelli, Victor Kesslerling, Waldomiro Zarzur. Atrás dessas figuras, encontram-se as maiores empresas de projeto, construção e incorporação de São Paulo.

Tendo a Escola de Engenharia Mackenzie iniciado, já no ano de 1917, o curso de Engenheiros-Arquitetos, durante trinta anos contribuiu com a formação desses profissionais até que, em 1947, nascesse a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, logo depois integrada à Universidade. Dessas gerações de arquitetos e urbanistas alguns viriam a se notabilizar pelas suas realizações: Alberto Botti, Carlos Lemos, Igor Sresnevsky, Ítalo Martinelli, Jaime Fonseca Rodrigues, Jorge Wilhelm, Júlio Neves, Marc Rubin, Miguel Forte, Oswaldo Arthur Bratke, Paulo Mendes da Rocha, Plínio Croce, Tito Livio Frascino, dentre outros. À frente desses nomes encontrava-se Christiano Stockler das Neves, primeiro coordenador do Curso (1917) e primeiro diretor da Faculdade (1947) e, de cujo currículo profissional constam numerosas contribuições arquitetônicas para São Paulo, inclusive uma rápida passagem pela Prefeitura da Capital. É evidente que esses arquitetos oriundos do Mackenzie, ou nele atuantes como docentes, exerceram influência no desenvolvimento de São Paulo, sob a óptica de metrópole densa e complexa, de soluções arquitetônicas e urbanísticas questionáveis. Quanto a essa interação, a historiografia correspondente também se apresenta silente.

## Ineditismo na Engenharia Aeronáutica

A pesquisa documental nos arquivos do próprio Mackenzie permite registrar um fato quase desconhecido da comunidade:

a Escola de Engenharia Mackenzie fez funcionar, a partir de 1932, o curso de Engenharia Aeronáutica, o primeiro do Brasil, destinado a atender às necessidades da aviação dentro de um cunho teórico e prático. (Mendes, 2000). Nenhuma turma chegou a se formar, pois, dentre outros óbices, faltava o paradigma de Escola Oficial para equiparar esse curso, tornando-o, em consequência, estranho à legislação vigente.<sup>12</sup> Professores nacionais e norte-americanos constituíam o incipiente corpo docente. Este trazia a inspiração de um grupo de engenheiros e estudantes que haviam fundado, em 15 de novembro de 1931, o “Club Mackenzie de Planadores” e construído, no mesmo ano, o primeiro planador do Brasil.<sup>13</sup> Seu primeiro presidente foi Georges Corbisier, de nacionalidade francesa, formado na Escola de Engenharia Mackenzie, em 1913 e, dessa mesma diretoria, fazia parte Henrique Santos Dumont, irmão do “pai da aviação”. Era também, Corbisier, presidente do Aero Club Brasileiro e ministrava a disciplina “História da Aeronáutica” no curso instalado pelo Mackenzie. No ano de 1934, a *Revista de Engenharia Mackenzie* publicava matéria com o título “A contribuição do Club Mackenzie de Planadores ao desenvolvimento da aviação em São Paulo.”<sup>14</sup> Anos depois, como resultado de campanha empreendida pelos estudantes de engenharia do Mackenzie, para a qual contaram com a colaboração do jornalista Assis Chateaubriand, a empresa Hime & Cia., do Rio de Janeiro, ofertou para a entidade ‘mackenzista’ um avião, para exercício de pilotagem. Os alunos do Mackenzie batizaram-no de “Paulo de Frontin”, em homenagem ao patrono da engenharia brasileira.<sup>15</sup>

---

12 O Prospecto do Mackenzie College – ano de 1933, apresenta o rol das disciplinas (p. 57).

13 Boletim da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, ano XVI, número 20, 1946, p. 6.

14 *Revista de Engenharia Mackenzie*, ano XIX, número 62, junho de 1934, p. 1-3.

15 Anuário da Escola de Engenharia Mackenzie – ano de 1942, p. 34.



Na década de 1940, o Professor Sergio Sonnino, doutor pela Universidade de Pisa e titular de Mecânica Racional do Mackenzie, organizou um curso de Aerodinâmica para Engenheiros, constituído de 30 aulas. Esse curso foi ministrado no Instituto de Engenharia de São Paulo, atraindo, não somente alunos e profissionais ‘mackenzistas’, mas recebendo apoio institucional da Escola Politécnica e da Reitoria da Universidade de São Paulo, que promoveu ampla divulgação do curso através dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Diário de São Paulo*, *Folha da Noite*, *Correio Paulistano* e *A Gazeta*. Nas comunicações de divulgação, o curso era apresentado como tendo “caráter de iniciação ao de Engenharia Aeronáutica, a ser introduzido na reforma do Ensino Superior, o que se espera ainda para este ano [1944]”.<sup>16</sup> O curso intercalava aulas teóricas do Professor Sergio Sonnino com palestras de engenheiros recém-chegados dos Estados Unidos, encarregados pelo governo brasileiro de implantar a Fábrica Nacional de Motores que, se esperava, daria concretude ao sonho de construir aviões no Brasil.<sup>17</sup> Esse curso recebeu o patrocínio de uma entidade denominada “Fundos Universitários de Pesquisas para a Defesa Nacional”. O término da II Guerra Mundial e o fim da ditadura Vargas determinaram, de certo modo, a desmobilização do curso que padecia, entre outras dificuldades, de carência de recursos financeiros.

A última referência ao tema aponta para o diretório estudantil dos alunos da Escola Centro Acadêmico Horácio Lane, que mantinha, até há poucos anos, não só um Clube Aeronáutico, como hangar e avião, e ministrava cursos especializados em mecânica de aviões e de pilotagem.<sup>18</sup> Mais uma vez, não existe nenhuma

---

16 Arquivo Histórico da Escola de Engenharia, volume “Correspondência” (ano de 1942).

17 Ver, por exemplo, “Curso de Aerodinâmica” na Revista de Engenharia Mackenzie, ano XXXI, n. 93, dezembro de 1946, p. 137-139.

18 Ver artigo “Aviões no Mackenzie”, na Revista MACKENZIE, ano IV, n.º 19, 2002, p. 16-17, de autoria de Marcel Mendes.

publicação que faça parte da respectiva historiografia, seja em âmbito nacional ou paulista.

## Parceria na Engenharia Elétrica

Os primeiros engenheiros mecânicos-eletricistas do Mackenzie formaram-se no ano de 1918, sendo que, a partir de 1936, passaram a ser conferidos títulos de “engenheiro civil-e-eletricista”. A habilitação exclusiva de engenheiro eletricista passou a ocorrer a partir de 1943. Levantamento feito pelo autor junto aos registros biográficos das doze primeiras turmas de mecânicos-eletricistas, formados pela Escola de Engenharia Mackenzie, revela que esses profissionais tinham três destinos concretos: o primeiro grupo fixava-se na indústria, então nascente, em especial a empresa General Electric. O segundo grupo ia trabalhar nas empresas ferroviárias, que cuidavam de eletrificar as linhas paulistas. O terceiro contingente destinava-se a suprir os quadros da Light & Power Co., que tinha a concessão dos serviços de eletricidade, desde a geração, e também dos serviços de bondes da Capital.<sup>19</sup>

O curso de Engenharia Elétrica no Mackenzie adquiriu, desde as suas origens, uma característica peculiar: desenvolvia-se fortemente associado à indústria. Empresas como General Electric, Pirelli, Philips, Siemens e Westinghouse mantinham parcerias que asseguravam a instalação de laboratórios no Mackenzie, ofereciam oportunidades de estágio e emprego, e promoviam a capacitação dos professores e dos alunos mais dotados, enviando-os para suas matrizes europeias ou norte-americanas, para períodos de permanência que variava de seis meses a dois anos. O caso clássico era o da empresa General Electric: dezenas de profissionais do Mackenzie aperfeiçoaram-se em Schenectady (Estado de Nova York), local de onde haviam vindo professores

---

19 Ver publicação s/data: “Engenheiros formados pela Escola de Engenharia Mackenzie College – Turmas de 1900 – 1931”.

e o próprio diretor do Curso, Professor Edward H. Weeden. A experiência mostrou-se interessante por várias razões, inclusive o fato de que a Escola de Engenharia Mackenzie jamais recebera dotações públicas para instalar os seus laboratórios e desenvolver pesquisas. Sua sincronia com o 'estado-da-arte' dava-se pela sólida relação com o segmento industrial que, de sua parte, colhia o benefício de recrutar profissionais que se adaptavam prontamente ao contexto produtivo. Alguns exemplos de sucesso pessoal ilustram esse perfil dos engenheiros formados pelo Mackenzie: Allain Belda, presidente da Alcoa mundial; Cezar Wronecker, da diretoria da Philips mundial; Dilson Funaro, empresário, ex-secretário estadual e ex-ministro; Hermann Wever, ex-presidente da Siemens; Flávio Itapura de Miranda e Raul de Sá Moreira, fundadores da empresa Máquinas Piratininga; Ignácio Pedro Abdukader, fundador e primeiro presidente da Inbelsa; Waldemar Clemente, fundador e primeiro proprietário da empresa Wallita.

Essa característica pode ser remetida à década de 1930: Pandiá Calógeras, presidente do Conselho do Mackenzie, era sócio-diretor da Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, primeira empresa do ramo elétrico instalada no Brasil.<sup>20</sup> Nessa empresa, tinha como sócio Francisco de Salles Oliveira, também diretor da Escola de Engenharia Mackenzie, entre 1934 e 1938, e irmão de Armando de Salles Oliveira que, além de homem público, era empresário do ramo de geração de energia elétrica<sup>21</sup>. Estas indicações, até de certo modo esparsas, apenas sinalizam a possibilidade de se aprofundarem pesquisas a respeito da participação da Escola de Engenharia Mackenzie, tanto pela sua comunidade acadêmica como pela influência, no empreendedorismo característico de seus egressos.

---

20 Ver capítulo de Milton Vargas: A Tecnologia no Brasil, in: Ferri & Motoyama (1979, p. 354).

21 De Lorenzo e Costa (1997, p. 175).

Para completar o presente tópico, deve-se ainda consignar que a implantação das grandes hidrelétricas no Estado de São Paulo contou, também, com a participação de engenheiros formados pelo Mackenzie. O reconhecimento formal desse mérito deu-se, emblematicamente, pela edição do Decreto nº. 41.333, de 22 de novembro de 1996, do Governo do Estado de São Paulo, que atribuiu à Usina Hidrelétrica Capivara, no Rio Paranapanema, o nome “Escola de Engenharia Mackenzie”. Nesse mesmo segmento, o de energia elétrica, constituiu-se no Mackenzie, no ano de 1974, um Centro dedicado a estudos, projetos, pesquisas e cursos, conhecido como “Cedis”. Ao longo de quase três décadas o Cedis promoveu centenas de cursos de atualização, extensão e aperfeiçoamento, todos eles em convênio com empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, tais como Eletrobrás, Eletropaulo, Cesp, CPFL, Eletronorte, Eletrosul, Bandeirantes, Elektro e Emae.

Por último, ainda no que tange à Engenharia Elétrica, pode-se referir que o Mackenzie, apesar da extrema limitação de seus laboratórios nas épocas correspondentes, participou significativamente dos estágios de implantação e desenvolvimento da Eletrônica no Brasil, o mesmo acontecendo com a televisão, desde a era do preto e branco, passando pela TV a cores e, mais recentemente, realizando pesquisas inéditas no Brasil, relativamente à televisão digital de alta definição. Mais uma vez esse feito se concretiza em parceria com o setor produtivo, confirmando uma vocação que remonta às origens.

## Engenharia Química e modernização

Relativamente à presença da Química, da Química Industrial e da Engenharia Química no Mackenzie, os registros documentais remetem ao ano de 1904, quando Alfred Cownley Slater, formado em Leeds, na Inglaterra, chegou ao Brasil e passou a trabalhar

na Instituição. Sendo portador, à época, de três títulos acadêmicos, trazia Slater já uma sólida formação, integrando a entidade Society of Chemical Industry, da Inglaterra. Com ele nasceu a Química do Mackenzie. Espírito investigativo e pragmático, lançou as bases dos cursos técnicos superiores e de químicos industriais, depois estendidos para a Engenharia Química. Ao seu lado formaram-se figuras de relevo do meio técnico nacional, todos trabalhando no Mackenzie e assessorando a nascente indústria química brasileira e paulista. Alguns desses nomes são: Adolpho Otto de Laet, Antonio Valente do Couto, Benedicto Novaes Garcez, Henrique Guilherme Thut e Rodolpho Felipe Krauer. Constituíam a 'elite' do corpo docente do Mackenzie: doutoraram-se e se fizeram catedráticos da Escola de Engenharia; dois tornaram-se reitores da Universidade [Presbiteriana] Mackenzie. Seguindo a tradição de publicar livros didáticos, fato que notabilizara Antonio Bandeira Trajano, com sua *Aritmética Elementar*, Eduardo Carlos Pereira, com sua *Gramática Expositiva*, Cecil Thiré<sup>22</sup> com seus livros *Questões de Aritmética e Exercícios de Álgebra* – todos esses autores eram do Mackenzie – Antonio Valente do Couto escreveu o primeiro livro didático de química para o nível secundário (ginasial, à época): *Química Teórica e Prática*.<sup>23</sup> Tanto esse autor, como os professores Laet e Krauer, trabalharam como consultores das Indústrias Químicas Elequeiroz, uma das pioneiras desse ramo no país. Valente do Couto tinha, em seu domicílio, um conhecido laboratório de análises químicas. Benedicto Novaes Garcez dedicou-se à questão têxtil brasileira, provocando da parte da empresa Moinho Santista a oferta, para a Escola

---

22 Cecil Thiré era filho do Prof. Arthur Thiré, que fez parte do corpo docente da Escola de Engenharia Mackenzie. A seu respeito existe o registro de que "teve a glória de ser o primeiro que no Brasil montou uma linha de transmissão de energia elétrica, numa distância de dois quilômetros." (Boletim da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, ano 1, nº 6, 4º trimestre de 1934). Quanto a Cecil Thiré, era engenheiro civil da turma de 1913 e se tornou catedrático de matemática do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

23 Anuário da Escola de Engenharia Mackenzie – Ano de 1934, p. 63.

de Engenharia Mackenzie, de um gabinete moderno para estudos de fibras. Esse oferecimento foi de tal porte, que no ano seguinte (1953) inaugurou-se no Mackenzie, um novo 'Laboratório Tecnológico de Fibras Têxteis'<sup>24</sup>, ao mesmo tempo em que se registrava que a empresa Westinghouse fizera a doação de um gabinete completo de Eletrônica.<sup>25</sup> Os dados documentais pesquisados conduziram ao prolongamento de menções de nomes e referências a fatos. Não é este o momento e o local próprio. Registram-se, entretanto, ainda, contribuições oferecidas por Mário Salles Bueno Penteado, formado pela Escola de Engenharia no ano de 1920. Destacou-se ele no campo do ensino da Química, como fundador das instituições Oswaldo Cruz, tanto em nível secundário e técnico, como superior. Teve, ainda, Penteado, uma participação expressiva na área de Farmácia, Bioquímica e Bromatologia, tendo publicado trabalhos científicos em revistas especializadas e congressos, no Brasil e no exterior.<sup>26</sup>

Num esforço de síntese, pode-se afirmar que a Escola de Engenharia Mackenzie, no campo da Química e da Engenharia Química, compreendendo as áreas da petroquímica e dos materiais poliméricos e cerâmicos, teve participação significativa na implantação e desenvolvimento industrial de São Paulo – tese que pode ser demonstrada sem qualquer mistificação da realidade. Tal escopo não está contemplado no presente ensaio. Quanto à historiografia correspondente, as referências são esparsas e escassas.

---

24 Anuário da Escola de Engenharia Mackenzie – Ano de 1953, p. 21.

25 Anuário da Escola de Engenharia Mackenzie – Ano de 1951, p. 165.

26 "Engenheiros formados pela Escola de Engenharia Mackenzie College – Turmas de 1900 – 1931" (s/data, p. 42-43).

## Pioneirismo na Escola Técnica

O início do ensino técnico no Mackenzie data de 1915 quando, no seio da Escola de Engenharia 'Mackenzie College', começou a ser ministrado o curso que formava Químicos Industriais. Essa modalidade ganhou novo enquadramento a partir de 1932, quando já se registrava no Mackenzie a presença de uma Escola Técnica, desvinculada da Engenharia, com a oferta de cursos de quatro anos de duração, que culminavam com o fornecimento do certificado de Técnico. No ano de 1933, oferecia o Mackenzie cursos técnicos de química industrial e química têxtil, logo acrescentados de eletrotécnica, mais tarde eletrônica, agrimensura e desenho técnico<sup>27</sup>. Anunciava-se, então, que esses cursos eram mais especializados que os de engenharia, exigindo-se dos candidatos, que tivessem completado o 'ginásio' da época. Do *Prospecto* de 1933 constava:

A orientação do curso segue essencialmente o sistema norte-americano, adaptado às condições nacionais. Os livros de aula, quando não existentes em português, serão em inglês; e, para facilitar aos alunos neste sentido, daremos aulas de inglês técnico. (p. 58)

Esses registros recuperam uma trajetória que permitia referências reiteradas de que o Mackenzie é que tinha introduzido no Brasil o ensino técnico, em nível médio, assim como o curso comercial e o secretarial.<sup>28</sup>

---

27 Os Prospectos do Mackenzie referiam-se, a cada ano, ao fato de que, em anexo à Escola Técnica, funcionavam cursos de "Auxiliares de Indústria".

28 O curso Comercial foi iniciado no ano de 1902, formando a primeira turma nos fins de 1903. Ver *Prospecto do Mackenzie College - Ano de 1932*, p. 19. Quanto à antiguidade dos cursos técnicos, ver *Anuário da Escola de Engenharia - Ano de 1951*, p. 163.

O tema do ensino técnico no Mackenzie merece capítulo próprio, dado ao porte que adquiriu ao longo dos 39 anos em que foi ministrado. O sucesso desses cursos poderia ser avaliado pelas carreiras dos profissionais, neles graduados, que interagiram com extrema eficiência com o segmento industrial de São Paulo. Cabe registrar uma particularidade: o ensino técnico no Brasil somente passou a ser reconhecido no ano de 1943, através do Decreto nº 11.307, de 13 de janeiro, depois modificado pelo Decreto nº 22.456, de 7 de fevereiro de 1947. Insere-se, essa legislação, no bojo das “leis orgânicas” que disciplinaram o ensino profissional e técnico no Brasil, suscitadas essas leis pelas entidades associativas de São Paulo, donde nasceu o sistema Senac/Senai. No Mackenzie, esse ensino datava, no mínimo, de 1932, fazendo-se em todas as comunicações a ressalva de que os cursos ainda não se encontravam oficializados.

Quanto ao ensino das práticas comerciais, também inédito no Brasil, havia sido constituída a Escola Técnica de Comércio, sobre as bases de 1902, que oferecia os cursos de contabilidade e secretariado, de sólida reputação em São Paulo e nítida marca de pioneirismo.

O balanço das contribuições para o progresso de São Paulo, ao longo das primeiras décadas do século, desses estabelecimentos nascidos no contexto da Escola de Engenharia Mackenzie, ainda está para ser tornado uma realidade.

## Revista de Engenharia Mackenzie

O primeiro número da *Revista de Engenharia Mackenzie*, de maio de 1915, propunha-se a preencher uma lacuna então já detectada no meio acadêmico e profissional, qual seja, a da escassa existência de periódicos qualificados que divulgassem os progressos da ciência e os avanços da tecnologia, tendo por cenário de interesse o campo da engenharia em suas múltiplas habilitações.



A longa experiência de edição e as expressivas citações bibliográficas que tiveram a *Revista* como fonte, evidenciam que esse desiderato foi alcançado, em parte, sobretudo, nas primeiras décadas de sua existência. Identificada a *Revista de Engenharia Mackenzie* como 'órgão dos alunos', contou, desde as suas origens, com a colaboração dos professores da Escola de Engenharia, não só na forma de trabalhos e textos, como na função de membros do 'conselho editorial', que apreciava com extremo critério os artigos oferecidos para publicação. Com efeito, poderiam ser citados inúmeros autores e textos que apresentam, até hoje, matéria de interesse, seja pela profundidade e ineditismo, seja pelo caráter científico e pela objetividade. O tema mereceria, por si só, a homenagem da pesquisa que tivesse como objeto os sessenta anos de produção da *Revista de Engenharia Mackenzie*.

Dentre os autores do primeiro período de circulação (1915–1929), considerando que a *Revista* viveu interrupções na sua periodicidade, citam-se aqui alguns nomes: Agenor Machado, Alberto Ortenblad, Alfred Cownley Slater, Antonio Luiz Ippolito, Arthur Motta, Benedicto Novaes Garcez, Charles Ossent, Christiano Stockler das Neves, E. O. Temple Piers, Eduardo Loschi, Francisco de Salles Oliveira, Geo Smith, Guilherme Witte, Henrique Pegado, João Bierrembach Lima, Jean Buff, Luiz Carlos Berrini, Miguel Arrojado Lisboa, Rudolf Kesserling, Vitoldo de Thimé, Wayman Holland Jr. e William Waddell. Esse reduzido grupo de autores, que representava parte do corpo docente da Escola e incluía alguns engenheiros formados no Mackenzie, tinha nacionalidades variadas: Brasil, Alemanha, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra, Rússia e Suíça. Essa diversidade trazia implícita a ideia de certa apropriação científica e tecnológica, o que, de fato, aconteceu no período.

Extenso seria o rol dos títulos dos trabalhos publicados, o que escapa dos limites deste capítulo. Cita-se aqui, apenas um, de autoria de Alberto Ortenblad, que se constituiu em marco referencial

para a nascente ciência-aplicada da Mecânica dos Solos, correspondendo ao resumo de um capítulo da tese de doutorado intitulada “*A Mathematical Theory of the Process of Consolidation of Mud Deposit*”, defendida no M. I. T. (Estados Unidos), em maio de 1926: “Análise da distribuição de esforços internos em uma massa homogênea de material granular embebido em água – A equação diferencial de Terzaghi.”<sup>29</sup>

Uma visão de sobrevôo permite observar que os temas da *Revista* versavam sobre: arquitetura, astronomia de campo, automóveis, barragens, concreto armado, eletricidade, estruturas metálicas, hidráulica, indústria têxtil, métodos matemáticos, máquinas e motores, tecnologia de construção civil, petróleo e outras fontes energéticas, pontes, saneamento, transportes, urbanismo e outras matérias. Evidentemente, devido ao próprio perfil dos cursos de engenharia do Mackenzie, de estreita relação com o setor produtivo, a *Revista de Engenharia Mackenzie* impôs-se como vetor de difusão do ‘estado-da-arte’, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social – traços necessários ao progresso de São Paulo.

## Considerações finais

O panorama esboçado permite que se afirme serem no mínimo instigantes as contribuições que a Escola de Engenharia Mackenzie teria oferecido para o desenvolvimento de São Paulo, nas primeiras décadas do século passado, sobretudo se essas interações forem consideradas em sentido lato, como se propõe. Nesse caso, deveria ser computado o conjunto dos empreendimentos tornados realidade por iniciativa daqueles que passaram pelo Mackenzie. O balanço desse acervo exigiria maior profundidade na pesquisa. Assim mesmo, as referências trazidas para este capítulo apontam para a amplitude e a diversidade dessa interação da Escola com o processo de desenvolvimento de São Paulo.

---

29 Revista de Engenharia Mackenzie, ano XIV, nº 48, setembro de 1928, p. 41-45.

Registram-se, portanto, apenas as indicações dessa influência do Mackenzie e dos ‘mackenzistas’ no processo de industrialização, urbanização e verticalização de São Paulo. Esse efeito caracteriza-se menos pelo desenvolvimento tecnológico induzido nos institutos de pesquisa e nos laboratórios da Escola e mais pelos traços nítidos de empreendedorismo e pragmatismo inculcados pelo Mackenzie no processo formativo e através da rápida inserção de seus profissionais no processo produtivo.

Adotada, portanto, a hipótese de participação da Escola de Engenharia Mackenzie no contexto de progresso e desenvolvimento de São Paulo – proposição que se habilita a ser demonstrada – pode-se inferir que o cenário desse processo compõe-se de variáveis mais complexas que aquelas já consideradas, uma vez que a identidade do Mackenzie, suas origens e diretrizes e seu potencial de influência, marcam-se mais pela diferença que pela relação de identidade com os modelos geralmente estudados.

Na tentativa de se atribuir significado para a influência exercida pela Escola de Engenharia Mackenzie no processo de desenvolvimento de São Paulo, é preciso admitir que a cosmovisão comunicada pela Escola encontra-se, com toda a probabilidade, refletida nas chaminés da São Paulo industrial e espelhada nos edifícios da maior concentração urbana do hemisfério sul. Enfim, segundo propõe Gramsci (apud EAGLETON, 1997, p. 111), podem-se captar “concepções de mundo” nas próprias manifestações da arte, do direito, da atividade econômica e em todas as expressões da vida individual e coletiva. Em outras palavras, é possível afirmar que os discursos da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade encontram sua concretude nas paisagens da Cidade de São Paulo, enquanto testemunham as contribuições científicas e tecnológicas da comunidade egressa da Escola de Engenharia Mackenzie.

## Referências

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Brasília: Ed. da UnB, 1996.

AZEVEDO, Fernando. Uma interpretação do Instituto Mackenzie. [artigo] **Revista FLEP 50 anos**. Conferência proferida em 20 de outubro de 1960. São Paulo: Mackenzie / Rissato Editoração, 1997.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

DE LORENZO, Helena Carvalho, COSTA, Wilma Peres da. (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Unesp / Boitempo, 1997.

FERRI, Mário G., MOTOYAMA, Shozo. (Orgs.) **História das ciências no Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 1979.

FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura. **Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo**. 1986. 3v. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 1986.

FICHER, Sylvia. **Ensino e profissão: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo**. 1989. 2v. Tese (Doutorado em História) – USP, 1989.

GARCEZ, Benedicto Novaes. **O Mackenzie**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1970.

GOMES, Antonio Máspoli de Araújo. **Espírito Protestante e Negócios: a contribuição da Escola de Engenharia do Mackenzie College para a formação da mentalidade do empresariado industrial em São Paulo entre 1870 e 1914**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, 1999.

GOMES, Antonio Máspoli de Araújo. **Religião, educação & progresso**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

MENDES, Marcel. **A Escola de Engenharia “Mackenzie College” e a questão do reconhecimento: (1932-1938)**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, 1999.

MENDES, Marcel. **Mackenzie no Espelho**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

NADAI, Elza. **Ideologia do progresso e ensino superior: (São Paulo 1891 - 1934)**. 1981. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1981.

NAGAMINI, Marilda. **Contribuição da Escola Politécnica da USP na tecnologia e industrialização no Brasil: (1880 – 1980)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1994.

NAGAMINI, Marilda. **Contribuições para a história da construção em São Paulo: o ensino e a pesquisa**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1999.

PEGADO, Henrique. A Escola de Engenharia Mackenzie e sua evolução. [artigo] **Revista de Engenharia Mackenzie**, São Paulo. ano 31, n.93, p. 19-22, dez. 1946.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Escola Politécnica da Universidade de São Paulo: 1894 - 1984**. São Paulo: EDUSP, 1985.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole: a verticalização de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1994.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil: Séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Clavero, 1984.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil: Século XX**. Rio de Janeiro: Clavero, 1993.

VARGAS, Milton, LIMA, Victor de Souza (Org.). **Contribuições para a história da engenharia no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1994.

VASCONCELOS, Augusto Carlos de. **O concreto no Brasil**. São Paulo: Pini, 1992. v. I e v. II.

# ARTISTAS E CATADORES/CATADORAS: HISTÓRIA ORAL E EXPERIÊNCIAS COM RESÍDUOS RECICLÁVEIS

**Alfredo Oscar Salun**

O presente texto tem sua origem em trabalhos apresentados em simpósios e publicados nos respectivos anais sobre as temáticas de educação, reciclagem e sustentabilidade. Inicialmente, desenvolvemos um projeto coletivo em 2011\2012, em um grupo de pesquisa institucional que culminou na elaboração do livro *Logística Reversa, Sustentabilidade e Educação*.

Nesse período ampliei e apresentei em encontros acadêmicos as pesquisas *Artistas e catadores: experiência de trabalhadores com resíduos recicláveis*, no IX Seminário de Internacional de Imagens da Cultura (ECA\USP) e *Professores: sustentabilidade e reciclagem na educação básica*, sobre a experiência de educadores na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP), que foi reformulado e publicado na *Latin American Journal of Development* como artigo com o título *Educação e reciclagem: diálogos com a Educação Básica*. Em tais propostas, realizei entrevistas com profissionais que desenvolviam projetos com materiais recicláveis. Aproveitando essa oportunidade, optei por utilizar algumas entrevistas e entrelaçar as histórias de vida e trabalho de “Artistas e Catadores/Catadoras” em um artigo de História Oral.

Quando fizemos as primeiras pesquisas, em 2010, sobre Logística Reversa, ainda se iniciava a organização dos catadores. Doze anos depois, contamos com várias associações como a Associação

Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e Unicatadores, que promovem eventos onde abordam o tema da Economia Circular Inclusiva e o Cooperativismo Solidário.

Um exemplo salutar é a “Expocatadores” que, no encontro de 2022, ocorrido no mês de dezembro na cidade de São Paulo, teve representantes de diversos estados brasileiros e do exterior, contou com patrocínio de grandes empresas como Coca-Cola, Latitud, Kubitz e Reciclar pelo Brasil, que compreendem o valor dessa atividade.<sup>1</sup> Criada em 2009 para fortalecer o trabalho de catadores e catadoras, tem ofertado feira de negócios, palestras e cursos de capacitação, contando ainda com formação pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE)<sup>2</sup>.

No evento de 2022, teve a participação do Presidente recém-eleito Luiz Inácio Lula da Silva, que discursou sobre a importância da prestação de serviços dos catadores\catadoras de materiais recicláveis dentro da economia circular, a recuperação das embalagens e educação ambiental, apontando que seu governo deve se orientar para uma agenda moderna e inclusiva.<sup>3</sup>

## Globalização: consumismo versus pobreza

Conforme Salun (2022), desde que o homem se constituiu em sociedade utilizou sua capacidade de trabalho para modificar a natureza, entretanto, nas últimas décadas, o estágio da exploração tem aumentado vertiginosamente em função do desenvolvimento industrial e do consumismo. Isso significa que, dentre os grandes problemas que atualmente assolam a humanidade,

---

1 <https://expocatadores.com.br/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

2 <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Busca?q=catadores%20de%20materiais%20recicl%C3%A1veis> Acesso em: 12 dez. 2022.

3 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-12/lula-participa-de-evento-com-catadores-em-sao-paulo> Acesso em: 18 dez. 2022.

podemos citar a questão da fome, desigualdade social, desequilíbrio ambiental e a poluição em suas várias facetas.

A sociedade tem compreendido que a intervenção excessiva do ser humano no planeta, pode afetar de maneira irrecuperável a natureza e colocar em perigo a sobrevivência dos sistemas sociais. Apesar de China e EUA representarem modelos políticos distintos, suas práticas comerciais e produtivas são bem próximas, resultando nos maiores índices de crescimento econômico na história da humanidade. Infelizmente, atendem muito mais aos interesses de grupos dirigentes e empresariais, preocupados com o aumento da produção e do lucro, do que as reais demandas do conjunto da sociedade.

O geógrafo Milton Santos (1994) já apontava que o processo de globalização no fim do século XX tinha, dentre suas características, a concentração da riqueza nas mãos de um número cada vez menor de indivíduos e que, apesar do aumento vertiginoso do volume de bens de consumo e da circulação de capital, não diminuiria a diferença social entre as camadas mais pobres e os estratos mais abastados.

Adentramos um novo século e a concentração de riqueza é um fenômeno mundial, usando como exemplo, os EUA e a China que, em conjunto, dominam mais de 40% do comércio mundial e também são os países que possuem o maior número de bilionários. Com a pandemia do Covid-19, os bilionários ao redor do mundo aumentaram suas fortunas e as camadas mais pobres viram piorar sua condição de vida. Em 2021, os dados apontam que parcela expressiva da população brasileira está abaixo da linha da pobreza, em um movimento inverso ao que ocorreu em governos de centro-esquerda, quando a ONU destacou os projetos sociais que retiraram o país do “mapa da fome”.<sup>4</sup>

---

4 <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo>. Acesso em: 12 set. 2021.



A desigualdade social não é uma novidade na história da humanidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relatório conjunto produzido em 2004, já destacavam que a crescente diferenciação entre indivíduos, também se aplicava entre países ricos e pobres. É visível que está ocorrendo uma superconcentração de riqueza como alertou Thomas Piketty (2014) e os dados produzidos pelo Comitê de Oxford para Alívio da Fome (OXFAM) convergem com esse histórico de crescente desigualdade. De acordo com os indicadores dessa entidade, os 1% mais ricos do mundo acumulam aproximadamente 50% da riqueza mundial. No relatório apresentado pela OXFAM no Fórum Econômico Mundial (Davos), em 2023, propôs a tributação e taxação dos mais ricos do mundo para ser utilizado no combate à fome/pobreza mundial<sup>5</sup>.

Não é coincidência que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em seu discurso de posse em 2021, anunciou a necessidade de medidas para amenizar a desigualdade social no país e melhorar as condições de vida das camadas sociais mais vulneráveis. Idêntica preocupação foi expressada pelo líder chinês Xi Jinping, ao ser reeleito pela terceira vez presidente em 2022, quando reconheceu que, mesmo extirpando a miséria em 2019, tem enfrentado uma crescente desigualdade social no país. No mesmo sentido, o presidente Luíz Inácio Lula da Silva indicou em seu discurso de transição/posse que a responsabilidade social deve ser o grande mote de seu governo para combater a miséria e a fome que tem assolado novamente a nação.

É notório que o paulatino aumento da riqueza produzida no mundo, não acarretou o enriquecimento geral da população. E, mesmo que milhares de pessoas se encontrem abaixo da linha de

---

5 <https://www.oxfam.org.br/noticias/o-1-mais-rico-do-mundo-embolsou-quase-duas-vezes-a-riqueza-obtida-pelo-resto-do-mundo-nos-ultimos-dois-anos/> Acesso em: 17 jan. 2023.

pobreza e alijada do consumo, o desequilíbrio social também tem imbricações ambientais. Ao longo das últimas décadas se realizaram negociações internacionais sobre o clima, que culminaram com protocolos, nem sempre respeitados, que propuseram a adoção de medidas de controle e sanções em relação a emissão de Gases de Efeito Estufa (GES). Segundo o relatório Key GHG Data, publicado em novembro de 2005, na Convenção das Nações Unidas, sobre o efeito estufa, os principais países poluentes eram justamente os mais ricos do globo como EUA e China, seguidos de perto pela Rússia e atualmente a Índia. Estes países, com retrocessos e avanços, tem discutido medidas para constituírem um mundo “mais saudável e sustentável”.<sup>6</sup>

Diversos encontros foram realizados como a Conferência Rio+20, das Nações Unidas, com os chefes de Estado e de Governo, ativistas ambientais, cientistas e representantes de 188 países, discutiram, entre outros temas, “A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e a “Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”, ao fim, produziram um documento denominado *The Future We Want*.<sup>7</sup>

Na Convenção Quadro das Nações Unidas, sobre Mudança do Clima (UNFCCC), ocorreu mais um importante passo para solidificar a luta por um mundo sustentável, o Acordo de Paris, em 2015, durante a Conferência das Partes (COP21), que é um tratado global cujos signatários acenavam com a redução de emissão do dióxido de carbono a partir de 2020. Dentre as metas, consta que os países desenvolvidos devem ofertar suporte financeiro e tecnológico aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento

---

6 <https://www.dw.com/pt-br/eua-e-china-prometem-cooperar-pelo-clima/a-57244352>. Acesso em: 08 ago. 2021.

7 [http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html) Acesso em: 12 mar. 2020.

para fomentação de ações para preservação ambiental, combate ao desmatamento e criação de economia sustentável.<sup>8</sup>

Nessa última década, o ativismo do clima teve como protagonistas jovens estudantes como a sueca Greta Thunberg e a ugandesa Vanessa Nakate que, no Fórum Econômico Mundial de 2020, junto com outras jovens ambientalistas, posou para fotografos e deu entrevista à imprensa cobrando ações de empresas e governos contra a crise climática. Entretanto, na foto da agência Associated Press, ela foi cortada da imagem. Ela entendeu que “Eles não cortaram apenas a minha imagem, mas a de um continente inteiro”, apontando que “não existe justiça climática sem justiça racial”, pois determinadas comunidades na África sofrem de maneira desproporcional os efeitos da mudança climática.<sup>9</sup>

No Brasil, inicialmente, o Partido Verde, criado sob a esteira de um amplo movimento político mundial que almejava discutir o meio ambiente dentro do parlamento/congresso e, posteriormente, a Rede Sustentabilidade, foram pioneiros nessa empreitada. Merecem menção as inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs), que atuam na preservação ambiental, nos direitos dos povos originários e na denúncia contra a violência.<sup>10</sup>

Ao adotar diversas medidas preventivas, o Brasil se tornou um dos países com a mais avançada legislação ambiental. Com o Governo Jair Bolsonaro, ocorreu um retrocesso vexatório como a desativação/congelamento de recursos do Fundo Amazônia, que lhe valeu críticas internacionais dos mais variados setores. Para se contrapor ao desmonte das entidades de proteção/fiscalização

---

8 [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo\\_paris.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf). Acesso em: 02 dez. 2021.

9 <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/vanessa-nakate-nao-existe-justica-climatica-sem-justica-racial/#page1> Acesso em: 17 jan. 2023.

10 <https://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=1&Destino=Instituicoes&Estado=AM> Acesso em: 21 dez. 2022.

ambiental, a comitiva brasileira na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 27) no Egito, tinha as reconhecidas ambientalistas Marina Silva e Izabella Teixeira para reafirmar os compromissos internacionais que o país deve assumir na defesa do meio ambiente e o desenvolvimento de uma economia verde.

Entretanto, devemos lembrar que, no país, existe um histórico de violência urbana e rural, o assassinato de lideranças ambientalistas, indígenas e camponeses por grupos criminosos formados por grileiros, madeireiros e garimpeiros ilegais. Esse é um dado tão alarmante quanto os índices de desmatamento e, nessa lista trágica, encontram-se figuras como a missionária Dorothy Stang (2005), o ambientalista Chico Mendes (1988), Pedro Paulino Guajajara (2019), líder do grupo “Guardiões da Floresta”, o jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira (2022), e a líder quilombola Maria Bernadete Pacífico (Mãe Bernadete - 2023).

## História Oral e Identidades

Na realização das entrevistas, por uma questão consensual e de metodologia, os trabalhadores/trabalhadoras em cooperativas de catadores optaram em usar apenas as iniciais dos nomes, mas concordaram que citássemos todos os dados cadastrais das cooperativas. Em relação aos artistas, foram mantidos os nomes e os endereços eletrônicos, objetivando a divulgação de seus trabalhos e para correspondência com interessados.<sup>11</sup>

Alguns aspectos das experiências retratadas de artistas e catadores apontam a necessidade de aprofundarmos a discussão sobre temas referentes à questão da identidade na sociedade moderna, como tem sido estudada por Zygmunt Bauman (2002), já que no nosso mundo contemporâneo – marcado pela diversidade – algumas identidades são de nossa própria escolha, outras

---

11 As entrevistas realizadas entre 2012 e 2016 neste texto foram consentidas para divulgação pública.

são infladas e lançadas por pessoas em nossa volta. Ele discorre sobre a existência de comunidades de vida e de destino, cujos membros vivem juntos numa ligação absoluta e outras que são fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios. Quanto à pesquisa de campo, utilizamos os referenciais metodológicos de Jose Carlos Sebe Bom Meihy (2005) e Maurice Halbwachs (1990), que desenvolveram propostas instigantes ao unirem oralidade e identidade.

## Experiências de artesãos com resíduos recicláveis

“Sustentabilidade. Este é um conceito que deve estar relacionado, obrigatoriamente, às práticas de logística reversa nas empresas”, estas foram as palavras pronunciadas por Ricardo Fogos, responsável pelo setor de encomendas dos Correio, no Seminário Logística Reversa e o Setor Transportador, promovido pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), em Brasília-DF. Ainda de acordo com o palestrante:

Nosso grande desafio é construir uma logística reversa com sustentabilidade. Essas estratégias precisam ser construídas em conjunto...além de sustentabilidade, o trabalho é uma oportunidade para desenvolver aspectos culturais e, no caso da utilização para artesanato, trazer retorno financeiro.<sup>12</sup>

Os correios implantaram ações em parceria com diversas ONGs, dentre as quais, pode ser ressaltado o reaproveitamento de uniformes, malas e malotes, que antes eram incinerados. O material passou a ser doado com a finalidade de ser transformado em uniformes escolares ou usado para a produção de artesanato. É justamente esse material que o artesão Pedro Fulapi

---

<sup>12</sup> Informações disponíveis in: [www.cnt.org.br](http://www.cnt.org.br). Acesso em 02 jun. 2012.

utiliza como matéria-prima para confecção de bolsas, mochilas e sandálias, de acordo com a entrevista realizada:

Os malotes do correio são utilizados como material para minha produção de bolsas, sandálias e outros artigos. Utilizo uma máquina de costura tradicional e quando o cliente necessita algo diferenciado, faço o desenho especialmente para ele. Estes malotes são doados e por isso, fazemos questão, de manter algumas particularidades, que confere originalidade, mas também reflete a preocupação minha e de muitos artesãos, com o meio ambiente.<sup>13</sup>

O trabalho com diferentes resíduos tem se multiplicado no país, dentre eles: eletroeletrônicos como pilhas, baterias e lâmpadas. Esse tipo de material tem sido utilizado por alguns indivíduos para produção artesanal, como a experiência de Ricardo Salgado, que emprega materiais reciclados para produção de suas obras:

[...] tenho muitos amigos que conhecem meu trabalho com resíduos sólidos eletrônicos, dessa forma, sempre entram em contato para doação desse material. Tem algum tempo que optei por utilizar aparelhos de cd players, mídias e sucata de computadores, para meu trabalho. Na realidade qualquer aparelho eletroeletrônico me fornece matéria prima para a construção de aviões, helicópteros, caminhões e outras peças com o detalhe de que todas se movimentam, e muitas são alimentadas por carregador de celular. [...] realizo palestras em instituições de ensino e participei de exposições em várias

---

13 Entrevista concedida ao autor em maio de 2013.

idades do país [...] modestamente, posso afirmar que esse projeto artístico tem sido reconhecido.<sup>14</sup>

O artista salientou que tem desenvolvido diversas oficinas e cursos para jovens e que espera influenciar positivamente outros artistas saídos da periferia, para utilizar sua imaginação na produção de arte com objetos, até então considerados meramente como lixo.

Dentre experiências bem-sucedidas na divulgação de atividades sustentáveis em relação ao artesanato, podemos citar a Vila do Artesão, situada em João Pessoa, na Paraíba, de acordo com seus idealizadores Cris Turek e Marcelo Pareto:

Tudo começou em 2007 quando viemos de Curitiba para João Pessoa. A Vila do Artesão surgiu em nosso caminho como uma oportunidade de negócio que mais parecia um conto de fadas. Desenvolvemos um trabalho de exposições e vendas durante dois anos.

A Vila do Artesão cresceu, participou de eventos de nível internacional e criou outro espaço no litoral sul, com uma cafeteria anexa, num ambiente que almejava ser um divulgador de outras formas culturais. Entre nossas atividades, surgia também nessa época o Blog, inicialmente como um instrumento para termos maior alcance, mas que descobriu ter uma importante vocação: divulgar nossa arte popular e o artesanato sem esperar pela visita das pessoas.

O Blog tomou forma e adquiriu gradativamente mais importância. No segundo semestre de 2009 o

---

14 Entrevista concedida ao autor em setembro de 2012.

Blog assume definitivamente a dianteira dos nossos projetos abrangendo novos assuntos, especialmente as dicas de passo-a-passo de artesanato e sugestões de decoração a baixo custo, assim como a importância da reciclagem e das atitudes sustentáveis envolvidas nesses processos.<sup>15</sup>

O SEBRAE tem apoiado e divulgado iniciativas empresariais em relação a LR e artesanato, inclusive na divulgação desses empreendimentos por meio de sua página eletrônica, como o Atelier Flor do Mar, que se dedica à produção de peças artesanais a partir de couro de peixes autorizados pelo IBAMA, transformando lixo em arte:

A empresária Cleide Cunha, proprietária do ateliê, descobriu a técnica pesquisando sobre o assunto além de se inspirar na arte oriental, após morar em Cingapura, na Ásia. As escamas são lavadas com solução bactericida e germicida, secas e selecionadas antes de serem distribuídas ao grupo das artesãs. Portanto, não há resquício de resíduos ou possíveis odores provenientes das peles dos peixes. Transforma-se, assim, lixo em arte, contribuindo-se para um melhor equilíbrio ambiental e social. A diversidade de produtos tem como elemento básico flores elaboradas em finas camadas de escama. No total, são três linhas de produção: objetos de decoração (arranjos, quadros, flores soltas, flores com hastes, entre outros), utilitários decorativos (ganchos, cabides, anéis porta guardanapos, caixas porta guardanapos, porta chaves/documentos, cortineiros, luminárias, mandalas entre outros) e

---

15 Entrevista concedida aos autores por Cris Turek em 15 de agosto de 2012. Outras informações disponíveis na página <http://www.viladoartesan.com.br>.



bijuterias (brincos, colares, acessórios para cabelos e pulseiras).<sup>16</sup>

Na cidade de São Paulo, encontramos diversos exemplos na produção artesanal, dentre as quais podemos citar a Gisa L'art, que tem aproveitado latas de alimentos em conserva para a produção de objetos de arte. A proprietária, Gisele Bertolucci Silvestre, que é professora e artesã, descreveu os procedimentos de recolha da matéria-prima:

Hoje, o Gisa L'art arrecada material reciclável (latas, garrafas e potes de vidro, retalhos e tecidos descartados, sacos de arroz etc.) através da doação de parentes, amigos, vizinhos e pessoas com consciência ecológica que conhecem em nosso trabalho. Também recolhemos tecidos descartados por malharias, principalmente na região do Brás.

O Gisa L'art tem no momento dois focos: as peças funcionais e decorativas (latas, vidros etc.), onde trabalham três pessoas - eu, meu marido e meu irmão - e os acessórios (pulseiras, colares, chaveiros etc.), onde trabalho com minha irmã. Somos, portanto, quatro pessoas envolvidas.<sup>17</sup>

No Brasil, a partir de 1999, com a Lei nº 9.795, a Educação Ambiental tornou-se um componente essencial no currículo escolar brasileiro, abrangendo o caráter formal e não formal, partindo do pressuposto de que a educação é um dos meios mais eficazes para despertar a conscientização da sociedade a respeito dos graves problemas ambientais.

---

16 [www.ecodesenvolvimento.org](http://www.ecodesenvolvimento.org). Acesso em: 02 jul. 2012.

17 Entrevista concedida aos autores por Gisele Bertolucci Silvestre em 30 de julho de 2012.

De acordo com Anna Brasil e Fátima Santos (2007), o lixo é o grande provocador da poluição ambiental, já que, em função da complexidade das atividades humanas, a produção de lixo tem aumentado assustadoramente, sendo muitas vezes descartado e acumulado no meio ambiente. As autoras sugerem que o resíduo de uma atividade pode ser utilizado para outra e assim, sucessivamente, de forma sistêmica.

Não somente as indústrias são responsáveis pela geração [...] o lixo diariamente gerado no Brasil está em torno de 250 mil toneladas e deste total, 90 mil toneladas correspondem ao lixo domiciliar, cujos responsáveis somos todos nós, cidadãos [...] essa situação acarreta claramente problemas urbanos e sociais. (Brasil e Santos, 2007, p. 88)

Sabemos que a grande parcela do lixo domiciliar é formada por resíduos sólidos como papel, vidro, papelão plástico e, principalmente, de lixo orgânico, restos de alimentos que, em várias ocasiões, são desperdiçados. Por volta de 2010, diariamente, eram descartados, em média, 125 mil toneladas de lixo domiciliar no Brasil. Cavalcante, Denise e Coelho (2011) salientam que não existe um sistema perfeito para atender essa demanda, ou seja, a disposição final para o lixo. Dessa forma, tanto os lixões, aterros, incineração ou reciclagem, não conseguem impedir os impactos ambientais ocasionados. Por isso, não devemos subestimar a participação do cidadão, mediante coleta seletiva, pois materiais como papéis, vidros, plásticos e metais podem ser usados na reciclagem. No Brasil, aponta Alvin (2007) os materiais recicláveis representavam trinta e oito por cento do peso total de resíduos gerados e sua coleta mobilizava duzentas mil pessoas naquele período. Apenas cento e trinta e cinco cidades no país tinham sistema de coleta seletiva e, em cerca de oitenta e cinco por cento

dos municípios brasileiros, parte dos resíduos eram depositados em lixões ou em alagados, sem qualquer forma de tratamento.

Nesse aspecto, leituras e informações para população se prevenir contra o desperdício são essenciais. Objetivando a conscientização dos jovens, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEESP) distribuiu nas escolas paulistas o livro como *Combater o desperdício*, do qual podemos aproveitar o exemplo em relação a melhor utilização dos alimentos e recursos naturais, inclusive com um capítulo sobre receitas com o aproveitamento de talos de verduras e cascas de legumes.

Outro tema importante abordado é a questão da separação do lixo nas residências para facilitar o processo da coleta seletiva e quais são os inorgânicos destinados à reciclagem. A sociedade, em variados espaços (como condomínios, hospitais, universidades, centros comerciais e departamentos públicos) adotou um procedimento simples e eficaz, que é a distribuição de um manual produzido pelo Conama que, de acordo da resolução nº 275, padronizou, em 2001, as cores dos contêineres, onde os resíduos devem ser depositados e que segue um sistema de codificação internacional: papel/papelão (cor azul), plástico (cor vermelho), vidro (cor verde), metal (cor amarelo), madeira (cor preto), resíduos perigosos (cor laranja), resíduos radiativos (cor roxo), resíduos orgânicos (cor marrom) e resíduos não recicláveis (cor cinza).<sup>18</sup>

A coleta seletiva já vem sendo adotada em diversos municípios e, segundo dados do IBGE, em 2000, cerca de mil toneladas de resíduos eram destinados às usinas de reciclagem. Dez anos depois, esse número teve um aumento significativo, apesar de estar longe do ideal. Um dos personagens centrais nessa luta pela melhoria da qualidade de vida nos grandes centros urbanos é a figura do “catador

---

18 <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=2001>. Acesso em: 15 out. 2012.

de lixo”, cuja atividade econômica, durante anos, foi visualizada de forma pejorativa e que, atualmente, tem recebido a consideração que merece, pelo papel social. (Cavalcante, Denise e Coelho, 2011).

Sérgio Adeodato (2009), em artigo sobre o “lixo que não é lixo”, descreveu diversas experiências em relação à coleta seletiva nos condomínios em São Paulo. O trabalho desenvolvido em um condomínio localizado no bairro de Moema, *Prince of Kronenberg*, em função da proibição pelo corpo de bombeiro, de lixeiras nos corredores dos prédios, o lixo começou a ser separado e os materiais recicláveis depositados na garagem. A partir de um convênio com a ONG Aldeia do Futuro e a Cooperativa Planeta Verde, todo esse material começou a ser recolhido, classificado e vendido para os depósitos de sucata.

Para complementar essa atitude cidadã, foi criada a Associação Brasileira de Reciclagem de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos (ABREE), em 2011, que tem por objetivo a gestão de logística reversa do pós-consumo de aparelhos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, fomentando o descarte correto para não afetar meio ambiente.<sup>19</sup>

## Experiências de catadores/catadoras de resíduos recicláveis

Em relação aos catadores de resíduos recicláveis, seguimos os preceitos desenvolvidos por Meihy e Holanda (2007). Dividimos os colaboradores em colônias (cada cooperativa formou uma colônia) e, posteriormente, nas redes (grupos que se formaram dentro de cada cooperativa). Elegemos como comunidade de destino (recorte/escolha) o fato histórico e marcante na vida recente de cada entrevistado/colaborador: o momento em que iniciou sua atividade como catador/catadora nas cooperativas.

---

<sup>19</sup> <https://abree.org.br/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Dos oito colaboradores/entrevistados para o projeto original, selecionamos apenas quatro trabalhadores para este texto. Em função das normas e regras para citação das experiências, optamos por comum acordo, manter o anonimato, utilizando apenas as iniciais dos nomes. Entretanto, houve o consentimento de citarmos a Cooperativa da Mooca, situada na zona leste da capital paulista, onde todos desempenham sua atividade.

Em dezembro de 2010, mediante o Decreto nº 7.045, foi instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal em relação à organização e apoio aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

#### **DECRETO nº 7.045 de 23 de Dezembro de 2010.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 2º O Programa Pró-Catador tem por objetivo promover e integrar as seguintes ações voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis:

I – capacitação, formação e assessoria técnica...<sup>20</sup>.

O decreto contempla a seleção de projetos e a assinatura de convênios com entidades privadas, públicas e organizações sociais para capacitação de profissionais e o auxílio para organização de cooperativas. O programa infelizmente foi revogado em 2020, na gestão Jair Bolsonaro e, em janeiro de 2023, a Secretaria Geral da Presidência, do atual governo Lula, iniciou estudos para sua recriação pois, ao longo dos anos, mostrou-se uma medida sensata do ponto de vista social e econômico.<sup>21</sup>

Em um levantamento preliminar com oito trabalhadores em duas cooperativas de catadores na zona leste paulista, foi possível verificar que, na totalidade dos entrevistados, essa atividade tem oferecido uma oportunidade de melhoria da situação econômica.

Até então, eu estava desempregado e fazia apenas um serviço ou outro [...] era apenas alguns bicos como a maioria [...] agora, pelo menos, temos o suficiente para mandar as crianças para escola e comprar uma televisão [...] pode parecer que não é muito, mas depende da situação que a pessoa passou. (HSN, masculino, 53 anos<sup>22</sup>)

De acordo com os relatos é perceptível a importância dessa atividade/trabalho como cooperados, na conquista de um pequeno espaço na sociedade, na medida em que a maioria estava completamente

---

20 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm). Acesso em: 16 set. 2012.

21 <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/janeiro/secretaria-geral-da-presidencia-da-a-largada-para-recriar-o-programa-pro-catador>. Acesso em: 20 jan. 2023.

22 Entrevista ao autor em maio de 2012.

excluída do mercado de trabalho formal. Alguns já praticavam a atividade como catador sazonal/independente e a possibilidade de se organizar em cooperativas, influenciou o aumento de seus ganhos financeiros. O relato de JCM aponta essa questão:

A partir do momento em que começamos a exercer essa atividade, passamos a ganhar um dinheiro suficiente para colocar comida no prato [...] minha vida até o momento que entrei para a cooperativa era muito irregular, morei muito tempo nas ruas e vivia apenas dos restos e de uns poucos bicos que apareciam. (JCM, masculino 42 anos)<sup>23</sup>

O SEBRAE possui programas de incentivo para fortalecer o cooperativismo e o associativismo de setores que atuam no setor de reciclagem visando sua formalização, conforme a Lei 12305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para isso, o SEBRAE criou cursos de capacitação que tem sido de grande auxílio e as pessoas que passaram por tal experiência apontam questões que ligam sua atividade e história de vida que invariavelmente estão associadas a um passado de exclusão e vulnerabilidade.<sup>24</sup>

As mulheres têm um papel bastante destacado nesta atividade, que reflete, também, uma característica muito importante na sociedade atual onde, em muitos lares, o arrimo de família ou principal provedor é a figura feminina. Talvez seja emblemático que, dentre as pessoas que representam o tecido social na entrega da faixa presidencial em 2023, estivesse, Aline Souza, uma re

---

23 Entrevista ao autor junho de 2012.

24 <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/programas/fortalecimento-de-associacoes-e-cooperativas-de-materiais-reciclaveis,a170dcdacafd1810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 03 jul. 2021.

presentante de terceira geração, em um núcleo familiar cuja avó e mãe também exerceram essa atividade.<sup>25</sup>

Na entrevista concedida ao autor por SSC, ficou claro a questão do abandono masculino do lar e a tarefa de sustentar sozinha os filhos:

Desde que meu marido sumiu no mundo, estava difícil sustentar meus dois filhos pequenos...não significa que não temos dificuldade, mas pelo menos temos uma renda para garantir sobrevivência. (SSC, feminino, 39 anos)<sup>26</sup>

Algumas dessas histórias que incluem preconceito podem, também, ser observadas na pesquisa que realizei. Em conluio com essas tramas, outro ponto abordado por pesquisadores com catadores/catadoras é referente a infância abusiva e abandono que muitos deles tiveram, como atestam Costa e Pato (2010), que traçaram algumas trajetórias na comunidade Reciclo em Taguatinga (Distrito Federal). É digno de nota ainda, para os interessados no tema, o livro *Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional*, organizado por Bruna Pereira e Fernanda Goes (2016), com incentivo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que tem fomentado diversas pesquisas sobre a situação social dos catadores de material reciclável.

Estas narrativas representam uma parcela do universo dos entrevistados, que também ressaltaram a questão da autoestima, pois ainda sofrem certa discriminação pela sociedade mas, por outro lado, apontam que também são procurados por aqueles que, muitas vezes, fecham os vidros dos carros, quando estão atravessando a rua:

---

25 <http://www.portaldaeducativa.ms.gov.br/conheca-as-pessoas-que-entregaram-faixa-a-lula/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

26 Entrevista ao autor em julho de 2012.



Sei que não somos os tipos bonitos da TV, e que não temos condições de comprar boas roupas, mas as vezes somos confundidos com criminosos ou pedintes...muitas vezes, estamos atravessando a rua no farol em busca de latinhas e percebemos os vidros se fecharem... AER (masculino, 30 anos).<sup>27</sup>

Alguns destes “vidros” pertencem aos moradores de condomínios de médio padrão da região, que tem buscado nas cooperativas, parcerias para coleta de materiais recicláveis. Isso forma “uma corrente de mão dupla”, segundo o mesmo colaborador AER, pois é benéfico para todos envolvidos.

Em relação ao preconceito apontado nas entrevistas, o mesmo teor pode ser apreciado em Costa e Pato (2016), sobre identidade estigmatizada. Acrescentemos, a essa discussão, a exploração do trabalho dos catadores descrita na pesquisa de Bortoli, Reis e Teles (2019) em *Catadores de Materiais Recicláveis: condições de vida e estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho*. No tocante a arte, artesanato e reciclagem sugerimos os diversos encontros científicos realizados no Brasil como o Encontro Nacional de Pesquisadores do Serviço Social<sup>28</sup>; Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação<sup>29</sup>, Seminário de Internacional de Imagens da Cultura – ECA<sup>30</sup> e o Congresso Nacional de Educação<sup>31</sup>, entre outros, cujos anais dispõem de diversos trabalhos em que os objetos/objetivos estudados estão em consonância com os temas desse texto.

---

27 Entrevista ao autor em junho de 2012.

28 <https://periodicos.ufes.br/abepss>. Acesso em: 12 mar. 2021.

29 <https://www.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/20213>. Acesso em: 10 mar. 2021.

30 <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002659606.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

31 <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-v-conedu>. Acesso em: 18 jun. 2022.

## Considerações Finais

Os cooperados, apesar de afirmarem que exercem uma atividade muitas vezes visualizada de forma pejorativa, reconhecem que, neste mundo urbanizado e essencialmente consumista, a tarefa de coleta e reciclagem tem cunho social e ambiental. Em relação aos artistas, a percepção sobre sua produção/criação também perpassa por uma consciência ecosocial bastante notável.

Este texto pretende contribuir na discussão/reflexão sobre dois mundos aparentemente desconexos para parcela da população, que envolve arte-educação-reciclagem-autoestima, na medida em que relatamos a experiência de artistas que se utilizam de um mesmo subproduto, o “lixo”, ou mais especificamente, materiais descartáveis ou resíduos sólidos recicláveis como matéria-prima para realização de seu trabalho profissional. E, da mesma forma, adentramos no cotidiano de alguns catadores que representam, em seus sonhos e anseios, milhares de indivíduos marginalizados, que têm buscado nesta tarefa uma forma de inserção social, vencendo preconceitos e as muralhas erigidas por este sistema econômico e político, eminentemente excludente.

## Referências

ADEODATO, Sérgio. Lixo que não é lixo. *Revista Horizonte Geográfico*. n° 126, ano 22, São Paulo: Editora Horizonte. 2009, pp 34-43.

ALVIN, Érica et ali. *Como combater o desperdício*. Coleção entenda e aprenda. São Paulo. Editora BEI, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2002.

BRASIL, Anna Maria e SANTOS, Fátima. *Equilíbrio ambiental & resíduos na sociedade moderna*. São Paulo: Editora FAARTE, 2007.

BORTOLI, Mari, REIS, Carlos e TELES, Heloisa. Catadores de Materiais Recicláveis: condições de vida e estratégias de

enfrentamento a exploração do trabalho. In: MONTEIRO, Solange Aparecida (Org.). **A Problemática da Política Social**. Ponta Grossa. Editora Atena, 2019.

CARDOSO, Fatima. **Efeito Estufa**. SP: Albatroz, Loqui e Terceiro Nome, 2006.

CATAPAN, A. Discussões sobre os conceitos de sustentabilidade e seus pilares. **Latin American Journal of Development**, v. 2, n. 6, p. 410-416, 28 jan. 2021.

CAVALCANTE, DENISE e COELHO. Consumo Sustentável. **Cadernos de Educação Ambiental**. V. 10. Secretaria do Meio Ambiente/ Coordenadoria de Planejamento Ambiental de São Paulo. SMA/ CPLA. 2011.

COSTA, Rachel. Tecnologia do bem. **Revista Horizonte Geográfico**. nº 123, ano 22, São Paulo, Editora Horizonte, 2009. pp 56-63.

COSTA, Claudia Moraes e PATO, Claudia. Trajetória de vida dos Catadores de Materiais Recicláveis: uma infância marcada pela exclusão. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**. N.1, p. 80-96, Ano I (outubro/2010).

COSTA, Claudia Moraes e PATO, Claudia. A constituição de Catadores de Material Reciclável: A identidade estigmatizada pela exclusão e a construção de emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, Bruna e GOÊS, Fernanda (Org.). **Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional**. RJ: IPEA, 2016.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

DURAND, Marie Françoise *et al.*. **Atlas da Mundialização**. São Paulo. Editora Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Editora Vértice, 1990.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. in: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

JOINHAS, SALUN, SANTOS e SILVA. **Logística Reversa, sustentabilidade e educação**. SP: Todas as Musas, 2013.

JOINHAS, SALUN, SANTOS e SILVA. **Artistas e catadores**: Experiência de trabalhadores com resíduos recicláveis. IX Seminário de Internacional de Imagens da Cultura. ECA\USP, 2013. Disponível in: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002659606.pdf>

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabiola. **História Oral**. São Paulo. Editora Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. SP: Edições Loyola, 2005.

MONTEIRO, Solange Aparecida (Org.). **A Problemática da Política Social**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (Orgs.). **Educação ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. São Paulo: Ipê, 1998.

PELICIONI, Andrea Focesi. Movimento ambientalista e Educação Ambiental. In: PHILIPPI Jr, Arlindo e PELICIONI, Maria C. Focesi (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Editora Manole, 2005.

PEREIRA, Bruna e GOÈS, Fernanda (Org.). **Catadores de Materiais Recicláveis**: um encontro nacional. RJ: IPEA, 2016.

PHILIPPI Jr, Arlindo e PELICIONI, Maria C. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri. Manoele, 2005.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

SALUN, Alfredo Oscar. Arte e Reciclagem: diálogos com a Educação Básica. **Latin American Journal of Development**, v. 4, n. 1, p. 167-176, Jan\Feb. 2022.

SANTOS, Alexandre L. Borges (Org.). **Educação**: as principais abordagens dessa área. Curitiba: Editora Seven Events, 2022.

SANTOS, Milton. **O fim do século e a globalização**. São Paulo. Hucitec, 1994.

SATO, Michele e CARVALHO, Isabel (Org.). **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Potro Alegre: Artmed, 2005.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Cadernos SEAD: Meio Ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SILVA, Antonio Wardison (Org.). **Educação Ambiental, Étnico-racial e em Direitos Humanos**. Americana: Editora Adonis, 2019.

SPOTON, Maria Helena. A arte com fator de inclusão. In: PHILIPPI Jr, Arlindo e PELICIONI, Maria C. Focesi (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Editora Manole, 2005.

TAJIRI, CAVALCANTI e POTENZA. Habitação Sustentável. **Cadernos de Educação Ambiental**. V. 9. Secretaria do Meio Ambiente/ Coordenadoria de Planejamento Ambiental de São Paulo. SMA/ CPLA, 2011.

ZIMERMAN, Artur e DIETRICH, Ana (Org.). **Novas abordagens das políticas públicas no Brasil**. Santo André. Ed. UFABC, 2017.

# O DISCURSO DO RICO E SUAS LEIS

**Agenor Bevilacqua Sobrinho**

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: 'Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e a terra não pertence a ninguém!

(ROUSSEAU, 1978-B, p. 259)

A partir da perspectiva de Rousseau (1712-1778) e La Boétie (1530-1563), analisaremos como o ser humano negou sua própria qualidade de ser humano, o que equivale a ser livre, para ser escravo. Embora inicialmente tenha sido subjugado pela força, depois, com a tradição e o hábito, passou a aceitar de bom grado o que seus antepassados repeliram com energia antes de serem derrotados.

As assimetrias sociais, econômicas e políticas observadas nas sociedades capitalistas revelam a essência da lógica da engrenagem de um sistema produtor de desigualdades e injustiças.

Sem dúvida, nossa sociedade é dividida entre os que mandam e os que obedecem. Os poderosos fundaram o Estado para manter seus privilégios e instituíram as leis para que estas perpetuassem seus benefícios.

Por que abdicar a própria liberdade e ser condenado à escravidão?

De maneira semelhante, La Boétie questiona indignado: “que monstro de vício é esse que ainda não merece o título de covardia, que não encontra um nome feio o bastante, que a natureza se nega a ter feito, e a língua se recusa nomear?” (1982, p. 13).

Para fazer sua análise crítica, Rousseau se utiliza de um argumento metodológico, que é o Homem Natural, para denunciar o estado de desigualdade que impera entre os homens. Vamos ver como o Homem Natural vai desembocar no estado social, na formação do político. Nos termos de La Boétie: “Que mau encontro foi este?” (1982, p. 19)

### Porquês histórico-evolutivos

De acordo com Rousseau, no estado de natureza o homem é dependente apenas da Natureza. Ele é indiferente ao futuro. Vive na imediatez: sem retrospectão ou futuração. O Homem Natural não tem noção do tempo, por isso, não sofre com medos a respeito da morte ou da velhice. Joga fora de manhã o que lhe será útil à tarde. Está aquém do bem e do mal, por não ser um ser moral. É um ser insociável. Apresenta o amor de si, que é um sentimento natural pela própria preservação. Tem a piedade natural: capacidade de identificar-se com todos os seres que sofrem, pois também ele é passível de sofrimento. A piedade é mais forte no estado de natureza, onde nos identificamos espontaneamente com os infelizes, do que no estado social, no qual nos dirigimos pela reflexão. Visto que o homem natural tem poucas fontes de males, ele é menos sujeito às intempéries que o ser social. A perfectibilidade é o ponto em que o homem natural se diferencia dos animais. Estes não se superam, são o que serão daqui a dez ou cem anos, enquanto o homem natural tende a aperfeiçoar-se.

Portanto, dar privilégio ao mais forte contra o mais fraco estabeleceu o governo sem questionamento, confundindo o homem natural e o homem social. Não é natural a desigualdade social, política e econômica entre os homens.

Mas o que aconteceu para nos aprisionarmos?

“O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros.” (ROUSSEAU, 1978-A, p. 22) Como os homens foram ao encontro de seus grilhões? Por que, em determinado momento, o povo (forte) passou a servir o fraco (reis, imperadores)?

Observemos como, na visão de Rousseau, se desencadeou o processo e como ele se desdobrou.

As pequenas comunidades apareceram por causa da necessidade de sobrevivência, enfrentando adversidades como, por exemplo, vulcão em erupção, busca de alimentos etc. Daí o agrupamento provisório “que não obrigava ninguém, e só durava tanto quanto a necessidade passageira que a reunira” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 261), mostrando assim, um interesse presente e evidente.

As intempéries exigiam do homem natural novas formas para que ele sobrevivesse, adequando-se a condições diversas, sendo muitas delas hostis. Começou a prever para ter com que se alimentar e manter a sua segurança.

A segurança é tão importante quanto a liberdade. Por que em determinado momento um grupo cede seu direito de autocomando para delegá-lo a outrem?

Entre outras razões, poderíamos enumerar: medo da guerra; organização para não haver conflitos; e submissão voluntária.

Por falta de organização dessas comunidades e por carência de um poder político, surge o “estado de guerra”, os conflitos que são resultantes da falta de ordem.



Então, passemos ao questionamento de Rousseau em **Do Contrato Social** (ROUSSEAU, 1978-A, p. 21): “Pode existir, na ordem civil, alguma regra de administração legítima e segura, tomando os homens como são e as leis como podem ser?”

## A idade de ouro: a juventude da humanidade

Dadas as circunstâncias objetivas, o ser humano precisou tornar-se ágil, rápido na carreira e vigoroso no combate contra animais e todas as desditas que se lhes foram apresentando.

No estado de cabanas, em que cada um fazia sua própria moradia, pois era mais difícil desalojar uma família toda do que construir sua própria habitação, o homem desenvolvia-se e, quanto mais se esclarecia o espírito, mais se aperfeiçoava a indústria. Nesse estado de cabanas reina a igualdade, a visibilidade e a transparência. Não é uma Natureza, mas uma quase cultura com as seguintes características: produção e consumo próprios; linguagem dos gestos; sons inarticulados; não é mais linguagem natural, não é dedutível, porque escapa à análise.

A cabana, criada rudimentarmente, associou famílias e criou o hábito de morar juntos marido, mulher e filhos, e fez “com que nascessem os mais doces sentimentos que são conhecidos dos homens, como o amor conjugal e o amor paterno” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 262).

Com necessidades que não lhes exigiam muito, os homens, gozando de um lazer maior, criaram para si comodidades desconhecidas de seus antepassados e que se tornaram verdadeiras necessidades, “a privação se tornou muito mais cruel do que doce fora sua posse, e os homens sentiam-se infelizes por perdê-las, sem terem sido felizes por possuí-las” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 262).

Aqui, temos o alerta de Rousseau sobre o supérfluo, as inutilidades concorrendo para a degeneração.

Os homens agrupados em seu seio familiar, necessitando comunicar-se com os outros, foram desenvolvendo a linguagem, o que fez com que esta se tornasse ainda mais necessária.

A língua surge para facilitar a comunicação e, com o passar do tempo vai substituindo os gestos. Através da linguagem sonora se tem a ligação com as paixões. A escrita torna as coisas unificadas. Estratifica. A língua supõe a sociedade. Esta não está inscrita na natureza humana em sua origem. O estado de natureza caracteriza-se pela suficiência do instinto e o estado de sociedade, pela suficiência da razão.

## A festa

Nesse sentido, a convivência gerava expressões do que era considerado válido pela comunidade e a festa era a ocasião para celebrar, rememorar e manter unidos os grupos.

A festa é um tema nuclear em Rousseau.

A festa pública nas comunidades primitivas era fator essencial de coesão e de manutenção das tradições, dos costumes etc. Portanto, é preciso diferenciar a festa que edifica da festa que degenera os costumes.

A festa é um universo sem passado, é o restabelecimento da origem.

Mas a festa que degenera é portadora da própria destruição, pois ela vem com os germes do orgulho que virá a fazer com que o indivíduo diferencie sua propriedade. Daí, querer prevalecer sobre todos os outros, por achar-se melhor. “Cada um começou a olhar o outro e a desejar ser ele próprio olhado, passando assim a estima pública ter um preço” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 263). Pautando-se pelo olhar dos outros, multiplicaram-se as possibilidades de lisonjas e distorções.

## Transformações

Talvez as coisas estavam em um ponto de não permanecerem como eram, ou seja, uma situação de não retorno.

De acordo com Rousseau, o que depravou o homem natural, que era originalmente bom, foram as mudanças sobrevindas em sua constituição, os progressos que fez e os conhecimentos que adquiriu.

Ao ignorar as advertências da Natureza, recebemos as implicações dessas negligências: “(...) os incêndios e os tremores de terra... e os perigos que todas essas causas juntam sobre nossas cabeças, vereis como a natureza faz que paguemos caro o desprezo que demos às suas lições”. (ROUSSEAU, 1978-B, p. 293).

Uma delas é ter instituído a propriedade, deixando de lado a igualdade. “Mas, desde o instante em que um homem sentiu necessidade do socorro do outro, desde que percebeu ser útil a um só contar provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade. O trabalho tornou-se necessário.” Aqui temos o aparecimento do trabalho contra a Natureza.

Do desenvolvimento da metalurgia e da agricultura houve a necessidade de homens para extrair o minério e outros trabalhando na agricultura para alimentá-los. Assim houve a troca de produtos fabricados.

Como consequência desse desenvolvimento, “da cultura da terra resultou necessariamente sua partilha e, da propriedade, uma vez reconhecida, as primeiras regras de justiça, pois, para dar a cada um o que é seu, é preciso que cada um possua alguma coisa” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 266).

Neste ponto chegamos à análise da relação de trabalho e propriedade presente em Rousseau. Para ele, é

impossível conceber a ideia da propriedade nascendo de algo que não a mão-de-obra, pois não se compreende como, para apropriar-se de coisas que não produziu, o homem nisso conseguiu pôr mais do que seu trabalho. Somente o trabalho, dando ao cultivador um direito sobre o produto da terra que ele trabalhou, dá-lhe conseqüentemente direito sobre a gleba pelo menos até a colheita, assim sendo cada ano; por determinar tal fato uma posse contínua, transforma-se facilmente em propriedade. (ROUSSEAU, 1978-B, p. 266)

Ou seja, o direito de propriedade parte de um individualismo e a preservação do patrimônio de cada um é o principal motivo para a fundação do Estado.

No estado civil, toda a propriedade é alienada ao Estado, mesmo que para defendê-la e, fora do estado civil, não há mais do que simples posse.

A posse, como o mando, deve legitimar-se para tornar-se direito. E a fonte do direito é a sanção coletiva.

## A desigualdade dos talentos

Devido à desigualdade dos talentos naturais entre os homens, as diferenças foram se acentuando a tal ponto que os mais habilitados e engenhosos faziam seu trabalho render mais, tornando-se mais produtivo e, em decorrência, ficando mais ricos, “e, trabalhando igualmente, um ganhava muito enquanto outro tinha dificuldade de viver” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 266).

## O nascimento de diversos vícios e dependências

“Para proveito próprio, foi preciso mostrar-se diferente do que na realidade se era. Ser e parecer tornaram-se duas coisas totalmente diferentes” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 267).

A sociedade é aparente e mascarada porque reflete seus habitantes. A estrutura social hipócrita produz homens do mesmo gênero. O aguçamento das paixões e o incentivo à competição de um contra o outro, de colocar-se acima dos outros, numa “tendência a prejudicarem-se mutuamente (...) o desejo oculto de alcançar lucros a expensas de outrem. Todos esses males constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 267).

As riquezas eram representadas pelas propriedades e animais. As heranças transmitidas para gerações, que nada fizeram para recebê-las, foram se ampliando e enriquecendo seus beneficiários às expensas de seus antecessores. Por outro lado, as pessoas que nada adquiriam por “fraqueza ou a indolência (...), tendo se tornado pobres sem nada ter perdido, porque, tudo mudando à sua volta, somente eles não mudaram, viram-se obrigados a receber ou roubar sua subsistência da mão dos ricos” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 267-268).

Como resultado disto, temos a dominação e a servidão, ou a violência e os roubos.

Para dominar, os ricos atacavam os bens dos outros ou transmitiam certa porção dos seus. Esse processo de assimilação do inimigo fazia a grandeza do rico. A corrupção em um estado cada vez mais crescente denotando o progresso da degenerescência.

E o culpado de tudo isso, segundo Rousseau, é o próprio homem, pois ele “só tem aqueles males que a si mesmo se infligiu e que a natureza está justificada. Não foi sem esforço que conseguimos tornar-nos tão infelizes” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 291).

O homem não pode dispor de bens essenciais da natureza, tais como a vida e a liberdade. Isto significaria renunciar à sua humanidade. Com a evolução cada vez maior atingindo, talvez, o auge da perfectibilidade natural, e o contato da razão com o meio, o indivíduo vai ficando cada vez mais corrompido.

Como a desigualdade já estava instaurada, seguiram-se a ela a pior desordem. O rico, com o poder de dominar os outros, quis subjugar a todos através de sua força.

A sociedade nascente foi colocada no mais tremendo “estado de guerra”. Todos querendo seus (supostos) direitos respeitados em lesão aos dos demais.

A desigualdade moral ou política é estabelecida e/ou autorizada pelos homens. Consiste nos privilégios de que gozam alguns em detrimento dos outros.

Mesmo que o rico dissesse “ter tudo graças a si mesmo”, poderia ser-lhe objetado: “Ignorais que uma multidão de vossos irmãos perece e sofre a necessidade do que tendes a mais.” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 268) Por que tendes mais do que necessita para vossa subsistência?

Os ricos, não tendo como justificar-se ou defender-se, percebendo que tal situação lhes era extremamente desfavorável pois teriam de manter perpetuamente uma guerra e, sabendo que suas usurpações estavam apoiadas unicamente num direito precário e abusivo adquirido unicamente pela força, e que “esta mesma poder-lhes-ia arrebatá-los sem que pudessem lamentar-se” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 268), forçado pela necessidade, acabaram concebendo o projeto que legitimou todas as suas usurpações. Tal projeto consistiu em fazer de seus atacantes, seus defensores, dos que lhes eram contra, ser a favor (p. 269).

## O discurso do rico

Depois de ter convencido a todos de que a situação não poderia perdurar pois seria “desagradável a todos”, percebe-se como os ricos, com seu discurso ideológico, tornam universal o que é particular, o que é de seu interesse, em interesse geral (MARX, 2013).

‘Unamo-nos’, disse-lhes, ‘para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence; instituamos regulamentos de justiça e de paz, aos quais todos sejam obrigados a conformar-se, que não abram exceção para ninguém e que, submetendo igualmente a deveres mútuos o poderoso e o fraco, reparem de certo modo os caprichos da fortuna. Em uma palavra, em lugar de voltar nossas forças contra nós mesmos, reunamo-nos num poder supremo que nos governe segundo sábias leis, que protejam e defendam todos os membros da associação, expulsem os inimigos comuns e nos mantenham em concórdia eterna.’ (ROUSSEAU, 1978-B, p. 269)

Como entender um contrato que fosse unilateral? Qual seria sua validade se obriga apenas a uma das partes enquanto nada cabe a outra, trazendo apenas prejuízo de quem nele se compromete?

Fica cristalino como o Contrato Social é mais vantajoso para os ricos, cujos bens garante, do que para os pobres, aos quais nada mais oferece do que a segurança da pessoa. No entanto, a realidade concreta demonstra que nem essa promessa é garantida ou resguardada.

Ao enunciar a armadilha retórica de “assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence”, os ricos procuraram salvaguardar seus interesses, naturalizar a submissão e apresentar como legítimos os processos coercitivos e as agressões que possibilitaram o entesouramento deles. Por sua vez, para os pobres, que só têm a liberdade a perder sem nenhuma compensação, o Contrato Social só causa mal; enquanto para o rico é útil, pois este tinha mais precauções a tomar para defender-se.

Assim, o silêncio da opressão é imposto sem murmúrio pelos poderosos.

Foram seduzidos por este “discurso do rico” os homens grosseiros que, por muito menos, se entregaram, dada a sua ambição. O homem, que era livre, correu ao encontro de seus grilhões crendo assegurar a sua liberdade: “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros” (ROUSSEAU, 1978-A, p. 22). Iludidos pela vantagem da instituição do poder político, não contavam com a suficiente experiência para prever-lhe os perigos. Os mais capazes de pressentir os abusos eram exatamente aqueles que contavam aproveitar-se da situação, ou seja, os ricos.

Nesse ponto, está encerrada definitivamente a liberdade natural. Também aqui supõe-se a origem das leis e da sociedade: “fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável, (...) sujeitaram todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria” (ROUSSEAU, 1978-B, p. 270).

É inexato dizer que o homem tem uma tendência natural à servidão. Para Rousseau, não são os escravos os mais indicados para falar sobre liberdade, ou raciocinar sobre ela.

Nesse sentido, encontramos passagem semelhante em La Boétie, quando ele diz:

é incrível como o povo, quando se sujeita, de repente cai no esquecimento da franquia tanto e tão profundamente que não lhe é possível acordar para recobrá-la, servindo tão francamente e de tão bom grado que ao considerá-lo dir-se-ia que não perdeu sua liberdade e sim ganhou sua servidão. É verdade que no início serve-se obrigado e vencido pela força; mas os que vêm depois servem sem pensar e fazem de bom grado o que seus antecessores haviam feito



por imposição. Desse modo os homens nascidos sob o jugo, mais tarde educados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e como não pensam ter outro bem ou outro direito que o que encontraram, consideram natural a condição de seu nascimento (1982, p. 20).

Daí, indagarmos: Qual a fundamentação da oposição entre os poderosos e os fracos? Respondemos que é a força, pois esta desigualdade não é legitimada pela natureza e sim pela convenção criada pelos homens em estado social.

O homem natural, ao passar para o estado social, torna-se fraco e subserviente em um processo de domesticação que lhe retira as características naturais que são a força, a coragem etc.

## A lei dos ricos e a igualdade de direitos

“[...] sob os maus governos, essa igualdade é somente aparente e ilusória; serve só para manter o pobre na sua miséria e o rico na sua usurpação. Na realidade, as leis são sempre úteis aos que possuem e prejudiciais aos que nada têm, donde se segue que o estado social só é vantajoso aos homens quando todos eles têm alguma coisa e nenhum tem demais.”

Rousseau conhecia apenas “maus governos”, cujo favorecimento ao rico em desfavor do pobre era regra geral e única.

As leis são instrumentos de que se serve a classe dominante para continuar no poder, e as interpreta segundo suas conveniências.

Assim, o Contrato Social, a nosso ver, aparece como uma radiografia invertida da sociedade, apresenta-se como o dever ser e nos mostra como estamos distanciados do ideal e da liberdade.

A representação política manifesta-se assim como uma farsa. O representante é signo da representação do representado, ou seja, o representado abdica de seu direito de defender diretamente a si mesmo, transferindo a outrem essa prerrogativa. E isto manifestar-se-á contra o representado, pois o poder é exercido na ausência de quem o delega.

Para alguns, teríamos na revolução moral e cultural do indivíduo a esperança da reconquista da liberdade, da autonomia, da dignidade humana. Outros entendem que apenas uma revolução social poderia de fato significar alterações profundas e concretas.

Recentemente, o Brasil passou pelo (des)governo bolsonarista (2019-2022), fascismo tropicalizado e viabilizado pelo golpe de Estado de 2016 (BEVILACQUA SOBRINHO, 2016; MIGUEL, 2018). Obscurantismos e regressões proliferaram no país, refletindo uma conjuntura internacional de ascensão da extrema-direita no mundo. Em 2022, a derrota eleitoral de Bolsonaro proporcionou as condições de começar a reverter os inúmeros danos deliberados impostos pelas políticas neoliberais, reacionárias, antipopulares, antissociais e antinacionais dirigidas por Paulo Guedes e demais ministros ultraconservadores.

De todo modo, as sociedades precisam produzir mecanismos eficazes de participação social e controles para impedir o predomínio da vontade particular quando se tratar de questões de interesse público. Ademais, a desalienação de amplas camadas na sociedade também seria salutar para inibir quem está no poder de falar em nome da “justiça”, de maneira ilegítima, ou seja, usurpações e violações, em nome do povo e da lei, não encontrariam respaldo.

Evitar-se-iam os males dos quais somos culpados se o homem não se desprendesse de seu estado natural, de acordo com Rousseau.

Percebe-se então ser muito fácil fazer a história das doenças humanas ao observar as sociedades civis.

## Referências

BEVILACQUA SOBRINHO, Agenor. **A Lente**. São Bernardo do Campo, SP: Cia. Fagulha, 2016.

LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo, Boitempo, 2ª reimpressão, 2013.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (A). Do Contrato Social. In: **Do contrato social**; ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes. Tradução de Lourdes Santos Machado. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

ROUSSEAU, Jean-Jacques (B). O discurso da desigualdade entre os homens. In: **Do contrato social**; ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes. Tradução de Lourdes Santos Machado. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

# ESTRATÉGIAS INTERDISCIPLINARES NO DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E TEATRO: A PERPLEXIDADE E A DERROTA FRENTE AO GOLPE DE 1964 NAS PEÇAS MOÇO EM ESTADO DE SÍTIO E MÃO NA LUIVA DE ODUVALDO VIANNA FILHO

**Rosangela Patriota**

Este é um teatro. Um local onde permanentemente os homens têm se reunido pra discutirem o modo como vivem, apaixonados pela diferença entre suas ideias e a realidade. Este espaço difuso entre ideia e realidade, este espaço difuso, é o nosso.

(Oduvaldo Vianna Filho, Segundo Fragmento)

A interdisciplinaridade tornou-se, ao longo dos anos, um dos temas mais discutidos no âmbito da pesquisa acadêmica. Nos dias de hoje, existem inúmeros estudos publicados, em diversas áreas do conhecimento, sobre como dar materialidade a projetos interdisciplinares. Não bastando isso, agências de fomento têm aberto editais que visam valorizar tais percursos.

No entanto, em termos práticos, como construir o conhecimento interdisciplinar? Para inúmeros segmentos, tal empreitada significa reunir especialidades distintas e, em virtude disso, gerar um produto – intelectual e/ou tecnológico – que não seria elaborado sem a integração dessas distintas formações. Mas há os que compreendem, como práticas interdisciplinares, os esforços empreendidos por pesquisadores que se propõem, a partir de seus campos de atuação, romper os limites estabelecidos disciplinarmente e elaborar reflexões assentadas em duas ou mais áreas.

Caro leitor, os dois parágrafos acima, sem dúvida, são uma pequena demonstração da complexidade inerente a esse debate. Porém, nos limites desse texto, o interesse se centrará sobre a segunda perspectiva, com vistas a apresentar possibilidades de como na área de História é possível desenvolver perspectivas interdisciplinares.

Com esse intuito, antes de qualquer outra consideração, é importante recordar as palavras de Michel Foucault, com relação às ciências humanas, a grande área na qual estão concentradas as preocupações dessa reflexão:

a primeira coisa a constatar é que as ciências humanas não receberam por herança um certo domínio delineado, dimensionado talvez em seu conjunto, mas não-desbravado, e que elas teriam por tarefa elaborar com conceitos enfim científicos e métodos positivos; o século XVIII não lhes transmitiu, sob o nome de homem ou de natureza humana, um espaço circunscrito exteriormente, mas ainda vazio, que elas tivessem, em seguida a tarefa de cobrir e analisar (FOUCAULT, 1985, 361).

Nesse sentido, por mais que se reconheça as implicações contidas nas palavras do filósofo francês, essa breve introdução apenas as observará de modo superficial porque, apesar das implicações

teóricas e interpretativas contidas nessa passagem, aqui, o interesse está em destacar os momentos em que os espaços disciplinares não estavam circunscritos e devidamente demarcados. Melhor ainda, novamente recorrendo a Michel Foucault, não se pode ignorar: “a partir do século XIX, o campo epistemológico se fragmenta ou, antes, explode em direções diferentes” (FOUCAULT, 1985, 363).

No processo de reordenamento do campo investigativo, as Universidades passaram a se organizar em torno de departamentos e de áreas de conhecimento. Em virtude disso, as especificidades e as competências disciplinares foram se delineando e, de certa maneira, conformaram as pesquisas no decorrer do século XX e nas primeiras décadas de nosso tempo.

Sem dúvidas, cada disciplina possui sua própria dinâmica e inquietações e, nesse ambiente, a disciplina História que, como área, existe antes da constituição das ciências humanas, buscou, em algum nível, estabelecer suas dinâmicas, pois:

essa disposição da História no espaço epistemológico é de grande importância para a sua relação com as ciências humanas. Uma vez que o homem histórico é o homem que vive, trabalha e fala, todo conteúdo da História, qualquer que seja, concerne à psicologia, à sociologia ou às ciências da linguagem. Mas, inversamente, uma vez que o ser humano se tornou, de ponta a ponta, histórico, nenhum dos conteúdos analisados pelas ciências humanas pode ficar estável em si mesmo nem escapar ao movimento da História (FOUCAULT, 1985, 397).

Esse ambiente, é indiscutível, fez com que vários historiadores se debruçassem sobre a constituição de práticas e de procedimentos que, em algum nível, pudessem conceder à História graus

de aferição do conhecimento produzido e, por intermédio deles, o *estatuto de ciência*<sup>1</sup>. Nesse percurso, à medida que os interesses investigativos surgiram, nichos preferenciais foram se evidenciando, tanto que nos dias de hoje os estudos históricos abrangem, sob distintas perspectivas e à luz de diferentes temporalidades, dimensões da Política, da Economia, da Sociedade, da Cultura, do Meio-Ambiente entre vários desdobramentos.

Uma ilustração do que está sendo dito ocorreu no início do século passado, quando a historiografia francesa buscou estabelecer diálogos interdisciplinares com a sociologia, economia, psicologia, geografia, por meio de um grupo de pesquisadores concentrados em torno da revista dos *Annales*, como atestou Marc Bloch.

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem [os artefatos ou as máquinas], por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar (BLOCH, 2001, 54).

Os homens como matéria-prima da História! Eis o grande empreendimento que, ao enxergar com reservas as delimitações de área e temas, estimulou e defendeu uma dimensão interdisciplinar para a pesquisa histórica, em sintonia com as ideias de Foucault

---

1 Para informações mais detalhadas, consultar: LANGLOIS, Charles & SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. Curitiba: Patola Livros, 2017 (edição original é de 1897).  
HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

apresentadas. Dito de outra forma: a História, como área de conhecimento, não possui objeto definido. Pelo contrário, ela se consolidou por meio de um conjunto de perspectivas metodológicas que, ao enfrentar seus próprios desafios, alargou suas áreas de atuação, a fim de compreender a *ação dos homens no tempo*.

Nesse percurso, a título de ilustração, deve-se observar que, espaços como História da Arte, considerados, por muitos, locais privilegiados para estudos de estetas e semiólogos, a pouco e pouco, passaram a requisitar a presença de historiadores, como se desprende das observações de Pierre Francastel:

*As relações que unem a expressão plástica aos outros aspectos de uma civilização permanecem ainda mal conhecidas; consideramo-las de tal modo complexas e suscetíveis de atraso e de divergências, que tivemos de deixar aqui de lado problemas colocados por ligações tão delicadas e contradições aparentemente tão surpreendentes. Estas linhas foram escritas por Marc Bloch em 1939 em sua admirável obra sobre a *Société féodale*. Não me parece que nos últimos vinte anos tenham sido feitos progressos substanciais para elucidar o problema das relações entre a função plástica e as outras formas de uma civilização. Diversos artigos surgidos nos últimos números dos *Annales* exprimem novamente a perplexidade e a inquietação dos 'historiadores' colocados diante da Arte ou da Literatura. Mas não será justamente por pensarem poder existir uma história em que a consideração do fato plástico pode ser encarada como acessória que os historiadores nada fizeram para ultrapassar voluntária e provisoriamente a posição reservada de Marc Bloch? (FRANCASTEL, 1993, 63).*



Graças à grande complexidade do debate histórico, sempre coube aos profissionais da área perceber e compreender as dinâmicas próprias que organizam e/ou motivam as distintas historiografias. Sob esse prisma, as indagações atinentes à área dos Estudos Culturais foram de grande estímulo para o debate História e Estética, em especial as proposições de Edward Palmer Thompson<sup>2</sup>.

Para ele, as conexões Arte e Sociedade, emergem, com grande destaque, nos estudos dedicados sobre os poetas ingleses do século XVIII<sup>3</sup>, como John Thelwall, William Wordsworth, William Blake, S. T. Coleridge, pois, com o intuito de investigar o impacto do jacobinismo na poesia romântica, Thompson construiu uma instigante reflexão para destacar a maneira pela qual as ideias revolucionárias tornaram-se, não só o referencial a partir do qual aqueles homens enxergaram o seu próprio tempo, mas como com elas propiciaram a elaboração de uma experiência histórica que se transformou em poesia.

Que aconteceu? O que fez com que acontecesse? Posso apenas dar algumas ideias e para fazer isso preciso situá-los num contexto histórico mais limitado.

Os historiadores, não menos que os poetas e os críticos, têm seus “fragmentos de tempo”. Quero focalizar dois desses pontos, cuja importância se irradia para frente e para trás. Ambos provêm dos anos 1797-1798, com os poetas em Stowey e Alfoxden. Ambos devem ser vistos dentro do clima do jacobinismo,

---

2 No Brasil, Thompson é mais conhecido por seu trabalho *A Formação da Classe Operária Inglesa* (Paz & Terra, 3 volumes), no qual a questão cultural foi a perspectiva escolhida para entender aspectos importantes do cotidiano dos trabalhadores ingleses.

3 Dentre as publicações mais significativas sobre o tema estão: THOMPSON, Edward Palmer. *Witness Against the Beast: William Blake and the moral law*. New York: The New Press, 1993. THOMPSON, Edward Palmer. *William Morris: Romantic to Revolutionary*. Stanford: Stanford University Press, 1988. THOMPSON, Edward Palmer. *Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

isolados, sujeitos a uma incessante vigilância externa e, ainda assim, ao mesmo tempo, num clima de recolhimento e confusão – o momento em que as *Lyrical Ballads* foram escritas, o primeiro rascunho de ‘*The Ruined Cottage*’ e possivelmente algumas passagens que iriam se encaixar no *Prelude* (THOMPSON, 2002, 61).

Assim, pensar o objeto artístico como fragmentos carregados de possibilidades históricas, revela, não só a legitimidade e a pertinência desses temas e objetos, como também faz uma advertência: a aproximação deles requer a utilização de *métodos e técnicas*, organizadores dos procedimentos relativos ao tratamento da documentação e ao diálogo com a bibliografia especializada.

Bem, esse introito, além de situar, minimamente, caminhos da disciplina História, é também um convite para que possa investigar alguns dos desafios impostos pelas práticas interdisciplinares para a pesquisa histórica, pois a envergadura dessa tarefa, em absoluto, poderá ser empreendida nesse momento.

Assim, estabelecidos os limites dessa reflexão, a partir de agora, serão expostos estímulos e premissas para o desenvolvimento de exercícios interdisciplinares por meio do diálogo entre História e Teatro.

Para isso, selecionei duas peças do dramaturgo brasileiro Oduvaldo Vianna Filho (1936-1974), *Moço em Estado de Sítio* (1965) e *Mão na Luva* (1966), com a intenção de demonstrar como os impasses políticos, no imediato pós-golpe de 1964, estão presentes na construção dramática, no desenvolvimento das personagens e na exposição dos conflitos. Tais abordagens evidenciarão ainda, como as obras de arte são também documentos de grande relevância para o desenvolvimento de estudos e de interpretações acerca da História do Brasil Contemporâneo.

## II

Oduvaldo Vianna Filho é uma referência na História do Teatro no Brasil do século XX. Em seus 38 anos de vida, como artista e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), travou embates com diferentes grupos, tanto com aqueles que eram defensores do golpe civil-militar de 1964, quanto com os segmentos de esquerda partidários de posturas mais radicais, inclusive a luta armada, como resposta ao arbítrio instaurado no país. A sua capacidade criativa, reconhecida por seus contemporâneos, não ficou isenta de críticas e de restrições em relação às temáticas e aos procedimentos estéticos utilizados.

Apesar dessas objeções, Vianinha se tornou uma referência no debate político-cultural das décadas de 1960 e de 1970, pois mesclava a impaciência da juventude, advinda das participações no Teatro de Arena de São Paulo e no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), com a convicção de que dias melhores viriam e, com eles, uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, ele não participou do desfecho da luta contra a ditadura, porque, em 1972, passou a viver seu inferno particular. Um tumor maligno em seus pulmões comprometeu seu organismo. Nesse período, marcado pela enfermidade e pelo tratamento não menos doloroso, Vianna deu continuidade ao projeto de escrever aquela que viria a ser a sua última peça: *Rasga Coração*, que teve o segundo ato ditado à sua mãe, Deocélia Vianna, no leito do Hospital Silvestre, no Rio de Janeiro.

Essa ânsia em terminar o trabalho devia-se ao fato de que ele acreditava poder assistir à estreia do espetáculo antes de morrer. Entretanto, isso não se concretizou porque a peça foi interdita pela Censura Federal. O dramaturgo morreu, em 14/07/1974, deixando uma trajetória em favor das liberdades democráticas e da

justiça social, além de dois textos proibidos: *Papa Highirte*, censurado em 1968, e *Rasga Coração*, ambos considerados as suas melhores criações artísticas.

Com o seu falecimento, desaparecia o homem, o cidadão, o militante comunista e nascia uma bandeira de luta. No período 1974-1980, Vianinha tornou-se uma das figuras mais recorrentes do teatro brasileiro. Jornais e revistas informavam sobre a censura de suas peças. Jornalistas, atores, diretores, críticos e intelectuais rememoravam o seu trabalho, além de sua conduta profissional e política. Por isso, para não trair sua memória, nem seu legado, liberar *Rasga Coração* era imprescindível, a fim de que o país fizesse jus ao seu talento<sup>4</sup>.

Em 1979, quando o processo de distensão chegou à Censura Federal e suas gavetas foram abertas, *Rasga Coração* foi uma das primeiras obras liberadas. A repercussão nos meios de comunicação foi algo, até hoje, inédito no país. Vianinha tornou-se a figura chave daquela temporada teatral, arrebatando, postumamente, prêmios de melhor dramaturgo. Com o início da nova década, duas outras peças também ganharam os palcos: *Moço em Estado de Sítio* e *Mão na Luva*, respectivamente em 1981 e 1984.

Esses dois textos, escritos entre os anos 1965 e 1966, foram, de acordo com a bibliografia especializada, mantidos inéditos por decisão do próprio autor porque eles iam de encontro às diretrizes políticas estabelecidas pelo PCB para a construção da Resistência Democrática e, em certa medida, aproximavam-se de questões que, no cinema, foram apresentadas pelos filmes *O Desafio* (1966, Paulo César Sarraceni), protagonizado pelo próprio Vianna, e *Terra em transe* (1967, Glauber Rocha).

---

4 Um estudo aprofundado das interlocuções entre Oduvaldo Vianna Filho e a conjuntura política do final da década de 1970 encontra-se no seguinte trabalho:  
PATRIOTA, Rosângela. *Vianinha - um dramaturgo no coração de seu tempo*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Os acontecimentos de 1964 apresentaram, para Vianinha, importantes questões acerca de sua própria atividade profissional, embora, naquelas circunstâncias, muitas possibilidades poderiam ser aventadas. No entanto, para alguém tão envolvido com a instrumentalização da arte, em favor de uma transformação social, os novos rumos do país colocaram-lhe, de maneira contundente, a indagação: *o que é ser intelectual e/ou artista em uma sociedade de classes?*

A partir da constatação de que *o intelectual tem que exercer uma atividade, apesar das condições em que ele vive*, Vianinha elaborou textos dramáticos procurando refletir sobre o engajamento artístico e os limites da atividade intelectual no mercado de trabalho. O primeiro resultado dessa incursão foi *Moço em Estado de Sítio* (1965)<sup>5</sup>, peça dividida em três partes e construída a partir de situações dramáticas, nas quais o protagonista Lúcio Paulo vivencia suas contradições em oposição a outras perspectivas de apreensões do *real*.

Para desenvolver tal intento, o autor se apropriou de *conquistas da vanguarda teatral*, a fim de construir um diálogo mais efetivo com aquela circunstância histórica, isto é, personagens e situações fragmentadas, vários fios narrativos, simultaneidade de ações em diferentes espaços e a iluminação adquiriu um papel fundamental na condução dramática.

Lúcio, um jovem de classe média, advogado recém-formado, é ator/dramaturgo de um grupo que faz *teatro político* na periferia. Estabelecido o perfil social do protagonista, a pouco e pouco vão sendo apresentados alguns de seus contrapontos dramáticos: Bahia, dramaturgo e diretor do grupo de teatro, com quem Lúcio disputa a liderança e o amor de Suzana; Cristóvão, pai de

---

5 Embora tenha sido concluída em 1965, *Moço em Estado de Sítio* teve sua primeira encenação somente em 1981. Em 1997, o texto foi encenado pelo Grupo TAPA.

Lúcio, exige que o filho efetivamente assuma a advocacia e deixe a vida *irresponsável*; Estelita, personagem que possui opiniões divergentes das de Lúcio, no que se refere ao caráter político da obra de arte e às limitações do teatro engajado. Nesse primeiro momento também estão presentes Suzana, uma atriz comprometida com a proposta de trabalho do grupo e namorada de Bahia; Lúcia, irmã de Lúcio, grávida de Estelita, mas nutre uma paixão por Bahia; Cota, dona de casa e mãe de Lúcio; e Jean-Luc, amigo do protagonista.

Assim, pela construção das personagens, o dramaturgo expõe os conflitos centrais de Lúcio: um jovem, insatisfeito com a escolha profissional, integrante de um grupo de teatro engajado que discorda dos procedimentos adotados pelo diretor, embora faça a defesa da politização da arte.

**OS DOIS** – Você quer tirar o direito do homem de contemplar! – Contemplação não existe! Contemplação...! É a maior conquista do homem, não existe! – Contemplação é o anti-homem! O anti!

**ESTELITA** – Mistificadores, vocês são! Atrás desse Bahia que é um mistificador e um mistificado!

**LÚCIO** – Olha aí, Estelita, olha aí, o Bahia é uma pessoa, eu sou outra. Ele é Sagitário, eu sou Gêmeos. Estamos no mesmo grupo mas...

**ESTELITA** – Aqui nessa mesa, Lúcio Paulo, aqui mesmo você me disse que essa peça do Bahia era a maior obra do teatro brasileiro, quiçá universal.

**LÚCIO** – Jamais *de la vie*! Nunca disse isso! Eu quero fazer teatro político, não é aquela gêmeira do Bahia, não!

**JEAN-LUC** – Entendeu? O Bahia é um equivocado, ele, não.

**LÚCIO** – Teve alguma graça, Jean-Luc. Teatro é...

**ESTELITA** – O que é que esse Bahia quer? Ir pro céu? Ele não é materialista?

**JEAN-LUC** – Não dá pra falar mal de outro, não? Já faz meia hora que vocês não concordam em nada, mas picham esse Bahia. Fala mal do outro, só de recreio.

**ESTELITA** – Eu tenho de dizer que está bom o assunto desse Bahia porque ele vai no subúrbio com o Lúcio Paulo, acordam às sete da manhã? O programa do Tônico e Tinoco também é às sete da manhã.

**JEAN-LUC** – Bem, boa, Vamos falar mal do Tônico e Tinoco agora.

**ESTELITA** – Teatro político não existe! Política é a circunstância, meu Deus! Teatro é sobre as eternidades que nós, os gregos, os troianos, os dominicanos, botafoguenses, é a mesma coisa.

**LÚCIO** – Nós somos circunstância, atenção, nós somos passagem. A eternidade é hoje, é agora. Só que o Bahia acha que o homem é uma emoção. E o homem é uma consciência. Uma consciência (VIANNA FILHO, 1965, 5).

Na sequência, ganham o palco um fragmento do espetáculo de Bahia, cujo tema é a deflagração de uma greve, e o apartamento dos pais de Lúcio, no qual Custódio, após consultar no jornal a seção de aniversários e a de falecimentos, dá telefonemas cumprimentando as pessoas ou as famílias ali relacionadas. Dentre os mais demorados, está aquele feito para o advogado Etchevarrieta Guimarães, a quem ele pediu um emprego para o filho. Na conversa, ao solicitar informações sobre o desempenho de Lúcio no escritório, é informado de que o jovem ainda não começou a trabalhar. Encerrada a ligação telefônica, pai e filho começam uma discussão. Após o ocorrido, Lúcio refugia-se, primeiramente, na companhia

de Noêmia, sua amante, e, na sequência, na companhia de Jean-Luc, com quem cheira lança-perfume e estabelece o seguinte diálogo:

**LÚCIO** – Me dá um aparte, companheiro. Tem que pedir apartes, Jean-Luc. Aí demora, aí é a sua vez... você fala mas você não explica direito... Aí um diz – companheiro, que oportunismo! Aí, você não pode mais responder que não é mais sua vez... Um aparte! Quero um aparte, pelo amor de Deus! Então a gente aprende a não arriscar, a não dizer nada inteligente, a... e ei-nos, recém-chegados, em plena mediocridade, no mar...

**JEAN-LUC** – Desiste, rapaz. Você é covarde demais pra desistir.

**LÚCIO** – Demorou duas reuniões pra saber se fazia questionário em papel jornal ou em papel couché... um aparte – papel jornal não atrai a massa. Um aparte – acho mais justo papel couché. Não é mais justo papel couché, Jean-Luc? Então... Toma o poder, povo. Toma o poder. Precisa resolver logo, Jean, senão eu entrego os pontos; acredito menos, menos... (VIANNA FILHO, 1965, 10).

Lúcio some de casa por um curto período. Alheio à preocupação dos pais, ele e Jean-Luc fazem pequenas contravenções. Vai à casa de Suzana implorar o seu amor e, em seguida, encontra-se com Bahia para saber os motivos pelos quais o diretor não gosta de sua peça.

**LÚCIO** – Você não gostou da minha peça, não é, canalha? Que é? Falta sofrimento?

**BAHIA** – Saco. Falta saco.

**LÚCIO** – Alho poro? Vai alho poro? (TEMPO) Qual é o saco? Ir de subúrbio em subúrbio pra dizer que delatar é coisa feia? Você não sabe que todos nós somos delatores? Esse não pagou as contas, acusado deixando a mulher. Por que a sua peça não é sobre a delação obrigatória?



- BAHIA** – Saco. Me faltou saco.
- LÚCIO** – Bahia, eu te amo, mas você é um cruzado, um Barba roxa. Vamos arriscar sozinho, Bahia.
- BAHIA** – Sozinho, só faço pipi.
- LÚCIO** – Sozinho, sim, sozinho eu ando em cima d'água de novo, multiplico pão. Em grupo você fica no seu canto, falando mal do mundo e mais o que... a gente não fica igual aos outros e não entende...
- BAHIA** – Não quero ser como os outros são. Quero ser como todo mundo já podia ser.
- LÚCIO** – Cruzado, monge, papa, freira...
- BAHIA** – Tem de ser egoísta paca, Lúcio. Não pode viver só a sua vida, tem de viver a vida toda, em bando, cada vez mais exato. Feito faca cortando banha.
- LÚCIO** – Por que é que você não gosta da minha peça?
- BAHIA** – Sacanagem (VIANNA FILHO, 1965, 13).

Como se evidencia, a primeira parte da peça identifica os conflitos de Lúcio Paulo e os seus espaços de atuação no universo cultural e político de fins da década de 1950 e início da de 1960. Embora haja essa ambientação cronológica, o tratamento do tema e as motivações dos embates abarcam, de certa maneira, as críticas e as autocríticas feitas a essas atividades logo após o golpe civil-militar, isto é, a ausência de convicção e a consequente hesitação de Lúcio são provenientes, tanto dos opositores da arte engajada de primeira hora, quanto daqueles que, após terem mergulhado em todo aquele processo, viram-se fragilizados na nova conjuntura.

Já a segunda parte é o momento de transição na trajetória do protagonista, agora trabalhando no escritório de advocacia, como desejava seu pai. Ao mesmo tempo, ele está mais próximo,

afetivamente, de Suzana e concluiu a escrita de sua peça. A despeito das dúvidas de Lúcio, sobre as qualidades artísticas de seu trabalho, Suzana destaca o conteúdo didático como sendo o aspecto mais relevante do texto. No entanto, ao ser submetido ao debate, no grupo de teatro, a peça é alvo de avaliações muito duras:

**UM** – Eu quero começar. Achei a peça muito importante. Parabéns ao companheiro. Dramaticamente talvez haja algum senão, mas o sentido anti-imperialista me pareceu justo. É uma denúncia. Acho que ela...

**BAHIA** – Que denúncia? Denúncia de que?

**SUZANA** – Deixa ele falar.

**BAHIA** – Que denúncia?

**VOZES** – Deixa ele falar, Bahia – espera a vez, Bahia.

**UM** – Denúncia da política do big stick, denúncia...

**BAHIA** – Prá mim ela denuncia que política é uma coisa simples como água e que nós somos uma multidão de imbecis!

**VOZES** – Absolutamente! Deixa ele falar! – Um de cada vez, um de cada...

**SUZANA** – A burguesia vacilante está lá, o medo está lá, isso é simples?

**LÚCIO** – O povo tem consciência, mas não tem força, isso que eu...

**DOIS** – Se ele tem consciência, ele tem força, companheiro...

**VOZES** – Não! – Quem disse isso? Quem? – A peça é simplista, meu velho...

**LÚCIO** – Simples é essa crítica, não aceito assim, não aceito.

**DOIS** – O que eu quero dizer é que a peça não mostra os erros do povo. Intenção política não é nada. Em política, errou, pagou na hora.

- VOZES** – Mas é outra peça! – Assim não é possível! A peça é didática! É simples, mas não é simplista...
- BAHIA** – Política não é tragédia, não. Tragédia nem os gregos escreveram. O negócio é errou ou acertou. Essa revolução da peça entrou pelo cano porque eles erraram e o autor não sabe disso.
- LÚCIO** – Eles erraram, pensaram que tinham força demais.
- BAHIA** – Isso você está me dizendo agora, porque na peça não tem, não.
- VOZES** – Como não tem? – A peça é didática! – Não pode querer obra-prima!
- SUZANA** – A peça tem erros, sim. A peça do Bahia não tem erro? Só o Bahia acerta nessa praça? Isso não é maneira de tratar um trabalho de um companheiro. A peça é boa.
- BAHIA** – Não é boa não. Que tem uma peça não ser boa? (LÚCIO FALA. AS LUZES EM VOLTA DOS OUTROS COMEÇAM A APAGAR)
- LÚCIO** – Boa é a sua peça sobre delação, não é? Minha peça é sobre uma revolução, pomba. Ou só pode se escrever sobre delação aqui? Algumas colocações eu aceito, mas invalidar tudo? Não aceito (VIANNA FILHO, 1965, 5-6).

Com a intenção de rever criticamente o processo, Vianinha recriou esteticamente a dinâmica dos Seminários de Dramaturgia do Teatro de Arena<sup>6</sup> e, com ela, os impasses estéticos e políticos que envolveram a produção teatral daquele momento, a saber: o caráter didático e/ou político de um texto teatral significava, necessariamente, menos apuro estético? Quais as premissas que norteavam as discussões: eficácia política ou adequação forma/conteúdo?

---

6 Reuniões ocorridas no Teatro de Arena de São Paulo e nas quais os dramaturgos submetiam seus textos às críticas dos colegas.

Nesse sentido, o dramaturgo internalizou em Lúcio esses conflitos, isto é, como autor, o protagonista não tinha ideias definidas sobre as pretensões de seu texto. Essa fragilidade, para além de seu comportamento, tem seus desdobramentos: no trabalho, a ausência de consistência temática em sua escrita e, na vida pública, uma conduta social e política recheada de ambiguidades.

Dramaticamente, essa indecisão manifesta-se em vários momentos. Um dos mais significativos é quando Suzana, decidida a montar a peça de Lúcio, faz contatos telefônicos para conseguir um diretor para o espetáculo e aluga um teatro. Determinada em levar adiante os seus propósitos, diverge radicalmente de Bahia, acusando-o, inclusive, de não ouvir a opinião dos demais e de conduzir o grupo, unicamente, por suas decisões. Em meio a tudo isso, Lúcio continuou dividido e Bahia cobra dele um posicionamento, quando vai procurá-lo no escritório para interpelá-lo sobre as atitudes de Suzana.

O protagonista, mais uma vez, furta-se à responsabilidade, diz que não sabia das ações da jovem e que não está de acordo com seus posicionamentos. Assume, inclusive, sua fidelidade ao grupo, que recebera uma verba para montar um novo espetáculo. O resultado desse processo: Lúcio não consegue assumir a defesa de seu próprio texto. Deixa Suzana sozinha e vai embora.

Mais uma vez, abatido com suas próprias atitudes e em estado de desalento, procura Noêmia e se *esconde* no apartamento de Jean-Luc. Esse, comovido com o estado de ânimo do amigo, pede a Estelita que o convide para participar de uma reunião, na qual está sendo elaborado o Suplemento Cultural de um grande jornal. Nesse contato, Lúcio conhece Bandeira, diretor do caderno, e Nívea, irmã do dono do jornal e editora de arte. Reencontra Estelita, secretário de redação. Para surpresa desse último, Lúcio integra-se à discussão e passa a compor a equipe e, sem maiores explicações, deixa o escritório de advocacia.

Confrontado pelo pai, que o chama de irresponsável, Lúcio fala de suas insatisfações e revela, à família, as atitudes subservientes do pai, em troca de pequenos favores. Essas discordâncias, acrescidas da gravidez de Lúcia, não aceita por Custódio, fazem com que o jovem quebre as amarras e saia do lar paterno, dando início a novas perspectivas pessoais e profissionais.

Inicia-se a terceira parte. Lúcio trabalha no suplemento e, como sempre, não assume posturas firmes. Esse comportamento faz com que ele, a pouco e pouco, galgue importantes postos de trabalho. Após várias divergências com Bandeira, Estelita é demitido e Lúcio assume a secretaria do Suplemento. Nesse meio tempo, afasta-se dos antigos amigos, inclusive de Jean-Luc. Aluga um apartamento, assume um romance com Nívea e aproxima-se de Galhardo, proprietário do jornal.

O Suplemento faz sucesso, assim como seu antigo grupo teatral. Suzana e Bahia têm seus talentos reconhecidos. Ela como atriz e ele como dramaturgo e diretor. Porém, as pressões e os debates político/sociais se acirram.

Nesse processo, Jean-Luc suicida-se. Bandeira, por discordar das interferências de Galhardo, demite-se e Lúcio assume seu lugar. Mais uma vez, dividido entre o seu trabalho efetivo e a dimensão política que gostaria de dar a ele, reaproxima-se de Suzana e do grupo, participando de uma reunião em que será decidido o apoio à greve dos estudantes. Bahia acredita que a adesão poderá prejudicar a temporada do espetáculo e a carreira dos artistas. Lúcio faz o contraponto, afirmando que a participação é necessária. No momento seguinte, dirige-se, com Suzana, para o local da manifestação, sob o seguinte argumento:

**LÚCIO** – Isso. Vamos lá. Assim. Vamos lá (AS PESSOAS SE LEVANTAM. SE ARRUMAM) Sabe o que é, Bahia? Viu, Suzana? Eu pensei... o que falta muito na esquerda

brasileira é o momento... perceber – é agora! Sabe? Orisco do fósforo... a gente tem paciência demais... Hein? Não, fala o que você acha... (VIANNA FILHO, 1965, 16).

Frente ao avanço das tropas militares, mais uma vez, ele abandona Suzana à própria sorte. Refugia-se em casa, sitiado por si mesmo e, acuado pelo tilintar do telefone porque, novamente, Lúcio terá de tomar uma decisão: aceitar, ou não, a seguinte oferta de Galhardo:

**LÚCIO** – Não quero, Galhardo. Não quero. Sai prá lá.

**GALHARDO** – Você faz dois, três números, ganha dois milhões, três milhões.

**LÚCIO** – Quem é que está dando o dinheiro pra isso?

**GALHARDO** – Não interessa. É uma revista mensal anticomunista. Se você não aceitar, não faz mal, não tiro a sua coluna, não deixo de ser fiador, continuo a dizer bom dia...

**LÚCIO** – É claro. É claro que não aceito. Não admito nem essa proposta!

**GALHARDO** – Eles querem uma coisa boa. Sai a revista e aí você dá uma nota na sua coluna contra a revista. Ninguém diz que é você. E põe dinheiro no bolso, Lúcio. Independência. Da próxima, não precisa aceitar. Precisa engolir cada vez menos. Vocês detestam que se diga que as coisas são assim. Mas, são! Precisa admitir tudo se quer mudar alguma coisa (VIANNA FILHO, 1965, 13-14).

*Moço em Estado de Sítio* é um momento seminal para o processo criativo de Oduvaldo Vianna Filho em relação ao gênero dramático porque, no início da década de 1960, essas experiências narrativas e estéticas se fizeram presentes em textos cômicos. Ao trabalhar com os recursos advindos do *teatro engajado*, Vianinha optou pela ideia do *distanciamento* pelo *riso*, a partir do

qual traduziu cenicamente os mecanismos da exploração do trabalho pelo capital, assim como desvendou aspectos da estrutura econômica e social do país. Para ele, a contribuição política que o teatro poderia trazer para aquele momento era a de subsidiar discussões e propiciar o *aumento da consciência política* do espectador em consonância com sua origem social.

No entanto, o impacto político e intelectual do golpe de 1964 redimensionou significativamente o entendimento da conjuntura. Esse momento de indefinições traduziu-se em reordenamentos estéticos e temáticos. O universo das certezas esvaiu-se e com ele se foi o *a priori* que sustentou a estrutura dos dramas, nos quais o protagonista possuía uma verdade que transcendia os limites da ficção e encontrava respaldo nas *inexoráveis leis da história*.

Com isso, o que era *certeza* transformou-se em *dúvida* e essa, por sua vez, não poderia se materializar cenicamente por intermédio de embates dicotômicos. Pelo contrário, passou a exigir composição nuançada e narrativa mais complexa. Em relação às personagens, vale destacar, se os *tipos sociais* não desapareceram, eles passaram a compartilhar nas peças de Vianinha com criações que, se não possuem dimensão psicológica, no sentido clássico, possuem elementos de individualidade, por meio da exposição de escolhas e experiências pessoais, aliados a um perfil de um segmento social específico.

No que se refere à narrativa, essa surge fragmentada por distintas temáticas e diversos conflitos, que se atualizam no palco pela multiplicidade de planos e de iluminação. Aliás, *Moço* talvez seja a peça em que Vianinha tenha utilizado, pela primeira vez, a luz como recurso dramático. A existência de uma cena, com simultaneidade de momentos, que tanto se diferenciam quanto se integram pela narrativa, expõe a presença de um narrador onisciente organizador do próprio espaço cênico.

Sob esse aspecto, se no Teatro de Arena e no CPC, o dramaturgo revelou-se firme em seus propósitos políticos e estéticos, que via a si mesmo e aquele momento histórico como revolucionários, a derrota desse pensamento, em 1964, continuou a trazer a público um artista militante; quanto a isso não há dúvidas, mas também permitiu a emergência de um escritor denso que, ao estetizar impasses e questões do cotidiano, revelou acuidade perante à realidade que deixou de se apresentar como meramente dual.

As problematizações de *Moço em Estado de Sítio* tiveram continuidade em *Mão na Luva* (1966)<sup>7</sup>, que narra, a partir de um embate de grande força emocional, instantes da vida de um casal, por meio de um diálogo tensionado entre o individual e o coletivo, no qual apreende situações, gestos, falas, olhares que aproximam e/ou afastam as pessoas.

Ele, um jornalista bem-sucedido, busca construir, para si mesmo e para a esposa, a ideia de que, ao longo de sua trajetória, preservou princípios éticos e ideológicos. Ela, dona de casa, mãe e esposa. Ele, ao lado da vida conjugal, mantém outros relacionamentos. Ela se preocupa em mobiliar a casa do sítio, visitar antiquários e comprar objetos de decoração a preços acessíveis.

Esse perfil das personagens é fornecido durante os embates em que Ele e Ela revelam amarguras e frustrações decorrentes de expectativas não realizadas, promessas não cumpridas. A fim de que seja construído um mosaico desses sentimentos, fragmentos do *passado* são atualizados, rompendo a linearidade do *presente*.

A síntese desses dois tempos, propiciada pelo narrador onisciente, possibilita vislumbrar a unidade dramática. No *passado*,

---

7 Essa peça, no Brasil, teve as seguintes encenações: a) em 1984, sob a direção de Aderbal Freire Filho, com Marco Nanini e Juliana Carneiro da Cunha; b) em 1988, sob a direção de Amilton Monteiro; c) na década de 1990, teve nova releitura, sob direção de Dudu Sandroni; d) em 2001, Amir Haddad dirigiu a peça com Pedro Cardoso e Maria Padilha; e) em 2010, os atores Marcelo Pacífico e Isabela Lemos a encenaram supervisionados pelo diretor Eduardo Tolentino de Araújo.



estão contidas as juras de amor, os compromissos, assim como as infidelidades, as desconfiças, a quebra dos acordos no campo pessoal e profissional. O relacionamento vai cedendo lugar a um conjunto de pequenas mentiras, de atitudes dissimuladas e de palavras não ditas. No *presente*, tudo isso vem à tona, no momento em que Ela anuncia que está indo embora, que o casamento acabou.

Perante essa decisão, as mágoas e os desencontros vêm para o centro do palco e, com eles, atos e omissões do cotidiano, que os transformaram em pessoas capazes de traírem a si mesmas e o casamento, pois se no início do conflito as infidelidades de Lúcio Paulo são tornadas públicas, as de sua esposa somente serão reveladas em cenas de extrema intensidade. Na realidade, os seus adultérios foram cometidos com colegas de profissão de seu marido, como forma de atingi-lo, por fazê-la sofrer toda sorte de humilhações.

No entanto, em que uma crise matrimonial auxilia o espectador/leitor a refletir sobre os limites do intelectual no mercado de trabalho?

Essa mediação foi possível graças à composição das personagens, já que, partindo do pressuposto de que o binômio indivíduo/coletivo é uma relação, Vianinha elaborou conflitos *aparentemente* individuais, porque esses se projetam na conduta profissional, da mesma forma que a capacidade de transgredir princípios, romper valores, no nível público, transformam também o cotidiano doméstico e particular. A sensibilidade e a emoção são continuamente reeducadas pelas relações sociais que, em última instância, são o espaço privilegiado para o exercício dos afetos. Isto pode ser dito na medida em que o homem que trai a esposa é o mesmo que renuncia a projetos coletivos em favor de sua ascensão profissional.

(REVERSÃO DE LUZ. TEMPO PRESENTE)

**ELE** – Por favor, fala sério comigo.

**ELA** – Devia. Falasse sempre, ah, até ali no fim, mas me sentia mal se não tivesse confiança em você, você me perturbava, me... assim, numa roda. Devia falar, devia...

**ELE** – Fala. (ELA SORRI. PASSA A MÃO NO ROSTO DELE)

**ELA** – É bom pra quem toma banho.

**ELE** – O que?

**ELA** – Que eu era feito tomar banho em cascata... (PLAY BACK DA CENA DA PRIA - “VEM, VEM” - ENTRA BAIXO)... que eu sabia o que queria, o que queriam de mim... pensei que era minha alegria, era minha convivência, perdões... (SAI O PLAY BACK)

**ELE** – Não, minha mulher, não, jamais...

(REVERSÃO DE LUZ. FLASH BACK)

**ELE** – Portela saiu da revista faz um ano, muito bem, deixou de almoçar aqui, muito bem, mas está escrevendo uma série de artigos aí - “Introdução aos Homens de Duas Faces” - você leu?

**ELA** – Li.

**ELE** – E todo mundo me encontra na rua - “é com você isso?” - diz que é comigo, “não vai responder?”

**ELA** – Responde.

**ELE** – Pra esse - ah, que é isso, não é comigo, não tomo conhecimento.

**ELA** – Se não é, responde.

- ELE** – Um radical espanhol foi o que ele ficou, publicou o romance, arranjou um nome assim, vive à custa dele mesmo – agora, pode ser, que enquanto estava na revista engoliu muito sapo.
- ELA** – Você também engole.
- ELE** – O que é que você quer dizer com isso?
- ELA** – Quero dizer que você me diz isso todo dia.
- ELE** – Mas por que está lembrando disso agora, que foi?
- ELA** – O Portela não é um radical não sei que, que eu conheço o Portela, não lembra?
- ELE** – Você não vê o Portela há um ano quase!
- ELA** – Mas leio, não virou romancista só, como você diz, no jornal que vocês iam fazer juntos...
- ELE** – Que está falindo, um jornal – que jornal? Vai fechar, quem lê? Quem? Eu disse isso pra ele...
- ELA** – Disse também que ia pedir demissão da revista.
- ELE** – Mas era uma besteira, já falamos isso, ele mesmo concordou que era, fui lá no jornal ajudar, mas...
- ELA** – Ficou no lugar dele na revista.
- ELE** – Não queria, que é isso? Bandeira Pessoa insistiu seis meses comigo, você não lembra que – pelo amor de Deus não fala comigo dessa maneira!
- ELA** – Então responde pra ele.
- ELE** – Mas o que você está querendo? Mas meu Deus! Mas está desconfiando de mim? Han? Já não expliquei tudo, mas o que, han? Onde nós estamos?

(REVERSÃO DE LUZ. TEMPO PRESENTE)

**ELA** – Foi antes da Ana Maura que a gente deixou de se falar. Foi antes. Aquela história do Portela eu tive medo de você ((VIANNA FILHO, 1966, 13-14).

*Mão na Luva*, no nível temático, é um aprofundamento das questões apresentadas em *Moço em Estado de Sítio*. Porém, a abordagem das mesmas não ocorreu pela inserção sociopolítica da personagem, mas por suas opções no campo pessoal e profissional, onde o privilegiamento do segundo implicou em quebra de compromissos estabelecidos no âmbito da amizade e de uma perspectiva de mundo.

Dessa feita, vivendo em uma conjuntura não revolucionária, como estabelecer os limites da atuação profissional sem que essa deteriore os princípios éticos e ideológicos?

**ELA** – “Claro, claro, você tem razão”, quando você falava era melhor, você é assim brilhante, eu tinha de dizer só “é claro, claro”, e uma graça, alguma coisa engraçada que é bom, não é? “Grão-Duque”, “Grão-Vizir”, não sabia direito o que era, “claro, claro”, “usa sempre chapéu Ramenzoni”, não queria saber, Gisela, Bandeira Pessoa, Light, Embaixada, a Editora com seus amigos comunistas, “claro, claro”, Palionov, um cargo no governo, Aliança para o Progresso, “usa chapéu Ramenzoni”, depois de seis meses Portela sumiu, nunca mais vi, então fiquei isso: filhos, sítios, tábua, cisterna, bicho, coelho de olho vermelho, é, queria chegar a hora do almoço, “claro, claro”, “Marcinho aprendendo a falar, olha!”, conversar com você pra não ficar muda, as lojas, bazar, em formol, “claro, claro”, nunca vou te perguntar por que o nosso sítio é perto do sítio do Bandeira Pessoa, você não queria uma casa na praia? Botar calção sujo de areia, bêbado, dizendo palavrão? “chapéu Ramenzoni ele usa”, um prazer em ser opaca, não reclamar que prazer, ficava

rindo, não é nada disso que eu sou, que eu quero, nada disso, sofria macio, ninguém sabe de mim, ah que engraçado, no canto, de olho vermelho, coelho de olho vermelho... (ELE, QUE FALOU ATÉ AQUI BAIXO E ALTO ALTERNADAMENTE NAS PAUSAS DELA, EMENDA)

**ELE** – Olha, Bandeira, na minha mão não vira bazar não, não vira zona, não vira o Mangue.

[-----]

(REVERSÃO DE LUZ. TEMPO PRESENTE) (O PLAY BACK PÁRA DE ESTALO)

(OS DOIS NA POSIÇÃO EM QUE ESTAVAM ANTES)

**ELE** – Mas o que você queria de mim? De uniforme branco? Um Nazareno, um Imaculado Conceição? Estou sujo, estou assim, aqui, me mancharam aqui, aqui, poiui, poiui, que se vai fazer? Você não é capaz da sua vida, quer viver a minha? Viver por dois? Ninguém escapa assim, entende? Não posso me exibir pra você, não faço circo, não sou mulher barbada, não sou você! Não sou você! No mundo há uma feia batalha e...

**ELA** –... muito feia, Portela ficou no jornal esperando, te telefonava, você foi três vezes, sorriu, deu cinco ideias lindas impossíveis e...

**ELE** –... não vou dar satisfação de coisa que aconteceu há quatro anos, séculos, vamos e venhamos, você já discordou do Portela? Fala aí! Fica de olho esgazeadado, morde o maxilar, vai subir em cima de mim, vai me morder a carótida, então eu vou dizer “não vou no jornal”, isso é desvario? Cinco mil exemplares tirados à mão quase, e – sabe, Portela? Gutemberg já morreu” – ia dizer isso pra ele? Hein? Discordo da linha do seu jornal, não foi assim que se combinou!? (...)

Jornal pra oitenta e três pessoas, subiu pra oitenta e sete. Eu não...

[-----]

**ELE** —... pô, entendi, entendi, quer que eu seja líder das Ligas Camponesas, não é? Ou um marginal famoso, o Cara de Cavalo? Campeão da travessia Rio-Niterói, que tal eu ser a Maria Esther Bueno? Quando alguma coisa neste país foi resolvida com berro, gente empilhando móvel na esquina do Ouvidor, de barricada e Marselhesa, e – quando? Nunca! Portugal criou o país do chega pra cá, foi com isso que os Portelas acabaram, vieram de chicote na terra do sofá! Tem uma cúpula e o resto é icterícia, deixe o povo pra lá um tempo, sentado na calçada de marmita, na fila do IPASE, no Miguel Couto esperando a vaga, dói, mas deixe um pouco, acenderam a fagulha olha no que deu, a bunda na Embaixada do México e o resto é silêncio, é, o resto é Hamlet... (VIANNA FILHO, 1966, 27-28-29).

O impasse estabeleceu-se. Todavia, as respostas não são simples e, muito menos, mecânicas. Como responder a essa dúvida? Em *Moço em Estado de Sítio*, acerca dessa questão, a personagem Jean-Luc faz a seguinte observação a Lúcio Paulo: “desiste antes que seja tarde... antes da indignidade...”. Talvez seja esse o limite que Vianinha busca em *Mão na Luva*, pois após separações, ofensas e diferentes perspectivas acerca do que seria correto, a peça tem o seu epílogo escrito da seguinte maneira:

**ELA** — Nós vamos discutir a noite toda e os dois vão ter razão, eu e você.

**ELE** — Nós vamos discutir a noite toda e os dois vão ter razão, eu e você.

**ELA** — Nós vamos discutir a noite toda...

**ELE**

– Os dois vão ter razão, eu e você...

(FICAM FALANDO ISSO. NO PLAY BACK, O “IRERÊ” CHEGA AO MÁXIMO. TUDO PARA DE ESTALO. BLACK OUT) (VIANNA FILHO, 1966, 30).

Os dois teriam razão? Os argumentos mobilizados, por um e outro, traduzem o quanto é tênue o *antes da indignidade*, ou melhor, qual é o *limite do aceitável*? Como atuar nas brechas, construir espaços de trabalho, mecanismos de atuação na indústria cultural, que se modernizava e ampliava sua presença na esfera econômica e cultural?

Provavelmente, esse tenha sido um dos maiores impasses vivenciados por aqueles que fizeram da resistência ao arbítrio um exercício cotidiano, de um lado e, por outro, contribuíram com uma prática cultural de oposição, que estabeleceu importantes espaços de interlocução entre diversos segmentos da sociedade brasileira.



No estágio atual dessa reflexão, é chegado o momento de estabelecer níveis de articulação entre os segmentos anteriores. No primeiro movimento, houve a preocupação em construir alguns encaminhamentos com a finalidade de compreender os graus de complexidade presentes nas discussões e nas pesquisas que envolvem o exercício da interdisciplinaridade, em especial, no campo das ciências humanas.

Com essa preocupação, discutiu-se o caráter interdisciplinar da disciplina História, seja na seleção documental, seja nas interlocuções teóricas e metodológicas, com o intuito de interpretar os objetos à luz do tempo. Nesse sentido, dada a abrangência da abordagem, a reflexão foi centrada em torno do binômio História e Teatro.

Acerca dessa perspectiva interdisciplinar, não se deve ignorar que ela possui dimensão abrangente, porque, em primeiro lugar, *teatro* significa evocar dramaturgia, iluminação, cenografia, figurinos, trilha sonora, interpretação, etc. Além disso, *teatro* é também a denominação dada a prédios e salas de espetáculos, com o objetivo de abrigar diferentes manifestações culturais, dentre elas, os espetáculos teatrais<sup>8</sup>, tanto que a História do Teatro no Brasil tem sido confeccionada sob diferentes aspectos: registros de encenações, diversidade de propostas dramatúrgicas e concepções cênicas, além de depoimentos, autobiografias, biografias, críticas teatrais, fotografias etc.

Em meio a essas questões, atinentes à escrita da história, existem aquelas que dizem respeito ao fenômeno teatral. Este, a fim de ser apropriado como objeto de pesquisa, deve ser apreendido inicialmente como acontecimento histórico, que se extingue no momento em que sua ação é finalizada. Por isso, a sua recomposição só poderá ocorrer por meio de seus fragmentos, dentre os quais a crítica teatral. Essa, ao lado de depoimentos, talvez, tenha se tornado a documentação mais recorrente para a História do Teatro no Brasil.

No entanto, a utilização do material crítico deve ser feita considerando a sua dimensão histórica, isto é, os textos devem ser analisados à luz das circunstâncias que lhes deram origem. Dessa feita, a fim de evidenciar a historicidade que lhe é inerente, cabe recordar a avaliação do crítico Sábado Magaldi acerca de seu ofício:

é muito difícil separarmos aquilo que é um valor circunstancial daquilo que é um valor permanente,

---

8 Sobre esse tema, consultar: PATRIOTA, Rosângela. Espaços Cênicos e Políticos em São Paulo nas décadas de 1960 e 1970: Teatro de Arena - Teatro Oficina - Teatro São Pedro. In: *ArtCultura*. Uberlândia: NEHAC/PPGH, 2002, vol.4, n° 4, p. 163-172. Este texto foi republicado no livro: PATRIOTA, Rosângela. História e Teatro: discussões para o tempo presente. São Paulo: Edições Verona, 2013.



que nem existe muito. Nós temos que convir, quando examinamos o teatro grego, que o câmbio dos trágicos gregos variou muito com a época. [...]. Essa mudança de valores é inerente às necessidades de cada geração, e nós temos que entender que, assim como os valores são passíveis de discussão a cada geração, os valores críticos se modificam. Uma obra não existe isolada. Uma peça de Shakespeare é ela mesma e mais tudo o que se escreveu sobre ela. Hoje, quando se fala em *O rei da vela*, algumas pessoas têm a imagem do espetáculo, que é ele mesmo mais tudo o que se escreveu sobre ele. Uma obra de arte acaba incorporando todos os reflexos que ela produziu através do tempo, e é esta uma das razões que justificam a crítica. Quando a crítica é aguda, atilada, honesta e sincera, ela está refletindo não apenas os valores do crítico mas, na medida do possível, todos os componentes de uma sociedade pensante que, naquele momento, reflete sobre a arte e sobre o teatro em particular (MAGALDI, 1987, 83-84).

Tais ideias traduzem, inicialmente, o impacto das circunstâncias de época no exercício da crítica, bem como revelam que as interpretações que perduram, sobre um dado acontecimento, não estão desvinculadas de suas componentes históricas. Nesse sentido, reconhecer essa historicidade e as implicações valorativas nela contidas possibilita que, mesmo com a predominância de uma dada temporalidade, o caráter plural da pesquisa se efetive, com autores e obras consagradas revisitados assim como interpretações consolidadas ao longo dos anos reavaliadas.

Por esse prisma, considerando as ponderações acima, com vistas à constituição de um diálogo interdisciplinar entre História e Teatro, as peças *Moço em Estado de Sítio* e *Mão na Luva* foram,

inicialmente, vistas como documentos históricos no sentido de serem capazes de trazer a público sensibilidades e percepções que poderiam, em princípio, serem desconsideradas.

As inquietações, as dúvidas e, por vezes, o espontaneísmo foram interpretados à luz do processo. Vianinha estabeleceu, como *princípio de realidade* as contradições vivenciadas por ele próprio e seus colegas de profissão e de militância no sentido de se posicionarem frente a um país que não fora por eles projetado.

Em virtude disso, para dar materialidade às sensações vivenciadas naqueles dias, Oduvaldo Vianna Filho lançou mão de concepções dramáticas e cênicas capazes de estabelecerem a verossimilhança necessária em relação às personagens e às situações.

Contudo, para que essa interlocução se realizasse, foi preciso que as competências específicas, histórica e teatralmente, dialogassem e produzissem perspectivas interpretativas que, salvo melhor juízo, não se viabilizariam sem as mediações interdisciplinares.

Em outros termos: a grande contribuição encontra-se no interior da disciplina História, na medida em que a ampliação do debate propicia o alargamento das fronteiras de trabalho do historiador, isto é, ao analisar o processo histórico, a partir de várias perspectivas, pode-se constatar, além da diversidade do mesmo, que a historicidade é inerente às criações humanas, pois essas ganham existência e inteligibilidade à luz das condições históricas que as gestaram e/ou por meio de uma memória histórica que garante a sobrevivência de temas, ideias, sujeitos e obras através dos tempos.

No que diz respeito ao campo artístico, em geral, e ao Teatro, em particular, tais opções de análise demonstram que esse não possui autonomia explicativa. Pelo contrário, necessita de outras referências para que haja uma apreensão mais cuidadosa de seus significados. Dessa feita, a arte passa a ser entendida como

*representação da realidade* e comprometida com suas dimensões específicas, embora, em um sentido amplo, sempre aspire à abrangência. Sob esse prisma, ela constrói significados que, do ponto de vista da luta política, se desvelam à luz de confrontos com distintos momentos históricos e, em virtude disso, adquirem visibilidade as estratégias de controle no campo do simbólico.

Em síntese: esse percurso exige efetivos diálogos com o código estético, na medida em que ele é o elemento que define a obra de arte em relação às demais atividades humanas. Sob esse aspecto, qualquer análise, em absoluto, deve prescindir desse enfrentamento metodológico, com o intento de privilegiar uma boa causa ou uma ideia, pois o diálogo entre arte/política e história/estética só se torna legítimo quando as singularidades do trabalho artístico são examinadas frente às condições que as gestaram. Com isso, se constrói um frutífero, e necessário, percurso interdisciplinar.

## Referências

BLOCH, Marc. ***A Apologia da História ou o Ofício do Historiador***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FOUCAULT, Michel. ***As palavras e as coisas***: uma arqueologia das ciências humanas. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FRANCASTEL, Pierre. ***A realidade figurativa***. 2 ed., São Paulo: Perspectiva, 1993.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). ***Ranke***. São Paulo: Ática, 1979 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

LANGLOIS, Charles & SEIGNOBOS, Charles. ***Introdução aos Estudos Históricos***. Curitiba: Patola Livros, 2017 (edição original é de 1897).

MAGALDI, Sábado. et alii. ***Os princípios da crítica***. São Paulo, 22/09/1987, p. 83/84 (mimeo).

PATRIOTA, Rosangela. **História e Teatro**: discussões para o tempo presente. São Paulo: Edições Verona, 2013.

PATRIOTA, Rosangela. **Vianinha** – um dramaturgo no coração de seu tempo. São Paulo: Hucitec, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. **Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **William Morris**: Romantic to Revolutionary. Stanford: Stanford University Press, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **Witness Against the Beast**: William Blake and the moral law. New York: The New Press, 1993.

VIANNA FILHO, Oduvaldo. **Mão na Luva**. 1966 (cópia xerox).

VIANNA FILHO, Oduvaldo. **Moço em Estado de Sítio**. 1965 (cópia xerox disponível na SBAT – Sociedade Brasileira Autores Teatrais – Rio de Janeiro).

# DOS BASTIDORES AO PODER: A BUSCA POR UM GOVERNO FEITO PARA NÓS E POR NÓS<sup>1</sup>

**Fernando Santos da Silva**  
**João Balogh Júnior**  
**Romeu Lages Silva**

“Na História, o passado, como objeto de estudo, remete-nos à situação presente, que pode se mostrar como uma farsa, um deboche ou insulto à inteligência daqueles que pensam à luz da ciência os fatos apresentados na criação e manutenção de um partido político.”  
(Roberto Luiz dos Santos<sup>2</sup>)

## Introdução

Marcos Napolitano, em seu célebre ensaio *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*, reitera que “a história da nossa República não é apenas a da traição de ideias e de frustrações com promessas de liberdade e felicidade que não se cumpriram”, mas também, o drama “de uma sociedade em busca de formas (políticas, econômicas, culturais e sociais)

---

1 O presente texto reedita um recorte, com algumas adaptações, questões desenvolvidas pelos autores na Monografia intitulada *A construção do imaginário da hegemonia paulista na República Velha (1873 - 1923)*, defendido em 2005 no curso de Licenciatura em História da Universidade do Grande ABC (UniABC), sob orientação do Prof. Me. Murilo Leal Pereira Neto.

2 Licenciado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), foi Diretor da União Brasileira de Escritores (1988-1992), Professor Coordenador na EE Prof. Teruko Ueda Yamaguti e EE Oscar Thompson, sendo que nesta última, foi professor de História do discente Fernando Santos da Silva, no Ensino Fundamental II. Anos depois, professor e ex-aluno trabalharam juntos em algumas escolas públicas da Diretoria de Ensino - Região Centro Sul. Em 2012, ficou responsável pela Apresentação da obra *Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na República Velha*, de autoria de seu ex-aluno.

para superar os legados de um passado secular marcado pela dependência econômica do exterior, pelo mandonismo dos grandes proprietários de terras” (NAPOLITANO, 2018, p. 8).

Herança essa, deixada pelas “estruturas sociais e políticas criadas no período colonial (1500-1822) e mantidas em grande parte pelo regime monárquico (1822-1889), não foram” combatidas “pela elite oligárquica republicana” que, visando a manutenção dos seus privilégios, “ajudou a derrubar a Monarquia, pois, em grande parte [...] se beneficiava dessas estruturas arcaicas” (NAPOLITANO, 2018, p. 8).

Corroborando com as ideias de Napolitano (2018) e trazendo luz a reflexão as indagações abordadas por José Murilo de Carvalho em sua obra *A formação das almas – o imaginário da República no Brasil*, “sobre a implantação da República mostrou a nula participação popular em sua proclamação e a derrota dos esforços de participação nos anos que se seguiram” (CARVALHO, 1990, p. 9) – Como o novo regime teria se consolidado? Quais teriam sido as investidas de legitimação perante a população? Quais setores sociais ou políticos, estavam envolvidos nesse processo? Quais mecanismos foram utilizados? E principalmente, quais foram os resultados?

Partindo de tais questionamentos e cientes da participação da elite paulista que, “deslumbrada com a possibilidade do fim da monarquia, se apegou a uma nova forma de governo republicano e democrático que tivera sucesso na América do Norte e na França” (SANTOS, 2012, p. 11), buscaremos compreender o envolvimento dos cafeicultores paulistas nos movimentos abolicionistas e republicanos, desde a fundação do Partido Republicano Paulista (PRP), em 1873, até o momento do golpe militar de 15 de novembro de 1889, momento em que foi proclamada a República.

Entretanto, cabe ressaltar que

a história da República do Brasil envolve múltiplos processos, eventos e personagens que, muitas vezes lutando por um mesmo objetivo – a modernização das estruturas arcaicas legadas do passado – encontraram caminhos ideológicos e políticos diferentes para alcançá-lo: mais à esquerda, mais à direita, mais radicais, mais conciliadores, mais democráticos ou mais autoritários, mais inclusivos ou menos inclusivos (NAPOLITANO, 2018, p. 8).

Para alcançar tais prerrogativas, abordaremos a luta da burguesia cafeeira paulista em ter o domínio político no novo Estado republicano. Seus confrontos e divergências com a cúpula do Exército, até a conquista do poder com a vitória de Prudente de Moraes nas eleições presidenciais de 1894, e sua consolidação, ocorrida durante o governo de Campos Sales (1898-1902), momento em que são feitos importantes acordos com outras elites brasileiras, como foi o caso da Política dos Governadores e da Política do ‘Café com Leite’.

A partir dessa conjuntura, buscaremos focalizar as estratégias políticas e econômicas que os políticos do PRP utilizaram para chegar ao poder. Contudo, devemos lembrar que o ato de Proclamação foi quase exclusivamente militar, sendo mínima a participação de republicanos civis (sejam eles perrepistas, jacobinos, republicanos históricos ou positivistas) e praticamente nula a participação popular.

### **Artimanhas do poder – o golpe dentro do golpe**

A estratégia das principais lideranças civis republicanas de se aproximarem dos militares para derrubar a monarquia, apesar de inicialmente (dado que houve poucas manifestações em apoio à Monarquia e ao Imperador), logo resultaria em grandes discordâncias entre os novos detentores do poder. Naquela época,

o movimento republicano era bastante diversificado, com diferentes correntes unidas para enfrentar o inimigo em comum. Além disso, esse pequeno grupo recebeu muitas adesões de políticos ligados aos partidos monarquistas (Conservador e Liberal) que, ao perceberem o êxito do golpe, logo se juntaram ao novo sistema, visando manter seus privilégios e cargos políticos.

Dentre os grupos políticos que participaram do movimento de 15 de novembro de 1889, podemos citar *os militares*, que buscavam uma maior influência das Forças Armadas na política nacional, com alguns defendendo até mesmo a implantação de uma ditadura militar, devido à desconfiança em relação aos políticos civis, vistos como corruptos e preocupados apenas com seus próprios interesses; *os positivistas*, que defendiam a criação de um Estado forte e centralizado para promover o desenvolvimento e a modernização do capitalismo no país; *os jacobinos*, que pregavam a implementação de uma democracia mais radical, com foco na educação do povo e sua participação ativa na política; e *os republicanos paulistas*, que lutavam pela instauração de uma república liberal, federativa e descentralizada, seguindo o modelo dos Estados Unidos.

Com diversas correntes de pensamento distintas, era de se esperar que, em breve, surgissem divisões e disputas pelo controle político. E foi exatamente isso que começou a acontecer nos primeiros meses após a instauração do novo governo. Esses conflitos se tornaram evidentes devido à grande diversidade de ideologias presentes no gabinete. Nele, estavam representantes de diferentes correntes Republicanas (como Quintino Bocaiúva), Positivistas (como Benjamin Constant), oligarcas paulistas (representados por Campos Sales) e até mesmo políticos monarquistas que haviam recentemente se convertido ao republicanismo (como Rui Barbosa).



Campos Sales se destacava como a principal liderança política do PRP<sup>3</sup>. Ele era encarregado da estratégia política do partido e mostrava habilidade em firmar acordos com grupos adversários. Ocupou o cargo de Ministro da Justiça durante o Governo Provisório e, também, exercia controle sobre a política do estado de São Paulo. Sua destreza foi fundamental para o Governo Provisório tentar conter os impactos da primeira crise republicana, que ocorreu após a falha de uma missão brasileira liderada por Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores, nas negociações de fronteiras com a Argentina. Essa situação gerou agitação, principalmente entre os militares mais extremistas. Sales redigiu uma nota em defesa da missão, que foi divulgada no Diário Oficial e contribuiu para acalmar parte da revolta.

O tratado assinado em Montevideu pelo sr. Quintino Bocaiúva [...] está de perfeito acordo com o que foi anteriormente resolvido, em conselho de Gabinete, com assentimento unânime dos membros do Governo Provisório. Por uma das cláusulas desse mesmo tratado, ele só será definitivo e obrigatório depois que haja sido ratificado pela Assembléia Constituinte brasileira (SILVA; CARNEIRO, 1975, p. 77).

Mais tarde, esse acordo não foi aprovado pela Assembleia Constituinte, o que diminuiu um pouco as pressões contra o Governo Provisório. Todavia, diferentes elementos e eventos persistiram em alimentar a instabilidade política no Brasil. Naquela época, Sales expressou suas opiniões da seguinte forma:

Em toda parte há excessos e abusos de imprensa, mas isso não contribui para que ela deixe de ser aca-

---

3 Segundo Saes (2010, p. 194), "a estratégia dos republicanos paulistas nesse período inicial da República é ao mesmo tempo consolidar seu poder regional e intervir na política federal para garantir a implantação de reformas que beneficiem a elite cafeeira paulista".

tada e respeitada. A luta pelos meios violentos com a imprensa é contrária à opinião universal, porque em toda parte do mundo se procura saber qual o futuro de um país, cujo Governo amordaça a única força de energia que se apresenta para acusa-lo (SILVA; CARNEIRO, 1975, p. 80).

A afirmação de Campos Sales refletia as preocupações cada vez maiores do PRP em relação à direção que o grupo, ligado ao Marechal Deodoro, estava tomando em relação ao sistema republicano brasileiro. Os líderes paulistas recebiam não alcançar seus principais objetivos (descentralização política e federalismo), uma vez que, as intenções do grupo político de Deodoro eram de manter (ou até mesmo aumentar) a centralização política, concentrando grande parte do poder nas mãos do Presidente da República. Essa apreensão foi agravada por declarações públicas, como as de Demétrio Ribeiro, que argumentava que não era necessário consultar o eleitorado para confirmar o apoio popular à continuidade do governo de Deodoro. Como resultado dessas discordâncias, foi iniciada uma campanha em prol da convocação de uma Assembleia Constituinte e da legalização do regime.

Para o êxito desta iniciativa, teve um papel fundamental a colaboração da mídia progressista de São Paulo e do Rio de Janeiro, com destaque para os jornais *Correio Paulistano*, *Jornal do Comércio* e *Rio News*. Em decorrência da pressão exercida, Deodoro convocou, em 22 de junho de 1890, a realização de uma eleição para a formação de uma Assembleia Constituinte. Entretanto, os rumores de uma possível conspiração golpista persistiam, sobretudo após a demissão de todo o ministério do Governo Provisório, ocasionada pela recusa em conceder favorecimentos a um aliado do Marechal para a construção do Porto de Torres, no Rio Grande do Sul. Com a saída de Campos Sales do cargo de ministro da

Justiça, a classe dominante de São Paulo estava excluída do governo. O Partido Republicano Paulista ainda não detinha o controle absoluto da República.

Em 15 de setembro de 1890, ocorreram as eleições para a Assembleia Constituinte Federal, regidas pelo *Regulamento Alvim*. Este regulamento, conservando os mesmos traços<sup>4</sup> das leis eleitorais discriminatórias do Império, acabou decepcionando muitos adeptos do regime republicano que aguardavam por transformações democráticas, gerando desinteresse e alienação da maior parte da população brasileira em relação ao processo eleitoral e à redação da nova Constituição.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte tiveram início em 15 de novembro de 1890 e se estenderam até 24 de fevereiro de 1891, marcados por intensas disputas políticas entre os diferentes blocos republicanos, cada um com suas próprias convicções. Inspirados nas constituições liberais dos Estados Unidos, Argentina e Suíça, foi aprovado o sistema de República Federativa, no qual os Estados e municípios gozavam de considerável autonomia administrativa. A União era responsável pela arrecadação de impostos sobre importações, pela organização das Forças Armadas nacionais, pela intervenção nos Estados em casos de ameaça à ordem pública e pela emissão de moeda. Já os Estados seriam responsáveis por todas as atribuições que não fossem de competência da União.

Ao menos teoricamente, a elite do café em São Paulo alcançou suas metas, a ponto de, após a promulgação da Constituição, o líder da Assembleia, Prudente de Moraes, declarar o seguinte:

---

4 O sufrágio é universal e direto para todos os homens alfabetizados maiores de 21 anos, sendo o voto aberto e controlado pela mesa eleitoral instalada em cada distrito. Além disso, o eleitor tinha que votar em listas de candidatos já pré-definidas, geralmente formuladas pelas oligarquias locais, o que facilitava o controle do voto e, principalmente fraudes.

A Nossa Pátria, de hoje em diante, tem uma Constituição livre e democrática com o regime de mais larga federação, única capaz de mantê-la unida, de fazer com que possa desenvolver-se, prosperar e corresponder, na América do Sul, ao seu modelo da América do Norte.<sup>5</sup>

Havia uma clara expressão de alegria no pronunciamento de Prudente de Moraes<sup>6</sup>, que não refletia as tensões ocorridas na Assembleia Constituinte. A influência do PRP e a aprovação da maioria de suas ideias desagradaram Deodoro, que temia que a autonomia dos Estados e o federalismo extremo pudessem enfraquecer a autoridade da União. Ademais, a proposta dos seguidores de Deodoro de estabelecer um mandato presidencial de seis anos foi rejeitada, prevalecendo a proposta do PRP de quatro anos. Gradualmente, o PRP se distanciava e se opunha ao antigo marechal, com quem nunca teve uma relação de total afinidade.

No momento em que os trabalhos da Assembleia tiveram início, o apoio dos republicanos estava majoritariamente voltado para Deodoro, acreditava-se que ele seria capaz de fortalecer a nova ordem republicana diante de possíveis opositores do Antigo Regime. Contudo, ao demonstrar interesse em centralizar mais poderes no Executivo e ao se aliar a políticos conservadores, como o Barão de Lucena, sua reputação começou a se deteriorar, inclusive entre os líderes do Exército.

---

5 Pronunciamento citado In: CARONE, 1976, p. 286.

6 Sua própria eleição para a presidência da Assembleia revelou a profunda divisão existente entre os republicanos. Candidato pelo PRP, teve de enfrentar a oposição do grupo chamado de republicanos puros, composto por militares deodoristas, ex-monarquistas e pelos positivistas gaúchos, que lançaram a candidatura de Saldanha Marinho, que teve o apoio do Presidente. Apesar disso, o PRP conseguiu derrotar o candidato governista, contando com 146 votos para a candidatura Prudente de Moraes e 81 votos para Saldanha Marinho.

O malogro do governo de Deodoro deve-se, em grande parte, à falta de coesão dos militares quanto à ordenação político-jurídica do Estado e às medidas administrativas imediatas [...] grassava a indisciplina entre os militares: os pronunciamentos de caráter político eram constantes; as ordens, nem sempre cumpridas, provocavam polêmicas; as escolas criticavam abertamente os atos do governo. Deodoro, de certa forma, passou a representar o continuísmo da política imperial conservadora (JANOTTI, 2007, p. 128).

E é nesse momento de incerteza que a Assembleia Constituinte escolheu o primeiro presidente da República, de forma indireta, em 25 de fevereiro de 1891. O Partido Republicano Paulista apresentou a candidatura de Prudente de Moraes, competindo com o Marechal Deodoro que, apesar do desgaste, ainda contava com a maioria do apoio do Exército. Para equilibrar essa influência, Campos Sales buscou se aproximar do Marechal Floriano Peixoto, que também exercia uma grande influência na corporação e que questionava as práticas políticas de Deodoro.

Temendo por uma derrota, Deodoro designou seu ministro, Barão de Lucena, para conversar com Campos Sales, garantindo que, se a candidatura de Prudente fosse retirada, Sales seria bem-vindo de volta ao ministério da Justiça e teria total liberdade do Presidente para gerenciar São Paulo da forma que achasse melhor. Sales achou a proposta interessante e se reuniu com outros líderes do partido para discutir o assunto. No entanto, a maioria dos representantes paulistas rejeitou a proposta.

Finalmente, a candidatura perrepista foi confirmada e a agitação no Rio de Janeiro se intensificou. Rumores surgiram de que tropas do Exército e da Marinha iriam sair às ruas para proteger o Presidente da República. Sob grande pressão, a Assembleia acabou

escolhendo Deodoro, que recebeu 129 votos em comparação com os 97 de Prudente de Moraes, 3 de Floriano Peixoto, 2 de Saldanha Marinho, 1 de José Higino e 2 votos em branco. Apesar desse cenário, o PRP conseguiu eleger o candidato a vice-presidente apoiado pelo partido, o Marechal Floriano Peixoto, que conseguiu 153 votos contra os 57 do almirante Eduardo Wandenkolk. Isso claramente indicava que Deodoro só havia sido eleito devido à forte pressão contra a Assembleia, mostrando que o Marechal não era unanimidade e enfrentava sérias desconfiças, principalmente da oligarquia paulista.

Terminado os trabalhos da Assembleia Constituinte Nacional,

[...]o governo Deodoro-Lucena inicia uma política de intervenções federais. Em São Paulo, o governador Jorge Tibiriçá, um dos notáveis do PRP e que governava o Estado provisoriamente desde outubro de 1890, é afastado por Decreto Federal de 6 de março de 1891e substituído por Américo Brasiliense [...] um dissidente do republicanismo paulista que, ao contrário da maioria dos republicanos, defendia o centralismo e o parlamentarismo (SAES, 2010, p. 197).

Deodoro planejava dominar completamente o cenário político do país e minar o poder das oligarquias regionais, nomeando pessoas de sua confiança para os cargos mais importantes nos estados e na elaboração das Constituições estaduais. Com a ajuda política do Barão de Lucena, Deodoro conseguiu atrair um grupo de políticos insatisfeitos do PRP, liderados por Américo Brasiliense. Aproveitando-se da legislação que autorizava a intervenção da União nos Estados antes da elaboração das Constituições locais, Deodoro substituiu Tibiriçá por Brasiliense em 4 de março.

Assim, os partidários perrepetistas perderam o controle em seu Estado, porém, mantinham a confiança em sua capacidade de

mobilização e de divulgação para recuperar o poder, como evidenciado na mensagem enviada por Prudente de Moraes a Jorge Tibiriçá ao ser demitido – *caiu convosco o Partido Republicano Paulista. Acompanham-vos os aplausos de toda a população desinteressada*<sup>7</sup>. Houve protestos organizados em favor do ex-governador, porém, sem resultados imediatos. Desta vez, a máquina eleitoral favoreceu o Governo Federal, que manipulou<sup>8</sup> as eleições de acordo com os seus interesses.

A reação dos oligarcas de São Paulo foi articulada visando atuar no próximo Congresso Nacional, o qual seria composto pela mesma equipe de deputados federais e senadores eleitos para a Constituinte. Esse feito foi alcançado por meio de uma artimanha dos constituintes, que aprovaram uma resolução transformando a Constituinte em Congresso antes do término dos trabalhos, pegando o Presidente Marechal de surpresa, já que ele estava em minoria no parlamento.

Os trabalhos tiveram início em 15 de junho de 1891, com Campos Sales liderando na Câmara dos Deputados e Prudente de Moraes no Senado. O PRP, representado por Sales, apresentou propostas que desagradaram os conservadores e militares, como a priorização do casamento civil em relação ao religioso e a proibição de exibir condecorações em desfiles militares.

Os opositores também apostaram na propaganda contrária ao governo. Surpreendentemente, os principais meios para expressarem suas opiniões foram os jornais favoráveis à monarquia, que se destacaram por criticarem intensamente o governo republicano e os militares, ao receberem grandes quantias dos paulistas para divulgarem severas críticas a Deodoro da Fonseca.

---

7 Trecho citado In: CARONE, 1976, p. 37.

8 Algo em que o PRP também era mestre.

As divergências entre o Governo e o Congresso (liderado pelo PRP) se agravaram após setembro de 1891, quando as negociações lideradas pelo Barão de Lucena não tiveram sucesso. Lucena ofereceu cargos à oposição de São Paulo na tentativa de acalmar os ânimos, mas a maioria dos perrepistas rejeitou a proposta por considerá-la inadequada aos interesses dos cafeicultores paulistas. Diante disso, os parlamentares divulgaram um manifesto de oposição com o seguinte teor:

1. diante de um possível fechamento do Congresso, deve-se opor toda a resistência possível, inclusive, o recurso extremo da força material, no empenho de manter a ordem legal e a Constituição;
2. que fosse convocada comissão executiva do partido republicano constitucional para regular os direitos e interesses da oposição parlamentar;
3. que nenhuma conciliação era possível com os membros do atual governo, isto é, [...] não seria lícito, nas condições presentes, aceitar lugar no atual Ministério, por ser isso contrário aos princípios do partido fundado, e prejudicial aos próprios intuítos da República;
4. que fosse prorrogada a atual sessão legislativa, para que fossem votadas várias leis, entre elas as de responsabilidade criminal e de processo do Presidente da República.<sup>9</sup>

É possível notar, especialmente nos pontos 3 e 4, que este documento representa um verdadeiro confronto entre o Congresso e o Executivo. A concentração de poder nas mãos de Deodoro era vista como contrária à constituição, havendo até mesmo discussões sobre o *impeachment* do antigo marechal. Este era um período delicado para o presidente, uma vez que estava perdendo o apoio de grande parte da alta patente militar, que

---

<sup>9</sup> Documentos parlamentares citados In: CARONE, 1976, p 40-41.



criticava a gestão de Deodoro e se aproximava cada vez mais do vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto, visto como a melhor opção para liderar o país.

Com o intuito de se proteger do processo de *impeachment* que estava sendo movido contra si no Congresso, Deodoro agiu de forma extrema, ordenando o fechamento do Parlamento em 3 de novembro de 1891, contando com o apoio de tropas do Exército que permaneciam leais ao seu governo. No mesmo dia, o presidente divulgou um manifesto, no qual buscava justificar essa medida arbitrária:

[...] esta situação anômala, criada pelo Congresso Legislativo a favor dos inimigos da República. Estes aproveitam-se por todos os modos das dificuldades e do pânico geral, para passarem despercebidos e hastear em no meio do clamor público a bandeira da restauração monárquica. Contemporizei até agora. Se na crise em que se encontra a República eu não apelasse para a Nação, dissolvendo como dissolvo o atual Congresso, eu seria um traidor da Pátria [...]. Os discursos do Congresso estabelecem, diariamente, profunda divisão entre os poderes públicos e são verdadeiras armas de guerra contra a República. Não há uma lei votada firmando princípios; há, porém, a lei dos subsídios aumentados em proveito dos próprios que a decretaram, quando, aliás, tratando-se de melhorar a condição do país, eles a tudo se recusavam sob o pretexto de que estamos no domínio da bancarrota. Para evitar todos esses males, resolvo [...] dissolver uma Assembléia que só poderá acarretar ainda maiores desgraças. Assumo a responsabilidade da situação e prometo governar com a Constituição, que nos rege.<sup>10</sup>

---

10 Manifesto do Marechal Deodoro da Fonseca, citado In: SILVA; CARNEIRO, 1975, p. 97-98.

Mesmo prometendo seguir a Constituição, Deodoro, ao decretar o fechamento do Congresso, deixou evidente que, futuramente, chamaria para novas eleições parlamentares, que aconteceriam de acordo com uma nova lei eleitoral, “*assegurando ao país plena liberdade nessa escolha*”<sup>11</sup>, ao mesmo tempo que atribuía a esse novo parlamento a função de revisar a Constituição promulgada em fevereiro.

Após a divulgação do pronunciamento oficial do presidente, um manifesto escrito por Campos Sales e assinado por 114 pessoas foi publicado, intitulada *À Nação Brasileira*, repudiando a atitude autoritária de Deodoro:

O ato pelo qual o Chefe do Estado acaba de dissolver o Congresso Nacional [...] é um atentado de tal ordem que não encontra paralelo na história das crises violentas por que passaram outros povos. Deodoro amargura-se pela liberdade que assumiram os representantes da Nação de não sufragarem unanimemente a sua candidatura ao lugar efetivo de Presidente da República [...] a Câmara nunca foi facciosa, mas altiva e digna. Procurou resguardar a honra de seu mandato perante as invasões do Executivo. Os que compreendem o regime presidencial sabem que a independência do Poder Executivo não exclui a crítica e a fiscalização de seus atos pelo Congresso. Nós, membros do Congresso, dirigimo-nos altivamente aos nossos concidadãos a fim de, neste momento angustioso para nossa Pátria, dizer-lhes que não reconhecemos de modo algum o atentado que acaba de ser praticado contra seus direitos soberanos.<sup>12</sup>

---

11 Decreto citado In: CARONE, 1976, p. 44.

12 Manifesto citado In: CARONE, 1976, p. 46.

Com a maioria dos Estados sob controle, devido à intervenção realizada antes das eleições para as Assembleias Constituintes Estaduais, Deodoro e seus aliados subestimaram a capacidade de reação dos parlamentares destituídos e especialmente do PRP, ao mesmo tempo em que superestimaram a capacidade de repressão dos governos estaduais. Os políticos opositores não foram detidos, podendo retornar às suas regiões de origem, onde aproveitaram a situação, uma vez que o estado de sítio decretado pelo Marechal se limitava à Capital Federal e à cidade de Niterói<sup>13</sup>. Assim, puderam promover uma eficaz propaganda contrária ao Presidente, especialmente no Estado de São Paulo.

Na Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, diversos deputados expressaram sua desaprovação ao golpe de Deodoro e à aliança com o governador Américo Brasiliense. Alguns desses parlamentares até renunciaram aos seus cargos, engajando-se em campanhas contra o governo. Ademais,

[...] a ditadura Deodoro-Lucena não possuía bases sólidas o suficiente para fazer diante da enorme legião de adversários. Além de sofrer a oposição do PRP e seus aliados, Deodoro foi perdendo gradualmente o apoio dos militares decepcionados com a orientação política de seus dois anos de governo [...]. No Rio de Janeiro, uma grande conspiração envolvendo militares opositores (Floriano Peixoto, Custódio de Melo, Eduardo Wandenkolk, José Simeão de Oliveira etc.), algumas figuras políticas de relevo como Aníbal Falcão, Gonçalves Ramos, Quintino Bocaiuva e Demétrio Ribeiro, e contando com o apoio do PRP, levam à derrubada de Deodoro: na manhã de 23 de novembro de 1891 uma esquadra

---

13 Na época, capital do Estado do Rio de Janeiro.

revoltosa comandada pelo Almirante Custódio José de Melo e apoiada em terra pelas escolas militares e por unidades do Exército força a renúncia do marechal, que entrega pacificamente o poder a Floriano (SAES, 2010, p. 198).

No final do mês de novembro, ocorreram várias reuniões<sup>14</sup> secretas, onde oficiais das Forças Armadas, republicanos de longa data e líderes do PRP, planejaram várias ações para enfraquecer o governo Deodoro. Desamparado e doente, Deodoro decidiu renunciar à presidência em 23 de novembro de 1891, descontente com seus antigos aliados, que o persuadiram a participar do movimento republicano. Com a ascensão de Floriano Peixoto à presidência do Brasil, o PRP ganhou mais poder político no país, com a nomeação de Francisco de Paula Rodrigues Alves como ministro da Fazenda.

Nesse ínterim, em São Paulo, Américo Brasiliense e seus aliados enfrentavam uma situação complicada. O governo do estado apoiou Deodoro até o último momento, porém, com a sua derrocada, tornou-se inviável manter-se no poder, especialmente diante da proximidade do novo Presidente da República, Floriano Peixoto, com o PRP.

[...] Floriano e seu ministro da Marinha, Custódio de Melo, iniciam uma política de derrubada dos governadores deodoristas; essas derrubadas, que acontecem entre novembro de 1891 e março de 1892, se apoiam em movimentos oposicionistas locais, que terão o beneplácito e em alguns casos o auxílio militar do governo federal [...]. Em São Paulo, a partir de 9 de dezembro, a oposição ao governo de Américo Brasiliense, que conta com nomes importantes do PRP como Campos Sales, Júlio Mesquita, Bernardino

---

14 Muitas delas realizadas na casa do vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto, no Rio de Janeiro.

de Campos e Alfredo Ellis, opta por um movimento armado para depor o governador; este, após a ocupação de Rio Claro por tropas coronelísticas favoráveis a Alfredo Ellis e com a ameaça do desencadeamento de um movimento revolucionário na capital paulista, renuncia e entrega o poder a seu vice, Cerqueira Cesar [...] Após uma política de expurgo dos elementos ligados a Américo Brasiliense dentro do PRP, do Congresso Estadual, das Câmaras Municipais etc., Bernardino de Campos é eleito o primeiro governador constitucional do Estado em agosto de 1892 (SAES, 2010, p. 198-199).

Mesmo com a saída de Américo Brasiliense, o PRP não conseguiu recuperar imediatamente o controle político no Estado. No início, o governo Floriano desejava indicar um interventor para concluir o mandato, porém essa possibilidade foi rejeitada devido à pressão do PRP. Em vez disso, o partido formou uma Junta Revolucionária formada por Campos Sales, Júlio Mesquita e Bernardino de Campos para assumir as responsabilidades do Executivo. No entanto, foram impedidos pelo inspetor da Força Pública, Major Castelo Branco, que optou por respeitar a legalidade constitucional e permitiu a posse do vice, Cerqueira César, de forma temporária, como líder do governo paulista.

Entretanto, a grande parte dos membros do Congresso Estadual era seguidora de Américo Brasiliense, resultando em vários conflitos e desentendimentos políticos. Em 28 de janeiro de 1892, o Congresso paulista solicita a remoção de Cerqueira César do cargo, argumentando que ele havia sido empossado de maneira inconstitucional, recebendo o cargo de um militar, e não dos legisladores. Sob pressão, César se aproxima das lideranças do PRP e, com apoio do Governo Federal, emite um decreto fechando a assembleia legislativa paulista e convocando eleições para uma nova

Assembleia Constituinte do estado. Realizadas em 7 de março de 1892 e totalmente manipuladas pela máquina eleitoral dos latifundiários cafeicultores, o PRP obteve ampla maioria no Legislativo e nas prefeituras municipais. A ascensão do PRP se consolidou com a escolha de Bernardino de Campos como presidente do Estado, em agosto de 1892.

Detendo o controle do Estado, o PRP, embora desconfiado de Floriano Peixoto, que era visto como alguém com planos de instaurar uma ditadura militar no Brasil, decidiu apoiar o presidente da República devido às várias insubordinações<sup>15</sup> que estavam ocorrendo no País. O governo de São Paulo endossou as ações do “Marechal de Ferro”, enviando uma grande parte de sua Força Pública Estadual para enfrentar os rebeldes. Os perrepistas estavam fortalecendo sua influência dentro do Estado de São Paulo e consideravam crucial, naquela época, estabelecer as bases da república brasileira e controlar sua economia antes de conquistar o poder político de fato.

Neste momento, o PRP passou a vislumbrar a chance de ser vitorioso nas eleições para presidente. No mês de abril de 1893, durante a criação do Partido Republicano Federal, indicou Prudente de Moraes como candidato ao cargo máximo. Contudo, havia desconfiança quanto às intenções de Floriano Peixoto, que contava com o apoio do Exército e dos jacobinos, podendo, assim, realizar um golpe de Estado e estabelecer uma ditadura militar no país.

O pleito foi realizado em 1º de março de 1894, abrangendo todo o território nacional, exceto Paraná e Rio Grande do Sul, onde

---

15 Havia a Revolta da Armada, motivada pela recusa da Marinha em aceitar Floriano como presidente, pois sua cúpula entendia que, pela Constituição, em caso de afastamento do presidente, deveria ser realizada nova eleição, sendo que essa corporação objetivava lançar o nome do almirante Eduardo Wandenkolk para o cargo, sendo ele um homem que não simpatizava com a oligarquia paulista, tida por ele como corrupta e incompetente. Além disso, no Rio Grande do Sul estourava a Revolução Federalista, onde parte da elite local contestava o nome de Júlio de Castilhos para a presidência do Estado, sendo que este tinha o apoio do Governo Federal para continuar no cargo

ocorriam os conflitos da Revolta Federalista. O candidato perre-pista saiu vitorioso, com 290.883 votos, derrotando o candidato dos “republicanos históricos” de Manoel Vitorino<sup>16</sup>, que obteve 266.000 votos. Apesar disso, a tensão persistiu e a incerteza era constante na política, sendo dissipada somente em 15 de novembro de 1894, quando Prudente de Moraes assumiu a presidência da República, sem a presença de qualquer autoridade do governo Floriano para a cerimônia de posse.

## O poder em nossas mãos – a ascensão paulista

No início de seu mandato, Prudente de Moraes buscou uma abordagem conciliadora, como evidenciado em seu discurso de posse:

Cumprir-me neste momento manifestar à Nação quais os princípios e normas que me guiarão no desempenho de honrosa, mas difícil, missão que me foi imposta. O lustro da existência, que hoje completa a República Brasileira, tem sido de lutas quase permanentes com adversários de toda a espécie que têm tentado destruí-la, empregando para isso todos os meios [...] a vitória da República foi decisiva para provar a estabilidade das novas instituições, que tiveram a defendê-las, a coragem, a pertinácia e a dedicação do benemérito chefe do Estado, auxiliado eficazmente pelas forças militares de terra e mar – fiéis a Constituição [...] – pelo concurso entusiástico da mocidade das escolas, da Guarda Nacional, dos Batalhões patrióticos e da polícia, pela solidariedade unânime dos Estados da União, cujo apoio foi de extraordinário valor. Felizmente, graças à atitude patriótica pertinaz e enérgica do Marechal Floriano

---

16 Vale lembrar que os dois candidatos concorreram pelo Partido Republicano Federal.

Peixoto, secundado pela grande maioria da Nação, parece estar encerrado em nossa Pátria o período das agitações, dos pronunciamentos e das revoltas.<sup>17</sup>

Essa postura conciliatória se consolidou na constituição de seu inicial gabinete, que apresentava uma mistura de diferentes grupos, com os seguidores de Floriano ocupando os cargos militares e os demais postos sendo ocupados por jacobinos, positivistas e republicanos tradicionais. No entanto, a pasta considerada a mais relevante, o Ministério da Fazenda, permaneceu sob controle dos paulistas, com Rodrigues Alves continuando no cargo.

Rodrigues Alves, um liberal ortodoxo, vai iniciar uma política de saneamento monetário, equilíbrio financeiro e valorização da moeda nacional [...], procurando pôr fim à orgia financeira do período Deodoro e visando atrair empréstimos externos para o financiamento do café [...], o que exigia uma economia estável. No entanto, essa política financeira de proibição de novas emissões, somada à política de Floriano-Custódio de derrubada dos governadores aliados de Deodoro, vai dar origem a um ciclo de revoltas deodoristas,<sup>18</sup> que são fruto da insatisfação de militares seguidores do presidente deposto, de lideranças políticas alçadas ao poder em seus estados depois do 23 de novembro, e de banqueiros do Encilhamento prejudicados pela política econômica ortodoxa do ministro da Fazenda. Em todas essas revoltas, rapidamente sufocadas pelo governo, Floriano tem o apoio do PRP [...], que percebia que

---

17 Discurso citado In: CARONE, 1976, p. 136.

18 Conforme Saes (2010, p. 199 - nota de rodapé 16) "Trata-se da revolta do encouraçado 1º de Março (13 e 14 de dezembro de 1891), da Revolta do Sargento Silvino (19 e 20 de janeiro de 1892) e do golpe frustrado de 10 de abril de 1892. O Manifesto dos Treze Generais (31 de março de 1892), embora não envolvendo apenas militares, pode ser encaixado nesse ciclo".



depois da aventura deodorista era necessário outro governo militar para garantir a ordem e combater os nostálgicos da situação anterior, o que os republicanos de São Paulo ainda não tinham condições de fazer (SAES, 2010, p. 199).

No desfecho de agosto de 1895, a guerra civil gaúcha alcançou seu término. No acordo de cessar-fogo com os rebeldes, o governo concordou com uma anistia limitada, ou seja, nenhum dos principais líderes insurretos seria detido. Essa generosidade incomodou consideravelmente as facções jacobina e florianista dos republicanos, as quais passaram a criticar veementemente o governo perrepista.

A partir desse instante, a gestão de Prudente de Moraes foi caracterizada pela disputa política entre o PRP (com o respaldo de militares legalistas e da maioria das elites estaduais) versus a coalizão (não tão coesa) formada pelas diferentes facções do republicanismo (florianistas, positivistas, “republicanos históricos” etc.) unidas no PRF.

A política de desflorianização favorecia logicamente a elite cafeeira paulista, que, por estar voltada para o modelo agroexportador, necessitava de um Brasil politicamente estável e externamente pacífico, sobretudo com as nações europeias, de onde vinham empréstimos, capital e colonos para a lavoura. Com a pacificação do Rio Grande do Sul e a desmilitarização, que buscava reduzir a participação dos militares na política, o Governo Prudente procurava a estabilidade interna.

[...]

Embora os florianistas estivessem ativos e ferozes na oposição desde o início do mandato de Prudente,

e tivessem aliados de prestígio como Quintino Bocaiuva, Pinheiro Machado, César Zama e o paulista dissidente Francisco Glicério, além do próprio vice-presidente, Manuel Vitorino, eles não logram criar um ambiente favorável ao desalojamento do PRP. A falta de uma base sólida de apoio dentro da elite civil e o mau desempenho do Exército na campanha de Canudos (1896-1897) levam o florianismo à morte política. O atentado frustrado de 5 de novembro de 1897 contra Prudente de Moraes, em que morre o ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt, e no qual estavam envolvidos não somente florianistas mas também nomes como Francisco Glicério, Pinheiro Machado, Quintino Bocaiuva, Manuela Vitorino e outros [...], é ao mesmo tempo o golpe de misericórdia do florianismo (e seus aliados ocasionais) e o acontecimento simbólico que marca a consolidação da hegemonia do PRP em nível nacional (SAES, 2010, p. 204-205).

A crise política atingiu seu ápice com o ataque a Prudente de Moraes, em 5 de novembro de 1897, momento em que ele foi recebido pelas forças militares que dizimaram o arraial de Canudos, no porto do Rio de Janeiro. O presidente foi salvaguardado por seu ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, que acabou perdendo a vida ao proteger Prudente. Após o atentado, a popularidade<sup>19</sup> de Prudente de Moraes cresceu entre diversos setores da sociedade. Foi decretado estado de sítio para combater os responsáveis pelo ataque, identificados como simpatizantes do florianismo e do jacobinismo. Muitas personalidades ligadas a esses movimentos foram presas e seus jornais proibidos de

---

19 Talvez tenha sido o primeiro presidente que teve uma boa aceitação em todas as classes sociais.

circular e fechados pelo governo, resultando na fragmentação da oposição<sup>20</sup> ao Partido Republicano Paulista.

Com a situação sob controle, o PRP decidiu que Campos Sales seria o nome certo para suceder Prudente de Moraes, no final de 1897. Naquela época, ele era presidente de São Paulo e uma das figuras proeminentes do partido desde a sua criação em 1873. Reconhecido como um político habilidoso e conciliador, ele era visto como a escolha ideal para fortalecer a influência do PRP no governo federal e garantir a autonomia de São Paulo (e de seus produtores de café) para administrar seus próprios interesses e aumentar seus lucros. Sales enfrentou o candidato do PRF, Lauro Sodré, e saiu vitorioso com facilidade nas eleições de 1º de março de 1898. Ele recebeu 174.578 votos, enquanto Sodré recebeu apenas 16.534 votos.

Em 15 de novembro de 1899, Prudente entrega o cargo presidencial a seu sucessor, o liberal-federalista convicto Campos Sales, que realiza, do ponto de vista econômico, um governo favorável ao grande capital cafeeiro – e em detrimento da lavoura cafeeira [...] – e, do ponto de vista político, se baseia na aliança do poder federal com as situações estaduais (é a famosa política dos governadores), no intuito de se evitar a exacerbação da luta local e sua repercussão nacional (caso da Revolução Federalista) e assim conseguir a tão desejada estabilidade política interna (SAES, 2010, p. 205-206).

No governo de Campos Sales (1898-1902), foram estabelecidos vários acordos que fortaleceram a posição dos produtores de café

---

20 Só reaparecendo na eleição do Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, e novamente tendo uma força considerável na política nacional na década de 1920, quando houve o movimento tenentista. Nessas ocasiões, velhas divergências foram novamente levantadas.

de São Paulo. Inicialmente, a situação financeira do país, abalada pela crise econômica ocorrida nos últimos anos da monarquia e agravada pela crise do encilhamento, começou a ser resolvida através de uma renegociação da dívida externa com bancos britânicos, que impuseram condições rigorosas para a concessão de novos empréstimos. Esse acordo beneficiou os cafeicultores paulistas, que conseguiram obter financiamento no exterior, mas prejudicou aqueles interessados em investir na indústria e o governo, que teve sua capacidade de investimento na infraestrutura nacional comprometida.

Com a conquista da “estabilidade econômica”, foi viável estabelecer um pacto político que enfim fortalecesse o federalismo e a independência dos Estados no Brasil, um antigo desejo dos perrepiistas.

Esse feito se concretizou por meio da “política dos governadores”, pacto<sup>21</sup> elaborado e implementado por Campos Sales. O presidente receava que a rivalidade entre o PRP e o PRF minassem a credibilidade do regime republicano e que, além disso, pudesse desencadear o perigo de uma guerra civil.

Na busca por um sucessor, Campos Sales vislumbrou um indivíduo capaz de manter a supremacia do PRP no cenário político nacional, alguém conhecido por suas habilidades administrativas. O selecionado foi o ex-ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, contudo, ele não foi bem recebido pelos membros mais antigos do PRP do Rio de Janeiro, pois possuía uma ligação com o passado monarquista. Como forma de oposição, os cariocas escolheram Quintino Bocaiúva como seu candidato.

---

21 O acordo previa que os parlamentares eleitos votariam de acordo com os projetos do Executivo, sendo que, em troca, o Governo Federal não interferia na política regional dos Estados. Isso beneficiava os caciques estaduais, que tendo o controle das listas de candidatos, conseguiriam eleger aqueles que melhor fossem convenientes aos seus interesses e acabaria afastando qualquer tipo de oposição a esses oligarcas. Esse acordo deu uma feição autoritária a República, apesar de Sales justificar essa atitude como fundamental para a consolidação da república e da democracia.

No entanto, a eleição foi decidida através de mais um acordo político realizado por Campos Sales. O presidente buscou o apoio de Minas Gerais, o segundo estado mais próspero do país, para a candidatura de Rodrigues Alves. Os líderes políticos de Minas Gerais aceitaram a proposta, desde que duas condições fossem atendidas: 1) o então governador de Minas Gerais, Silviano Brandão, fosse indicado como vice-presidente na chapa paulista; 2) que os líderes políticos de Minas Gerais escolhessem o candidato que concorreria à presidência em 1906, com o respaldo do PRP. Assim, surgiu a conhecida 'política do café com leite', nomeada devido aos principais produtos desses estados, o café em São Paulo e o leite em Minas Gerais.

No começo, a estratégia política conhecida como 'política do café com leite' obteve grande êxito. Contando com o suporte das oligarquias presentes em quase todos os estados do país (com exceção do Amazonas, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro), Rodrigues Alves e Silviano Brandão conquistaram a vitória em suas posições.

Campos Sales finalizou sua gestão de reorganização do Estado em conformidade com os interesses dos cafeicultores paulistas. Apesar de ter promovido a estabilidade econômica, isso teve um custo social elevado. Ao encerrar seu mandato, ele estava altamente impopular devido ao aumento da inflação e do custo de vida para a população mais carente. Seu governo foi voltado, não para essas pessoas, mas sim para a elite<sup>22</sup> paulista ligada ao PRP. Após a posse de Rodrigues Alves, em 15 de novembro de 1902, uma festa com cerca de 25.000 pessoas, organizada por Bernardino de Campos, recebeu Campos Sales de volta a São Paulo, sendo calorosamente saudado pelos presentes. No entanto, durante o

---

22 Graças às medidas tomadas por seu governo após o Convênio de Taubaté (1906) que os cafeicultores passaram a contar com a assistência estatal para evitar prejuízos em momentos de crise do mercado cafeeiro mundial.

percurso entre a estação de trem e o local da celebração, uma multidão de populares o vaiava.

Através das estratégias adotadas por Campos Sales, o PRP conseguiu se manter no comando da República. A famosa “política do café com leite” ganhou destaque com a eleição de Afonso Pena como sucessor de Rodrigues Alves. No entanto, devido às brigas entre os oligarcas de Minas Gerais, essa política foi ameaçada momentaneamente com a eleição do Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, que contou com o apoio da oligarquia gaúcha liderada por Pinheiro Machado. Por um curto período, os paulistas temeram perder sua influência política.

Detentor do poder político-econômico, o Partido Republicano Paulista (PRP) e seus apoiadores, não sentiam necessidade de justificar ideologicamente seu controle, nem a hegemonia de seu Estado sobre o restante do país. Bastavam-lhes os acordos políticos. Entretanto, a partir dos anos 1920, a chamada política do café com leite começou a demonstrar sinais de desgaste e o domínio do PRP passou a ser questionado, tanto no âmbito nacional, principalmente por oligarcas gaúchos e nordestinos, além das críticas vindas dos militares de patente inferior, os tenentes – quanto dentro do próprio Estado de São Paulo, com o surgimento do Partido Democrático.

Caracterizada por uma série de contrastes, a supremacia paulista, que visava tomar controle do governo central, rompeu a aliança com os líderes de Minas Gerais, escolhendo Júlio Prestes, paulista, como candidato à presidência. Essa decisão desencadeou uma crise política no país, que pôs fim ao “liberalismo oligárquico do PRP (e seus aliados de Minas Gerais)” (SAES, 2010, p. 206), alçando Getúlio Vargas ao poder. Encerrando assim, a política do café com leite e, conseqüentemente a hegemonia paulista.

## Referências

- CARONE, Edgard. **A República Velha (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRS, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras: 1987.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- LUIS, Washington. **Discurso de inauguração do Museu Republicano**. Disponível em: <http://www.itu.com.br/itu/scripts/user/turismo/desvendandoitu/jonas-discurso.asp>. Acesso em: 18/09/2005.
- GOUVÊA, Fernando da Crus. **Joaquim Nabuco: entre a Monarquia e a República**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.
- HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café** - Café e sociedade em São Paulo (1886-1934). São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 119-143.
- LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2018. (Coleção – História na Universidade).

PENNA, Lincoln de Abreu. **Uma história da república**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PORTO, Manoel Ernesto Campos. **Apontamentos para a História da República**: um regime centenário. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. O Partido Republicano Paulista e a luta pela hegemonia política (1889-1898). In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro; ODALIA, Nilo (Org.). **História do Estado de São Paulo**: a formação da unidade paulista. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010, v. 2, p. 189-206.

SILVA, Fernando Santos da. **Manipulando Almas**: a construção do imaginário paulista na República Velha, Salto, SP: Schoba, 2012.

SILVA, Fernando Santos da et al. **A construção do imaginário da hegemonia paulista na República Velha (1873-1923)**. 2005. 50 f. Monografia. (Graduação em História) – Universidade do Grande ABC, Santo André, SP, 2005.

SILVA, Fernando Santo da; PIQUEIRA, Mauricio Tintori. Governantes paulistas. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro; ODALIA, Nilo (Org.). **História do Estado de São Paulo**: a formação da unidade paulista. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010, v. 3, p. 67-298.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Nasce a República**: 1888-1894. Série História da República Brasileira. São Paulo: Editora Três, 1975. v. 1.



# ARQUEOLOGIA DE UM SABER: AS FONTES REMOTAS (EM NOTA AUTOBIOGRÁFICA) DO LIVRO O VOTO E A VIDA

**Murilo Leal Pereira Neto**

Quando nossas paixões juvenis não nos consomem ou quando não esfriam lentamente até desaparecerem, podem ser um dínamo oculto na maturidade. Oculto, às vezes, da própria consciência. Pensando bem, percebo o quanto a problemática de *O voto e a vida* (LEAL, 2023) é devedora do artigo inacabado *Classe, partido e direção*, de Leon Trotsky, encontrado no escritório da casa de Coyoacán após a sua morte e publicado na revista *New International*, em 1940. Devo ter lido esse trabalho por volta de 1981, há quarenta anos, portanto, não por curiosidade ou interesse exclusivamente intelectual. Como membro de uma organização de orientação trotskista, necessitava de diretrizes para a ação, respostas para problemas que as polêmicas e os embates políticos traziam. Assim, li aquelas páginas com o fervor de meus 23 anos e a inquietação da procura por verdades seguras.

O tom polêmico, o desprezo sarcástico pelos oponentes, talvez expliquem, em parte, a forte impressão que o texto me causou, mas, relendo-o hoje, percebo que os ataques aos editores da revista francesa *Que fazer?* e aos dirigentes do POUM (Partido Operário de Unificação Marxista) se apagaram de minha memória, ficando apenas, como uma camada subterrânea, outros objetos.

## A experiência político-eleitoral dos operários em *O Voto e a vida*

O capítulo 2 de *O voto e a vida*, “Experiências de trabalhadores nas eleições em São Paulo – 1954”, reconstrói e analisa a mobilização das direções dos sindicatos mais importantes de São Paulo (metalúrgicos, têxteis, ferroviários, marceneiros, vidreiros, entre outros) para a organização de um movimento pela renovação da política “de baixo para cima”<sup>1</sup>; pelo lançamento de candidaturas operárias a cargos legislativos estaduais e federais; pela defesa de um programa de reformas sociais e por um voto “de classe”: “trabalhador vota em trabalhador, não vota em tubarão”, era o lema da campanha.

Um método de trabalho asseguraria a construção “de baixo para cima”: cada categoria profissional deveria debater e aprovar o programa lançado pelo movimento, contendo vinte e três pontos, e indicar um candidato comprometido com a defesa “daquilo que é fundamental para sua classe”. Os pré-candidatos indicados nessas reuniões de base deveriam ser referendados em uma plenária que, afinal, realizou-se em 11 de abril de 1954, um domingo, no salão das Classes Laboriosas, reunindo cerca de 800 delegados.

Foram, então, lançadas catorze candidaturas de dirigentes sindicais, quase todos trabalhadores manuais, das categorias operárias mais importantes da metrópole: Antonio Chamorro e Nelson Rusticci, têxteis; Remo Forli e José de Araújo Plácido, metalúrgicos; Armando Mazzo e Celgio Valvassore, marceneiros; Ramiro Luchesi e Eloy Thirso, ferroviários; Pedro Iovine e Milton Marcondes, bancários; Joaquim Gomes Guerra Filho, hoteleiro; José Chediak, vidreiro; José Freitas Nobre, jornalista; e José da Rocha Mendes

---

1 Proclama o Manifesto lançado pelo movimento: “De baixo para cima é que os trabalhadores poderão realmente participar diretamente das eleições indicando os seus representantes diretos com compromissos claros com suas classes e sem nos dividirmos politicamente” Cf: Dossiê Deops 30-B-232, fl. 203.

Filho, gráfico. Os nomes foram apresentados por quatro diferentes partidos: PSD, PST, PTB e PSB e apenas o candidato apoiado pelos gráficos se elegeu.

A compreensão dos significados desse movimento ficaria muito empobrecida se não lembrássemos que, no ano anterior, realizara-se a célebre “Greve dos 300 Mil”, uma iniciativa de comissões de fábrica de têxteis e metalúrgicos, que arrastou vidreiros, marceneiros e gráficos para uma parede que durou de 26 de março a 23 de abril e derrubou, pode-se dizer, o ministro do trabalho e o delegado regional do trabalho em São Paulo, constituindo um ponto de mutação para o movimento operário. Foi, então, que se formou o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), uma organização horizontal operária e popular, proibida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas conquistada, na prática, pelos trabalhadores organizados, e surgiu a movimentação para a abertura de espaço político nos parlamentos para candidaturas de trabalhadores.

Continuando a pesquisa, descobri que o movimento iniciado no Salão das Classes Laboriosas, em abril, denominou-se Convenção dos Dirigentes Sindicais e, apesar de promissor, não chegou a perdurar e tomar corpo. Visto “de baixo para cima”, traduzia em projeto político as aspirações de emancipação afirmadas pelas lutas econômicas do ano anterior. Visto “de cima para baixo”, aparecia como iniciativa de uma facção do PTB, representada pelo ex-ministro do Trabalho Danton Coelho, de formar uma Frente dos Trabalhadores Brasileiros, embrião de um novo partido trabalhista, “livre dos desvios elitistas do PTB” (BENEVIDES, 1989, p. 32).

Em data mais próxima das eleições, em agosto de 1954, surgiu outro movimento visando o lançamento de candidaturas operárias ao Legislativo, denominado Coligação Eleitoral pelo Progresso de São Paulo. Ao contrário do projeto anterior, não se tratava mais de uma “frente de trabalhadores” e, sim, de uma “frente patriótica”, capitaneada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), em

aliança com militares nacionalistas, como o general Leônidas Cardoso, pai do ex-presidente Fernando Henrique; políticos apoiadores da Revolução de 1930, como Abguar Bastos, e esportistas famosos, como o campeão sul-americano de boxe, Ralph Zumbano. Após o suicídio de Vargas, a Coligação dissolveu-se, transformando-se no Movimento da Panela Vazia, que elegeu os três candidatos citados acima, além de José da Rocha Mendes e Ariel Tomasini, todos pelo PTB, com exceção deste último, eleito pelo Partido Republicano Trabalhista (PRT).

O movimento político iniciado pelos dirigentes sindicais no começo de 1954 foi visto por cientistas sociais, como Jorge Ferreira (2011, p. 111) e Maria Victoria Benevides, mas a leitura de *Classe, partido e direção* despertou, em mim, preocupações com outras dimensões daquela experiência.

## Classe, partido e direção, segundo Leon Trotsky

Creio que a tese central do texto de Trotsky é a seguinte: inexistente correspondência linear entre esses três fatores (classe, partido e direção) dos processos de protestos, lutas e revoluções, mas uma relação dinâmica e condicionada por temporalidades e ritmos de formação e amadurecimento distintos. Pode-se dizer que o autor relativiza uma explicação dos processos sociais de viés sociológico em favor de uma compreensão política e proclama como falsa, a ideia de que a falta de autonomia política do proletariado possa ser atribuída, simplesmente, a determinadas “condições de forças sociais” (imaturidade dos operários e falta de independência dos camponeses). Mais do que isto, o fundador da IV Internacional sustenta que “a ‘imaturidade do proletariado’ e a ‘falta de independência’ do campesinato não são fatores decisivos, nem básicos, nos acontecimentos históricos” (TROTSKY, 1940).

Portanto, seria falso o “aforismo liberal-evolucionista” segundo o qual “cada povo tem o governo que merece”, que poderia ser adaptado para “cada classe tem a direção que merece”. Isto porque um povo é formado por classes hostis entre si; as classes, por “camadas” (frações, podemos dizer), representadas por diferentes lideranças (direções). Portanto, os governos ou direções “são produto da luta das diferentes classes e das diferentes camadas dentro de uma mesma classe e, por último, o produto da ação das forças externas (alianças, conflitos, guerras etc.)”. Além disso, o fenômeno da “delegação” ou da “representação” também é considerado: “Uma vez assumido seu papel, a direção, invariavelmente, se eleva acima de sua classe, com o que fica predisposta a sofrer pressões e influências de outras classes”. Assim, uma direção pode durar muito mais do que a relação de forças que a produziu.

Imagino que, há quarenta anos, eu tenha assimilado as palavras do “profeta armado” como dogma; desmontada pela experiência e pelo tempo, a norma foi se transformando em perguntas de um projeto pessoal de pesquisa, fomentado por novas inquietações, polêmicas e vivências.

## Classe partido e direção na experiência brasileira: do populismo ao PT

Quando, no começo dos anos 1990, pesquisando sobre as origens do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT, fundado em novembro de 1952) para o mestrado, deparei-me, pela primeira vez, com a documentação referente à experiência do lançamento das candidaturas operárias na Convenção dos Dirigentes Sindicais, em 1954, intuí que ali se manifestava a dissonância entre “classe, partido e direção”.<sup>2</sup>

---

2 O episódio foi registrado em *À esquerda da esquerda* (LEAL, 2004, p. 55).

Sendo mais exato: a ressonância que a documentação sobre aqueles acontecimentos me causou foi diretamente suscitada pela descoberta de que os trotskistas brasileiros que eu vinha entrevistando (pessoas como Boris Fausto, Ruy Fausto e Leôncio Martins Rodrigues) haviam se manifestado em apoio àquelas candidaturas na perspectiva da articulação de uma “frente anticapitalista”, com a manutenção integral da luta por um programa revolucionário, que deveria ser proposto aos candidatos operários. Essas ideias eram defendidas no Suplemento nº 3 do *Frente Operária*, de março de 1954, que eu encontrara no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp.

Concluída a pesquisa sobre o PORT, a Convenção dos Dirigentes Sindicais continuou me intrigando e voltei a ela no capítulo “Representação políticas e formas de consciência”, de *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)* (LEAL, 2011, p. 411-419) e, novamente, em *O voto e a vida* e imagino que a motivação permanente seja equacionar o enigma da relação entre os três fatos anunciada no texto de 1940.

Em *A reinvenção da classe trabalhadora*, segui a pista do slogan “trabalhador vota em trabalhador”, bem como da proposta de um partido “construído de baixo para cima”, que eu presenciara sendo defendida nas discussões de núcleos e plenárias que deram origem ao PT. As duas ideias estavam presentes na Convenção dos Dirigentes Sindicais de 1954, como vimos, um momento no qual a classe operária era mantida sob a hegemonia do populismo, e reapareciam em 1979, quando teria rompido com tal hegemonia e dado origem a um partido próprio. Interpretei, então, que a classe operária do final dos anos 1970, ou pelo menos uma vanguarda sindical, mais numerosa, com maior peso relativo na sociedade e envolvida num ciclo de lutas e protestos mais abrangente que o de 1954, havia, de alguma forma, retomado fragmentos da experiência do supostamente menos combativo e menos consciente

proletariado do período populista. Ou seja, o *slogan* da campanha de Lula ao governo do estado de São Paulo em 1982: “Trabalhador vota em trabalhador: Lula governador”, ecoava experiências remotas elaboradas e reelaboradas pelo movimento operário em seu processo de autorrealização. Por outro lado, também seria concebível pensar que, potencialmente, a fundação de um partido de trabalhadores, independente e programaticamente socialista, como foi o PT em sua origem, estava contida na dinâmica das lutas dos anos 1950 e 1960, como, aliás, defendeu Paul Singer, um agente dos dois processos (1997, p. 15).<sup>3</sup>

Sendo válida essa hipótese, entrava em choque com as premissas da “teoria do populismo”, chave explicativa para o que aconteceu em nossa república de 1945 a 1964. Pode-se dizer que as diversas vertentes dessa teoria compartilham algumas ideias:

- O fenômeno manifesta-se tipicamente em países subdesenvolvidos em processo de modernização, com a consequente formação de uma “massa urbana” não integrada pelo crescimento industrial, à procura da proteção que viria a ser oferecida pelo líder carismático;
- Na crise gerada pela passagem da sociedade oligárquica para a industrial, o Estado desempenharia um decisivo papel condutor, face à debilidade da burguesia;
- A reduzida classe operária, precariamente organizada em sindicatos cooptados pelo Estado e separada da massa popular por alguns privilégios relativos, tendia a não desenvolver uma consciência de classe autêntica, mas a subordinar-se às lideranças populistas e nacionalistas.

---

3 No texto citado, Singer defende a ideia de que “o PT tem precedente no período de 1953/63” em que “cresciam a independência, a autonomia e o caráter de massa desse sindicalismo”. Em entrevista a mim concedida em 15 de maio de 2006, esclareceu: “As Ligas Camponesas foram predecessoras do MST hoje e havia também uma radicalização da Igreja, da Teologia da Libertação, com o Concílio do Papa João XXIII. Quer dizer: foi todo um momento de auge de forças de centro-esquerda e dentro desse centro-esquerda, uma esquerda não comunista, não auxiliada pela União Soviética, pelo chamado ‘bloco soviético’. Essas mesmas tendências em 1980 irão se unir dentro do PT”.

Dentro desse paradigma, os eventos narrados no começo deste artigo parecem apenas confirmar o já sabido: operários lançam candidaturas de líderes sindicais por partidos inseridos direta ou indiretamente no “complexo populista” (PTB, PSD, PRT, PSB); as aspirações de autonomia política de classe, fomentadas pela extensa greve de 1953, duram pouco e carecem de força para eleger seus candidatos; os comunistas, aliados ao PTB, substituem a “frente de trabalhadores” pela “frente patriótica”, com maior êxito eleitoral. É aqui que as ideias contidas no texto do revolucionário russo nos previnem contra uma interpretação linear.

Assim, a suposição contida na “teoria do populismo”, de que as sociedades subdesenvolvidas geram massas imaturas para um comportamento de classe mais autônomo e que esse povo sem consciência de classe procura sua direção política em líderes carismáticos desgarrados da crise da classe dominante (e não em seu próprio meio) afigurou-se, para mim, com o “aforismo liberal-evolucionista” mencionado antes.

### ***A crítica a Classe, partido e direção***

Creio, por outro lado, que, ao longo do tempo, fui colocando em dúvida três ideias constitutivas do esquema de análise subjacente ao artigo do revolucionário russo.

Em primeiro lugar, as evidências apresentadas de que, a “imaturidade do proletariado” e a “falta de independência do campesinato” não constituem “fatores decisivos nem básicos nos acontecimentos históricos”, revelavam as distâncias em relação ao que se passava no Brasil no pós-guerra, já que o autor trabalha na expectativa de grandes mudanças, de grandes saltos, no transcurso de processos revolucionários.

De fato, os exemplos da “não linearidade” do comportamento político da classe operária referem-se a dois casos: a formação



de milícias armadas e comitês por iniciativa dos operários espanhóis e catalães, em julho de 1936 e maio de 1937, e a rápida mudança do operariado russo, de março a outubro de 1917, organizando-se nos soviets e apoiando a tomada do poder pelo Partido Bolchevique. Trata-se de duas das maiores revoluções da primeira metade do século XX, exemplos dos “abalos históricos poderosos” (guerras e revoluções) capazes de expor para multidões as “agudas contradições entre a direção e a classe”.

Mas, em contextos como o brasileiro nos limites da “República Populista”, não haveria uma maior conformidade entre “classe, partido e direção”? Esta era a tese implícita na “teoria do populismo”: as “lideranças carismáticas” desgarradas da crise de dominação gerada pelas transformações do processo de modernização correspondiam às “condições de forças sociais” em que estava inserida a classe operária e essas condições, por sua vez, se refletiam numa determinada “consciência popular” (não de classe).

Duvidando dessa correspondência e, por outro lado, recusando o viés interpretativo adotado por organizações trotskistas que buscavam sempre encontrar nas ações coletivas (greves, passeatas, piquetes etc.) da classe trabalhadora o equivalente (“em embrião”) das ações dos operários espanhóis em 1936/1937 e russos em 1917, adotei outras chaves explicativas que me pareceram mais adequadas ao que a experiência do movimento operário brasileiro e as evidências da pesquisa documental e de dezenas de entrevistas traziam.

## Classe, partido e direção em Thompson e Hobsbawm

Creio que, a maneira como Thompson trabalhou o processo de formação da classe operária inglesa em sua obra magna e a crítica de Hobsbawm aos condicionamentos políticos e ideológicos estabelecidos pelas organizações oficiais do movimento operário às pesquisas sobre a história operária em artigos como “História

operária e ideologia” (1984, p. 17-33), abriram outros problemas em que a relação classe-partido-direção se coloca, para além do esquema de análise adequado, talvez, primordialmente a situações revolucionárias.

Pensando a obra de Thompson a partir de uma chave de leitura definida na militância trotskista, destaca-se uma diferença radical de ênfase, do partido e direção (em Trotsky) para a classe (em Thompson), mudança teórica certamente nutrida pelas rupturas de 1956, ano do XX Congresso do PCUS, no qual Krushev criticou o stalinismo. Toda a fascinante reconstrução feita por Thompson da *cultura política* dos artesãos britânicos e de sua *experiência* de organização, debate, publicações, chega a um ponto culminante quando, no final do volume III, argumenta, com peculiar ironia, que “quando Marx ainda era um adolescente, a luta pelas mentes dos sindicalistas ingleses, entre uma economia política capitalista e uma socialista fora ganha (pelo menos temporariamente)” (1987, vol. 3, p. 436). Simplesmente, o autor está nos dizendo que a ideia do Capital como trabalho acumulado; o projeto da abolição dos salários com os trabalhadores tornando-se seus próprios patrões e trabalhando “uns para os outros”; a proposta de os trabalhadores organizarem uma nova forma de poder, por meio dos sindicatos, constituindo um “Parlamento das classes industriosas, delegados diretamente a partir das oficinas e fábricas” (1987, vol. 3, p. 436), tudo isso estava presente na cultura artesã dos anos 1820/30, na Grã-Bretanha. “Dessa cultura do artesão e do autodidata, vieram séries de inventores, organizadores, jornalistas e teóricos políticos de qualidade impressionante”, sugere o autor (1987, vol. 3, p. 438). Em suma, trata-se, aqui, de compreender a precedência da classe sobre o partido e a direção.

Meu interesse pelo percurso político e intelectual de Thompson cresceu quando, para a pesquisa do mestrado, entrevistei Adolfo Gilly, em maio de 1996, na Cidade do México, e ele me falou de suas

reflexões sobre a militância trotskista e as ideias de Thompson e Carlo Ginzburg (LEAL, 2004, p. 48). Gilly foi um intelectual e historiador argentino, militante trotskista da mesma organização internacional à qual eu pertenci, autor do clássico sobre a Revolução Mexicana *A revolução interrompida*.

O artigo de Hobsbawm, além de outros textos reunidos no livro *Mundos do Trabalho*, por sua vez, guardadas as diferenças em relação à obra de Thompson, ressaltam as distâncias entre “classes operárias”, “movimento operário” e “organizações, ideologias ou partidos específicos”, borradas pela história operária “de dentro do movimento” (1987, p. 18).

Esses estudos, entre outros, enfim, permitiram-me combinar e orientar duas linhas de reflexão: aquela que problematizava a equação classe/partido/direção questionando sua suposta correspondência e aquela que se distanciava da expectativa de grandes crises revolucionárias como momentos em que a correspondência tradicional se romperia e ocorreria um novo alinhamento.

Uma segunda ideia contida no texto do “profeto armado” parece coincidir e divergir simultaneamente da orientação geral de análise dos trabalhos citados de Thompson e Hobsbawm. Nesse texto e em outros, tanto por razões mais evidentes de estratégia política quanto, talvez também, pela experiência vivida como participante e dirigente de três revoluções na Rússia (1905, fevereiro e outubro de 1917), Trotsky atribui à classe (contra suas organizações e direções) uma intenção de “escolher a linha correta”, dificultada e bloqueada por determinadas lideranças. Aos operários espanhóis é atribuída uma “linha de ação” própria, que resultou na formação de milícias armadas em 1936 e comitês de base – entretanto, traída pelas direções. A ideia de que as massas teriam procurado “em todos os momentos encontrar um bom caminho”, ao mesmo tempo em que reconhece a classe como sujeito

histórico, portadora de discernimento político, atribui-lhe uma intencionalidade estratégica coincidente com a linha revolucionária defendida pelo próprio Trotsky.

Essa segunda proposição, da orientação política da classe (a partir de sua própria experiência?) tendencialmente mais adequada às situações revolucionárias que a de suas direções, encontra-se com uma terceira para, afinal, defender uma tese que aparentemente contradiz o “aforismo liberal-evolucionista” (cada classe tem a direção que merece), mas abrindo uma exceção que relativiza radicalmente o pressuposto da não coincidência entre classe/partido/direção implícita na crítica àquele aforismo. Vejamos por que isso acontece.

A terceira proposição é a de que, em processos revolucionários, a “mola vital” é o partido, “assim como a mola vital do partido é sua direção”. No caso russo, “o Partido alinhou sua política de acordo com a concepção de Lênin, que estava em harmonia com o verdadeiro curso da revolução”. Ou seja, neste caso, “a concepção política de Lênin correspondia ao desenvolvimento real da revolução e era forçada por cada novo acontecimento”. Portanto, na revolução russa, a divergência constitutiva da relação entre classe, partido e direção teria se desfeito e se estabelecido uma correspondência entre o “curso da revolução”, a ação coletiva do operariado, o partido e sua direção.

O que estou buscando apresentar aqui é a reconstrução de um percurso pessoal de pesquisa, revelador de formas de leitura de diferentes autores por um pesquisador de uma certa geração, que teve como referência política, intelectual e moral fundamental em sua formação o pensamento de Leon Trotsky, algo bem mais modesto do que um balanço da maior ou menor adequação ou pertinência da obra do fundador da IV Internacional para a compreensão e a transformação do tempo presente.

Reconheço, neste sentido que, como exercício de elaboração analítica, as comparações entre o artigo do autor da *História da Revolução Russa* e os trabalhos dos autores britânicos, aqui desenvolvidas, são, ao mesmo tempo, implausíveis e pertinentes. Implausíveis porque o primeiro é um panfleto polêmico, publicado postumamente, pertencente ao contexto de uma revolução e ancorado, teoricamente, nas vivências, reflexões e embates de uma outra revolução. Fora do contexto da defesa da “via soviética” e da “via bolchevique” para a Revolução Espanhola, o artigo muda inteiramente de significado. Pertinente, por outro lado, porque o projeto político-programático do trotskismo (um dos herdeiros e intérpretes da tradição marxista) sempre sustentou sua validade na cientificidade de seus conceitos e teorias. Neste sentido, cabe submeter suas afirmações ao escrutínio e ao debate das ciências sociais, considerando os cuidados necessários com a contextualização histórica e a natureza intrínseca de cada texto.

Mas, além disso, por outro lado, sabemos que todo o projeto científico é, também, portador de intenções políticas. A *formação da classe operária inglesa* é tão política quanto *Classe, partido e direção*, embora de forma diferente. A militância de Thompson no Partido Comunista Britânico, sua ruptura em 1956, sua participação nos grupos *Reasoner* e *New Reasoner* “explicam” aquela obra, tanto quanto o pertencimento de Trotsky ao Partido Bolchevique, sua posterior expulsão e sua militância na Oposição de Esquerda “explicam” o artigo de 1940. Mas aqui, não pretendi promover esse tipo de balanço, mas apenas, como explicado, reexaminar os rastros de um percurso pessoal.

Como indicado no começo deste artigo, a leitura de *Classe, partido e direção*, há mais de quarenta anos, no contexto da transição democrática brasileira dos anos 1980 e como parte dos intensos compromissos políticos da juventude, catalisou indagações e buscas políticas, intelectuais e morais duradouras.

Mas fui encontrando, em outros autores da tradição marxista, “ferramentas” que me pareceram mais adequadas para a compreensão das questões políticas do presente e para a investigação histórica do passado, bem diversas da “experiência soviética” na qual o trotskismo se formou. O conceito thompsoniano de classe, os estudos e reflexões deste autor sobre experiência, cultura e consciência de classe me convenceram da primazia do “fator classe” na análise histórica e política, subordinando “partido” e “direção”. A concepção ampliada de “partido” proposta por Gramsci (como o “novo Príncipe” e não como máquina organizativa da vanguarda) pareceu-me mais abrangente e rica do que a da tradição bolchevique e a figura do “intelectual orgânico” permitiu religar a direção com a classe.

As hipóteses apresentadas ao final do capítulo “Experiência de trabalhadores...” de *O voto e a vida*, já mencionado, balizam o caminho de investigação que seria percorrido nas páginas seguintes desse trabalho e carregam o peso dos quarenta anos de tentativas de equacionamento da relação entre classe, partido e direção. Tomo a liberdade de reproduzir o texto a seguir.

A peripécia política dos trabalhadores em 1954 aportou, assim, em local bem diferente do previsto no ponto de partida. A Convenção dos Dirigentes Sindicais e a Frente dos Trabalhadores Brasileiros não tiveram continuidade. Dos candidatos por ela lançados, apenas o gráfico José da Rocha Mendes Filho, também defendido pelo Movimento da Panela Vazia, conseguiu eleger-se. Em seu lugar, surgiu uma “frente patriótica” em que nomes vinculados aos sindicatos apareceram junto com o de militares nacionalistas, escritores, advogados e políticos eleitos em pleitos anteriores. Ao invés de uma plataforma programática e um projeto político concebidos

“por fora” do sistema partidário, tendo como referência a classe trabalhadora organizada em sindicatos, todos os nomes foram apresentados sob a legenda de Vargas e Goulart, o PTB.

Algumas hipóteses podem ser formuladas sobre esse resultado:

- A hegemonia político-eleitoral do projeto populista, nacionalista e desenvolvimentista de Vargas se impôs fortemente, atraindo forças do campo operário e popular, inibindo outras possibilidades que brotaram no começo do ano.<sup>4</sup>
- A forte presença do PCB no movimento operário e popular, com seus militantes experientes, sua organização disciplinada, suas publicações, seus órgãos e entidades auxiliares, seu apoio externo, sua história, exercia forte atração, constituindo um virtual monopólio da “vanguarda” política da classe trabalhadora. Tal condição permitiu ao PCB orientar a vontade e a energia dessa classe para a política de “frente patriótica”, inibindo alternativas como a da Frente dos Trabalhadores Brasileiros. Em 1954 teria, assim, se estabelecido uma “divisão do trabalho político” no interior de um bloco populista hegemônico: o PTB se ocupava das eleições e dos governos e o PCB da organização sindical, popular e da formação da dita vanguarda.

---

4 A este respeito, o comentário penetrante de Chico de Oliveira capta o alcance aprofundo da mudança política operada: “O suicídio é um golpe magistral de política. Custou-lhe a vida, mas deu uma lição de política que a história brasileira não registra com essa intensidade. Ele mudou o jogo de forças de uma forma radical. No outro dia, estava todo mundo aplaudindo Vargas, já morto. E aí foi importante porque a continuidade da política varguista (em vários tons e aqui e ali com defecções ou com reforços) foi assegurada”. UM SONHO Intenso. Direção: José Mariani. Andaluz Produções. Rio de Janeiro, 2014, DVD.

- As greves e a emergência das lutas sindicais e populares no pós-guerra não encontraram sua representação política mais vigorosa por terem sido duramente reprimidas com a ilegalidade do PCB, a cassação dos mandatos de seus parlamentares e a proibição desta modalidade de ação político-parlamentar e, posteriormente, com os reiterados indeferimentos das candidaturas identificadas com esse projeto.
- As greves e a emergência das lutas sindicais e populares no pós-guerra não continham um potencial político hegemônico, pois o peso econômico, demográfico e social dos sindicatos e da classe trabalhadora em nível estadual e nacional não lhes conferia força para liderar um projeto de reconstrução da política “de baixo para cima”, como pretendido. Consequentemente, as candidaturas de metalúrgicos, têxteis, marceneiros, ferroviários etc., apresentavam-se e eram percebidas como corporativas e não potencialmente hegemônicas.
- As greves e a emergência das lutas sindicais e populares no pós-guerra continham um potencial político hegemônico, mas a realização desse potencial, a passagem do social ao político (a catarse, em termos gramscianos), não se processou (e não se processa) de forma unívoca ou cumulativa, mas mediada por fatores da história política e cultural, pela relação de forças entre grupos e classes, por conjunturas contingentes e dispositivos institucionais que definiram a legitimação, pelo voto operário e popular, de projetos diferentes daqueles propostos pela vanguarda reunidas nos partidos de esquerda e na direção dos sindicatos. Neste sentido, a demanda por representação teria sido hegemônica por candidatos e projetos populistas.



## Conclusão

Nos termos em que foi colocada em 1940, a tríade “classe, partido e direção” perdeu atualidade em 2023, mas estou convencido de que os problemas que aponta continuam atuais, pelo menos para algumas áreas de estudos e da prática social, como a da história social do trabalho e da política. Afinal, o busílis da questão continua sendo a relação entre *classes* como coletivos sociais (qualquer que seja o significado que lhe atribuímos), *organizações* (como formas de representação) e *indivíduos* (como sujeitos da ação histórica no nível dos eventos, como argumenta Sahlins, 2006, p. 126-127). Os exemplos de dois trabalhos publicados recentemente podem me ajudar a sustentar esse argumento.

Em 2022, o historiador brasileiro John French, lançou a biografia *Lula e a política da astúcia: de metalúrgico a presidente do Brasil*. Na resenha que redigi para a “seção especial de debates” da revista *Mundos do Trabalho*, reconheci que

O trabalho de French, ancorado em seus 40 anos de pesquisas sobre classe trabalhadora, populismo e a dinâmica das mudanças no Brasil do pós-guerra, se impõe com análises inovadoras. Sua leitura torna-se, daqui para a frente, obrigatória para temas como a formação das classes como sujeitos coletivos; o papel das lideranças e do carisma nesse processo (e de Lula no caso brasileiro); o golpe de 1964 e a importância determinante das greves metalúrgicas na transição democrática dos anos 1970.

Ao mesmo tempo, fiz a seguinte ponderação:

Cabe observar que o autor optou por concentrar sua atenção na primeira metade da vida do biografado, considerando que nesses primeiros dias está a

chave para compreender seu aprendizado político. Com efeito, no capítulo 15, a partir da seção “Como o Lula do PT finalmente alcançou a presidência”, o texto dá um salto da campanha de 1989 para a posse de 2003, o que gera o seguinte problema de análise política: será que algumas categorias desenvolvidas para a compreensão da trajetória do Lula sindicalista e fundador do PT têm o mesmo alcance explicativo para sua atuação como presidente?

Indo ao ponto: a pesquisa de French concentra-se, como ele próprio esclarece, na “gênese da trajetória política de Lula, vista de baixo e antes de ele se tornar famoso” (2023), reconstruindo, em profundidade, a relação do indivíduo (antes e durante sua formação como *direção*) com a *classe*, mas deixando praticamente de fora o *partido*. Para tanto, um dos recursos teóricos da análise é o conceito de *carisma*, em diálogo com autores como o cientista social e metodólogo Alan Bryman e o sociólogo Max Weber. A obra, embora dedicando muito menos espaço, chega às campanhas e à presidência de Lula, mas como o elemento *partido* (o PT) foi excluído da díade *classe/indivíduo*, fica-se com a impressão de que a trajetória política do Lula, político maduro, continuou sendo mediada com a classe, primordialmente, por meio da astúcia e do carisma.

Outro livro lançado em 2022, *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*, do sociólogo Tiaraju Pablo D’Andrea, põe-se, como o título indica, como herdeiro da tradição de estudos sobre a formação da classe trabalhadora inaugurada por Thompson e, nos termos da interpretação que proponho aqui, lida, à sua maneira, com o problema do trinômio “classe/partido/direção”.

Em todo o trabalho e, mais especificamente, no capítulo 6, D'Andrea defende a “periferia como compreensão alargada e contemporânea de classe trabalhadora”:

Essa definição [de periferia- nota Murilo] não se construiu necessariamente pelo reconhecimento de uma posição comum na produção econômica, mas pelo compartilhamento de costumes, modo de vida e condições sociais em determinados territórios. Nesse momento em que classe passou a ser representada também por periferia, o componente racial e o componente urbano da situação da classe ganharam relevo (D'ANDREA, 2022, p. 197).

No capítulo 5, o autor analisa as organizações (o “partido”), que, desde a segunda metade dos anos 1990, foram criados pelas “sujeitas e sujeitos periféricos” como forma de ocupar espaços públicos tomados pela violência e as drogas, sobreviver materialmente e participar politicamente. Segundo o autor,

Após o fechamento dos núcleos de base do PT e a diminuição dos referenciais políticos expressos por este partido, as bases se viram distanciadas das instâncias de decisão (...) Não observando nenhuma organização que canalizasse suas demandas, passaram a se organizar em coletivos culturais (D'ANDREA, 2022, p. 166).

Finalmente, os *intelectuais orgânicos* da periferia cumprem o papel de direção. Eles podem ser artistas do hip-hop, como os Racionais MCs, ou jovens que tiveram acesso ao ensino superior com sua expansão promovida pelos governos do PT, e são responsáveis pela “ressemantização” do termo periferia e por “organizar as quebradas”.

Concluo essas linhas sobre fontes remotas de inspiração intelectual e política pensando no quanto todos somos *tradutores/traidores* dos autores e autoras que amamos. Não temos como lê-los, a não ser dentro de nosso próprio tempo, sobre o qual eles não têm qualquer prerrogativa, mas que seria ainda mais obscuro sem a sua presença.

## Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o trabalhismo**: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. São Paulo: Dandara, 2022.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FRENCH, John. **Lula e a política da astúcia**: de metalúrgico a presidente do Brasil. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2022.

FRENCH, John. O indestrutível e inescrutável Luiz Inácio Lula da Silva. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, 2023.

GILLY, Adolfo. **La revolución interrumpida** (Primera Edición). México, Ediciones El Caballito, 1971.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Oficinas da História, v. 2).

LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda**: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora** (1953-1964). Campinas: Editora da Unicamp. 2011.

LEAL, Murilo. **O voto e a vida**: Democracia, populismo e comunismo nas eleições de 1954 e 1962 em São Paulo. São Paulo, Alameda, 2023.

LEAL, Murilo. Indivíduo, classe e experiência na trajetória de Lula. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, 2023.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 (Coleção Momento).

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Oficinas da História v. 1) 3 v.

TROTSKY, Leon. **Classe, partido e direção**. Disponível em: <https://otrabalho.org.br/classe-partido-e-direcao/>. Acesso em: 09 fev. 2020.

# DO QUESTIONAMENTO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL: A PROCURA POR UMA IDENTIFICAÇÃO CULTURAL<sup>1</sup>

**Fernando Santos da Silva**  
**Norberto Stori**

“A cultura histórica tem o objetivo de manter viva a consciência que a sociedade humana tem do próprio passado, ou melhor, do seu presente, ou melhor, de si mesma.”

(Benedetto Croce)

## Introdução

Um dos principais objetivos da humanidade ao longo de sua história, sempre foi buscar definições e conceituações sobre diversos assuntos presentes na sociedade. E com a história da cultura não foi diferente.

Nessa busca por uma definição e, acima de tudo, por uma compreensão dos processos pelos quais a percepção da história da cultura passou, Peter Burke, em seu livro *O que é História Cultural?*

---

1 Versão germinal deste texto, foi apresentado no *X World Congress on Communication and Arts* (X Congresso Mundial de Comunicação e Artes), organizado pela COPEC – Science and Education Research Council em parceria com a Universidade Estadual da Bahia, realizado em 2017, na cidade de Salvador, sob título *from indefinition to industrialization: the Search for identity* (DA INDEFINIÇÃO À INDUSTRIALIZAÇÃO: a busca por uma identidade).

(2008), busca analisar esse tema desde sua base a qual, segundo ele, ocorre por volta de 1780. Burke analisa essa busca por meio dos clássicos, culminando em um debate epistemológico incerto sobre o que está por vir.

A compreensão do conceito clássico de história da cultura está alicerçada no entendimento daqueles que a escreveram, da interpretação de historiadores e pesquisadores que buscavam, através da releitura das grandes obras<sup>2</sup>, evidências inquestionáveis da cultura da época em que foram produzidas. Com isso, pretendia-se estabelecer uma conexão com os acontecimentos cotidianos.

Segundo Burke (2008), o professor e historiador da arte e da cultura, o suíço Jacob Burckhardt (1818-1897) e o historiador holandês Johan Huizinga (1872-1945) são grandes representantes desse movimento, pois, ao escreverem sobre a história da cultura, faziam-no em prol do grande público. Mesmo que seus trabalhos e reflexões fossem renegados em outros países, pelo fato de não estarem pautados em documentos considerados oficiais<sup>3</sup>.

Na história social da arte, é possível encontrar a influência do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), que direcionou seus estudos a uma possível explicação cultural pelas transformações de um sistema economicamente dominante. Já, segundo Burke (2008), essa relação está intimamente vinculada a conflitos e transformações econômicas e sociais.

Existem evidências contundentes de que, nos anos 1960, a insatisfação com a história política, a história econômica e as lacunas percebidas na história da cultura até então existente, tenha marcado o início da história da cultura popular. Em consequência disso, desenvolve-se uma crítica à cultura tradicional por se afastar dos chamados agentes culturais inovadores, ou seja, o povo.

---

2 O termo “grandes obras” pode ser subentendido como obras clássicas da humanidade.

3 Documentos pertencentes aos arquivos institucionais que eram considerados fundamentais na construção do Estado.

No meio de toda essa ebulição, eleva-se um novo paradigma, sendo mais correto falarmos de deslocamento da prática da história cultural através da investigação de experiências concretas locais, que não possuíam nenhuma preocupação com uma interligação ao todo, tão pouco, conjunturas locais. Temos a ascensão da nova história da cultura – “NHC”, abreviada pelo próprio Burke, que destaca a história das mentalidades, suposições e sentimentos, sem deixar de lado, sua preocupação com a teoria.

Apesar dos múltiplos olhares possíveis que a nova história da cultura nos permite, devemos ter cautela ao comparar e definir a divisão entre cultura popular e erudita. Isso porque, mesmo expressando caminhos distintos, há a possibilidade de estabelecermos conexões que devem ser elaboradas com muito cuidado. Afinal, ainda não há um consenso do que seja considerado popular e erudito. Portanto, o melhor caminho a ser percorrido é transitar entre ambas, sem estabelecer uma rigidez de conceitos, buscando assim, uma compreensão que abarque as diversas significações.

## Reflexões acerca da economia cultural global

Dentro desse cenário de trânsito que o autor Arjun Appadurai (1999), ressalta uma conexão entre globalização e cultura. Em sua visão, a globalização não está promovendo uma homogeneização cultural, mas apenas estabelecendo uma tensão, onde coexistem, tanto a igualdade quanto a desigualdade, entre os diferentes povos. Situação essa que, segundo ele, representa o principal desafio das interações globais atuais.

Portanto, de acordo com essa perspectiva, mesmo que haja um compartilhamento de culturas, há a necessidade de criar rótulos:

A nova economia cultural global procura ser interpretada como uma ordem disjuntiva, superposta e complexa, que não pode mais ser interpretada em



termos dos modelos de centro e periferia existentes (mesmo aqueles que poderiam responder por múltiplos centros e periferias). Da mesma forma, ela não é susceptível a simples modelos de empurra-e-puxa (em termos da toeira da migração), ou de superávits e déficits (como acontece nos modelos tradicionais de estabilidade no comércio), ou de consumidores e produtores (como no caso de muitas teorias neomarxistas de desenvolvimento) (APPADURAI, 1999. p. 312).

Apesar de algumas sociedades adotarem constantemente recursos homogeneizadores, tais como televisão, propaganda e internet, para difundirem seus valores, isso não significa que esses valores estejam sendo internalizados pela população por meio de uma repetição mecanizada. Por outro lado, sugere uma análise das divisões culturais, através do mundo idealizado e do mundo imaginado no qual indivíduos em constante movimento moldam um mundo em constante evolução e, sobretudo, o influenciam.

Um fato importante que não podemos desconsiderar é a dinâmica dessas transformações, muitas vezes reflexo de uma configuração global tecnológica, que se estabelece por meio de uma velocidade incrível, uma interação mutável entre economia, política e cultural entre as nações. A par de tudo isso, há os meios de comunicação, capazes de produzir e disseminar informações, scripts e até mesmo vidas supostamente viáveis para o mundo todo, criando, assim, uma ideologia de movimentos direcionados, provenientes de uma perspectiva de mundo implantada no Iluminismo<sup>4</sup>, no qual a liberdade, o bem-estar, os direitos e a democracia são características particulares de cada cultura:

---

4 Também conhecido como "Século das Luzes", o Iluminismo, caracterizou-se como um movimento intelectual que ocorreu na Europa no século XVIII, que buscava através da razão e da

Esta formulação que é o centro do meu modelo do fluxo cultural global precisa de uma explicação. Em primeiro lugar, as pessoas, a maquinaria, o dinheiro, as imagens e as ideias atualmente seguem cada vez mais rumos não-isomórficos: naturalmente, em todas as épocas da história humana, sempre houve algumas disjunções entre os fluxos dessas ideias, entretanto, a própria velocidade, a escala e o volume de cada um desses fluxos atualmente é tão grande que as disjunções se tornaram fundamentais para a política da cultura global (APPADURAI, 1999. p. 317).

As diversas abordagens não idênticas ajudam a promover as separações incorporadas em uma política cultural mundial, resultando na quebra de fronteiras territoriais, o que impulsiona a formação de novos mercados culturais. Em outras palavras, indivíduos constantemente buscam manter a conexão com suas raízes culturais, ao mesmo tempo em que valorizam as interações culturais contemporâneas, que precisam ser integradas:

Entretanto, a relação entre os níveis cultural e econômico deste novo conjunto de disjunções globais não é uma simples via de mão única, na qual os termos da política cultural global são estabelecidos totalmente pelas, ou confinados nas, vicissitudes dos fluxos internacionais da tecnologia, do trabalho e das finanças, exigindo apenas uma pequena modificação dos atuais modelos neomarxistas de desenvolvimento desigual e de formação do Estado. Existe uma mudança profunda, também ela provocada pelas disjunções entre todos os panoramas que analisei, e constituída pelo fluido e pela interação contínua das mesmas disjunções que afeta o relacionamento entre a produção e o consumo na atual

economia global. Neste caso, começo com a célebre (e muitas vezes solapada) ideia de Marx em relação ao fetichismo da mercadoria, e sugiro que este fetichismo foi substituído no mundo inteiro (considerando atualmente o mundo como um grande sistema interativo, composto de muitos subsistemas complexos) por dois descendentes que se apoiam mutuamente, o primeiro dos quais denomino de fetichismo da produção, e o segundo o fetichismo do consumo (APPADURAI, 1999. p. 323).

Dessa forma, através de uma pseudomanutenção da cultura, ocorre um mascaramento de diversas práticas de dominação cultural que podemos enxergar numa análise mais aprofundada do termo fetichismo de produção, empregado por Appadurai (1999). Ele evidencia uma falsa percepção difundida socialmente pelos meios de produção, com o intuito de esconder as relações de produção (condições), que estão se tornando cada vez mais globais.

Essa concepção fica mais evidente ao falarmos de fetichismo de consumo, no qual o consumidor é levado a acreditar que é o protagonista, quando na realidade não passa de um mero selecionador.

Mediante isso, é possível compreender que a disseminação da cultura no mundo, apesar de parecer uma uniformidade, consiste em uma diversidade de elementos singulares elaborados e incorporados pela maioria em um contexto econômico, levando em conta o coletivo e, talvez, uma noção de identidade cultural se olharmos exclusivamente para uma parte da população.

## Indústria cultural<sup>5</sup> como forma de dominação de massas

Diante de todo o percurso em busca de uma compreensão da globalização cultural, nos deparamos com a formação de um sistema que promove uma aparência de uniformidade em suas diferentes áreas, todas interligadas de forma equilibrada. Essa integração é empregada como uma ferramenta estratégica para fortalecer o controle. Essa padronização é empregada como um ferramental estratégico e crucial na massificação em prol da exclusão da autonomia do sujeito, manifestada pela falsa percepção de uma identidade universal e única:

Toda a civilização de massa em sistema de economia concentrada é idêntica, e o seu esqueleto, a armadura conceptual daquela, começa a delinear-se. Os dirigentes não estão mais tão interessados em escondê-la; a sua autoridade se reforça quanto mais brutalmente é reconhecida. Filme e rádio não têm mais necessidade de serem empacotados como arte (ADORNO & HORKHEIMER, 2002. p. 170).

Na atualidade, a cultura contemporânea converteu a arte em um produto comercial, onde a expressão artística é tratada como um bem de consumo. Estabelece-se, na comunidade, uma concórdia passiva, por intermédio de um ciclo de influências, fundamentado em demandas por um sistema dominante.

Com esse monopólio cultural, há uma falsa percepção de competição e diversidade de opções, apesar de serem mínimas as

---

5 Termo empregado pelos filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer ao refletirem sobre os vários efeitos da tecnologia industrial sobre as obras de arte e informações que passaram a ser padronizadas para favorecer o consumo e o lucro. Segundo eles, a submissão da cultura aos interesses econômicos e ao consumo passou a promover os valores do capitalismo e a reforçar as desigualdades sociais.

diferenças. Isso gera uma necessidade de consumo de conteúdo cultural que se repete, variando apenas superficialmente, mantendo seu poder de controle inalterado.

A indústria cultural desempenha um papel essencial na ausência de consciência das pessoas que, exaustas devido a jornadas de trabalho longas e árduas, são facilmente influenciadas a seguir os padrões estabelecidos pela indústria do consumo.

Com produções de fácil percepção, semelhantes a uma novela, que pode ser entendida como uma ilustração pedagógica de mundo, não há uma necessidade de reflexão complexa, sabe-se o enredo e o desfecho da trama, sem possibilidade de classificar ou, supostamente, esquematizar o que a produção já não tenha antecipadamente classificado. Dessa forma, são moldados os valores e anseios da sociedade.

A atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural de hoje não tem necessidade de ser explicada em termos psicológicos. Os próprios produtos, desde o mais típico, o filme sonoro, paralisam aquelas faculdades pela sua própria constituição objetiva. Eles são feitos de modo que a sua apreensão adequada exige, por um lado, rapidez de percepção, capacidade de observação e competência específica, e por outro é feita de modo a vetar, de fato, a atividade mental do espectador, se ele não quiser perder os fatos que, rapidamente, se desenrolam à sua frente. É uma tensão tão automática que nos casos individuais não há sequer necessidade de ser atualizado para que afaste a imaginação (ADORNO & HORKHEIMER, 2002. p. 174).

Sob essa ótica, percebe-se um padrão estabelecido pelo mecanismo econômico que, desde o início, mantém tudo sobre seu controle.

Nele, quase tudo é padronizado, inclusive o que aparentemente ainda não foi cogitado.

Em consequência disso, a indústria cultural já não busca mais uma afirmação sobre sua resistência sobre o material, isto é, a negação de seu estilo. Prova disso é a padronização entre o universal e o particular, que exerce o poder de instigar e iludir o desejo humano por posse e consumo: fazendo promessas que não são cumpridas, oferecendo e privando, criando necessidades e estabelecendo limites de satisfação que jamais serão alcançados.

Nessa busca por uma autenticidade, o conceito de originalidade é ignorado e desmascarado na indústria cultural por algo equivalente, já implementado anteriormente em sua indústria de dominação.

Como forma de elucidar as concepções acima, podemos utilizar, como exemplo, a Semana de Arte Moderna, de 1922, como um marco importante na busca por uma expressão cultural modernista, ao alicerçar-se em diversos elementos em busca de uma identidade cultural que refletisse como o Brasil digere elementos culturais de sua origem indígena, suas influências africanas, europeias, entre outras, através de um movimento vanguardista denominado Antropofagia.

Os grandes artistas nunca foram os que encarnaram o estilo no modo mais puro e perfeito, mas sim aqueles que acolheram na própria obra o estilo como rigor, a caminho da expressão caótica do sofrimento, o estilo como verdade negativa. No estilo das obras a expressão adquiria a força sem a qual a existência resta inaudível. Mesmo as obras que passam por clássicas, como a música de Mozart, contêm tendências objetivas que estão em contraste com o seu estilo (ADORNO & HORKHEIMER, 2002. p. 176).

No entanto, por meio de uma postura conservadora no campo artístico durante aquele período, personalidades como o escritor e dramaturgo Oswald de Andrade (1890-1954), o escritor e poeta Mário de Andrade (1893-1945), a pintora Tarsila do Amaral (1886-1973), o maestro e compositor Villa-Lobos (1887-1959), o escultor Victor Brecheret (1894-1955) e o desenhista e arquiteto Antonio Moya (1891-1949) foram duramente criticados por uma mentalidade estritamente preconceituosa e burguesa da época.

Dessa forma, a arte, como transmissora de uma “verdade”, ao mesmo tempo que é necessária, torna-se desnecessária. Mediante sua imposição, transforma-se em uma enorme contradição, afetando a integridade interna e externa do ser humano e, por que não dizer, da sociedade como um todo.

Em vez de se expor a essa falência, na qual o estilo da grande obra de arte sempre se negou, a obra medíocre sempre se manteve à semelhança de outras pelo álibi da identidade. A indústria cultural por fim absolutiza a imitação. Reduzida a puro estilo, trai o seu segredo: a obediência à hierarquia social. A barbárie estética realiza hoje a ameaça que pesa sobre as criações espirituais desde o dia em que foram colecionadas e neutralizadas como cultura. Falar de cultura foi sempre contra a cultura (ADORNO & HORKHEIMER, 2002. p. 176).

Coloca-se, assim, a indústria cultural como uma estrutura inflexível que tem como objetivo principal um monopólio privado do que acreditamos ser cultura. Ela influencia a sociedade desde seus singelos desejos de uma suposta felicidade implantada pelas propagandas a um mercado econômico, tal como o das artes, que monopoliza seus artistas e suas obras comercialmente, visando obter lucros exorbitantes rapidamente.

Evidencia-se, dessa forma, o quão o indivíduo é tratado como uma marionete em um ambiente que gira em torno de si mesmo, determinando seu consumo e excluindo-o de forma sutil, por conta de sua impotência econômica disfarçada de cultura.

Percebe-se, portanto, o quanto o conceito de arte e cultura está gradativamente perdendo sua originalidade e singularidade, em prol de uma mentalidade sequencial, aberta, fragmentada e, sobretudo, voltada para o comércio.

### Para (não) concluir

Apesar de mais de três séculos de investigações acerca da história da cultura, ainda procuramos definições, explicações e até conclusões. Mesmo assim, ao invés de nos direcionar a um caminho mais próximo de sua conceituação, nos leva a uma ambiguidade cada vez maior.

Ambiguidade essa que leva a discutir possibilidades e tendências que deem conta de convencer nossas inquietações. Situação essa que, na atual conjuntura, trata a sociedade como massa de manobra em prol de um ideário econômico.

Contudo, apesar dessa estrutura suprimir a criticidade dos indivíduos, não quer dizer que estamos fadados à alienação. Para alcançarmos a emancipação cultural, é necessário reconhecer que, ao discutirmos sobre cultura, estamos inevitavelmente escolhendo focar em certos aspectos em detrimento de outros, considerando a ampla gama de variáveis disponíveis. Essa seleção exclui diversos outros elementos que também são parte da cultura. Essa complexidade pode ser um dos motivos pelos quais é tão difícil chegar a uma definição consensual do que realmente constitui a cultura. Portanto, devemos analisar a cultura considerando sua natureza fragmentada.



Assim, a conceituação de cultura depende da sociedade que a analisa. E, mesmo com sua inserção em uma concepção globalizada, essas sociedades permanecem fortemente ligadas a traços culturais particulares. Sendo que a ideia de homogeneização cultural fica mais evidente no aspecto mercadológico que propriamente social.

## Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Conceito de Iluminismo**. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Os pensadores)

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: Mike Featherstone, (Org.). **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999. p. 311-327.

BURKE, Peter. **O que é a história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GOMBRICH, E. H. Josef. **A história da arte**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 1999. p. 7-37.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Pulo: Paz e Terra, 2002. p. 169-198.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 25-74.

SILVA, Fernando Santos da; STORI, Norberto. FROM INDEFINITION TO INDUSTRIALIZATION: the search for an identity. In: X World Congress on Communication and Arts, 2017, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UNEB, 2017, p. 1-4.

THORNTON, Sarah. **Sete dias no mundo da arte: bastidores, tramas e intrigas de um mercado milionário**. Tradução de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Agir, 2010.

TRIGO, Luciano. **A grande feira: uma reação ao vale-tudo na arte contemporânea**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

# RUAS QUE ‘EVOCAM’ LEMBRANÇAS: AS REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS DA MARIA ANTÔNIA E DA ESTRADA DAS LÁGRIMAS<sup>1</sup>

**Fernando Santos da Silva**  
**João Ricardo de Castro Caldeira**

“De todas as escolas que frequentei, a da rua, foi a que me pareceu melhor.”

(Anatole France)

## Introdução

No decorrer da história, o ser humano sempre buscou transmitir e retransmitir os fatos que ocorriam a sua volta. Seja essa retransmissão via oralidade, pictorialidade e até mesmo por meio da escrita. Ou seja, um saber e um fazer histórico pautado, não apenas na busca pela disseminação dos acontecimentos, mas, pela preocupação com a preservação e difusão dos fatos.

Com o desenvolvimento da sociedade, dos meios de comunicação e, principalmente, da maneira como a mesma interpretava

---

1 Versão embrionária deste capítulo, foi apresentada no I Congresso Internacional de Pesquisa em Cultura e Sociedade, organizado pelo Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) e Instituto Conexão SócioCultural (CONEX), na Universidade Federal e Pelotas, realizado em 2018, na cidade de Pelotas, sob título *a rua como lugar de memória: reflexões sobre a maria antônia e a estrada das lágrimas*.

e percebia os acontecimentos a sua volta, buscando uma compreensão mais ampla dos diversos aspectos da vida humana, adentrando assim nos territórios da culturalidade. Apresentando modificações e argumentando que o tempo e o fazer histórico apresentam ritmos diferentes para os acontecimentos, podendo ser eles de caráter conjuntural ou estrutural.

Considerando a história a partir de então, não como uma sequência de acontecimentos, mas sim, uma construção de fatores econômicos, sociais e psicológicos, que permitia a compreensão e até mesmo a manipulação do imaginário da sociedade.

Partindo desse enfoque mais pluralista da história, destaca-se o historiador Pierre Nora (1931-), reconhecido como uma figura de destaque entre os historiadores contemporâneos da França, principalmente, pelos seus trabalhos sobre a historiografia francesa que, ao questionar as noções de história e memória, nos diversos seminários organizados em Paris, na École des Hautes Études em Sciences Sociales (Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais), entre os anos de 1978 e 1981<sup>2</sup>, Nora traz à tona, uma preocupação historiográfica, pautada no estudo de objetos ou espaço em que a história ainda se faz presente.

Nora (1993), enxerga a memória como um processo dinâmico, sendo constantemente repassada pelos múltiplos grupos sociais existentes. Pelo fato de estar em permanente evolução, acaba se inserindo em contradições entre lembranças e lapsos de memória. Devido a essas contradições, e sem se dar conta de suas sucessivas transformações, fica desguarnecida a todos os usos e manejos que suas manifestações contemporâneas ocasionam, principalmente, por suas lembranças muitas vezes imprecisas. Está alicerçada no palpável, no absoluto. Podendo facilmente ser vislumbrada como um diagrama de lembranças.

---

2 Período no qual havia uma necessidade latente na França de identificar a memória material e imaterial, buscando através dessas reflexões a importância desta para a sociedade.

Como afirma Nora:

[...] memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante. Da primeira, imediata, à segunda, indireta, o que aconteceu? Pode-se aprender o que aconteceu, no ponto de chegada da metamorfose contemporânea.

E antes de tudo, uma memória, diferente da outra, arquivista. Ela se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem (NORA, 1993, p. 14).

No que diz respeito a história, Nora a vê como uma reconstrução de incertezas, as quais, por estarem incompletas, dificultam uma representação fidedigna do passado. Ao possuir informações fragmentadas, se inseri numa análise e em um discurso crítico, pautado no relativismo. Sendo uma operação racional e laica, torna-se propriedade de todos e ao mesmo tempo de ninguém. Possuindo assim, uma característica universal. Conforme afirma Nora:

No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de

história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória. Uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória (NORA, 1993, p. 9).

Esta perspectiva contribui, de forma significativa, para a construção de novas visões sobre a identidade de um povo e, principalmente, de sua cultura. Ao resgatar a memória por meio dessa nova perspectiva, o indivíduo reflete acerca de suas origens e identidade.

Com o passar do tempo, as pessoas sentem a necessidade de lugares para aportar suas memórias, ou seja, cenários que transmitam a impressão segura de continuidade. Conforme esclarece ainda Nora:

É o mundo inteiro que entrou na dança, pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. Na periferia, a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violentação colonial. E pelo mesmo movimento de descolonização interior, todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica. Fim das sociedades-memória, como todas aquelas

que asseguravam a conservação e a transmissão de valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, com todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. Ainda mais: é o modo mesmo da percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade (NORA, 1993, p. 8).

Essa visão evidencia uma mudança nas práticas e costumes que moldam a conexão da identidade, ao permitir uma nova abordagem da dinâmica social e cultural, favorecendo uma compreensão mais aprofundada do objeto ou fato histórico, baseando-se frequentemente em estudos convencionais, sustentados por uma certa formalidade documental, destacando a relevância desse resgate da memória através de lembranças que permanecem vivas.

Embora Nora não tenha mencionado claramente a rua como lugar de memória, como fez com outros ambientes e objetos, assume-se aqui a premissa de que o logradouro pode sim ser entendido como um lugar de memória, pois, como afirma Nora:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.

São lugares que, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente somente em graus diversos. Mesmo um

lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentração da lembrança (NORA, 1993, p. 21-22).

Afinal, segundo Nora (1993, p. 22), “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.” Em outras palavras, a rua, para além de possuir sua própria identidade e trajetória, desperta memórias e emoções naqueles que por ela passam, tornando-a um local de convívio e interação social, onde muitas pessoas se identificam como parte da história.

Devido a essas suas características, o conceito de lugar de memória pode ser aplicado plenamente à análise da Rua Maria Antônia e da Estrada das Lágrimas, cuja memória foi deslocada pelo predomínio de uma história que enfatizou sobremaneira apenas um episódio da longa trajetória de existência desses traçados, no caso, a primeira como um local de acontecimentos culturais, tal como os acontecimentos de 1968, ou seja, os embates entre alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade de São Paulo, e a segunda entrou para a memória paulistana como um local de despedida, onde esposas lastimosas, pais receosos e mães aflitas, viram seus maridos e filhos desaparecerem rumo à Guerra do Paraguai (1864-1870).

Entretanto, a fim de representar essa verdade em constante mudança, é necessário analisar esses ambientes e suas interpretações por uma perspectiva distinta daquela baseada em conceitos tradicionais e teóricos, que restringem o indivíduo em sua luta contínua para compreender a vida urbana. Assim, explorando novas abordagens, é viável encarar a rua como um canal de comunicação e troca de informações, permitindo, em determinadas situações, interpretá-la de maneira diferente.

## Maria Antônia

A história do traçado que deu origem à Rua Maria Antônia está intimamente ligada ao surgimento e ao desenvolvimento da capital de Piratininga, em tempos de colonização, mais precisamente com a política portuguesa empregada nas terras tupi-quinis. Com o objetivo de vigiar o litoral da colônia e estabelecer núcleos populacionais, Dom João III instituiu o sistema administrativo das capitâneas hereditárias, ou seja, as terras pertencentes à colônia lusitana nas Américas foram divididas em faixas de terras.

Essas faixas de terra eram concedidas a pessoas da pequena nobreza, funcionários públicos e comerciantes que, por sua conta e risco, estavam interessados em explorá-las economicamente. Apesar de terem autonomia administrativa, esses beneficiários estavam incumbidos de destinar à Coroa portuguesa uma porcentagem do que extraíam dessas terras. Embora tivessem controle administrativo sobre as terras, esses donos não tinham permissão para vendê-las ou transferir suas propriedades.

Nessa busca pelo desenvolvimento e ocupação de sua capitania, Martim Afonso de Souza, que fora contemplado, juntamente com seu irmão, Pero Lopes de Souza, com terras localizadas ao sul da colônia, doou a sesmaria do Pacaembu para os jesuítas, no



século XVI. Com a missão de catequizar os índios da região, os jesuítas subdividiram as terras recebidas em três partes: Pacaembu de Cima (hoje Higienópolis), Pacaembu do Meio (atual Pacaembu) e Pacaembu de Baixo (hoje Perdizes), estabelecendo, assim, várias aldeias na região.

Entretanto, no ano de 1759, como resultado de sua política de modernização do Estado lusitano e com o firme propósito de eliminar o risco da Companhia de Jesus – que controlava imensa massa populacional indígena – tornar-se uma verdadeira força concorrente da Coroa portuguesa dentro do Império lusitano, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Reino de Portugal e de suas colônias, confiscando também, as suas terras.

Estabelecidos todos os proclames, as terras pertencentes à sesmária do Pacaembu foram leiloadas e divididas em chácaras que, aos poucos, após a promulgação da Lei de Terras de 1850<sup>3</sup>, passaram a ser compradas por integrantes da elite paulistana. Sendo que essas terras, foram transformadas em sítios, chácaras e pequenas fazendas.

Dentre essas terras, estava a chacara de Dona Maria Antônia da Silva Ramos, também conhecida como Baronesa de Antonina, distinta senhora integrante da alta sociedade paulistana que, ao tomar contato com as ideias educacionais do reverendo George Whitehill Chamberlain e de sua esposa, a professora Mary Ann Annesley Chamberlain, que conduziam a Escola Americana.

Ao tomar ciência das dificuldades do reverendo George Chamberlain em ampliar o espaço físico da Instituição de Ensino, decidiu vender, para a Junta de Nova York, parte de uma propriedade que tinha localizada próximo ao caminho que levava a Sorocaba, como se pode observa na citação abaixo:

---

3 Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que estabeleceu a propriedade privada da terra no Brasil, e a possibilidade de sua compra e venda, extinguindo o antigo sistema de sesmarias.

Dona Maria Antônia, da alta nobreza de São Paulo, sabendo das dificuldades do rev. Chamberlain em encontrar área para instalar o Internato Masculino de sua Escola Americana, e onde também pudessem ampliar sua escola já apertada na rua São João, prontificou-se a vender à Junta de Nova York uma área de terreno a ser desmembrada de sua chácara. Essa área com cerca de 27 mil metros quadrados ficava ao lado esquerdo do caminho para Sorocaba (atual rua Maria Antônia). Era um terreno ocupado para pasto dos animais de sua carruagem. O preço estipulado foi de 800\$000 (oitocentos mil reis), quantia necessária apenas para cobrir as despesas feitas com a abertura de um valo que circundavam o referido pasto como vedação. Na beira do citado valo, em toda a sua extensão, foi plantada uma sebe de bambus que duraram até pouco tempo. Essa área fica na esquina da rua Maria Antônia com a rua Itambé, e foi o núcleo primitivo do atual terreno ocupado pelo Mackenzie (GARCEZ, 2004, p. 106).

Com esse gesto, Dona Maria Antônia da Silva Ramos assinou, de vez, o seu nome na história de São Paulo. De um lado, pela construção de um importante traçado que merecidamente leva o seu nome e que nasceu com objetivos educacionais e culturais, mantendo-se, assim, até os dias atuais. De outro, pela construção e solidificação da história do que constitui, atualmente, a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Além de moradias, estabelecimentos comerciais e toda uma vivência que a acentuam como espaço ímpar no centro da metrópole paulista e, por isso mesmo, a credenciam como um “lugar de memória”.

Todavia, fora toda essa carga educacional e cultural, desde seus primeiros traçados, o logradouro contou, também, com a presença da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade

de São Paulo – USP que, após os eventos de 1968, conhecidos como “Guerra da Maria Antônia”, essa Faculdade migrou em definitivo para a “Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira”, no Butantã, cedendo seu espaço, atualmente, para o “Centro Cultural Maria Antônia”.

Em meio a constantes provocações e inspirados pelos acontecimentos políticos de 1968, tanto no Brasil quanto no mundo, os estudantes difundiam diferentes ideologias e, com base em suas convicções, estavam dispostos a combater o adversário, como se o destino da humanidade estivesse em jogo, intensificando a rivalidade entre os alunos das duas Instituições. Nesses modestos 500 metros de extensão, as instituições criavam uma fronteira invisível que, com visões extremas e polarizadas, constituíram sua própria Guerra-Fria<sup>4</sup>.

Em meio ao regime civil-militar, o estopim surgiu durante o pedágio realizado em 02 de outubro de 1968, por estudantes secundaristas, ligados à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que buscavam arrecadar dinheiro para o 30º Congresso da União Nacional do Estudantes. Alguns estudantes do Mackenzie com os ânimos agitados, começaram a arremessar ovos, pedras e tijolos nos estudantes da USP, acirrando o conflito que duraria aproximadamente 10 horas.

A rua se transformara numa verdadeira zona de guerra. Sendo a tropa de choque chamada para conter o enfrentamento estudantil. Carros destruídos, diversas janelas quebradas, inúmeros feridos e o prédio da USP incendiado. No meio desse caos, estava o estudante do terceiro colegial, José Carlos Guimarães, que estava ajudando a recolher pedras para os alunos da USP, foi morto com um tiro na cabeça, aparentemente disparado do edifício do Mackenzie.

---

4 Processo acentuado pelo Golpe Militar de 1964.

Logo após a morte do jovem estudante, em sinal de protesto, inicia-se uma passeata pela cidade. Essa nova mobilização estudantil, dura aproximadamente 2 horas, é contida pela polícia, resultando na prisão de 35 estudantes e 6 profissionais da imprensa. Posteriormente, o governo militar utilizaria o ocorrido como um dos pretextos para o endurecimento do regime, promulgando o Ato Institucional número 5, o AI-5.

## Estrada das Lágrimas

Diferentemente da Rua Maria Antônia, a Estrada das Lágrimas, situada na zona sul de São Paulo, entre os bairros do Sacomã e Ipiranga e o município de São Caetano do Sul, passando pela atual comunidade de Heliópolis, não constitui um lugar de intensa atividade cultural e acadêmica. O seu longo trajeto, de mais de quatro quilômetros, é caracterizado por uma ampla variedade de equipamentos, incluindo habitações, estabelecimentos comerciais, serviços etc. A sua grande extensão também a difere, portanto, da Rua Maria Antônia, bem como a sua origem, mais antiga, além de não ter sido resultado de doação de terreno por um particular ao espaço público.

De fato, a Estrada das Lágrimas tem uma história distinta da Maria Antônia. Ainda assim, constitui, como esta, um ótimo exemplo de como o espaço urbano se relaciona com a história e com a memória social. Conforme esclarece o sociólogo e urbanista Kevin Lynch (1999), o espaço se torna lugar quando passa a possuir um significado para a comunidade ou sociedade que o ocupa. Noutros termos, um espaço físico deixa essa sua primeira natureza e se integra a uma segunda natureza, social e cultural, quando a ele são atribuídos certos valores simbólicos pela população que o ocupa. São esses significados que passam a configurar o espaço como lugar, transformando-o em uma referência, inserindo-o

no campo da memória urbana, na qual ele se insere e é valorizado de forma específica, com um caráter simbólico e cultural.

No que diz respeito a Estrada das Lágrimas, esse significado detém uma dupla importância para a presente reflexão. De um lado, por que este não tem sido um objeto de estudo recorrente nas investigações sobre a cidade de São Paulo e, de outro, por constituir, efetivamente, um lugar de memória, no sentido atribuído por Pierre Nora.

A Estrada das Lágrimas tem a sua trajetória vinculada ao antigo Caminho do Mar, o qual tem sido estudado por muitos pesquisadores, dada a sua importância para a história de São Paulo e do Brasil.

Portanto, é relevante salientar que a memória da Estrada das Lágrimas vincula-se diretamente à memória do Caminho do Mar. Trata-se de um imbricamento de memórias. Em que sentido? Na altura do número 515, da atual Estrada das Lágrimas, acha-se uma imensa e muito antiga figueira, que conta com mais de duzentos anos de vida. Essa árvore centenária é conhecida como Figueira das Lágrimas e está na origem do nome da Estrada, aqui abordada. A sua antiguidade é confirmada na obra *Peregrinação pela Província de São Paulo*, publicada em 1862, de autoria de Emilio Zaluar (ZALUAR, 1862). Essa enorme figueira situava-se em um local estratégico na cidade de São Paulo, uma vez que se achava no limite da capital paulista, precisamente no ponto onde estavam as últimas residências paulistanas, e onde principiava o Caminho do Mar, ou seja, a estrada de terra que levava para o litoral. A figueira era um ponto limite. Ali terminava a cidade de São Paulo.

Dessa forma, qual o significado que foi atribuído a esse espaço? Que tipo de lugar foi ali conformado, com o passar do tempo? Por tratar-se de um ponto limítrofe, era tanto um espaço de partida como um espaço de chegada, para quem ia e para quem

vinha, aos que estavam partindo e para aqueles que chegavam. Semelhante aos pontos de entrada contemporâneos das cidades (aeroportos, portos, estações de trem ou rodoviárias). Foi se constituindo, portanto, como um lugar de chegada e de partida, onde não se pousava, apenas se iniciava uma nova jornada.

Neste sentido, a figueira à beira da estrada passou a adquirir grande valor sentimental, tanto para aqueles que saudavam os que ali chegavam de viagem como para aqueles que se despediam dos que partiam naquele mesmo local. E nesses momentos, a expressão do sentimento muitas vezes é o choro, de alegria ou de tristeza, motivo pelo qual a árvore passou a denominar-se Figueira das Lágrimas, nome com o qual foi também posteriormente batizada a Estrada das Lágrimas.

A memória dessa figueira e da estrada homônima remete, além das viagens cotidianas para o litoral e do litoral para a capital paulista, à época da Guerra do Paraguai (1865-1870), quando os familiares e amigos dos soldados voluntários somente podiam acompanhá-los até aquele local, sendo ali obrigados a se despedirem. A partir dali, as expedições seguiam rumo à Guerra contra Solano López. Mais uma vez, a figueira testemunhava despedidas marcadas por lágrimas.

Todo esse significado de lugar de chegada e partida foi sendo perdido, com o passar do tempo, e a figueira, assim como a estrada, passaram a constituir lugares de memória, de rememoração de um passado paulistano que aos poucos foi sendo abandonado, no tempo, na lembrança e no esquecimento.

O antigo local de chegada e partida foi sendo, com o passar do tempo, substituído pela Estação da Luz, no centro da cidade, uma vez que as viagens de trem passaram a ocupar o lugar das viagens a cavalo, a carruagem ou mesmo a pé. O valor emocional e simbólico passou a substituir o valor prático da Figueira das

Lágrimas como ponto de passagem e local de despedida. A transferência para a Luz passou a relegar, à Figueira das lágrimas, um valor eminentemente simbólico e emocional. Tornou-se efetivamente um lugar de memória, na acepção de Nora, um espaço para lembrar o passado, das origens daquele lugar e sua relevância para os habitantes de São Paulo no século XIX.

A preservação desse lugar de memória foi iniciada quando, em 1909, a árvore foi ameaçada, e o seu derrubamento foi evitado pela ação do jornal *O Estado de S. Paulo*, que, denunciando essa possibilidade, mobilizou a população e conseguiu que a Prefeitura da cidade recebesse o terreno onde a árvore se encontra e realizasse a sua proteção, através de um processo de tombamento. A árvore encontra-se sob proteção ambiental desde então.

A Estrada das Lágrimas reveste-se, portanto, de um significado tremendo para a memória e a história paulistanas. No entanto, como lugar de memória, precisa que esse seu passado seja preservado, caso contrário, será engolfada pelo avanço vertiginoso da metrópole, do fenômeno urbano que não para de assolar o passado em nome de um futuro cada vez mais acelerado.

### Para (não) concluir

A necessidade de compreendermos o espaço urbano denominado como “rua”, está alicerçada no inevitável desejo que temos de conceituar, identificar e assimilar os mais diversos processos históricos e sociológicos que ocorrem na mesma. Afinal, não há possibilidade de termos essas interpretações, sem analisarmos esse espaço de transformação social, responsável, muitas vezes, pelos encontros e desencontros de nossas vidas. Nesse sentido, a importância da rua, é mais significativa que um mero espaço de transeuntes, podendo ser o meio de conexão entre o sujeito e o mundo, ou seja, é o espaço de descobertas, de encontros, de memórias do sujeito e, principalmente, da sociedade.

Ao analisarmos a rua como palco de transformações sociais, percebemos a relevância do logradouro como elemento concreto da urbe, através de seus acontecimentos ao longo do tempo, na construção de um conhecimento estruturado na racionalidade do indivíduo. No entanto, o que nos fica evidente é a importância do ser humano, como ser em constante transformação e reflexão e, principalmente, a maneira como ele percebe os espaços a sua volta.

Essa maneira de percepção constantemente proporciona uma ressignificação daquilo que conceituamos a partir de nossas influências, sejam elas teóricas ou práticas, mas, também, daquilo que somos naquele instante de sensibilidade. Afinal, a rua é um dos órgãos vitais de uma cidade, pois é nela que ocorrem a maioria das integrações e convivências de uma sociedade.

Claro que essas ligações resultam em impactos, tanto positivos quanto negativos, os quais podem influenciar a convivência de diferentes formas. Nesse contexto, o ser humano é, ao mesmo tempo centro e essência do conhecer, à medida que sua percepção ocorre a partir da sua particularidade existencial. Singularidade essa que possibilita uma nova forma de aprendizado em relação ao universo, por meio de suas percepções.

Sendo possível observar, de maneira especial que, devido à presença de equipamentos culturais e educacionais que foram instalados na rua Maria Antônia, e que existiram ou ainda existem, desde os seus primórdios, e como resultado da diversidade de mentalidades e ideologias neles produzidas e reproduzidas, a Maria Antônia assumiu significados decisivos na história e na memória da capital paulista. Esses significados, por sua vez, decorrem da conjugação de aspectos urbanísticos, culturais, políticos, econômicos, educacionais e historiográficos. No entanto, como resultado da produção historiográfica sobre essa rua, a mesma ficou estigmatizada pelo conhecido episódio de outubro



de 1968, que acabou ficando conhecido como a “Guerra da Maria Antônia”, o que a fez ser percebida apenas como cenário de confrontos ideológicos, limitando, assim, as suas significâncias, que, no entanto, são muito mais abrangentes.

Por sua vez, a Estrada das Lágrimas também constitui um importante lugar de memória da capital paulista. Com significados bastante distintos daqueles que são próprios da Rua Maria Antônia, conforme acima explicitado, a Estrada das Lágrimas constitui mais uma evidência de como as vias (ruas, estradas, avenidas etc.) não são apenas espaços de circulação, de passagem, pois elas também se cristalizam como lugares, reunindo, em torno de si, valores e sentimentos que vão muito além de sua simples configuração física. Neste sentido, a Estrada das Lágrimas constitui um lugar de memória, pois ali era originalmente um local de chegada e de partida, ao qual as pessoas, com o passar do tempo, atribuíram um importante significado, simbolizado pelas “lágrimas”, de tristeza ou de alegria, que durante décadas foram vertidas por aqueles que por ela transitaram.

Atualmente, essas ruas encontram-se nas memórias da cidade, ou seja, são objetos de lembrança ou de esquecimento, mas, de todo modo, contribuíram para a construção de uma determinada imagem da cidade de São Paulo, de sua história regional e de seus imbricamentos com a história nacional.

## Referências

ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público*: do urbano ao político. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2008.

AMENDOLA, Gilberto. *Maria Antônia*: a história de uma guerra. São Paulo: Letras do Brasil, 2008.

GARCEZ, Benedicto Novaes. *OMackenzie*. 2. ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2004.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter. **O que é a história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **IEB:** origem e significados. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes / Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Memória Brasileira).

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente.** São Paulo: Editora 34, 2001.

CANEVACCI, M. **A cidade polifônica.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CRARY, J. **Suspensões da Percepção:** atenção, espetáculo e cultura moderna. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. Nos caminhos da história urbana, a presença das figueiras-bravas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material.** 2018, v. 26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/HzBFhTqHrvZHKyLkQqXxZ-fh/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades.** 2ª ed. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. (Coleção mundo da arte)

KEHL, M. Rita. Depressão e imagem do mundo novo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações:** ensaios sobre as novas configurações do mundo. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico. In: Reinhart Koselleck. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio. 2006, p. 97-188.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEOPOLDO E SILVA, F. “Descontrole do tempo histórico e banalização da experiência”. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações**: ensaios sobre as novas configurações do mundo. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2008.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Árvore das Lágrimas**. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 2010. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,arvore-das-lagrimas-imp-,602220>. Acesso em: 25 fev. 2024.

MATTOS, Olgária. **Para uma crítica do presente**. Rev. Antropol., São Paulo, v. 44, n. 2, p. 259-265, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012001000200016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000200016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MENDES, Marcel. **Mackenzie no espelho**: uma história documentada da cassação ao reconhecimento dos cursos de engenharia (1932-1938). São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

MENDES, Marcel. **Tempos de transição**: a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973). 2ª ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NASCIMENTO, Douglas. O choro silencioso da Figueira das Lágrimas. In: **São Paulo Antiga**. [São Paulo], 12 junho 2012. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/o-choro-silencioso-da-figueira-das-lagrimas/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

NEVES, Margarida de Souza. Pierre Nora. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: v. 3, de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, RJ: Vozes/PUC-RIO, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo, 1993.

PONTES, José A. Vidigal; CARNEIRO, Maria Lúcia. **1968, do sonho ao pesadelo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1968.

PORTO, Antônio Rodrigues. **História da cidade de São Paulo**: através de suas ruas. São Paulo: Carthago Editorial, 1996.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Maria Antônia**: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

SILVA, Fernando Santos da. Entre a história e a memória: “os lugares”. In: Glaucia Eneida Davino; Mirian Celeste Ferreira Dias Martins; Rosana Maria Pires Barbato Schwartz; Rosângela Patriota Ramos. (Org.). **Memórias e territórios interdisciplinares**. 1ed. São Paulo: LiberArs, 2020, p. 247-259.

SILVA, Fernando Santos da. JANELAS DA MEMÓRIA: o papel das ciências humanas em tempos sombrios. In: Rosangela Patriota; Rodrigo de Freitas Costa; Sérgio Ribeiro Santos. (Org.). **Democracia, Culturas e Conflitos**: no mundo contemporâneo. 1ed. São Paulo: Edições Verona, 2021, p. 176-198.

SILVA, Fernando Santos da. **Manipulando Almas**: a construção do imaginário paulista na República Velha. Salto, SP: Schoba, 2012.

SILVA, Fernando Santos da. **Maria Antônia**: um retrato além da moldura. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Fernando Santos da. Maria Antônia: uma rua e seus significados. In: Glaucia Eneida Davino; Mirian Celeste Martins;

Rosângela Patriota Ramos. (Org.). **XXV Mostra da Pós-graduação UPM e USP – Convergências e transbordamentos interdisciplinares**. 1ed. São Paulo: Editora LiberArs Ltda, 2019, p. 176-190.

SILVA, Fernando Santos da.; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. A RUA COMO LUGAR DE MEMÓRIA: reflexões sobre a Maria Antônia e a Estrada das Lágrimas. In: SANTOS, Amanda Basilio; MACHADO, Juliana Porto. **Fenômenos culturais no amálgama social**: reunião de artigos do I CIPCS. Jaguarão: Editora CLAE, 2018, p. 498-511.

SILVA, Fernando Santos da; PIQUEIRA, Mauricio Tintori. Espaço e temporalidade da vida lúdica da rua Maria Antônia. In: IX Simpósio Nacional de História Cultural – Culturas, Artes e Políticas: Utopias e distopias do mundo contemporâneo (1968 - 50 ANOS DEPOIS), 2019, Cuiabá. **Anais do IX Simpósio Nacional de História Cultural – Culturas, Artes e Políticas**: Utopias e distopias do mundo contemporâneo (1968 - 50 ANOS DEPOIS). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2018. p. 1-12.

SILVA, Fernando Santos da; PIQUEIRA, Maurício Tintori. Os municípios do Estado de São Paulo. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro e ODALIA, Nilo (Org.). **História do Estado de São Paulo**: a formação da unidade paulista. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010, v. 3, p. 67-298.

SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a História**: novos olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da solidão**: uma história de São Paulo das origens a 1900. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da vertigem**: uma história de São Paulo de 1900 a 1954. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

ZALUAR, Augusto-Emílio. **Peregrinação pela Província de S. Paulo**, 1860-1861. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

# SÃO CAETANO DO SUL: IDENTIDADE E MEMÓRIAS

**Cristina Toledo de Carvalho**

São Caetano do Sul, município criado em 1948 e que integra o chamado Grande ABC paulista, desperta atenção pelas estatísticas que denotam o bom nível de qualidade de vida de sua população. Em vista disso, a imagem de uma cidade grandiosa e pujante, com foros municipais, foi produzida, a partir daquele ano, sob a tutela de uma memória triunfalista. Constituída em 1927, ano do cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes italianos à região, tal memória dominou as representações sobre o passado da localidade até meados da década de 1950, quando outras interpretações começaram a surgir, criando condição para o desenvolvimento de uma historiografia sul-são-caetanense. Este artigo apresenta um panorama dos marcos a partir dos quais as memórias atinentes ao município foram construídas, problematizando as suas respectivas narrativas, intencionalidades, sentidos e ações, bem como as conjunturas históricas e as relações de poder que as permeiam e as engendram. Desta feita, pretende-se, de modo geral, refletir acerca da própria produção de uma identidade sul-são-caetanense.

Elemento central da temática deste texto<sup>1</sup>, o município de São Caetano do Sul mostra-se como um espaço aglutinador de

---

1 O texto aqui apresentado constitui uma versão revisada e ampliada do trabalho publicado originalmente, sob o título São Caetano do Sul e a construção de suas memórias ao longo do século XX, nos Anais do 30º Simpósio Nacional de História, ocorrido entre os dias 15 e 19 de julho de 2019 em Recife (PE). Na presente versão, além do acréscimo de informações históricas e de referências bibliográficas, houve um incremento das discussões e reflexões então propostas, em virtude do refinamento pelo qual as questões abordadas passaram desde a apresentação do citado trabalho, adquirindo uma maior maturidade teórico-metodológica na tese intitulada "Príncipe dos Municípios": a invenção da identidade de São Caetano do Sul (1948-1957), com a qual este texto dialoga em muitos momentos. Defendida no dia 8 de abril de 2022 junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a tese mencionada pode ser acessada eletronicamente na íntegra por meio do seguinte link: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26119>.

questões, problemas e tensões. Um grande palco cuja historicidade reside nas múltiplas experiências vivenciadas pelos diferentes sujeitos da cena urbana local, em suas variadas dimensões topográficas e temporais.

Com uma população estimada em 165.655 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, a cidade vem apresentando, desde 1991, um contínuo crescimento em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Município autônomo desde 1948 e com uma dinâmica econômica articulada ao processo de desenvolvimento da região do ABC paulista, revelando percentuais crescentes de industrialização a partir da primeira metade do século passado, São Caetano do Sul, no final da década de 1980, já ocupava lugar de destaque em relação aos demais núcleos citadinos da região. Nesse período, a renda familiar de sua população equivalia a 12,5 pisos salariais, enquanto a média para o restante do Grande ABC era de 7,0 pisos (ROMEIRO e GIMENES, 1989). O alto poder aquisitivo de seus moradores e as condições de infraestrutura social possibilitaram ainda ao município reduzir o coeficiente de mortalidade infantil ao longo dos anos, sendo o menor entre as sete cidades da região no final do decênio de 1980, com uma taxa de 25,2/1.000 nascidos (ROMEIRO e GIMENES, 1989).

Frente a essas estatísticas, ganhou força uma gama de enunciados imagéticos e discursivos que contribuiu para a difusão de representações enaltecidas do poderio econômico da localidade. Sob tal conjunto de representações, a imagem de uma São Caetano pujante foi produzida. Assim, expressões como “cidade mais desenvolvida do país” e “cidade de primeiro mundo” emergiram para representar o processo vitorioso de constituição de São Caetano do Sul enquanto município da área metropolitana de São Paulo. Em estreito diálogo com o referido processo, as memórias

sul-são-caetanenses foram construídas, projetando perspectivas de passado e futuro e salientando o sucesso do município.

No decorrer desse percurso de produção de memórias, alguns marcos foram eleitos, entre datas, narrativas, práticas e lugares<sup>2</sup>, forjando o que se pode chamar de uma identidade sul-são-caetanense.

## O Jornal de São Caetano

Surgido em 28 de julho de 1946, pelas mãos de Mário Porfírio Rodrigues, Walter Thomé (na ocasião, jovens estudantes secundaristas moradores da cidade) e Luiz Rodrigues Neves, o *Jornal de São Caetano* assumiu o propósito de lutar pelos interesses da localidade, então um subdistrito do município de Santo André. Neste sentido, foi responsável pelo lançamento e articulação de campanhas como as relativas à construção de um hospital (apontada como imprescindível em face dos poucos serviços na área da saúde existentes em São Caetano, segundo registros da época) e à autonomia política local, que se tornaria a marca de seu engajamento na vida da cidade.

Espaço importante de junção das forças e grupos que apoiaram o movimento autonomista frente a Santo André, que tinham seus interesses e projetos econômicos solidificados na cidade, o periódico possuía, entre os seus anunciantes principais (de onde provinha boa parte de seus recursos financeiros), indústrias

---

2 No que tange aos lugares eleitos como símbolos do progresso e do desenvolvimento do novato município de São Caetano do Sul, o Viaduto dos Autonomistas tornou-se obra emblemática junto a outros empreendimentos e realizações que ganharam projeção na cenografia urbana local durante a primeira metade da década de 1950, representando, tal como pretendiam os discursos enaltecidos sobre ele, o que havia de mais moderno e notável em termos de engenharia na cidade. Para informações a respeito, consultar: CARVALHO, Cristina Toledo de. Viaduto dos Autonomistas: referência simbólica na cenografia urbana de São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 60, p. 25-30, dez. 2019. Cumpre ressaltar que uma abordagem mais aprofundada acerca do tema é encaminhada pelo terceiro capítulo da tese "*Príncipe dos Municípios*": a invenção da identidade de São Caetano do Sul (1948-1957), referenciada na nota de n. 1.



importantes do parque fabril da cidade, além de estabelecimentos comerciais (em sua grande maioria) de variados ramos de atuação.

As narrativas veiculadas pelo *Jornal de São Caetano*, a partir de suas múltiplas linguagens, como ilustrações, fotografias, editorias e reportagens diversas, concorreram para a produção da dimensão simbólica da localidade sul-são-caetanense em consonância com os interesses e concepções dos segmentos que o sustentavam financeiramente.

Por força do conjunto imagético oriundo dessas narrativas, o jornal contribuiu significativamente para a construção identitária local. Mesmo no período anterior ao da consecução de sua emancipação política, a cidade ganhava relevo frente a suas editorias, colaboradores e seções. O periódico conseguia, dessa forma, manter vivo, em seus leitores, um sentimento de pertença e elevação junto à urbe, em uma conjuntura desfavorável para a cidade, que se via dentro de um panorama de subordinação aos interesses andreenses.

Como lembrou Oscar Garbelotto, “seus entusiasmados artigos sempre destacavam a riqueza da cidade e o descaso das autoridades de Santo André” (1998, p. 93). Por meio de discursos de exaltação à pujança local, os quais eram habituais em suas páginas, o jornal municiaava o imaginário são-caetanense, disseminando representações enaltecidas acerca da cidade.

Tal imaginário exercia, portanto, um papel relevante frente a referenciais que ajudariam a construir o que seria a identidade de São Caetano do Sul, mostrando a sua capacidade de estabelecer relações com outras categorias da esfera identitária. Ao discutir as questões que permeiam o campo categorial do imaginário social, Bronislaw Baczko destaca que, através dele, “uma colectividade designa a sua identidade [e] elabora uma certa representação de si [...]” (1985, p. 309).

Enquanto instrumento de construção de sentidos para a realidade social (CHARTIER, 1991), a representação, uma das categorias de análise principais para a leitura das discussões aqui propostas, abarca um processo de produção de sentidos que se impõe pelo dinamismo, de modo a acompanhar as variações de interesses e as oscilações nas relações de poder em cada conjuntura. Nesta perspectiva, bastante pertinentes são as reflexões apresentadas por Howard Becker (2009), para quem o universo representacional insere-se em uma vasta e complexa esfera organizacional, na qual produtores e usuários de representações atribuem significados ao mundo social, desencadeando uma intrincada comunidade interpretativa.

Conforme aponta Juvenal de Carvalho Conceição, “os sentidos nunca são fixos, nem temporal, nem espacialmente. Serão sempre móveis, dinâmicos, nunca podem ser fixados em definitivo, pois os sentidos têm História” (2019, p. 36). Daí, a razoabilidade de se pensar as representações construídas pelo *Jornal de São Caetano* sobre a localidade em diálogo com questões e interesses que estavam postos, então, na cidade, dentro de uma dada conjuntura histórica.

A partir de 1948, em face do quadro conjuntural da autonomia política de São Caetano e de sua afirmação como município, os enunciados de exaltação ao seu potencial econômico, difundidos por edições do *Jornal de São Caetano*, dão conta de fomentar a construção da imagem de uma São Caetano da pujança e do desenvolvimento (CARVALHO, 2022).

Nesse processo, tal imagem encontrou eco e legitimidade em narrativas memorialísticas construídas sob a ânsia da busca de um passado que pudesse se conectar àquela conjuntura inaugurada em 1948, de forte clamor identitário, traduzido por referências de enaltecimento à grandeza do recém-criado município

sul-são-caetanense. Tributário da construção da identidade de São Caetano do Sul, que se punha em marcha então, esse passado foi selecionado e eleito, sendo representado naquelas narrativas de forma grandiosa, eloquente e triunfal, a fim de que pudesse revelar as bases ou sementes, bem como os personagens pioneiros (transformados em heróis), do progresso da cidade (CARVALHO, 2022).

## A memória triunfalista

Enquanto uma construção social e política, permeada por intencionalidades e interesses de um grupo, a memória impõe-se pela excludência, na medida em que enaltece alguns sujeitos em detrimento de outros. Impossível, neste sentido, não fazer alusão à ideia de Jacques Le Goff, segundo a qual um documento deve ser analisado enquanto monumento, por força de condicionamentos que lhe retiram o pretense caráter objetivo e a inocuidade (1996). Centrada na figura do imigrante italiano, transformado no herói fundador da localidade sul-são-caetanense, a memória propagada, mesmo depois do surgimento do município em 1948, é a mesma que se fez presente em narrativas triunfalistas difundidas, com grande fervor, a partir de 1927, ano do cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes ao então Núcleo Colonial de São Caetano. Aquelas narrativas, por sua vez, deram origem a uma versão da história local que relegou os demais sujeitos a uma posição de meros coadjuvantes no processo de constituição da cidade.

Assim, nos discursos proferidos anualmente, no dia 28 de julho (dia que marca a chegada do grupo pioneiro de italianos àquele núcleo e que fora transformado na data de aniversário da cidade), por meio, sobretudo, da imprensa local, as informações veiculadas são recheadas de clichês e de representações de enaltecimento ao imigrante. Em tais discursos, a associação entre o

poderio econômico de São Caetano, atestado por seu parque fabril, que já era robusto no período de subordinação política ao município de Santo André, e a narrativa gloriosa de seu passado, protagonizado por um herói europeu, o imigrante italiano, é constante, beirando o lugar-comum.

Por força de uma convergência de fatores, a disseminação dessa memória triunfalista e excludente torna-se compreensível, revestindo-se de um sentido político e hegemônico. Para que haja entendimento acerca de como se deu a sua configuração e imposição como versão dominante da história local, até, pelo menos, a segunda metade da década de 1950, momento em que outras interpretações começam a surgir como contraponto à triunfalista, torna-se prudente o encaminhamento preliminar de algumas questões.

O seu processo de produção em São Caetano insere-se em uma linha que se coaduna com uma teoria elitista de história, propagada, notadamente, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, por meio de narrativas que eram elaboradas do centro para a periferia. As concepções a respeito desta eram, por assim dizer, moldadas pelos olhares e interpretações de grupos hegemônicos e conservadores.

Na comissão dos festejos do cinqüentenário de São Caetano só havia um sobrenome de família imigrante chegada a 28 de julho de 1877 – o de Luigi Martorelli. Dos demais membros, quatro eram industriais e um era comerciante. Não era uma comissão de camponeses e operários, e muito menos uma comissão de pessoas que conhecessem diretamente os tempos de sofrimento e de pobreza da história do núcleo colonial. Nesse momento, começa a aparecer uma classe dominante, em São Caetano, vinculada à indústria nascente e ao grande capital

(naqueles anos vinte, Armando de Arruda Pereira, parente e sócio de Roberto Simonsen, na Cerâmica S. Caetano, da qual era diretor, fazia política municipal, fundando um jornal e um partido político local, no intuito de conseguir a autonomia administrativa de São Caetano). A partir desse momento, a história de São Caetano passou a ser vista com os olhos dos vencedores e dos poderosos. Ficou pelos caminhos do tempo a memória daqueles que seriam esquecidos pela História [...] (MARTINS, 1992, p. 39-40).

Em virtude dos meandros ideológicos ensejadores do fazer histórico e das memórias eleitas por ele, é possível compreender as razões que ocasionaram a criação de uma narrativa triunfalista em 1927, na época das comemorações do cinquentenário da chegada dos italianos a São Caetano. Nessa ocasião, o apelo à italianidade era algo que se vinculava ao avanço do fascismo.

[...] em 1927, o fascismo estava em ascensão na Itália e foi na perspectiva de uma mentalidade fascista e triunfalista, na perspectiva do poder e do progresso, que o aniversário de S. Caetano foi noticiado nos jornais da Itália e nos jornais italianos do Brasil (MARTINS, 1991, p. 18).

Sob essa conjuntura, inúmeros eventos em homenagem aos imigrantes pioneiros foram promovidos na cidade. Entre as reverências a eles prestadas, encontra-se o lançamento de dois livros, intitulados *Pagine di verità e di vita* (escrito, predominantemente, em italiano) e *O 50º. aniversário da fundação de São Caetano (1877-1927)*, de Renato Bellucci e Roberto Capri, respectivamente. Na mesma oportunidade, uma placa de mármore foi fixada na fachada do templo que hoje abriga a Paróquia São

Caetano. Os dizeres nela inscritos endossam as representações gestadas pela versão triunfalista, que vinha ganhando força e visibilidade na localidade então. Uma memória que se queria única e hegemônica.

Ressalte-se que essa memória enaltecida produziu deformações em relação à interpretação do passado sul-são-caetanense, desconsiderando o processo histórico desenrolado anteriormente à instalação dos imigrantes italianos na cidade e reduzindo o que se desenvolveu posteriormente a tal episódio à participação, quase que exclusiva, desses imigrantes. À luz dessa memória, a história oficial de São Caetano foi concebida, impondo-se como narrativa autorizada do passado local. Consolidada no decorrer dos primeiros anos de vida do município de São Caetano do Sul, a história oficial da cidade firmou-se como a única que fazia jus à perspectiva de desenvolvimento então vislumbrada pelo quadro promissor da economia sul-são-caetanense. Impunha-se, portanto, como uma autoimagem (LOFEGO, 2000), capaz de espelhar a conjuntura em curso na localidade e a construção hegemônica de uma São Caetano pujante e grandiosa.

Em vista disso, não integravam as narrativas oficiais da história local aspectos caracterizadores de uma realidade de adversidades, desigualdades, morte e pobreza, que marcara o cotidiano dos primeiros imigrantes estabelecidos na região. Nas mencionadas narrativas, também não constava a participação de indígenas, africanos e mestiços, que compunham a população da localidade no período precedente ao da criação do Núcleo Colonial de São Caetano. O protagonista de tal narrativa era branco e de origem europeia, personagem que melhor correspondia aos padrões de pensamento vigentes na época e às expectativas reinantes em torno de um município que dava os seus primeiros passos entre o final da década de 1940 e o início dos anos de 1950.

## No contraponto, a historiografia

Conforme destacado anteriormente, a única versão conhecida, até então, acerca do passado local era a triunfalista, que atravessou o tempo, sendo apropriada e recontada por meios de comunicação como o *Jornal de São Caetano*, que se firmou como o maior propagador desse passado glorioso, principalmente na ocasião dos festejos alusivos ao 28 de julho, marco eleito pela história oficial como a data de fundação da cidade. Até meados da década de 1950, esta foi a concepção de história dominante em São Caetano.

Em um contexto favorável à disseminação de iniciativas culturais que objetivavam estabelecer um modelo letrado de vida em diálogo com os paradigmas culturais dos grandes centros urbanos, o apoio à publicação de trabalhos que propunham a recuperação da história local, observou-se. Nos anos de 1950, São Caetano engatinhava como município. Se, por um lado, a promoção de uma política de estruturação urbana mostrava-se urgente, por outro, ações destinadas à valorização da memória sul-são-caetaneense tornaram-se decisivas para a formação de uma identidade local, tão cara ao jovem município de São Caetano, que se esforçava para obter projeção em todas as esferas e âmbitos.

Foi sob tal quadro que surgiram pesquisas como a de José Luiz Salvador Victor Marinaro, patrocinada pela prefeitura e publicada em 1952 no formato de almanaque com o título *Isto é São Caetano*, e a de José Homem de Bittencourt, lançada em 1956 e divulgada no jornal *A Gazeta*.<sup>3</sup> Ambas trazem à baila, informações atinentes ao período da Fazenda Beneditina de São Caetano (período

---

3 Em 1959, uma versão ampliada dessa pesquisa de Bittencourt foi publicada sob o patrocínio da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos*. Para mais informações sobre este e outros dados concernentes a ações de apoio à recuperação da memória de São Caetano a partir da década de 1950, consultar: CARVALHO, Cristina Toledo de. Os 300 anos da Capela de São Caetano: um convite à reflexão. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 55, p. 29-39, ago. 2017.

este anterior ao da chegada dos imigrantes italianos ao núcleo colonial, fundado no território de tal fazenda), extraídas, dentre outras, de fontes como as compiladas no *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento*.

Sem a preocupação de avaliar, com profundidade, sua escrita, interpretação ou mesmo possíveis erros hermenêuticos, cabe salientar que esses trabalhos foram os primeiros que abordaram a presença beneditina na localidade sob um prisma diferente do correspondente à perspectiva triunfalista, na medida em que reservaram ao assunto maior atenção, revelando dados, até então, inéditos. Bittencourt, aliás, chegou a questionar, claramente, a qualidade de fundadores dada aos imigrantes italianos, algo que, naquela altura, já estava posto e, tradicionalmente, aceito. Esse ponto de vista dialogaria, mais tarde, com o que seria defendido por José de Souza Martins em seu livro *São Caetano do Sul em IV séculos de história*.

Lançado em 1957, quando Martins contava apenas com 18 anos, o referido livro foi patrocinado pelo Rotary Club da localidade e abriu caminho para o desenrolar de um debate historiográfico na cidade, cuja tônica foi a polêmica que se instaurou em torno da questão da fundação de São Caetano. Em sua edição de 27 de julho daquele ano de 1957, o *Jornal de São Caetano* trouxe um artigo assinado por José de Souza Martins. Na ocasião, o jovem pesquisador enfatizou a respeito do lapso existente na memória local em relação ao longo período processado antes da instalação dos primeiros imigrantes na cidade. Os documentos concernentes a tal período, que Martins conseguira localizar e apresentar em seu primeiro trabalho, não só lhe permitiram problematizar aspectos de uma história local que, pelo que garante a documentação consultada, já se colocava em curso desde o século XVI (antes mesmo do surgimento da fazenda beneditina), como também lhe deram condição de compor uma interpretação acer-



ca dessa história. Interpretação que foi se refinando, à medida em que novos elementos de cunho teórico-metodológico foram sendo incorporados em seu processo de produção do conhecimento no decorrer de sua trajetória acadêmica.

A despeito desse processo de refinamento pelo qual passou o pensamento de Martins, é cabível registrar um fragmento do que era, em parte, a sua interpretação ou teoria sobre a história de São Caetano quando da feitura de seu primeiro livro. O seu incômodo frente ao que era propalado pela linha tradicional ou triunfalista era notório:

Ano após ano, comemoramos a fundação de São Caetano do Sul, a 28 de julho, exaltando sempre a memória dos colonos italianos aqui arribados em 1877. Entretanto, um lapso lastimável envolve este emaranhado histórico. Atribuímos, erroneamente, a eles a glória da fundação de nossa terra, sepultando no esquecimento ou na ignorância os nomes daqueles que os antecederam [...]

Até hoje temos dado larga à imaginação e à tradição, doravante, porém, deve prevalecer a verdade, através dos incontestáveis documentos existentes em nossos arquivos históricos (1957, p. 1 e 10).

José de Souza Martins, professor emérito da Universidade de São Paulo e intelectual consagrado nacional e internacionalmente, firmou-se como o maior crítico da interpretação tradicional da história de São Caetano. Com uma caminhada que totaliza mais de 60 anos de pesquisas atinentes ao assunto, ele expõe:

Minha proposta é a da resistência às simplificações de uma história oficial estereotipada e inverossímil [...], desprovida da nervura e das contradições

da verdadeira história social, um épico fantasioso. Um conjunto extenso de omissões, que é técnica de apagamento da memória, esconde-se na história oficial produzida por um senso comum pobre e ultrapassado, história de folheto e de jornal comemorativo, longe da história documentada e consistente, explicativa e interpretativa (2015, p. 29).

O primeiro livro de José de Souza Martins sobre São Caetano inaugurou a historiografia local. Crítico da memória triunfalista, que reinou soberana até meados da década de 1950, aquele seu livro pioneiro foi sucedido por vários outros, que igualmente encaminharam um conjunto de reflexões, dando margem à difusão de uma memória distinta da triunfalista e, por conseguinte, à produção de outras histórias.

Embora o debate historiográfico<sup>4</sup> verificado a partir de então tenha se concentrado no que se convencionou chamar, no campo da escrita da história, de discurso fundador, ou seja, aquele discurso que é capaz de criar uma nova tradição, com novos sentidos, desautorizando os antigos (ORLANDI, 1993), ele foi importante para o fomento de críticas a uma memória que estava posta na cidade. A que representava, única e exclusivamente, a identidade do recém-criado município de São Caetano do Sul.

Em razão do surgimento de algumas outras interpretações, alternativas à inerente à memória triunfalista, a história oficial de São Caetano foi colocada em xeque. Abalada, deixou de ser a única versão autorizada acerca do passado sul-são-caetanense. Todavia, a história oficial continuaria, nos anos subsequentes ao lançamento daquele primeiro livro de José de Souza Martins, a figurar no cenário da memória local. Mesmo em face das significativas transformações observadas na cidade a partir da segunda

---

4 A tese "Príncipe dos Municípios", em seu segundo capítulo, reserva amplo espaço a esse assunto.

metade da década de 1960, as narrativas triunfalistas referentes àquela história ainda exerciam uma hegemonia. Basta registrar, nesta perspectiva, a sua relevância frente ao momento dos festejos de aniversário de São Caetano. Em suma, o 28 de julho era (e ainda é) a ocasião máxima de afirmação da história oficial da localidade. O momento solene da prestação de reverências aos “fundadores” italianos, como as procedidas em 1977, durante o centenário da cidade. Naquela oportunidade, registrou-se a reabertura do Museu Histórico de São Caetano<sup>5</sup>, que, após mais de uma década fechado, voltaria a funcionar, só que com uma nova denominação: Museu da Imigração Italiana.

### A institucionalização da memória

Ainda hegemônicas, as narrativas triunfalistas eram, contudo, limitadas e deficitárias, conforme vinha sendo apontado por José de Souza Martins desde 1957. Excludentes em sua essência, não seriam capazes de interpretar, de forma aprofundada, toda a efervescência impressa pelas mudanças ocorridas no cenário do município. Demandas, novos sujeitos, interesses, forças e tensões compunham esse cenário, que destoava do que era narrado pela história oficial. A memória local deveria, portanto, ser repensada e a busca pela identidade sul-são-caetanense, retomada. A produção de novas histórias sobre o passado local impunha-se impreterivelmente.

Somente em 1989, com o lançamento da Revista *Raízes*, esse desafio começou a materializar-se. Primeira de algumas outras ações empreendidas pelo poder público municipal em prol da

---

5 A história do Museu Histórico de São Caetano remete ao ano de 1959, quando, por força do Decreto 716, de 30 de novembro, foi criado. No dia 23 de julho de 1960, oito meses após sua criação, suas instalações foram inauguradas na Rua Baraldi, 929, esquina com a Rua Rio Grande do Sul, região central da cidade. O seu primeiro diretor ou encarregado-conservador, designação dada ao cargo na época, foi José de Souza Martins.

valorização da memória local, a aludida publicação surgiu com o propósito de tornar o conhecimento histórico e a memória que o norteia acessíveis à população.

Mais do que simples documento, *Raízes* deve servir como desafio estimulante ao resgate contínuo da memória histórico-cultural da cidade, ao registro do processo de transformação do pequeno povoado agrícola em centro industrial (JOVANOVIĆ, 1989).

Era dezembro de 1989, e o quadro de desenvolvimento que a cidade havia atingido já ecoava para além da região do ABC. Era premente, frente à conjuntura que se apresentava então, a necessidade de recuperar a história da localidade, tendo em vista a (re)construção da identidade sul-são-caetanense. Assim sendo, em 1991, pouco tempo depois do início da circulação de *Raízes*, o prefeito Luiz Olinto Tortorello dava mais um importante passo no sentido da valorização da memória de São Caetano ao criar a Fundação Pró-Memória<sup>6</sup>. Por meio dessa ação, verificou-se a consolidação da institucionalização da memória do município, enquanto iniciativa componente de um projeto político. Saliente-se que tais iniciativas encontram-se arroladas na esteira de ações verificadas também em outros municípios do Grande ABC no período, as quais deflagraram, conjuntamente, um movimento integrado em favor da história regional.<sup>7</sup>

---

6 Para mais informações a respeito, consultar: CARVALHO, Cristina Toledo de; FIOROTTI, Paula. Fundação Pró-Memória, uma trajetória de 30 anos em São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 63, p. 8-21, jun. 2021.

7 Um dos frutos desse movimento em favor da memória da região e uma de suas mais notórias expressões é o Congresso de História do Grande ABC. Idealizado em face de toda uma efervescência observada em torno da memória regional, da qual são tributárias as instituições criadas para salvaguardá-la e o Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do Grande ABC (Gipem), teve sua edição inaugural realizada em Santo André no ano de 1990, durante a gestão do então prefeito Celso Daniel (1989-1992). Promovido de dois em dois anos em cada um dos sete municípios da região, já se encontra nas vésperas da realização de sua 16ª edição, sob a denominação de Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC.

Com um aparato representado pela Revista *Raízes* e pela Pró-Memória (que, com o passar dos anos, foi adquirindo uma estrutura ampliada, apoiada em algumas frentes de atuação, como o Museu Histórico, o Centro de Documentação Histórica e a Pinacoteca Municipal), o município de São Caetano do Sul teria a possibilidade de reinterpretar, reinventar e difundir a sua história. Dessa forma, a memória apresentar-se-ia como um dos alicerces das engrenagens de um projeto político e do ideal de município a ele subjacente, contribuindo, de maneira incisiva, para a construção e difusão de uma identidade sul-são-caetanense.

A constituição de memórias a partir de iniciativas oriundas do poder público, como as observadas em São Caetano, suscita questões que sublinham o quanto uma orientação de culto ao passado encontra-se imbricada em práticas e mecanismos hegemônicos que denotam relações de poder e exclusão. Marly Rodrigues, ao discorrer a respeito da questão do lugar da memória na sociedade, assegura que:

[...] nem sempre a construção da memória no âmbito do poder público inclui a valorização de práticas sociais, especialmente as dos segmentos menos favorecidos da população ou mesmo medidas que possibilitem a estes se tornarem sujeitos de suas próprias memórias (2015).

O vínculo com o poder municipal, tanto por parte da Revista *Raízes* (com periodicidade semestral e distribuição gratuita, hoje, em sua 67ª edição, integra o projeto editorial da Pró-Memória), quanto por parte desta última, que é uma entidade integrante da administração indireta, possibilita discussões e reflexões que perpassam um espectro amplo de conceitos, problemáticas e categorias referentes, sobretudo, à hegemonia, às relações de poder, à produção do conhecimento, à identidade e à memória social.

Primeiro editor de *Raízes*, Aleksandar Jovanovic, no texto do editorial assinado na edição de número 2 da publicação, argumenta que “o Poder Público confere os instrumentos necessários à produção cultural, mas não coloca uma camisa-de-força que venha a moldar ou desconfigurar o processo” (1989).

Embora a argumentação de Jovanovic caminhe no sentido da negação de uma ingerência do poder público municipal no processo de produção do conhecimento da história de São Caetano, cabe uma ponderação contrária a tal ideia, principalmente se for levado em conta o fato de a institucionalização da memória sul-são-caetanense apresentar-se como parte de um projeto de poder político, uma estratégia, segundo a definição fornecida por Michel de Certeau (2007, p. 99), estando as iniciativas idealizadas para propagar essa memória inseridas, mesmo que sutil e disfarçadamente, nas engrenagens da administração municipal.

Os postulados teóricos de alguns autores embasam essas argumentações e dialogam, em determinados aspectos, com elas. Para Néstor García Canclini, existe uma lógica que envolve os campos do conhecimento, de modo que “[...] qualquer produção acadêmica ou cultural é permeada de vínculos com poderes estabelecidos e simbólicos, visíveis ou escamoteados” (2005, p. 138). Raymond Williams, por sua vez, é bastante claro ao afirmar que as interferências políticas nos aparelhos culturais

variam desde aquelas em que as instituições culturais e seus produtores são totalmente subordinados à política até situações mais nuançadas, em que, embora se exerça a orientação política geral, na prática as relações não são significativamente diferentes das que ocorrem no patronato moderno e nos organismos intermediários (2000, p. 55).

Permanecendo ainda no campo teórico, é pertinente ressaltar que a definição dada por Stuart Hall a respeito da categoria hegemonia contribui para o clareamento de questões que circundam a institucionalização da memória sul-são-caetanense. Em suas reflexões sobre a aludida categoria, Hall pondera que ela

nunca é uma questão de vitória ou dominação pura [...] nunca é um jogo [...] de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações [...]; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder [...] e não se retirar dele (2003, p. 339).

### **Cronistas e memorialistas**

As ações do poder público municipal sul-são-caetanense em favor da recuperação, valorização e difusão da memória da localidade deram vazão à produção de trabalhos e textos oriundos de um grupo de memorialistas e cronistas. A cidade, assim, passou a ser lida pelos olhares desse rol de autores, cujo crivo que pautava suas ideias e interpretações era o proveniente de suas reminiscências e lembranças.

Estas, enquanto fontes decorrentes de vivências e experiências daqueles autores, criaram narrativas que apresentam um leque temático que privilegia dimensões de suas respectivas trajetórias junto ao cenário de São Caetano, nas quais se imbricam as esferas do público e do privado. Nesta perspectiva, memórias de espaços e lugares, como as relativas a ruas, bairros, indústrias, instituições esportivas, recreativas e culturais, ganham destaque, mesclando-se com as memórias abarcantes da vida familiar e pessoal de tais autores.

Embora reserve espaço, desde o seu primeiro número, a uma produção de viés acadêmico, com respaldo documental e

embasamento teórico, os textos de caráter memorialístico são predominantes na Revista *Raízes*. Essa orientação, aliás, de conciliar memória e historiografia no âmbito da elaboração e disseminação do conhecimento foi a que direcionou a proposta do projeto editorial idealizado e encabeçado, a partir de 1991, pela então Assessoria de Comunicação Social da prefeitura de São Caetano do Sul.<sup>8</sup>

Escolhido para inaugurar o aludido projeto, o livro *Nostalgia*, de Manoel Cláudio Novaes, incumbiu ao gênero da crônica o desafio de interpretar aspectos do cotidiano local. Gênero receptor de memórias urbanas, a crônica, em virtude de sua relação de proximidade com a cidade, contribui para a formação do imaginário concernente à vida citadina, na medida em que se apresenta como canal de divulgação de representações que remetem a variados fragmentos do viver na urbe. Tendo o jornal como o seu suporte de difusão, a crônica tornou-se um estilo eminentemente urbano. Com a expansão das cidades e da imprensa, sobretudo a partir do século XIX, ela se impôs. “O chamado ‘gênero menor’ da literatura é uma fonte inesgotável de informações e dados empíricos para a construção histórica”, assevera Luiz Antonio Gloger Maroneze (2014).

Mais do que um meio difusor de crônicas, a imprensa firmou-se como força ativa da história e não mera depositária e narradora de acontecimentos. Como expõe a historiadora Heloísa de Faria Cruz em suas reflexões a respeito das relações entre periodismo e vida urbana, a imprensa mostra-se como “[...] um lugar fundamental na articulação de projetos, na afirmação de memórias e na construção de sentidos e realidades sociais” (2000, p. 16).

---

8 Dois livros de cunho acadêmico integraram o projeto editorial lançado pela prefeitura de São Caetano do Sul, em parceria com a editora Hucitec, durante o primeiro mandato do prefeito Luiz Olinto Tortorello (1989-1992). Um deles consiste no aclamado *Subúrbio*, de José de Souza Martins, com o qual este artigo dialoga em alguns momentos. O outro trabalho, por sua vez, é de autoria de Luiz Gonzaga Piratininga. Intitulado *Dietário dos Escravos de São Bento (originários de São Caetano e São Bernardo)*, foi publicado em 1991. Ambos confirmam a orientação seguida pelo projeto editorial então mantido pela prefeitura sul-são-caetanense de divulgar obras acadêmicas simultaneamente com as de teor memorialístico.



Tendo como parâmetro tal perspectiva, cabe salientar o papel desempenhado por periódicos junto aos processos de constituição e disseminação de memórias em São Caetano. Se, em um primeiro momento, o jornal foi o veículo hegemônico frente ao desenrolar desses processos, posteriormente, quando a institucionalização da memória observou-se no município, outros instrumentos do periodismo ganharam protagonismo e importância, como os livros do já citado projeto editorial da prefeitura e a própria Revista *Raízes*.

Tanto em *Nostalgia* quanto em outros trabalhos que adquiriram o caráter de crônica, entre os quais um cabedal de artigos<sup>9</sup> publicados na referida revista, um diversificado repertório de olhares, sensibilidades e experiências constitui as memórias da cidade, atribuindo-lhes sentidos e significados.

Na condição de lugar de construção, fruição e difusão de imaginários, a urbe, para além da diretriz metodológica que a concebe somente como um simples recorte espacial de temas de pesquisa, torna-se objeto privilegiado de análises, discussões e reflexões. Estas, por seu turno, levam em consideração o complexo processo de criação identitária que se observa na cidade, por força das memórias nela em cena, bem como “[...] seus usos e manipulações; as hierarquias das lembranças; as ordenações do passado; os esquecimentos e ocultamentos; as representações do presente e as projeções do futuro [...]” (MATOS, 2007, p. 72). Não à toa que, conforme endossa Sandra Jatahy Pesavento, “empreender este caminho pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe [...]” (1995, p. 282).

---

9 Do cabedal de artigos em questão fazem parte textos de autoria de Jayme da Costa Patrão, Henry Veronesi e Mário Dal'Mas, publicados já a partir das primeiras edições da Revista *Raízes*.

Sem ignorar a complexidade que tangencia os trâmites processuais de feitura e propagação de memórias no contexto da vida urbana, é plausível que se apontem, sucintamente, algumas diferenças existentes entre os misteres de cronistas e memorialistas. Enquanto os primeiros constituem-se em narradores de acontecimentos cotidianos testemunhados e/ou vivenciados por eles, aqueles últimos põem-se como divulgadores de fatos históricos, cujas narrativas prescindem do rigor teórico e metodológico que baliza a produção historiográfica.

Retomando o que foi dito na parte inicial deste item, as iniciativas oficiais em favor da recuperação e valorização da memória sul-são-caetanense contribuíram para que variados trabalhos advindos desses dois grupos emergissem. Além de *Nostalgia*, livro de autoria de um cronista, o projeto editorial idealizado e lançado pela então Assessoria de Comunicação Social da prefeitura de São Caetano do Sul abriu espaço para o memorialista Ademir Medici, jornalista responsável, há três décadas, pela famosa coluna Memória, do *Diário do Grande ABC*, periódico de grande infiltração na região.

Intitulado *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC* e publicado em 1993 pela editora Hucitec, em parceria com a prefeitura de São Caetano do Sul, por ocasião da vigência daquele projeto editorial, o mencionado livro traz um panorama a respeito da formação histórica dos bairros sul-são-caetanenses. Nele, são mapeados os seus principais personagens, entre imigrantes de várias nacionalidades (italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, ucranianos, alemães, entre outros grupos étnicos), migrantes nordestinos e de outras regiões do Brasil, além de seus espaços e marcos referenciais.

Neste sentido, o trabalho de Medici aborda questões que circundam a vida de São Caetano após a sua constituição como município da região do ABC, em 1948. Demandas, tensões, conflitos,

interesses, entre outras problemáticas trazidas à tona pela intensificação da urbanização da localidade, principalmente a partir da segunda metade do século passado, configuram o quadro conjuntural que é revelado pelo memorialista em seu trabalho. Quadro este que desvela uma São Caetano que destoa da que é representada pela memória triunfalista e pelo imaginário forjado por ela.

Pela abrangência de sua proposta e pelo destoamento ocasionado por ela, que amplificam o horizonte de imagens e representações a respeito da cidade, o trabalho de Ademir Medici adquire importância, não só pelo fato de ter se firmado como o mais completo livro de teor memorialístico sobre a urbe sul-são-caetanense, mas também em razão de ter legado o seu contributo ao desenvolvimento do próprio campo historiográfico da localidade.

## Considerações finais

Tendo iniciado no contexto do movimento autonomista e adquirido impulso no limiar da vida municipal da cidade, o processo de construção da identidade de São Caetano do Sul apoiou-se em alguns referenciais. Observou-se, assim, que a imagem de uma São Caetano do desenvolvimento e do progresso, emblemática de uma identidade que se queria pujante, foi constituída por um repertório de representações enaltecidas da localidade e por alguns lugares eleitos junto à sua cenografia urbana.

Em diálogo com narrativas memorialísticas que, num duplo movimento de produção de visibilidade e ocultamento, tinham no triunfalismo o elemento tonificador de seus enunciados, esses referenciais encontraram nelas um ponto importante de confluência e legitimação. Tais narrativas, nas tramas da produção da identidade da cidade, atuavam como um “grande monumento a referenciar um presente imponente” (LOFEGO, 2004, p. 27).

Partindo da ideia de que “as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente” (CONNERTON, 1993), é plausível considerar que, em São Caetano, semelhantemente ao que ocorrera com outros municípios no tocante aos seus respectivos processos de constituição identitária, a imagem de cidade grandiosa construiu-se a partir do entrelaçamento entre um quadro conjuntural de desenvolvimento e uma série de enunciados discursivos e imagéticos representativos de tal pujança. Assim, sob a chancela de uma memória triunfalista, expressões como “cidade de primeiro mundo” e “cidade mais desenvolvida do país” difundiram-se, representando, no plano simbólico, o que se pode chamar de ideal de município sul-são-caetanense.

Na qualidade de um dos principais articuladores da vida da cidade entre o final da década de 1940 e o início do decênio de 1950, o *Jornal de São Caetano* apresentou-se como o meio de difusão principal das narrativas memorialísticas triunfalistas, veiculadas com grande entusiasmo, principalmente, nas edições comemorativas do aniversário da cidade.

Além de atuar como um repositório de tais narrativas, reafirmando, nas celebrações alusivas ao dia 28 de julho, as memórias que concebem heroicamente o imigrante italiano como o fundador da localidade, o referido jornal mostrou-se como um espaço importante de conjunção dos grupos que tinham seus projetos econômicos consolidados na localidade. Constituídos, predominantemente, por industriais e comerciantes, as “pessoas de destaque” da sociedade de São Caetano, tais grupos formavam a ala dos principais anunciantes do periódico.

Alinhado aos interesses dos mencionados grupos, o *Jornal de São Caetano* impôs-se como o porta-voz dos êxitos alcançados pela municipalidade, produzindo e difundindo as imagens do progresso de São Caetano do Sul, as quais compuseram a própria identidade pública do município. Esta alcançou as décadas subsequentes

ao fixar-se no imaginário social dos moradores locais à guisa de outras conjunturas históricas que apontam para um quadro de questões e tensões em que diversas memórias emergem e não se calam. Vêm à tona não mais, hegemonicamente, pelas páginas do *Jornal de São Caetano*, mas pelas mãos de ações de políticas que ratificam a presença do poder público municipal nos complexos processos de produção e de institucionalização do conhecimento histórico e da memória.

## Referências

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BECKER, Howard S. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CARVALHO, Cristina Toledo de. Os 300 anos da Capela de São Caetano: um convite à reflexão. **Raízes**, São Caetano do Sul, n. 55, p. 29-39, ago. 2017.

CARVALHO, Cristina Toledo de. **“Príncipe dos Municípios”**: a invenção da identidade de São Caetano do Sul (1948-1957). 2022. Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2022.

CARVALHO, Cristina Toledo de. Viaduto dos Autonomistas: referência simbólica na cenografia urbana de São Caetano do Sul. **Raízes**, São Caetano do Sul, n. 60, p. 25-30, dez. 2019.

CARVALHO, Cristina Toledo de; FIOROTTI, Paula. Fundação Pró-Memória, uma trajetória de 30 anos em São Caetano do Sul. **Raízes**, São Caetano do Sul, n. 63, p. 8-21, jun. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso em: 14 fev. 2024.

CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. **Em Pauta**: Veja, Tempo e as representações de África. 2019. Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2019.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1993.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana (1890-1915). São Paulo: Educ, 2000.

GARBELOTTO, Oscar. História vivida há meio século sob a visão juvenil de um sancaetanense. **Raízes**, São Caetano do Sul, Edição Especial, p. 91-96, out. 1998.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JOVANOVIC, Aleksandar. Resgate contínuo, questão essencial. In: **Raízes**, São Caetano do Sul, n. 2, dez. 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: LEITÃO, Bernardo (et. al.). Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

LOFEGO, Sílvio Luiz. 1954 – A Cidade Aniversariante e a Memória Coletiva. O IV Centenário da Cidade de São Paulo. **Projeto História**, São Paulo, n. 20, p. 301-314, abr. 2000.

LOFEGO, Sílvio Luiz. **IV Centenário da cidade de São Paulo**: uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004.

MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. A crônica e o fazer histórico na crise da modernidade: reflexões e possibilidades. **Estudios Históricos**, Uruguay, ano VI, n. 12, jul. 2014.

MARTINS, José de Souza. *Diário de uma Terra Lontana*. Os “faits divers” na história do Núcleo Colonial de São Caetano. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2015.

MARTINS, José de Souza. Do Tijucuçu quinhentista ao São Caetano do século XX. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XII, n. 662, p. 1 e 10, 27 jul. 1957.

MARTINS, José de Souza. O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 4, p. 18-23, jan. 1991.

MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: MEDICI, Ademir. *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec, 1992.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa*. Bauru: Edusc, 2007.

ORLANDI, Eni (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995.

RODRIGUES, Marly. O passado não é uma relíquia. Fórum de memória e patrimônio cultural do grande ABC, n. 1, 2015, Santo André.

ROMEIRO, Maria do Carmo; GIMENES, Silvana Pereira. Os grandes números de um pequeno município. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 2, p. 22-24, dez. 1989.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

# A (DIFÍCIL) RELAÇÃO ENTRE A CIÊNCIA, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E PODER PÚBLICO NO BRASIL: AS ORIGENS DA ESTAÇÃO BIOLÓGICA DO ALTO DA SERRA (1907-1913)

**Mauricio Tintori Piqueira**

## Introdução

Este artigo faz parte do relatório final do estudo<sup>1</sup> de tombamento da Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba, realizado pelo corpo técnico do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA), no decorrer do ano de 2022, abordando especificamente os aspectos históricos do referido bem cultural.

Através deste estudo, realizado pelo corpo técnico de funcionários da Prefeitura Municipal de Santo André-SP, formado pelos geógrafos Alexandre Henrique da Silva dos Santos e Newton José Barros Gonçalves, da arquiteta Mônica Nunes, dos biólogos Ingo Grantsau e Leandro Wada Simone, além do historiador e autor

---

1 Tal estudo resultou no tombamento da Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba no âmbito municipal de Santo André pelo COMDEPHAAPASA, através da Portaria nº 05.03.2024.



deste presente artigo, o referido conselho deliberou, de forma favorável ao tombamento da Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba, em âmbito municipal, lembrando que esta, por sua vez, já era tombada na estância estadual paulista pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), reconhecendo a importância histórica desta reserva natural, a primeira estação biológica criada na América do Sul, cuja história revela uma trajetória de pioneirismo em relação à luta pela preservação do meio ambiente.

Cabe destacar que a Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba recebeu esta denominação em outubro de 1969, quando passou a ser administrada pelo Instituto de Botânica que, desde julho de 2021, integra o Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), vinculado à Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente. Entretanto, na maior parte da sua história (mais precisamente entre os anos de 1913 e 1969), o local foi denominado oficialmente de Estação Biológica do Alto da Serra, espaço idealizado e administrado em seus primeiros anos pelo primeiro diretor do Museu Paulista, o alemão Hermann von Ihering, que destinou o local para ser um espaço de pesquisa científica e preservação da flora e fauna da Mata Atlântica.

O presente artigo, tem como objetivo, refletir sobre a (difícil) relação entre ciência, preservação ambiental e Poder Público no Brasil, sob um viés histórico, através do processo político-burocrático que resultou na criação da Estação Biológica do Alto da Serra, marcado pela tensa relação entre o idealizador do projeto e seus objetivos de caráter científico e preservacionista e a falta de recursos e vontade política do Poder Público, que muitas vezes inviabiliza projetos cruciais (e pioneiros) para o desenvolvimento da pesquisa científica e da preservação ambiental. No diálogo entre o passado e o presente, torna-se perceptível a permanência de alguns entraves que dificultam o estabelecimento de diretrizes por parte da gestão pública para encontrar soluções para

problemas contemporâneos, como é o caso do desenvolvimento sustentável e políticas de sustentabilidade.

Também será abordado neste texto, através do estudo da fundação da Estação Biológica do Alto da Serra, compreender a historicidade do que atualmente é chamado de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, através da inserção da companhia ferroviária britânica São Paulo Railway, neste processo caracterizado pela preocupação em preservar, não apenas a natureza por si só, mas também em garantir o fornecimento de recursos naturais para a empresa de forma sustentável.

## **Impactos da ferrovia e do desenvolvimento econômico na Mata Atlântica entre o final do século XIX e início do século XX**

Antes da chegada dos portugueses à região do Planalto de Piratininga, no século XVI, a região do Alto da Serra de Paranaíacaba era coberta pelo rico bioma da Mata Atlântica em estado praticamente primitivo. Pelos seus caminhos, no interior da floresta, percorreram diversos povos indígenas que habitavam o Planalto e a Baixada Santista, como os Guainás, os Tupiniquim e os Tamoio, mas nenhum deles fixaram povoados na região, servindo esta, apenas, como ponto de passagem nas viagens entre o planalto e o litoral. Isto contribuiu para a natureza permanecer praticamente intocável até a segunda metade do século XIX.

Tal quadro alterou-se com o rápido desenvolvimento econômico da província de São Paulo, a partir da década de 1850, proporcionado pelo ciclo do café e a construção de uma ferrovia ligando as regiões produtoras da principal mercadoria de exportação do país e o Porto de Santos.

Os lucros do café tornaram viável a construção de um meio transporte moderno, um dos símbolos da Revolução Industrial, na próspera província de São Paulo, da segunda metade do século

XIX que, por sua vez, se tornaria mais um elemento de ameaça de preservação das áreas remanescentes da Mata Atlântica, na Serra do Mar: “O comércio do café e de outros produtos de exportação finalmente tornava econômica a instalação de meios de transporte mais eficazes do que a tropa de mulas. Com a melhoria, a pressão sobre domínios antes inacessíveis da floresta também ficaria maior” (DEAN, 1998, p. 206).

Neste contexto, foi construída uma estrada de ferro ligando o Porto de Santos à cidade de Jundiaí, cujas obras ocorreram entre os anos de 1860 e 1867. A então chamada Linha Inglesa, administrada pela companhia ferroviária britânica São Paulo Railway, foi importante, não apenas por transportar café, mas também por proporcionar desenvolvimento econômico no antigo município de São Bernardo<sup>2</sup>:

A estrada de ferro, ligando Santos a Jundiaí foi inaugurada em fevereiro de 1867. Seu impacto foi considerável nas regiões circunvizinhas e, em especial, naquelas em que foram implantadas estações ferroviárias. Ali geralmente se iniciava um pequeno núcleo urbano com algumas residências, pequenas oficinas, armazéns, pensões, etc. O impacto inicial desse novo meio de transporte foi sentido na região do ABC (KLEEB, 2014, p. 69).

Entretanto, o impacto da ferrovia não trouxe apenas o desenvolvimento econômico e o início da industrialização, mas também, proporcionou um processo de devastação das áreas remanescentes da Mata Atlântica na Serra do Mar, com um intenso desmatamento provocado pela extração de madeira e de outros

---

2 O município de São Bernardo tinha uma área que equivalia a de todos os municípios da região do Grande ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra). Em novembro de 1938, o município teve seu nome alterado para Santo André, e a partir do final da década de 1940 iniciaram-se diversos movimentos emancipacionistas que resultariam na fragmentação política do antigo município e a autonomia das já citadas sete cidades.

recursos naturais. Olarias e a indústria moveleira desenvolveram-se rapidamente nas proximidades das estações da Linha Inglesa, que logo se tornaram povoados de crescente relevância econômica, ao mesmo tempo em que a própria companhia ferroviária necessitava explorar madeira, carvão e água para manter seu serviço de transporte em funcionamento. Com a inauguração da estação do Alto da Serra<sup>3</sup>, em 1875, e de Campo Grande, em 1884, criou-se:

[...] as condições necessárias para o extrativismo de madeira que alimentava os fornos das olarias dos núcleos coloniais de Ribeirão Pires e São Caetano do Sul; também contribuía com a produção de carvão que atendia às demandas do acelerado crescimento da capital paulista e de Santos.

A estação [...] nas proximidades da Vila de Parana-piacaba, que no projeto da estrada de ferro tinha por objetivo apenas ser uma parada intermediária para o abastecimento de água para as locomotivas, foi gradativamente assumindo a função de escoar a produção de lenha e carvão. (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2021)

Entre a última década do século XIX e a primeira do século XX, o processo de desmatamento de grandes áreas da Mata Atlântica, na região do Alto da Serra, chamou a atenção de setores intelectualizados da classe média paulistana e de cientistas, sendo uma consequência do aumento da exploração depredatória de seus recursos naturais, em virtude do desenvolvimento econômico pelo qual a capital paulista e municípios próximos como

---

3 A estação e a vila ferroviária foram inicialmente denominadas de Alto da Serra pela São Paulo Railway. Após a encampação da Linha Inglesa pelo Governo Federal, em 1946, ambas passaram a se chamar Parana-piacaba.

São Bernardo<sup>4</sup> estavam passando. E, para muitos destes críticos, um dos grandes culpados por este quadro eram as grandes companhias ferroviárias, como a São Paulo Railway:

A preocupação com a preservação da Mata Atlântica [...] era uma preocupação da classe média crítica, como retratavam os jornais do final das décadas do século XIX. O preço da madeira e da lenha subia muito nessa época. O sueco [Albert] Löefgren<sup>5</sup> – um botânico que vinha com uma expedição de coleta e logo contratado para dirigir as seções [...] de meteorologia e botânica da Comissão Geológica e Geográfica – criticava os procedimentos das companhias ferroviárias que deixavam de utilizar o carvão pela alta do preço e usavam madeira. Em 1910, as ferrovias consumiam 3.000 toneladas de carvão importado, resultando na necessidade de 2,4 milhões de metros quadrados de madeira; número que seria equivalente [...] a 80 quilômetros quadrados de floresta (DEAN, 1998, p. 250).

Foi neste contexto que houve a atuação do zoólogo alemão Hermann Friedrich von Ihering (1850-1930), em prol do estabelecimento de uma reserva florestal, cujos objetivos seriam proteger a flora e a fauna da região do Alto da Serra e estabelecer um campo de estudos científicos próximo à capital paulista.

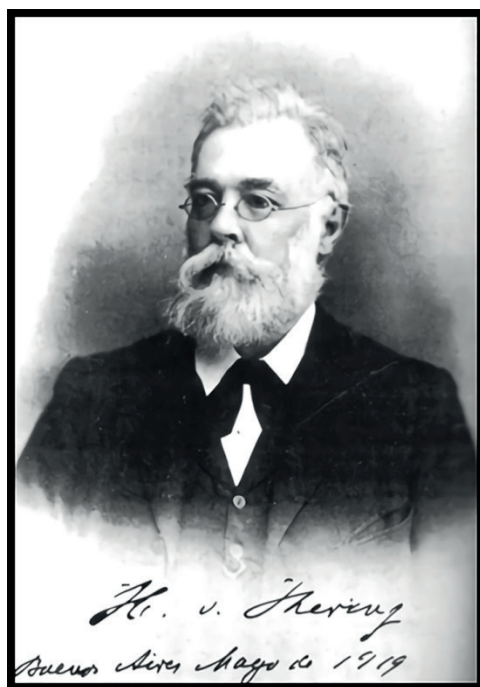
---

4 Criado oficialmente em 1889, o município de São Bernardo reunia todos os atuais sete municípios da região do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra). A partir de 1938, o município teve o nome alterado para Santo André e, a partir do final da década de 1940, foi fragmentado em virtude dos diversos movimentos emancipacionistas que reivindicavam a criação de novos municípios.

5 Albert Löefgren (1854-1918) foi um botânico sueco naturalizado brasileiro considerado um dos pioneiros do conservacionismo no Brasil. Chegou ao Brasil em 1874, integrando uma expedição naturalista sueca. Permaneceu no país após o retorno da expedição que integrava. Trabalhou como funcionário público do estado de São Paulo durante vários anos, sendo diretor de duas seções da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo e foi o primeiro diretor do Horto Botânico da cidade de São Paulo, próximo à Serra da Cantareira, entre os anos de 1907 e 1909. Em sua homenagem, posteriormente, o Horto Botânico passou a denominar-se Horto Florestal Parque Estadual Albert Löefgren.

## Uma luta pioneira e inglória

Hermann Friedrich Albrecht von Ihering nasceu na cidade alemã de Kiel, em 9 de outubro de 1850. Filho de um renomado jurista, formou-se como zoólogo pela Universidade de Viena, em 1873, e defendeu sua tese de doutorado na área em 1876, na Universidade de Leipzig. Emigrou para o Brasil em 1883, onde foi contratado pelo Museu Imperial (atual Museu Nacional) para pesquisar espécies de pássaros no sul do Rio Grande do Sul, onde permaneceu até o ano de 1891, quando foi desligado do Museu Nacional devido à mudança na legislação que não permitia mais pesquisadores que morassem e realizassem pesquisas fora do Rio de Janeiro, tivessem vínculo empregatício com a instituição. Antes, em 1885, naturalizou-se brasileiro.



**Foto 1** – Hermann von Ihering em Buenos Aires, Maio de 1919.  
Fonte: [https://www.antwiki.org/wiki/Ihering,\\_Hermann\\_von\\_\(1850-1930\)](https://www.antwiki.org/wiki/Ihering,_Hermann_von_(1850-1930)).  
Acesso em: 3 jun. 2022.

Em 1893, um ex-colega do Museu Nacional, o geólogo norte-americano naturalizado brasileiro Orville Adalbert-Levy (1851-1915), então chefe da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, convidou Hermann von Ihering para dirigir a seção zoológica da instituição, tornando-se funcionário público do governo do estado de São Paulo (LOPES; FIGUEROA, 2002, pp. 29-30). Mais tarde, o cientista alemão foi convidado a assumir a direção do Museu Paulista, cuja inauguração estava prevista para ocorrer em 1895. Von Ihering aceitou o convite, vislumbrando ali uma grande oportunidade profissional e científica, em um contexto no qual a elite cafeeira paulista desejava simbolizar o seu poder em várias instâncias da sociedade brasileira, inclusive na área da ciência:

Even though Hermann von Ihering and Orville Derby were foreign-born and among those who left the National Museum in Rio, they were nonetheless able continue forging their careers in Brazil. Their success was made possible by the power struggles between the old elite in Rio de Janeiro and the new coffee elite in São Paulo, who tried to bolster their prestige and legitimize their own power. Several provincial museums that were created in Brazil during the late nineteenth century not only challenged the National Museum in Rio on a scientific level, but also hired its foreign scientists to become their new directors. Thus in these regional battles their problems ethnicity was not a hindrance, and for Hermann von Ihering his move to directing São Paulo Museum was a boon. It not only meant moving to a more prestigious position than the one he had been forced to leave, it also allowed him to pursue his own vision of what a natural history museum should be, which contrasted starkly with the one that governed the

National Museum in Rio (RITZ-DEUTCH, 2015, pp. 390-391)<sup>6</sup>.

A gestão de Hermann von Ihering no Museu Paulista foi marcada pelos esforços de tornar a instituição reconhecida no campo científico, mais precisamente, nas áreas de zoologia e biologia. Um grande desafio, levando-se em conta o fato do Brasil não ter uma tradição de incentivo às pesquisas científicas e tampouco contar com universidades. E foi imbuído neste espírito que nasceu o projeto de fundação de uma estação biológica no Alto da Serra.

Hermann von Ihering conheceu a riqueza natural da região do Alto da Serra em 1907, por intermédio do caçador e coletor de plantas alemão, Mathias Wacket, um profundo conhecedor da flora e da fauna da região<sup>7</sup>. Utilizando as matas próximas da estação ferroviária do Alto da Serra, da São Paulo Railway, como laboratório para uma pesquisa científica e, tendo a companhia, além de Wacket, do funcionário do Museu Paulista Ernest Garbe, Ihering escreveu o artigo “*Os machados de pedra dos índios do Brasil e o seu emprego nas derrubadas de mattas*”, publicado na *Revista do Instituto Histórico de S.Paulo*, v. XII<sup>8</sup>, no ano seguinte.

---

6 Embora Hermann von Ihering e Orville Derby fossem estrangeiros e estivessem entre os que deixaram o Museu Nacional do Rio, eles continuaram a construir suas carreiras no Brasil. Seu sucesso foi possibilitado pelas disputas de poder entre a velha elite carioca e a nova elite cafeeira paulista, que tentavam reforçar seu prestígio e legitimar seu próprio poder. Vários museus provinciais que foram criados no Brasil durante o final do século XIX não apenas desafiaram o Museu Nacional do Rio em nível científico, mas também contrataram seus cientistas estrangeiros para se tornarem seus diretores. Assim, nessas batalhas regionais, sua etnicidade problemática não foi obstáculo e, para Hermann von Ihering, sua mudança para dirigir o Museu de São Paulo foi uma benção. Não só significava passar em um cargo de maior prestígio do que aquele que havia sido forçado a deixar, mas também permitir que ele perseguisse sua própria visão do que deveria ser um museu de história natural”. Tradução Mauricio Tintori Piqueira.

7 Segundo Diego Amorim Grola (2014), Wacket integrava uma rede de exploradores da natureza que comercializava exemplares de plantas e animais tidos como raros ou exóticos para o Museu Paulista e outras instituições dedicadas à História Natural na Europa e nos Estados Unidos.

8 A pesquisa e a publicação do artigo são mencionadas no relatório anual do Museu Paulista de 1908, demonstrando que Hermann von Ihering já utilizava a área florestal próxima do Alto da Serra de Paranapiacaba como um laboratório para pesquisas científicas da instituição antes da própria estruturação da estação biológica.



Contudo, a pesquisa não resultou apenas em um artigo científico, mas também a convicção de que o local deveria ser protegido contra as ações de desmatamento que ameaçava a sobrevivência da área remanescente da Mata Atlântica. Tal necessidade foi exposta em uma correspondência ao executivo da companhia ferroviária que detinha o poder político e econômico na região do Alto da Serra, no caso o superintendente da São Paulo Railway, o administrador britânico William Speers:

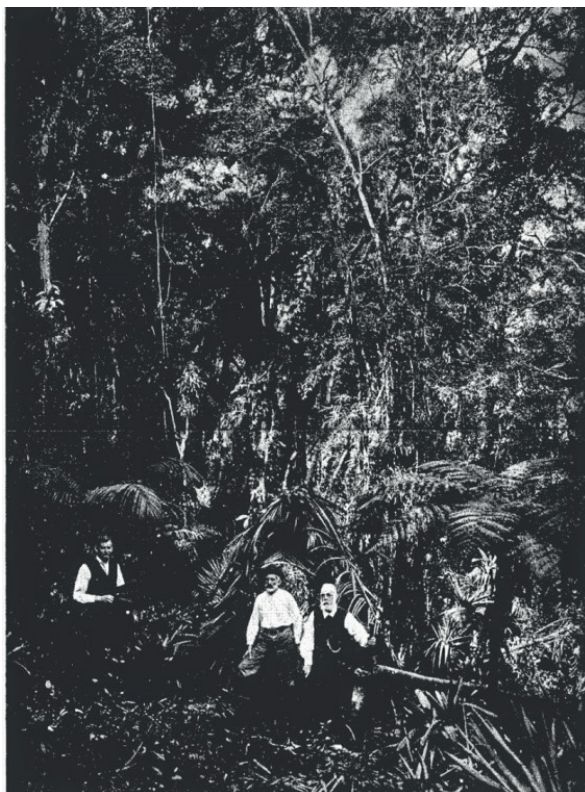
Em repetidas visitas as mattas da Serra tive de observar sempre com pesar, os estragos causados ali nas mattas do Governo<sup>9</sup> por pessoas não auctorisadas. E assim que reparei muitos tocos de arvores cortadas nas terras vizinhas no trecho da linha entre Alto da Serra e Rio Grande. Desappareceram assim estensas mattas e nas que existem abundam os tocos de arvores cortadas.

Em um destes passeios vi uma derrubada de matta e troncos destinados a serem cortados em tabuas. No anno passado cortei em matta do Governo acima da caixa d'agua com empregados do Museu uma pequena roça com machados polidos de pedras sem que ninguem observa-se. Naquella matta viviam diversas familias que só se ocupavam de queimar carvão, e a mesma observação fiz em mattas vizinhas. Os moradores do Alto da Serra a escepção dos empregados da Comp. Ingleza tiram a gosto lenha e madeira das mattas e ninguem os incomoda. No alto da collina atraz da igreja<sup>10</sup> é vasta a região de mattas derrubadas e ainda ali andam bois impedindo o crescimento de novo mato (IHERING, 1908a).

---

9 As terras em questão, na realidade, eram alvo de disputas judiciais em torno de sua propriedade, com alguns moradores do Alto da Serra reivindicando a sua posse. Tanto que, apesar de serem consideradas devolutas, Hermann von Ihering teve que comprar com seus próprios recursos terrenos no Alto da Serra cuja propriedade era reivindicada por particulares.

10 Refere-se a Capela do Bom Jesus de Paranapiacaba, construída em 1884 e que integra ao Patrimônio Histórico-Cultural da Vila de Paranapiacaba.



**Foto 2** – Ernest Garbe, Mathias Wacket e Hermann von Ihering realizando experiências com machados de pedra na Mata Atlântica do Alto da Serra. Fonte: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Volume XII. São Paulo. 1908.

Em resposta à correspondência do diretor do Museu Paulista, William Speers demonstrou o interesse da companhia ferroviária às iniciativas voltadas para a preservação do ambiente natural do Alto da Serra: “comunico a V. Ex. (...) [que] terei muito prazer em facilitar e auxiliar no que for possível, a importante tarefa de resguardar a fauna e a flora da Serra do Mar das depredações de que estão sendo victimas” (SPEERS, 1908). Importante frisar que o interesse da companhia ferroviária britânica na preservação do meio ambiente local relacionava-se à proteção dos mananciais de água na região da Serra do Mar, pois esta era um recurso natural explorado no funcionamento do transporte ferroviário,

tanto das locomotivas como do próprio sistema funicular. Como apontou o engenheiro britânico James Madeley no projeto de duplicação da Linha Inglesa, cujas obras se realizaram entre os anos de 1896 e 1901:

[...] propõe-se desapropriar todo o terreno (de pouco valor) compreendido entre o limite actual do terreno da Companhia e o cume do espigão do qual sobem os novos planos, com o fim de assegurar a propriedade e pureza das águas e nascentes necessárias para o serviço da Companhia, evitando assim que sejam desviadas com prejuízo da linha, alteradas ou sujadas, assegurando igualmente a quantidade necessária para todo o serviço da Companhia no futuro, pois muitos córregos seccam ou diminuião consideravelmente nas épocas de seca (MADELEY, 1896).

Os impactos do desmatamento da Mata Atlântica no Alto da Serra, relativamente próxima as duas principais cidades paulistas da época (São Paulo e Santos) poderiam ter consequências desagradáveis como “modificações do clima e a diminuição de água dos rios e das nascentes, por causa de ininterrompida e insensata destruição [sic] das mattas, que não deixarei de produzir, aqui as mesmas conseqüências desastrosas como em outros paizes” (IHERING, 1910). Pode-se observar, nesta citação, uma preocupação com possíveis mudanças climáticas como consequência da indiscriminada exploração da Mata Atlântica ainda nas primeiras décadas do século XX. Portanto, as preocupações da São Paulo Railway, em não contar com a riqueza hídrica da região do Alto da Serra, eram reais, daí o pronto apoio da companhia britânica às medidas que tivessem como objetivo coibir a derrubada de árvores e o extrativismo vegetal.

Tendo como objetivos ter um local destinado exclusivamente para as pesquisas científicas do Museu Paulista na área da então chamada História Natural (que incluía Biologia, Botânica e Zoologia), e de uma reserva florestal na qual se coibiria a ação depredatória dos extrativistas de madeira, vegetal e outros recursos naturais, Hermann von Ihering propôs ao Governo do Estado de São Paulo a fundação de um parque florestal, embrião de uma estação biológica, no Alto da Serra, cuja administração ficaria a cargo do Museu Paulista. Tal projeto foi exposto da seguinte forma ao Secretário do Interior, em um ofício datado de 1908:

Ao Sr. Secretário do Interior

A posição do Museu em terreno de campos secos pouco favorese os nossos estudos biologicos e n'estas condições sempre nos dirigimos a zona de matos entre Alto da Serra e Raiz da Serra gozando para tal fim de passagem gratuita e favores que agradecemos a Companhia Ingleza. Tive occasião n'estas excursões de contato com verdadeiro pezar os estragos continuos que naquellas magnificas mattas são causadas por gente não auctorizada.

Uns que cortam lenha, outros queimam carvão, ha pessoas que buscam folhas de coqueiros e que cortam palmitos para vender, destruindo as arvores sem aproveitar o tronco. Tiram-se parasitas [ilegível] e matam em caçadas mamíferos e aves que pela maior parte n'em formam um verdadeiro objecto de caça.

Muitos dos animaes de cuja existência naquella região temos conhecimento pelos antigos escriptores, hoje desapareceram e mesmo papagaios e periquitos ali já são raros.

Será tempo de por termo a devastação, de modo que nossa bella natureza e meio n'este sentido seria

aceitas o pedido que hoje estou fazendo de confiar ao Museu em forma de Parque Estadual os terrenos devolutos entre o Alto da Serra e Piassaguera.

Consta-me que a zona do sul e do oeste da Linha Ingleza entre esta e a antiga estrada não só é terreno devoluto mas também isento de intrusos.

Peço pois V.Ex. sobre este assumpto entender-se com o E. Sr. Secretario da Agricultura e providenciar a fim que o dito terreno seja confiado a administração do Museu que n'elle prohibirá os cortes de arvores e palmeiras e também como caçadas, garantindo a conservação da natureza daquellas mattas que se aproveitará para os estudos sobre a fauna e a flora do nosso Estado (IHERING, 1908b).

O contexto parecia propício para a execução de tal empreendimento. O fato de que “a Estação Biologica pode servir de núcleo para este verdadeiro parque estadual, primeiro do Estado e se não me engano primeiro de todo paíz” tornaria a iniciativa pioneira, trazendo holofotes para o estado de São Paulo, em um momento em que, “desde o sul até o norte do Brazil há actualmente uma energica propaganda contra a destruição do valioso capital representado pelas mattas” (IHERING, 1909).

Entretanto, a resposta do Governo do Estado de São Paulo na época foi ambígua: embora reconhecesse a importância de fundar uma estação biológica no Alto da Serra, o Poder Público não queria se comprometer com a ideia, pois havia incerteza quanto à propriedade dos terrenos que compunham à área projetada para compor o futuro parque florestal. Por esta razão, Hermann von Ihering assumiu a responsabilidade de organizar a estação biológica com seus próprios recursos financeiros e esforços visando viabilizá-la. Em outras palavras, a estação biológica no Alto da Serra tornou-se um empreendimento altruístico do diretor do Museu Paulista:

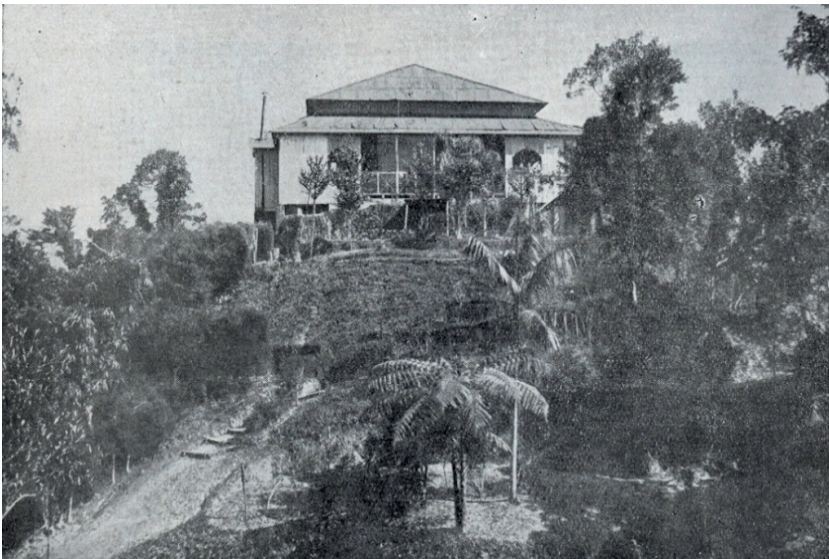
[...] pensou o Dr. Hermann von Ihering em fundar no Alto da Serra uma Estação Biológica, que fosse uma dependência do Museu [Paulista]. O Governo não julgou oportuno tomar a responsabilidade dessa secção, manifestando, entretanto, toda a sua sympathia por aquella idéa. Animado assim por esses sentimentos que encontrava na administração do Estado, metteu hombros à empresa, conseguindo obter donativos em dinheiro e materiais do Estado, de particulares e do próprio Governo Federal [...].

[...] O Dr. Von Ihering jamais conseguiu receber do Estado ou de quem quer que fosse um auxílio pecuniario para o seu custeio. Mas, seria estúpido abandonal-a, depois de tantos sacrifícios; seria mesmo um crime. Começou, então, o Dr. Ihering a fazer o custeio do próprio bolso. E ninguém ignora que, a situação do novo Instituto, completamente isolado no meio do mato, lá no Alto da Serra, exigia pelo menos o salário mensal de um guarda e o respectivo sustento [...]. Jámais procurou o Dr. Von Ihering [...] do Estado qualquer remuneração pelo seu trabalho, nem pela hospedagem de numerosos excursionistas e naturalistas que lá estiveram (RIBEIRO, 1916, p. 24-25).

No decorrer do ano de 1909, Hermann von Ihering correu atrás de donativos particulares, subsídios públicos e outras formas de apoio visando a fundação da estação biológica, inicialmente denominada de Parque Cajurú. Inicialmente, o diretor do Museu Paulista contou com o apoio da São Paulo Railway, através de seu superintendente, William Speers. A companhia ferroviária britânica foi responsável por doar “um terreno de 4.360 metros quadrados, próximo ao Alto da Serra, no qual estão sendo

construídas as casas da estação biológica (...)” (O PAIZ, 1909). Nesta área foram construídas duas casas: a primeira, destinada para a realização de pesquisas científicas denominada de “Casa do Museu”, e a segunda, uma residência destinada para os guardas responsáveis pela segurança do local.

A “Casa do Museu” tornou-se um laboratório não-oficial do Museu Paulista no qual os cientistas realizavam pesquisas na estação biológica, podendo pernoitar no local. O imóvel foi construído aproveitando o material usado pelo “Pavilhão dos Índios”, uma espécie de stand no qual o Museu Paulista, expôs parte do seu acervo relacionado aos povos indígenas na Exposição Nacional realizada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, em 1908. As obras iniciaram-se em abril de 1909, com as duas casas construídas no alto de uma colina que foi batizada por Hermann von Ihering de “Morro Speers”, em homenagem ao superintendente da São Paulo Railway.



**Foto 3** - A Casa do Museu da Estação Biológica do Alto da Serra, construída em 1909 no Morro Speers. Foi a primeira Casa sede da reserva ambiental. Foi demolida nos anos 1930 para dar lugar à Casa do Naturalista. (Fonte: HOEHNE, 1925) (Digitalização: Ingo Grantsau).

Cabe frisar que, além da São Paulo Railway, outras empresas, empresários e membros da burguesia paulista da época doaram dinheiro com o intuito de colaborar com a constituição de uma estação biológica no Alto da Serra. Entre os doadores estavam Eduardo Silva Prates (o Conde de Prates), Armando Álvares Penteado, Francisco Xavier Paes de Barros (o Barão de Tatuí), além do médico Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho. Também, conglomerados industriais como a Francesco Matarazzo & Company, a Theodor Wills Company e a Companhia Paulista das Estradas de Ferro também faziam parte dos doadores (O ESTADO DE S. PAULO, 1912). Tal quadro demonstra que, o atualmente denominado “engajamento social” por parte da iniciativa privada, não é uma prática tão recente no mundo capitalista. Hermann von Ihering também conseguiu subsídios das câmaras municipais de vereadores de São Paulo e Santos, onde contou com o apoio de alguns políticos na árdua tarefa de consolidar uma iniciativa pioneira no campo científico e ambiental no Brasil, como foi o caso do vereador paulistano Augusto Carlos da Silva Telles.



**Foto 4** – Augusto Carlos da Silva Telles, vereador de São Paulo que foi um dos principais apoiadores da fundação da Estação Biológica do Alto da Serra. Fonte: <https://app.acsp.com.br/galeriapresidentes/item-single.html?id=6>. Acesso em: 21 out. 2022.



O apoio da iniciativa privada e de parte da classe política representada pelas câmaras dos vereadores de São Paulo e Santos, deveu-se ao prestígio que Hermann von Ihering tinha na comunidade científica internacional, reconhecido por veículos da imprensa paulista ao repercutirem matérias publicadas em revistas e jornais científicos europeus:

Mesmo antes de estar prompta a estação biológica perto do Alto da Serra, os círculos científicos da Europa já se interessam pelo projecto do dr. Hermann von Ihering. Isto se vê pela seguinte noticia dada pelo jornal botânico *Docflorian*: “Está sendo organizada no Brasil uma estação biológica para exploração do matto tropical. O dr. Hermann von Ihering, director do Museu Paulista, em S. Paulo, angariou, por subscrição entre amigos que se interessavam pela conservação das riquezas naturaes de seu paiz, os necessários meios para comprar, perto do Alto da Serra, um terreno de cerca de cinco kilometros quadrados, apropriado para a fundação de uma estação biológica. Este terreno é de natureza muito variada, abrange o mesmo tambem parcelas de matto brejoso e partes já perfeitamente roçadas, onde se farão ensaios de sylvicultura, e por esta occasião so poderão fazer observações sobre a rapidez no crescimento das diversas arvores e sobre os insectos nocivos a ellas. Já se iniciou a construcção do respectivo edificio, que se compõe de laboratorios, vários aposentos e dependencias. A estação, que é a primeira de sua especie na America do Sul, será posta à disposição não só dos cientistas nacionaes, mas também dos estrangeiros (CORREIO PAULISTANO, 1909).

Para a viabilização da estação biológica, era necessário que o Poder Público assumisse a sua propriedade e administração. Von Ihering comprometeu-se com o Governo do Estado de São Paulo em doar a área que compunha o parque florestal no Alto da Serra. Entretanto, a demora por parte do Executivo Estadual, tornava penosa a manutenção do local devido aos altos custos envolvidos para tal empreendimento. Entre os anos de 1909 e 1913, foram várias as correspondências e ofícios redigidos pelo diretor do Museu Paulista cobrando o Secretário do Interior, Altino Arantes, uma resposta quanto ao seu ofício de doação da Estação Biológica do Alto da Serra ao Governo do Estado de São Paulo:

Exmo. Snr. Dr. Secretario do Interior

Mais uma vez peço a vossa atenção para o assumpto da Estação Biologica do Alto da Serra (...).

Lembro à V.E. que em 1909 o governo do Estado me prometeu aceitar a estação biologica como presente, depois de organisal-a. Eu cumpri com aquella condição, organisando a estação, mas V.E., não acceitou o estabelecimento, temendo duvidas e difficuldades no tocante dos terrenos.

Taes duvidas já não existem mais, visto que as terras por mim compradas dos respectivos possuidores foram declaradas devolutas pela commissão da de discriminação de terras, dando-me títulos de preferencia em relação com outros pretendentes. Entretanto o governo, em vez de responder ao meu officio de dezembro de 1909, me negou as terras por mim compradas no interesse do proprio Estado.

[...]

Tendo reservado ao governo do Estado por todo mez de outubro o direito de aceitar a doação da estação biologica como laboratorio do museu do Estado, estou procedendo de accordo com o compromisso, que tenho para com V.E., e deste modo o governo pode dispor das terras devolutas entre Alto da Serra e Rio Grande conforme seus interesses e combinação commigo (IHERING, 1911).

No ofício acima datado de 1911, Hermann von Ihering cita um outro, o de nº 285, de 7 de dezembro de 1909, no qual “offereço ao Snr. Presidente do Estado como presente a Estação Biologica do Alto da Serra”. Entretanto, quase dois anos depois, von Ihering demonstra um certo desapontamento por não ter tido uma resposta do Executivo Estadual, embora o Presidente do Estado de São Paulo “declarou ser leal-me e ser sua intenção aceitar a offerta de conformidade com o compromisso (...) entendendo, entretanto, dever esperar com a sua decisão até que a questão das terras sejam liquidadas pela respectiva Comissão da Secretaria da Agricultura” (IHERING, 1911). Assim, a lentidão da máquina burocrática do Poder Público era usada como pretexto para a falta de vontade política em apoiar o projeto da estação biológica, conforme apresentado pelo diretor do Museu Paulista.



**Foto 5** – Hermann von Ihering com a esposa, Metta Buff, na Estação Biológica do Alto da Serra, s.d. Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP.

A falta de vontade política por parte do Governo do Estado de São Paulo ficou nítida para Hermann von Ihering, após mudanças ocorridas no comando da pasta da Secretaria da Agricultura, responsável pela discriminação da propriedade de terras. O projeto da estação biológica teve o apoio inicial de Antonio Candido Rodrigues, secretário da Agricultura, entre os anos de 1909 e 1911. Entretanto, o sucessor de Rodrigues, Antonio Padua Salles, demonstrou não ter o mesmo interesse em reconhecer a propriedade de Hermann von Ihering sobre os terrenos que

constituíam a Estação Biológica do Alto da Serra e, tampouco, a doação destes para o Governo do Estado de São Paulo. Isto ficou claro ao interpretar, de forma diversa, o relatório do inspetor de terras Alerino Ernesto Meanda, considerando ser a Prefeitura Municipal de São Bernardo a proprietária dos terrenos no Alto da Serra. Diante destas dificuldades, Hermann von Ihering manifestou, em outra correspondência a Altino Arantes Marques, a intenção de abandonar a estação biológica devido ao fato de seu antecessor na pasta, Carlos Guimarães, ter voltado atrás da promessa feita a ele em 1909, em virtude do citado entendimento de Padua Salles sobre a questão:

Participo a V.Exc. que me vejo obrigado a abandonar a bella Estação Biologica que fundei em Alto da Serra com auxílio dos Governo do Estado e da União bem como muitos capitalista, companhias e Câmaras Municipais. A principal base para tal estabelecimento foi o interesse e o auxilio que me dispensou o vosso digno antecessor, Dr. Candido Rodrigues. Elle me cedeu materiaes do pavilhão dos Indios, o transporte dos mesmos do Rio de Janeiro até o Alto da Serra, as terras devolutas para a respectiva reserva florestal, a conclusão do serviço de discriminação de terras e outros favores entre os quaes figuravam o de pagamento de certa quantia para o pagamento dos carregadores, quantia esta que me foi paga e abonada depois da respectiva prestação de contas.

Tudo se mudou quando Sr. Dr. Padua Salles assumiu a direcção dessa Secretaria. Até me negaram as terras devolutas que tinha comprado das pessoas que as possuíam por titulo de posse, não obstante o parecer favorável da competente secção de terras.

Do outro lado, o Sr. Dr. Carlos Guimarães, então Secretario do Interior, que me tinha promettido formalmente aceitar para o Estado a doação do Instituto, offerecida por mim no officio de 14 de dezembro de 1909, deixou de proceder desta maneira. (IHERING, 1912).

A sobrevivência da Estação Biológica do Alto da Serra estava ameaçada, poucos anos após a sua fundação, apesar de todos os esforços de Hermann von Ihering. O descaso do Poder Público, a aparente perda de interesse de parte dos doadores privados, que apoiaram inicialmente o projeto, e o fim dos subsídios concedidos pelas câmaras de vereadores de São Paulo e Santos, pareciam sinais do fracasso da iniciativa de estabelecer a primeira estação biológica do Brasil e da América do Sul, que não foram desapercibidos pela imprensa paulista:

Não haverá muita gente que saiba da existência duma estação biologica no Alto da Serra. Entretanto, é um estabelecimento utilissimo. Passa quase despercebida a sua existência, quasi ninguém fala dela – mas a estação biológica há anos vem sendo mantida, com reais vantagens para a ciência [...].

Na Serra de Santos, em plena floresta exuberante e magnífica, funda-se um dia uma estação scientifica. A principio, tudo lhe bafeja bem: a estrada de ferro inglesa cede gratuitamente o terreno, enquanto não seja para outro fim senão o scientifico; as subvenções vão surgindo – primeiro auxílio official, secundado logo pelo auxílio dos particulares; e seu fundador, o dr. Hermann von Ihering, já antevê assim uma fase feliz e fácil...

[...] Mas, desgraçadamente, não tardam a chegar dias amargos. As contribuições particulares vão escasseando, e, de escassas, cessam um dia por completo. Do seu lado, os poderes públicos iam o retraindo.

Até que, presentemente, torna-se impossível ao ilustre director do Museu do Estado manter a estação biológica que fundara, - porque o auxílio oficial que tinha, cessará este ano. Assim, nem os municípios da capital e de Santos, nem os particulares, contribuem mais que com um real que seja, para a manutenção da estação biológica do Alto da Serra.

[...] está a definhar e prestes a perecer, um estabelecimento científico de real utilidade - só porque não lhe acode uma palavra de animação. O dr. Ihering já tem feito grandes sacrifícios pela manutenção do estabelecimento [...]. Agora, privado da magra subvenção oficial, o sr. Ihering não terá, absolutamente, meios de manter a estação biológica, e fôrça lhe será fechá-la. Mas é preciso de evitar a todo custo, que isso venha dar-se. Não será apenas o fechamento dum estabelecimento de que muito tem a esperar a ciência. A estação do Alto da Serra é, - ninguém pode negá-lo, - o embrião dum grande parque florestal, que forçosamente há de nascer dela (O ESTADO DE S. PAULO, 1912).

Como última alternativa para tentar salvar a Estação Biológica do Alto da Serra, Hermann von Ihering entrou em contato com o Governo Federal através do Ministério da Agricultura que, segundo alguns conhecidos, estaria interessado em assumir a gestão do parque florestal. Em uma das correspondências enviadas para o então ministro da pasta, Pedro Manuel de Toledo,

von Ihering enfatizou os altos gastos que teve para manter sozinho, o funcionamento do local, que tornaram a sua manutenção inviável, além da importância do Governo Federal em assumir a gestão de um local destinado à preservação do bioma da Mata Atlântica, em um momento no qual o Estado brasileiro era criticado no exterior por ser conivente com a devastação das matas próximas à cachoeira do Iguaçu, no sul do Brasil:

Peço licença de chamar novamente a atenção de V. Exc. no assumpto da Estação Biologica do Alto da Serra.

É agora o terceiro anno que estou pagando pessoalmente o custeio do estabelecimento, na importancia de seis contos de reis por anno. Já disposto a abandonar o estabelecimento em começo deste anno, não o fiz em vista da communição de dois amigos que em meu nome procuraram a V. Exc. e que me participaram a vossa intenção de seguir o exemplo de vossos dignos antecessores conceder-me por este exercício uma subvenção. Não tendo-se dado este caso e não tendo recebido resposta alguma por parte de V. Exc., peço resolver com urgência do assumpto, visto que não é possível continuar ainda com estes sacrificios pessoaes. O inspector do estabelecimento, pessoa muito apropriada por seus conhecimentos locais e techinicos, não estará mais as minhas ordens, se não houver uma solução prompto do assunto. Dando-se o caso que o terreno em que estam [sic] construidas as respectivas casas, me foi cedido pela Companhia Ingleza e que o mesmo reverterá a ella em caso de abandono e tendo-me aquella Companhia declarado que não lhe serviam os respectivos edficios, não me



restão outro recurso do que destruí-las por fogo no fim deste anno. Nesta occasião serão perdidos dezoito contos que empreguei com o custeio e na conservação deste estabelecimento como serão também perdidos os dez contos que esse Ministério me deu de subvenção. Mas muito maior será a perda que soffrerão credito do paiz no estrangeiro, onde a primeira e até agora única estação biologica do Brazil já está bem conhecida e tem muitos amigos. Acontece que o Brazil neste momento está o objecto de severas e justas criticas pelo corte das mattas na beira da cachoeira do Iguassú, onde as respectivas terras cahiram em mãos de especulador ao passe que no lado argentino a organização do respectivo parque nacional se adianta.

O caso me parece bastante importante para que V.Exc. o submetta à apreciação do Exm. Snr. Presidente da Republica [...].

Certo de que o interesse que V. Exc. me mostrou pelo meu empreendimento e pelo qual confesso muito grato, permanece inalterado, peço a V.Exc. dar solução ao assumpto com a maior urgência afim de evitar o abandono e a perda completa de tão valoroso instituto scientifico brasileiro (IHERING, 1913).

De forma estratégica, o diretor do Museu Paulista ensaiava em desistir da Estação Biológica do Alto da Serra, ao menos tempo que a oferecia para o Governo Federal mas, ainda insistindo com o Governo do Estado de São Paulo, visando cumprir o compromisso estabelecido em 1909. Assim, em abril de 1913, o Governo do Estado de São Paulo assumiu a propriedade da Estação Biológica do Alto da Serra:

O sr. ministro da Agricultura officiou o sr. secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas deste Estado [São Paulo], agradecendo-lhe a boa vontade com que o governo de S. Paulo secunda os esforços da União em prol da agricultura no Brasil. O sr. dr. Pedro de Toledo levou, outrosim, ao seu conhecimento que o governo federal, procurando corresponder a tão louvável attitude, desiste, em favor deste Estado, da aquisição da estação biologica do Alto da Serra (CORREIO PAULISTANO, 1913).

Entretanto, o desfecho desta intrincada questão desagradou Hermann von Ihering, pois o Governo do Estado de São Paulo preferiu deixar o Serviço Florestal como responsável pela administração da estação biológica, e não o Museu Paulista, como havia sido acordado anteriormente. O zoólogo alemão teve que se contentar em receber uma indenização do governo estadual visando cobrir os gastos que ele teve para a administração e manutenção do local entre os anos de 1909 e 1912:

Na Procuradoria Fiscal do Estado vae ser lavrada a escriptura de doação que o sr. dr. Hermann von Ihering faz ao Governo do Estado da Estação Biologica do Alto da Serra, devendo ser paga a indenização de 16:696\$000, correspondente às bemfeitorias, ao doador.

A Estacção Biologica será annexada ao Serviço Florestal do Estado (CORREIO PAULISTANO, 1913).

Além disso, Hermann von Ihering expressou seu descontentamento ao fato do Museu Paulista (e, conseqüentemente, ele próprio) não serem mais responsáveis pela administração da Estação Biológica do Alto da Serra, tanto na imprensa paulista quanto nos relatórios do Museu Paulista. Ihering publicou um artigo

no jornal *O Estado de S. Paulo*, criticando o fato de uma instituição burocrática, sem qualquer caráter científico, ser responsável pela administração de uma estação biológica rica em seu bioma e, portanto, um vasto campo para estudos científicos:

[...] Seria maior a minha satisfação se o estabelecimento fundado pelo director deste Museu [Museu Paulista] para este intuito e outros congêneres tivesse sido anexado ao Museu do Estado. Tendo o Governo do Estado tomado outra resolução e subordinado a Estação Biologica ao Serviço Florestal, a mesma não mais existe para mim. Entendo que um laboratório biológico deve achar-se sob a direcção effectiva de um naturalista competente e não sob a douma de uma repartição de character tecnico-administrativo (IHERING, 1913).

De forma mais aprofundada, no Relatório do Museu Paulista de 1913, Hermann von Ihering expressou sua indignação em relação às decisões tomadas pelo Governo do Estado de São Paulo:

[...] Uma lamentável perda para o trabalho científico do Museu representa o desmembramento da Estação Biologica do Alto da Serra. A mesma em começo do anno passou a ser propriedade federal, dependente do Ministério da Agricultura, visto como o Governo do Estado nada resolveu sobre a doação que lhe fazia. Pouco depois, porem, o Secretario da Agricultura manifestou desejo de ter a dita Estação e as mattas nelle comprehendidas sob sua direcção. Apoz accordo com o Governo federal, passou o dito estabelecimento a depender do serviço florestal do Estado. Deste modo, desligado do Museu, a Estação Biologica, que durante quatro annos prestou optimos

serviços ao estudo da flora e da fauna da extensa região chamada serra do Mar, deixou de ser útil a ciência e particularmente ao Museu. Também vários cientistas estrangeiros que pretendiam utilizar-se de tão magnífica oportunidade para fazer estudos em plena natureza, deixaram de realizar este seu intento. É pois de lastimar, por todos os motivos, que tão propícia ocasião de desenvolver os estudos biológicos, após tanto trabalho, tanta despesa, tenha malogrado. Um estabelecimento mais científico não pode florescer senão sob uma direcção competente de especialistas. Isto é novamente provado pelo descalabro da Estação Biológica que hoje não presta serviço algum. Um dos naturalistas parisienses que aqui compareceu para entregar-se ao estudos naquella estação, retirando-se em vista da deplorável situação do estabelecimento, escreveu-me de S. Catharina para onde daqui seguiu uma carta na qual muito lamentou o fracasso da Estação Biológica cuja importancia para a exploração biológica do país reconheceu em termos lisonjeiros (IHERING, 1913).

As críticas ácidas de Hermann von Ihering não passaram despercebidas pelo Governo do Estado de São Paulo. Alvo de um processo administrativo aberto em dezembro de 1915, repleto de acusações que incluíam o desvio das coleções de conchas e fósseis do Museu Paulista para o exterior, uma suposta fraude em relação à doação da Estação Biológica do Alto da Serra para o Governo do Estado de São Paulo, que teria sido adquirida pelo Poder Público através de uma transação comercial com o próprio zoólogo alemão, requerimento de pagamento de materiais não recebidos pelo Museu Paulista em um suposto esquema de desvio de verba pública, má gestão financeira e tentativas de desviar

coleções numismáticas e de lesmas marinhas do Museu Paulista, além de manter correspondência suspeita com estrangeiros interessados em receptor tais coleções (RIBEIRO, 1916). Apesar de inocentado no processo, Hermann von Ihering foi demitido do cargo do diretor do Museu Paulista em 1916, em um contexto marcado por um crescente antigermanismo decorrente da entrada do Brasil na I Guerra Mundial (1914-1918), do lado da Tríplice Entente contra a Tríplice Aliança liderada pela Alemanha.

## Considerações finais

As origens da atual Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba deixam claro diversos aspectos. O primeiro a ser destacado é a longa duração da busca pelo desenvolvimento sustentável, praticamente um século antes de tal conceito tornar-se o centro dos debates em torno dos destinos da humanidade e do planeta Terra. Nas décadas finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, já havia discussões em torno de medidas visando a preservação de florestas (no caso do presente artigo, da Mata Atlântica na região da Serra do Mar) e evitar a mudança climática. O engajamento de Hermann von Ihering na árdua tarefa de fundar uma pioneira estação biológica no Brasil e América do Sul relaciona-se, não apenas ao interesse científico, mas a preocupação em preservar remanescentes da Mata Atlântica contra a ação depredatória do extrativismo. Isto revela a importância de preservar, como patrimônio cultural, a Reserva Biológica do Alto da Serra do ponto de vista histórico.

O segundo aspecto importante relaciona-se às próprias ações de empresas privadas e de parte da burguesia paulista com a causa ambiental, representada, não apenas pelas doações financeiras, mas também pela atuação da São Paulo Railway, através da doação de terrenos e transporte gratuito de materiais do Museu

Paulista (localizado no bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo) até o Alto da Serra, através da até então chamada Linha Inglesa. Tais interesses estavam incutidos dentro de uma racionalidade capitalista preocupada com a preservação de recursos naturais como a água, explorada pela companhia ferroviária britânica para o funcionamento do sistema funicular e de suas locomotivas.

Por fim, cabe destacar os conflitos entre um cientista que, embora exercendo um cargo administrativo, colocava o exercício da ciência em primeiro lugar, apesar de todos os empecilhos colocados pela burocracia estatal em um país, até então (e ainda hoje), carente em investimentos na produção científica. No decorrer de sua trajetória à frente do museu, o zoólogo alemão teve que enfrentar diversos dissabores decorrentes da estrutura estatal burocrática e a morosidade de seus procedimentos e de parcos investimentos estatais em pesquisa científica. Fora o fato da grande diferença cultural entre um gestor metódico e racional e políticos formados em um patriarcalismo marcado pela prevalência de interesses pessoais em detrimento do bem público e relações autoritárias. Assim:

[...] Ihering was an easy target. Many non-German Brazilians did not like him. They found him hard to approach. He surrounded himself with German scientists, spoke Portuguese with a German accent, and had a reputation for being a stern Prussian with a Protestant work ethic that caused him to work when his Brazilian staff and colleagues were taking (Catholic) holidays off. He was hard on his colleagues, but he was even harder on himself, and his highly regimented and tireless work habits were legendary. While that work ethic undoubtedly contributed to his tremendous professional success – his covered position, his impressive research

and his many publications – it also evoked jealousy and contempt, and few lamented his dismissal, except, perhaps, those who might have been dismayed by the museum's in Brazil.<sup>11</sup>

Os conflitos inerentes a este choque cultural que motivaram uma relação tensa com a máquina burocrática estatal do Governo do Estado de São Paulo, ficaram patentes no processo que envolveu a criação da Estação Biológica do Alto da Serra, onde a morosidade e a falta de apoio colocaram em cheque um pioneiro projeto de preservação do meio ambiente e de sua utilização exclusivamente para pesquisas científicas.

### Fontes primárias

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 27 de junho de 1909. Acervo do Museu Paulista.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 07/04/1913. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&Pesq=%22alto%20da%20serra%22&pagfis=28594](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&Pesq=%22alto%20da%20serra%22&pagfis=28594). Acesso em: 04 jun. 2022.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15/06/1913. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&Pesq=%22alto%20da%20serra%22&pagfis=29326](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&Pesq=%22alto%20da%20serra%22&pagfis=29326). Acesso em: 04 jun. 2022.

---

11 “[...] Ithering era um alvo fácil. Muitos brasileiros não-alemães não gostavam dele. Eles o achavam uma pessoa difícil de se conviver. Ele se cercava de cientistas alemães, falava português com sotaque alemão e tinha fama de ser um prussiano severo com uma ética do trabalho protestante que o levava a trabalhar quando seus funcionários e colegas brasileiros estavam de férias (católicos). Ele era duro com seus colegas, mas era mais duro consigo mesmo, e seus hábitos de trabalho altamente regimentados e incansáveis eram lendários. Embora essa ética do trabalho, sem dúvida, tenha contribuído para seu tremendo sucesso profissional – sua posição cobiçada, sua pesquisa impressionante e suas muitas publicações – também evocou ciúme e desprezo, e poucos lamentaram sua demissão, exceto, talvez, aqueles que iriam ficar desanimados com o declínio posterior do museu”. Tradução Mauricio Tintori Piqueira.

HOEHNE, F.C. *Album da Secção de Botanicado Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Methodista, 1925.

IHERING, Hermann von. Os machados de pedra dos índios do Brazil e o seu emprego nas derrubadas de mattas, São Paulo: *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, vol. XII, 1908.

IHERING, Hermann von. *Carta direcionada ao superintendente da São Paulo Railway Co., William Speers*, 11/02/1908. Acervo de correspondências do Fundo do Museu Paulista (a).

IHERING, Hermann von. *Carta direcionada ao Secretário do Interior do Estado de São Paulo*, 16/07/1908. Acervo de correspondências do Fundo do Museu Paulista (b).

IHERING, Hermann von. *Carta direcionada ao Secretário do Interior do Estado de São Paulo*, 04/10/1909. Acervo de correspondências do Fundo do Museu Paulista (b).

IHERING, Hermann von. *Carta direcionada a William Speers*, 03/02/1910. Acervo de correspondências do Fundo do Museu Paulista.

IHERING, Hermann von. *Carta direcionada ao Secretário do Interior do Estado de São Paulo*, 22/08/1911. Acervo de correspondências do Fundo do Museu Paulista.

IHERING, Hermann von. *Carta direcionada ao Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo*, 16/10/1912. Acervo de correspondências do Fundo do Museu Paulista.

IHERING, Hermann von. *Carta direcionada ao Secretário do Interior do Estado de São Paulo*, 05/11/1912. Acervo de correspondências do Fundo do Museu Paulista.

IHERING, Hermann von. A estação biológica do Alto da Serra. *O Estado de S. Paulo*, 18/11/1912.

IHERING, Hermann von. O fim da Estação Biologica do Museu Paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13/10/1913.



IHERING, Hermann von. *Relatório Annual de 1913*. Acervo do Fundo Museu Paulista.

MADELEY, James C. Memória Justificativa dos Planos e Orçamentos da Duplicação da Linha Actual com Novos Planos Inclinados. *Representação ao Exm. Sr. Ministro da Viação* – Relativa ao projeto da Companhia para a duplicação da sua linha, para a construção de novos planos inclinados na Serra do Mar e para as obras, de accôrdo com as disposições do contracto com o Governo Federal de 17 de julho de 1895. São Paulo: São Paulo Railway Company. Acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo Mário de Andrade, Fundo Paula Souza. PSe. 896.06.12.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 05 de maio de 1909. Acervo da Biblioteca do Museu Paulista.

RIBEIRO, Abrahão. *Em Defesa ao Dr. Hermann von Ihering, Director do Museu Paulista*. São Paulo: Secção de Obras do Estado de S.Paulo, 1916. Acervo da Biblioteca do Museu Paulista.

SPEERS, William. *Carta em resposta ao ofício de 01 de agosto de 1908, de Hermann von Ihering*. Acervo de correspondências do Fundo Museu Paulista.

## Referências

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. *São Paulo Railway – Histórico da Linha – Estação Campo Grande*. São Paulo, 07 de janeiro de 2021. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/campogrande.htm>,. Acesso em: 09 jun. 2022.

GROLA, Diego Amorim. O comércio de espécies na formação das coleções de História Natural do Museu Paulista, 1894-1916. *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em [https://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1343911806\\_ARQUIVO\\_artigo\\_diego\\_grola.pdf](https://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1343911806_ARQUIVO_artigo_diego_grola.pdf). Acesso em: 27 mai. 2022.

KLEEB, Suzana. Paranapiacaba e o Patrimônio Histórico e Urbano. In FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello; SILVA, Ronaldo André Rodrigues da (Orgs.). **Paranapiacaba**: um patrimônio para a humanidade. São Paulo: Editora Marquise, 2014.

LOPES, Maria Margaret; FIGUERÔA, Sílvia Fernanda de. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Hiering (1850-1930). In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. N. Ser. V. 10/11, p. 23-35, 2002-2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/JQjbtZj5CrBTJmBCnQ4zcPS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 mai. 2022.

RITZ-DEUTCH, Ute. Hermann von Ihering: shifting realities of a German-Brazilian Scientist from the Late Empire to World War I. **German History**, v. 33, n. 3, August 27, 2015, pp. 385-404. Disponível em: [https://www.academia.edu/33249586/Hermann\\_von\\_Ihering\\_Shifting\\_Realities\\_of\\_a\\_German\\_Brazilian\\_Scientist\\_from\\_the\\_Late\\_Empire\\_to\\_World\\_War\\_I](https://www.academia.edu/33249586/Hermann_von_Ihering_Shifting_Realities_of_a_German_Brazilian_Scientist_from_the_Late_Empire_to_World_War_I). Acesso em: 02 ago. 2022.

# EXPLORANDO A INTERDISCIPLINARIDADE DA SOCIOLOGIA: UMA JORNADA PELO CONHECIMENTO

**Douglas Alves Fidalgo**

A consciência da complexidade nos faz compreender que não poderemos escapar jamais da incerteza e que jamais poderemos ter um saber total: 'a totalidade é a não verdade'.

Edgar Morin

## **Introdução: uma disciplina que sua essência é interdisciplinar**

A Sociologia é uma disciplina vasta e multifacetada que busca compreender os padrões, instituições e interações sociais que permeiam a vida em sociedade. Embora possa ser considerada uma Ciência Social autônoma, a Sociologia encontra-se profundamente entrelaçada com uma série de outras disciplinas, resultando em uma riqueza de perspectivas e *insights* que enriquecem nosso entendimento do mundo social. Enquanto muitas vezes é ensinada como uma matéria separada, sua verdadeira essência reside na interdisciplinaridade, conectando-se a uma variedade de campos do conhecimento. Como disciplina acadêmica, é

frequentemente considerada uma Ciência Social que estuda os padrões, instituições e relações sociais que moldam a vida em sociedade. No entanto, seu escopo vai além das fronteiras tradicionais, estendendo-se a várias outras disciplinas e campos do conhecimento.

É claro que a relação entre a Sociologia e outras disciplinas nem sempre ocorre de forma simples e pacífica, muitas vezes é conflituosa na busca constante de novos conhecimentos, ou seja, em constante progresso pessoal de uma e outra, como bem afirma Braudel:

Há uma crise geral nas ciências do homem; todas elas se encontram esmagadas pelos seus próprios progressos, mesmo que isso seja devido apenas à acumulação de novos conhecimentos e à necessidade de um trabalho coletivo, cuja organização inteligente ainda está por estabelecer; direta ou indiretamente, todas se vêem afetadas, queiram-no ou não, pelos progressos das mais ágeis entre elas, ao mesmo tempo que continuam, no entanto, lutando com um humanismo retrógrado e insidioso, incapaz já de lhes servir de ponto de referência. Todas elas, com maior ou menor lucidez, se preocupam com o lugar a ocupar no conjunto monstruoso das antigas e recentes investigações, cuja necessária convergência se vislumbra (BRAUDEL, 1990, p. 7).

Nesta perspectiva, todas essas áreas do conhecimento estão em constate progresso, com o surgimento diário de nossos caminhos, desafios, soluções, porém “o problema está em, saber como as ciências do homem irão superar estas dificuldades” que reside “em definir os seus objetivos, métodos e superioridades” (BRAUDEL, 1990, p. 7). Acredito que, ao mesmo tempo em que essa questão surge como um problema, ela também pode ser vista como uma

oportunidade para a interdisciplinaridade dessas áreas do conhecimento que estamos abordando neste trabalho. Assim, não será a proposta desse trabalho definir de forma exaustiva o conceito e a importância da interdisciplinaridade (uma vez que muitos têm tentado resolver esse trabalho hercúleo), porém partimos do pressuposto, não apenas da importância, como também da necessidade da interdisciplinaridade com forma de obter, não apenas melhores respostas a determinadas indagações, mas também a criação de novos caminhos que possibilitaram uma formação mais ampla e robusta de novos pesquisadores.

Dessa forma nos propomos a explorar essa interdisciplinaridade, destacando como a Sociologia se conecta e dialoga com várias áreas do conhecimento como História, Ciências Políticas, Psicologia, Economia, Geografia e Ciências Naturais, entre muitas outras. Ao mergulhar nessas interações, esperamos fornecer uma visão um pouco mais ampla e aprofundada da importância da interdisciplinaridade, tanto para a Sociologia, como para as demais áreas do saber e seu impacto no conhecimento humano e no desenvolvimento acadêmico, tanto de discentes e docentes em todo o mundo.

## **Conectando-se com a história: compreendendo o passado para entender o presente**

Iniciaremos nossa caminhada abordando a relação entre a Sociologia e a História, pois as duas disciplinas têm uma relação intrínseca, uma vez que buscam compreender os fenômenos sociais em diferentes contextos temporais. Enquanto a História nos fornece um registro dos eventos passados, a Sociologia nos ajuda a entender as razões por trás desses eventos e como eles moldaram as sociedades ao longo do tempo. Por exemplo, ao estudar a Revolução Industrial, podemos, não apenas analisar os avanços tecnológicos da época, mas também explorar como essas mudanças

afetaram as estruturas sociais e econômicas das sociedades burguesas europeias da época em questão (HOBSBAWM, 1998). Dessa forma, podemos perceber como essas disciplinas se complementam de maneira significativa.

Pois, ao combinar essas disciplinas, os determinados pesquisadores<sup>1</sup> podem analisar, não apenas os acontecimentos históricos, mas também os impactos sociais e culturais desses eventos, fornecendo uma visão mais completa e contextualizada do passado e do presente. Neste sentido, o sociólogo Peter Berger explicita essa ideia afirmando que a Sociologia é a ciência que pretende entender o que os seres humanos fizeram de uns com os outros (Berger, 1985); já a história fornece o contexto temporal necessário para que o pesquisador possa desvendar essa relação entre os homens. Ou seja, fica claro que, um campo do conhecimento está intimamente ligado ao outro, assim, podendo afirmar que nenhuma disciplina, talvez exceto a antropologia, é tão intimamente ligada como a história à sociologia e a sociologia à história. VALLE (2021, p. 118), descrevendo essa percepção de pertença ao analisar a obra de Norbert Elias, a qual ela menciona que o autor “buscou na abordagem histórica de longa duração elementos para fundamentar e orientar sua reflexão sociológica, o que exigia manter um equilíbrio, ainda que inconsistente, entre sociologia histórica e história de longa duração.” O historiador Roger Chartier escrevendo o prefácio do livro *Sociedade de Corte* de Elias, diz:

Elias opõe, com efeito, termo a termo, a sociologia tal como a prática – produtora de um saber seguro, rigoroso, acumulável – e a história, perdida nos caminhos sem saída do relativismo”.

---

1 Aqui estamos nos referindo como pesquisadores aos discentes e docentes dos campos da sociologia e da história integralmente, mostrando a importância dessa interdisciplinaridade e como ela ajuda na construção do saber de ambas as disciplinas mencionadas.

[...]

É contra tal procedimento que Elias define seu projeto, qualificado de sociológico. Sua diferença em relação à história não se deve absolutamente à situação cronológica dos fenômenos considerados: a sociologia não consiste, ou pelo menos não exclusivamente, no estudo das sociedades contemporâneas, mas deve dar conta das evoluções de longa, até mesmo de muito longa, duração, as quais permitem compreender, por filiação ou diferença, as realidades do presente. Seu objeto e plenamente histórico, no sentido em que se situa (ou pode se situar) no passado, mas seu procedimento em nada é histórico, já que não diz respeito a indivíduos, supostamente livres e únicos, mas às posições que existem independentemente deles e às dependências que regulam o exercício de sua liberdade. Estudar não um rei em particular, mas a função de rei, não a ação de um príncipe, mas a rede de pressões na qual ela está inscrita: eis, segundo Elias, o próprio princípio da análise sociológica e a especificidade primordial que a distingue fundamentalmente da abordagem histórica (CHARTIER, 2001, p. 7).

Portanto, podemos afirmar que, a relação entre Sociologia e História é uma das mais fundamentais para ambas as disciplinas. Ao saber que a História se concentra na narrativa dos eventos passados e a Sociologia busca entender as razões subjacentes a esses eventos e como eles moldam a sociedade contemporânea, os pesquisadores podem, de forma mais ampla e consciente, conseguir, não apenas remontar como eram as relações sociais de determinada sociedade em determinado período, mas também, explicar como elas foram se moldando ao longo do processo histórico até chegar aos dias atuais.

Utilizando o pensamento de Max Weber, um dos fundadores da Sociologia moderna, no qual enfatizou a importância dessa interação ao afirmar que a Sociologia, que deve ser a ciência da ação social, não pode ignorar o conhecimento histórico (WEBER, 2009). Pois a Sociologia utiliza os *insights* da História para contextualizar e explicar os padrões sociais e culturais observados em uma determinada sociedade. Como afirma Mills:

Talvez a maioria dos historiadores se preocupe com a “comprovação dos fatos” necessária à compreensão da transformação histórica das instituições sociais, e com a interpretação desses fatos, habitualmente por meio de narrativas. Muitos historiadores, além disso, não hesitam em tomar, para seus estudos, qualquer área da vida social. Seu alcance identifica-se, assim, com a amplitude da ciência social, embora, como outros cientistas sociais, possam especializar-se em história política ou econômica, ou em história das idéias. Na medida em que os historiadores estudam tipos de instituições, tendem a dar ênfase às modificações ocorridas dentro de certo período de tempo, e a trabalhar de forma não-comparada. O trabalho de muitos cientistas sociais que se ocupam de tipos de instituições tem sido, ao contrário, mais comparado do que histórico. Mas sem dúvida essa diferença é apenas de ênfase e especialização, dentro de uma mesma tarefa comum (MILLS, 1969, p. 157).

Uma vez que, sendo essa diferença apenas de ênfase e *especialização*<sup>2</sup>, podemos perceber que, tanto a Sociologia, quanto a História, são disciplinas complementares, auxiliando uma à outra

---

2 Crivo do autor.



na busca de determinado conhecimento. Ainda, por exemplo, podemos citar que, ao se analisar os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, a Sociologia pode recorrer à História para entender o legado da escravidão e da segregação racial, bem como os eventos históricos que levaram à mobilização social e política de inúmeras pessoas, entidades sociais e órgãos públicos durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 (KARNAL, MORAIS, FERNANDES, PURDY, 2007). Fatores estes, que não apenas impactaram a sociedade estadunidense da época, mas que, até os dias de hoje, tem de certa forma, moldado as relações sociais (muitas vezes ainda de forma muito radical entre as diferentes partes) dessa nação. Como afirmou Marx (2010, p. 13) “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem tal como querem; não a fazem em circunstâncias que tenham escolhido por si mesmos”, cabendo aqui, a relação entre as disciplinas para elucidar essas questões implícitas uma à outra.

Por fim, essa interação entre Sociologia e História, não apenas enriquece nosso entendimento do passado, mas também lança luz sobre os desafios e as possibilidades do presente. Ao reconhecer os padrões históricos de mudança e continuidade, a Sociologia pode contribuir para a construção de políticas públicas e práticas sociais individuais e coletivas que buscam abordar questões contemporâneas, como desigualdade, discriminação e conflito social, indicando possíveis caminhos para a superação destas mazelas que insistem em permanecerem vivas nas sociedades contemporâneas.

## A interação entre a Sociologia e as Ciências Políticas

O leitor deve estar percebendo que a proposta do texto em questão é inferir a Sociologia como uma disciplina ‘coringa’, a qual possibilita se relacionar com diferentes campos do saber. Assim, prosseguiremos nossa caminhada relacionando, neste

momento, a Sociologia com as Ciências Políticas, que estão intimamente ligadas, pois ambas examinam o funcionamento e a organização das sociedades humanas. Enquanto a Sociologia se concentra nos aspectos sociais e culturais, as Ciências Políticas investigam o poder, a governança e a tomada de decisões em uma sociedade. Juntas, essas disciplinas nos ajudam a compreender como as instituições políticas e as relações de poder influenciam as interações sociais e moldam a vida cotidiana. MILLS (1969, p. 37), afirma que “Os homens agem uns com os outros e uns contra os outros. Cada qual leva em conta o que os outros esperam. Quando essas expectativas mútuas são suficientemente definidas e duráveis, damos-lhes o nome de padrões”, e é, a esses padrões que, tanto a Sociologia quanto as Ciências Políticas buscam elucidar.

Portanto, essa relação entre a Sociologia e as Ciências Políticas é fundamental para compreender a dinâmica do poder, da governança e das relações sociais em uma sociedade. Enquanto as Ciências Políticas se concentram nas estruturas de governo e nas tomadas de decisão, a Sociologia investiga como essas estruturas e decisões são influenciadas pelas relações sociais e pela cultura. Ao integrar essas disciplinas, os pesquisadores podem analisar criticamente as instituições políticas e as dinâmicas sociais que moldam a vida em comunidade. Analisemos a seguinte colocação:

A vida política não acontece apenas dentro do esquema ortodoxo dos partidos políticos, da votação da representação em organismos legislativos e governamentais. O que geralmente ocorre é que alguns grupos percebem que esse esquema impossibilita a concretização de seus objetivos ou ideais, ou mesmo os bloqueia efetivamente (GIDDENS, 2005, p. 356).

Podemos perceber que as instituições estão postas e as relações são definidas, porém, efetivamente, vemos a existência de

conflitos que tensionam esse funcionamento e, muitas vezes, acabando por levar o sistema a crises, rupturas e até mesmo (em casos extremos), momentos revolucionários. Aqui entra a interdisciplinaridade entre a Sociologia e as Ciências Sociais, pois uma ajuda a outra a superar sua limitação e complementam as limitações da outra na busca de entendimento do fenômeno estudado. Dessa forma, a relação entre a Sociologia e as Ciências Políticas é complexa e essencial para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas das diferentes sociedades atuais.

Weber abordou essa interação afirmando que política é uma luta pelo poder, seja para se obter, conservar ou aumentar o próprio poder ou para impor o poder sobre os outros (WEBER, 2012). Essa visão se entrelaça com a compreensão sociológica das estruturas sociais e das relações de poder dentro da sociedade. A relação entre Sociologia e Ciências Políticas é crucial para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que estão evidentes e em constante tensão. Karl Marx, um dos clássicos da Sociologia, argumentou que a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes (MARX, ENGELS, 2005).

Em épocas anteriores da história, encontramos por quase toda parte uma estratificação completa da sociedade em diferentes estamentos, uma variegada gradação das posições sociais. Na Roma Antiga, temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, mestres de corporação, aprendizes e servos, além de outras gradações especiais no interior de quase todas essas classes.

A moderna sociedade burguesa, nascida do ocaso da sociedade feudal, não aboliu tais antagonismos de classes. O que ela fez foi apenas colocar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.

Nossa época, porém, a época da burguesia, se caracteriza por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide mais e mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes frontalmente opostas: a burguesia e o proletariado (MARX, ENGELS, 2005, p. 26).

Essa visão histórica coloca as relações de classe no centro da análise sociopolítica, enfatizando a importância das estruturas de poder na organização da sociedade. Quando aplicamos essa perspectiva à interação entre Sociologia e Ciências Políticas, torna-se evidente como as relações de classe influenciam as dinâmicas políticas e sociais. A Sociologia contribui para uma análise crítica das instituições políticas, investigando como as relações de poder são estabelecidas e mantidas dentro da sociedade. Por exemplo, ao examinar a participação política em democracias contemporâneas, a Sociologia pode analisar, como fatores como classe social, gênero, raça e educação afetam o envolvimento cívico e a representação política. Essa abordagem revela as disparidades no acesso ao poder político e ajuda a identificar formas de democratizar e tornar mais inclusivos os processos políticos.

Exemplificando um pouco mais essa relação e troca entre as disciplinas, podemos fazer referência à análise que o sociólogo GAXIE (2012) fez do perfil dos parlamentares eleitos para a Assembleia Nacional da França. Essa análise ficou conhecida como “a lógica social do recrutamento”, que serve de base para se analisar todas as outras democracias representativas pelo mundo. Sua análise leva a três conclusões importantes sobre o recrutamento político: *primeira* – quanto mais importante for o cargo político disputado, mais elitizado será seu ocupante<sup>3</sup>; *segunda* – quanto

---

3 Importante destacar que a análise feita pelo autor busca um padrão de comportamento que foi por ele quantificado para referendar suas conclusões. Isso não significa que esse padrão é rígido e inalterável dentro da dinâmica social, assim em algum momento essas conclusões podem tomar rumos diferentes daquilo que foi proposto pelo autor. Um exemplo foram as eleições brasileiras do presidente Lula (2002, 2006 e 2022) e do presidente Bolsonaro (2018), dois presidentes eleitos que não prestigiavam de posições elitizadas da sociedade brasileira.

maior o número do contingente de uma classe social, menor sua capacidade de consolidação representativa; e *terceira* – quanto mais definido o perfil ideológico do partido, mas específico o perfil de seus eleitores. Embora essa análise seja feita sobre uma estrutura política específica, suas conclusões ajudam no entendimento de diferentes estruturas, mas que tem bases comuns.

Podemos concluir que essa abordagem interdisciplinar, não apenas enriquece nosso entendimento das instituições políticas, mas também, lança luz sobre as tensões e os desafios enfrentados pela democracia moderna. Ao reconhecer as complexidades das relações de poder, a Sociologia pode informar o desenvolvimento de políticas públicas que buscam promover a igualdade, a justiça e a participação dos indivíduos na sociedade, a fim de se alcançar uma cidadania plena dos membros de uma determinada sociedade.

## A relação interdisciplinar entre a Psicologia e a Sociologia

Prosseguindo em nossa tarefa, queremos agora alçar um ‘voo mais alto’, mostrando como a Sociologia e a Psicologia muitas vezes se sobrepõe, especialmente no estudo do comportamento humano e da identidade social. Enquanto a Psicologia se concentra nos processos mentais individuais, a Sociologia examina como esses processos são moldados e influenciados pelo ambiente social e como os fatores sociais, as normas culturais e as estruturas de poder, afetam o comportamento humano em larga escala. Por exemplo, ao explorar o fenômeno da conformidade social, podemos analisar, tanto os fatores psicológicos que levam as pessoas a se conformarem, quanto às normas sociais que incentivam esse comportamento. Assim, integrar essas disciplinas, permite uma compreensão mais profunda das complexidades do comportamento humano e das relações sociais.

Nesse sentido, a interação entre a Psicologia e a Sociologia revela *insights* profundos sobre o comportamento humano e as interações sociais, oferecendo perspectivas complementares sobre o comportamento humano e as dinâmicas da sociedade. Enquanto a Psicologia se concentra nos processos mentais individuais, como percepção, cognição e emoção, a Sociologia investiga como esses processos são influenciados e moldados pelo ambiente social. Por exemplo, ao examinar a questão da violência doméstica, a Psicologia pode analisar os padrões de comportamento abusivo em nível individual, enquanto a Sociologia explora os fatores sociais e culturais que contribuem para a perpetuação desse fenômeno em nível sistêmico.

A interdisciplinaridade entre Sociologia e Psicologia é frequentemente evidenciada em estudos de caso e pesquisas empíricas que empregam uma abordagem mista de métodos qualitativos e quantitativos. Por exemplo, em estudos sobre pobreza e desigualdade social, os pesquisadores podem combinar análises psicológicas das experiências individuais de privação e marginalização com análises sociológicas das estruturas econômicas e políticas que perpetuam essas disparidades<sup>4</sup>. Essa abordagem holística oferece percepções mais completas sobre as causas e consequências da pobreza e da desigualdade, informando políticas e intervenções mais eficazes.

Um dos muitos exemplos que podemos citar neste momento (e que julgamos ser um dos mais explícitos) sobre a interdisciplinaridade dessas disciplinas que estamos tratando, é a obra

---

4 Para exemplificar o que estamos propondo citamos a obra do sociólogo canadense Erving Goffman (1922-1982) chamada "Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada" (1963), pois vincula atributos e estereótipos a formas de estigmatização, de maneira a compreender como eles são criados e manipulados, e quais os seus efeitos nas interações sociais. Deixando clara a relação entre a Sociologia e as percepções da Psicologia. Porém, vale reforçar que não é a proposta do autor trabalhar a interdisciplinaridade entre elas, mas a leitura da obra vai deixando pistas significativas e evidentes dessa relação tão importante entre as áreas do conhecimento.

O *Suicídio*, texto clássico da sociologia, escrito por Émile Durkheim, que foi publicado pela primeira vez em 1897. Nesta obra, Durkheim apresenta uma análise pioneira sobre o fenômeno do suicídio, que vai além das explicações puramente individuais e psicológicas, buscando compreender o suicídio como um fenômeno social, influenciado por fatores coletivos e estruturais. Segundo o autor,

Chama-se de suicídio todo o caso de morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato, positivo ou negativo, executado pela própria vítima e que ela sabia que deveria produzir esse resultado (DURKHEIM, 2000, p. 5).

Aqui, podemos constatar que Durkheim argumenta que o suicídio não é apenas uma questão pessoal, mas também reflete aspectos da estrutura social em que os indivíduos estão inseridos. Ele propõe uma abordagem sociológica para entender as taxas de suicídio, investigando as relações entre os indivíduos e a sociedade em que vivem. Uma das contribuições mais significativas de Durkheim em *O Suicídio*, é a distinção entre três tipos de suicídio, com base nos diferentes graus de integração social e regulação social<sup>5</sup>, sendo eles:

**Suicídio Egoísta:** quando os indivíduos se sentem desconectados ou isolados da sociedade. É mais comum em sociedades onde há baixa integração social, como em períodos de mudança social rápida ou em comunidades onde as relações sociais são fracas. O suicídio egoísta é mais provável de ocorrer quando os laços

5 Deixemos claro que essa obra clássica da sociologia é do século XIX e por este motivo tem muitas limitações quando abordamos este tema atualmente, pois a sociedade mudou significativamente. Assim não negando as muitas mudanças que a sociedade contemporânea sofreu da época que essa obra foi escrita até os dias atuais. Entretanto é inegável sua relevância e importância, pois além de ser uma obra que abordava uma temática inédita, traz também consigo percepções e conclusões de grande relevância para diversas áreas do conhecimento e da própria sociedade no geral.

sociais são frágeis e as pessoas se sentem desenraizadas ou solitárias. Já o **Suicídio Altruísta**, ocorre quando os indivíduos têm uma conexão excessivamente forte com o grupo social ao qual pertencem. Em sociedades altamente integradas, onde os interesses do grupo são colocados acima dos interesses individuais, o indivíduo pode se sentir obrigado a se sacrificar pelo bem do grupo. O suicídio altruístico pode ocorrer, por exemplo, em culturas onde o ato é visto como um ato honroso ou em situações em que os indivíduos são pressionados a se sacrificar por uma causa coletiva. Por fim, o **Suicídio Anômico**, que ocorre em situações de anomia, quando as normas sociais se tornam confusas, inconsistentes ou inadequadas para regular o comportamento dos indivíduos. O autor associa o suicídio anômico a períodos de rápida mudança social, como crises econômicas ou períodos de transição social. Quando as pessoas se sentem desorientadas devido à falta de normas sociais claras, elas podem recorrer ao suicídio como uma forma de escapar da confusão e da incerteza (DURKHEIM, 2000).

Além de sua análise dos tipos de suicídio, Durkheim também examina vários fatores sociais que influenciam as taxas de suicídio, como religião, sexo, idade, estado civil e ocupação. Ele demonstra como esses fatores estão relacionados à integração social e à regulação social e como podem afetar as taxas de suicídio de maneiras diferentes. O *Suicídio*, de Durkheim, é uma obra seminal que estabeleceu as bases para uma abordagem sociológica do suicídio. Sua análise profunda e suas conclusões continuam a ser influentes na sociologia e em outras disciplinas como a própria Psicologia até os dias de hoje, proporcionando *insights* importantes sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade. Como afirma ARON (1999, p. 298) “o estudo do suicídio trata de um aspecto patológico das sociedades modernas, e revela do modo mais marcante a relação entre o indivíduo e a coletividade”, assim,



demonstrando como os indivíduos são impactados pela realidade em que estão inseridos.

## A Sociologia e as perspectivas econômicas

Em continuidade a nossa proposta, queremos, neste momento, falar de como a Sociologia e a Economia se complementam, oferecendo uma visão abrangente das interações entre as pessoas e os sistemas econômicos. Enquanto a Economia se concentra na produção, distribuição e consumo de bens e serviços, a Sociologia examina como esses processos econômicos são moldados por estruturas sociais, culturais e políticas. Ao estudar questões como desigualdade de renda e mobilidade social, podemos combinar visões das duas disciplinas para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas.

Neste caminho, podemos afirmar que a Sociologia e a Economia se entrelaçam na análise das estruturas sociais e econômicas que sustentam uma sociedade. Segundo Marx (2013), as relações sociais são intimamente ligadas às forças produtivas disponíveis em uma sociedade. Essa perspectiva ressalta a importância da interação entre fatores econômicos e sociais, na compreensão das desigualdades e das dinâmicas de poder dentro da sociedade. Segundo o autor:

Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais (MARX. 2013, p. 30).

Ao fazer essa afirmação, Marx está argumentando que as mudanças na sociedade são impulsionadas, principalmente, pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelas contradições

inerentes às relações sociais de produção. Por exemplo, o avanço tecnológico (uma mudança nas forças produtivas) pode levar a transformações nas relações de produção. Se uma nova tecnologia reduz a necessidade de mão de obra, os trabalhadores podem perder seus empregos ou ter seus salários reduzidos, o que pode gerar conflitos e tensionar as relações sociais dentro da sociedade.

Assim, tanto a Sociologia quanto a Economia, não apenas se interessam nesse tema, como também são sensivelmente influenciadas pelos resultados dessa transformação. Uma vez que, a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas requer uma análise cuidadosa das relações entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, destacando como esses elementos interagem e influenciam a vida das pessoas em uma determinada sociedade. Podemos, assim, afirmar que a interdisciplinaridade entre Sociologia e Economia também é fundamental para o desenvolvimento de soluções eficazes para os problemas sociais e econômicos enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Ao combinar essas perspectivas das duas disciplinas, podemos identificar políticas e intervenções que abordam, não apenas os aspectos econômicos, mas também as dimensões sociais dos problemas, promovendo, assim, uma abordagem mais holística e sustentável para o desenvolvimento social e econômico.

Portanto, a relação entre a argumentação apresentada e a interdisciplinaridade da Sociologia com a Economia, reside na capacidade dessas disciplinas de se complementarem mutuamente, oferecendo uma compreensão mais rica e abrangente das dinâmicas sociais e econômicas em uma sociedade. Essa abordagem integrada é essencial para enfrentar os desafios complexos e interconectados enfrentados pelo mundo contemporâneo. Para exemplificar de forma prática nossa afirmação, em 2015, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico), que é formada por países que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social no mundo, escreveu um relatório no chamado *Brazil Policy Brief*, sob o título de *Desigualdade e Pobreza: melhorando as políticas para reduzir a desigualdade e pobreza*, no qual faz uma análise do período que levou à melhora nos índices econômicos e sociais do Brasil e, fazendo, ainda, outras recomendações para garantir a permanência dessas conquistas. Eles afirmaram que:

No Brasil, os gastos sociais e a tributação desempenham um papel menor na redução da desigualdade do que na maioria dos países da OCDE. O desafio hoje é investir com maior vigor em instrumentos mais efetivos de combate à desigualdade. Em particular, isto significa dar uma prioridade maior ao aumento do gasto em transferências condicionais de renda e ao aumento da progressividade do sistema fiscal (OCDE, 2015, p. 1).

Neste tipo de estudo, os pesquisadores analisam os efeitos das políticas fiscais, como impostos e transferências sociais, sobre a desigualdade de renda e a pobreza no país membro da OCDE. Eles examinaram como as mudanças nas políticas fiscais, ao longo do tempo, influenciaram a distribuição de renda e a situação socioeconômica dos indivíduos e famílias no Brasil. Assim, os resultados do estudo demonstram que políticas fiscais, como sistemas progressivos de impostos de renda (Economia) e programas de transferência de renda (Sociologia), têm um impacto significativo na redução da desigualdade e na mitigação da pobreza. Ressaltando a importância da interdisciplinaridade entre a Sociologia e a Economia, e como elas se complementam em prol da melhora nas condições econômicas e de vida da sociedade.

## A Sociologia e a Geografia: explorando a relação entre espaço e sociedade

Neste momento, falaremos sobre a interação entre a Sociologia e a Geografia, que é fundamental para entender a relação entre o espaço geográfico (espaço que sofre a ação do homem) e as estruturas sociais. Enquanto a Sociologia investiga as interações sociais e culturais dentro de uma sociedade, a Geografia analisa determinados fatores geográficos (como localização, clima, recursos naturais, econômicos e políticos) influenciam essas interações. Ao combinar essas disciplinas, os alunos podem examinar como as características geográficas de uma região afetam sua economia, política e cultura, proporcionando uma compreensão mais ampla dos processos sociais e ambientais que moldam o mundo ao nosso redor.

Henri Lefebvre, pensador francês, que desenvolveu estudos sobre o espaço urbano e a produção do espaço social, observou que o espaço físico não é um recipiente neutro, mas um meio de reprodução de relações sociais (LEFEBVRE, 2006). Essa perspectiva ressalta a influência das características geográficas na organização social e nas dinâmicas de poder dentro de uma sociedade. Diz Lefebvre,

O espaço (social) é um produto (social). Essa proposição parece próxima da tautologia, portanto da evidência. Contudo, é preciso examinar de perto, vislumbrar suas implicações e consequências, antes de aceitá-la. Muitas pessoas não aceitaram que, no modo de produção atual e na “sociedade em ato” tal como ela é, o espaço tenha assumido, embora de maneira distinta, uma espécie de realidade própria, ao mesmo título e no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital. Outras, diante

desse paradoxo, procuraram provas. Visto que o espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência {poder} – mas que ele escapa parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem (LEFEBVRE, 2006, p. 51).

Nessa percepção, o autor constrói seu pensamento afirmando que o espaço social, muito mais que uma forma subjetiva de pensamento, é uma forma real da ação dos indivíduos que passam a disputar o seu controle entre si. Continua ele,

As forças sociais e políticas (estatistas) que o engendraram tentam controlá-lo e não conseguem; aqueles mesmos que levam a realidade espacial em direção a uma espécie de autonomia impossível de dominar se esforçam para esgotá-lo, para fixá-lo e o subjugar. Esse espaço seria abstrato? Sim, mas ele também é “real”, como a mercadoria e o dinheiro, essas abstrações concretas. Ele seria concreto? Sim, mas não da mesma maneira que um objeto, um produto qualquer. Ele é instrumental? Decerto, mas, como o conhecimento, ele transcende a instrumentalidade. Ele seria redutível a uma projeção – a uma “objetivação” do saber? Sim e não: o saber objetivado num produto não coincide mais com o conhecimento teórico. O espaço contém relações sociais (LEFEBVRE, 2006, p. 51).

Dessa forma, podemos perceber como a Geografia também desempenha um papel na formação da cultura e identidade de uma comunidade em um determinado espaço social. Assim, as características geográficas de uma região podem influenciar as práticas culturais, os padrões de assentamento e a identidade das pessoas

que ali vivem. Por exemplo, o clima e a paisagem natural podem influenciar as atividades econômicas predominantes, como agricultura ou turismo, e moldar as tradições e costumes locais. Ao integrar uma análise sociológica, podemos entender como esses aspectos geográficos contribuem para a formação da identidade coletiva e das relações sociais dentro de uma comunidade.

Utilizemos, neste momento, um pouco do pensamento de Milton Santos, renomado geógrafo brasileiro, que contribuiu significativamente para o entendimento de muitos conceitos que se relacionam diretamente com a Sociologia. Citemos o conceito da territorialidade e sua relação com os problemas sociais. A territorialidade, em sua abordagem, refere-se à forma como diferentes grupos sociais se apropriam, ocupam e atribuem significado aos espaços geográficos (SANTOS, 1998). Santos argumenta que, a territorialidade não é apenas uma questão física, mas também uma construção social e cultural, influenciada por relações de poder, identidade e práticas cotidianas: O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico (SANTOS, 2013, p. 139). Dessa forma, o conceito de “território”, vai além de uma delimitação geográfica e inclui as relações sociais, políticas, econômicas e simbólicas que ocorrem em um determinado espaço. Ele destaca que os territórios são produzidos e reproduzidos por meio das práticas sociais e das relações de poder que se manifestam neles. Essa perspectiva nos permite entender como problemas sociais estão intrinsecamente ligados à organização territorial da sociedade.

Desta forma podemos concluir que a interação entre Sociologia e Geografia também é crucial para abordar os desafios socioambientais enfrentados pelo mundo contemporâneo. Ao compreender como as atividades humanas interagem com o ambiente geográfico, podemos analisar questões como mudanças climáticas,

degradação ambiental, urbanização desordenada e desigualdades espaciais. Essa abordagem integrada permite identificar soluções que considerem, tanto as dimensões sociais quanto as ambientais dos problemas enfrentados. Portanto, a relação entre essas duas disciplinas é fundamental para uma compreensão abrangente das interações entre espaço geográfico e sociedade. Ao combiná-las, podemos analisar como as características geográficas de uma região influenciam as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, proporcionando uma visão mais completa dos processos socioambientais que moldam o mundo ao nosso redor.

## **A Sociologia e as Ciências Naturais: abordando desafios contemporâneos**

Para finalizarmos, abordaremos, agora as Ciências Naturais e a Sociologia que, embora possam parecer disciplinas distantes, sua interação é crucial para o entendimento e elucidação dos muitos desafios contemporâneos, como mudanças climáticas, saúde pública e desenvolvimento sustentável. Pois, enquanto as Ciências Naturais fornecem uma compreensão dos processos biológicos e físicos que governam o mundo natural, a Sociologia investiga como esses processos interagem com as estruturas sociais e econômicas da sociedade. Ao integrar essas perspectivas, discentes e docentes podem desenvolver soluções mais abrangentes e sustentáveis para os problemas globais que enfrentamos hoje.

Por este motivo, a interdisciplinaridade entre a Sociologia e as Ciências Naturais é essencial para abordar desafios contemporâneos. Ulrich Beck (2011), em sua obra *Sociedade de Risco*, argumentou que a modernidade está sempre em uma espécie de crise auto-induzida. Não que, em épocas anteriores, não houvesse “riscos civilizatórios”, entretanto, destaca Beck, que a modernidade acentuou esses males, assim segundo o autor,

É de se notar, porém, que as ameaças de então, à diferença das atuais, agastavam somente o nariz ou os olhos, sendo, portanto, sensorialmente perceptíveis, enquanto os riscos civilizatórios atuais tipicamente escapam à percepção, ficando pé sobretudo na esfera das fórmulas físico-químicas (por exemplo, toxinas nos alimentos ou a ameaça nuclear). Uma outra diferença está relacionada a esse caso. Naquela época, elas podiam ser atribuídas a uma **sub**provisão de tecnologia higiênica. Hoje, elas têm sua causa numa **super**produção industrial. Os riscos e ameaças atuais diferenciam-se, portanto, de seus equivalentes medievais, com frequências semelhantes por fora, fundamentalmente por conta da **globalidade** de seu alcance (ser humano, fauna, flora) e de suas causas **modernas**. São riscos da modernidade. São um **produto de série** do maquinário industrial do progresso, sendo **sistematicamente** agravados com seu desenvolvimento ulterior (BECK, 2011, p. 26).

A visão de Beck sobre a sociedade moderna que corre um grande risco, destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para lidar com os desafios contemporâneos, especialmente aqueles relacionados aos riscos ambientais e tecnológicos. Uma vez que, os riscos que a sociedade enfrenta são frequentemente invisíveis e globalizados. Ao contrário dos perigos sensorialmente perceptíveis do passado, como poluição visível ou odores desagradáveis, os riscos atuais, muitas vezes se manifestam de maneiras sutis e insidiosas, como toxinas em alimentos ou ameaças nucleares. Esses riscos não são facilmente detectados pelos sentidos humanos e podem ter consequências catastróficas em uma escala global.



Diante da complexidade e da gravidade dos riscos contemporâneos é essencial integrar perspectivas sociológicas e científicas na compreensão e na resolução desses problemas. Isso porque os desafios que enfrentamos, como mudanças climáticas, ameaças nucleares e degradação ambiental, exigem uma compreensão, não apenas das causas tecnológicas e ambientais, mas também das dimensões sociais, políticas e econômicas envolvidas. Uma abordagem interdisciplinar permite uma compreensão mais ampla dos impactos sociais e culturais dos riscos contemporâneos. Além de considerar os aspectos científicos e tecnológicos dos problemas, é importante analisar como esses riscos afetam diferentes grupos sociais de maneiras desiguais, exacerbando desigualdades existentes e criando formas de vulnerabilidade.

Sob essa perspectiva, podemos mencionar um sociólogo e economista estadunidense, que é amplamente reconhecido por enfatizar que os problemas ambientais afetam desproporcionalmente os pobres, esse autor é Robert D. Bullard. Bullard é considerado um dos pioneiros no campo da justiça ambiental e é conhecido por sua pesquisa sobre as disparidades ambientais baseadas em raça e classe. Em sua obra, *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality* (1990), argumenta que as comunidades de baixa renda e minoritárias, muitas vezes, enfrentam uma carga desproporcional de poluição e degradação ambiental. Ele demonstra, empiricamente, como essas comunidades são mais propensas a viver em áreas próximas a fontes de poluição, como aterros sanitários, instalações industriais e rodovias, e sofrem consequências negativas para a saúde e qualidade de vida como resultado dessa condição. Ele, assim destaca como fatores socioeconômicos, como a falta de acesso a recursos e influência política limitada contribuem para a vulnerabilidade dessas comunidades aos impactos ambientais adversos. Assim, suas conclusões, que se utilizam tanto da Sociologia, quanto de dados empíricos das

Ciências Naturais, são fundamentais para aumentar a conscientização sobre as disparidades ambientais e para advogar por políticas e práticas que promovam a justiça ambiental e equidade social.

## **Conclusão: Ampliando horizontes por meio da interdisciplinaridade**

Em síntese, a Sociologia é uma disciplina que se beneficia enormemente da interdisciplinaridade, integrando-se a uma variedade de campos do conhecimento para oferecer uma compreensão mais profunda e abrangente da sociedade humana. Ao explorar suas conexões com a História, com as Ciências Políticas, com a Psicologia, com a Economia, com a Geografia e com as Ciências da Natureza, tanto discentes e docentes dessas diferentes áreas do conhecimento podem desenvolver habilidades analíticas e críticas essenciais para compreender e enfrentar os desafios complexos do mundo contemporâneo. A interdisciplinaridade da Sociologia, não apenas enriquece o aprendizado acadêmico, mas também nos capacita a navegar de forma mais informada e reflexiva em um mundo cada vez mais interconectado.

Ela também contribui para o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas essenciais. Pois, ao trabalhar em conjunto com outras disciplinas, os estudantes e profissionais da Sociologia são desafiados a pensar de forma mais ampla, a questionar pressupostos e a analisar problemas sob múltiplas perspectivas e diferentes prismas, fortalecendo, assim, sua capacidade de avaliar criticamente informações e propor soluções inovadoras. Uma vez que, os desafios enfrentados pelo mundo contemporâneo são cada vez mais complexos e interconectados.

Problemas como desigualdade social, mudanças climáticas, migração, saúde pública e desenvolvimento sustentável exigem uma abordagem integral que leve em consideração uma variedade

de fatores e disciplinas. A interdisciplinaridade da Sociologia permite que os estudiosos e profissionais abordem esses problemas de forma mais completa e eficaz, promovendo, assim, uma compreensão mais informada e reflexiva dos desafios enfrentados pela humanidade. Dessa forma, ao integrar conceitos e métodos de outras disciplinas, a Sociologia se torna uma ferramenta poderosa para a análise crítica e a reflexão sobre o mundo que nos cerca, capacitando estes a adquirirem uma visão mais abrangente e holística do mundo ao seu redor e preparando-os para enfrentar os desafios complexos e interconectados que século XXI tem apresentado a todos nós.

## Referências

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológicos**. Tradução de Sérgio Bath, 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística; trad. de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis, Vozes, 1986. 204p.

BULLARD, Robert D. 2000. **Dumping in Dixie**: Race, Class, and Environmental Quality. 3rd Edition. Westview Press.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Trad.: Rui Nazaré. 6ª. Ed., Lisboa, Editorial PRESENÇA. LDA, 1990.

CHARTIER, R. Prefácio. Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 7-25.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**: estudo de sociologia. Trad. Monica Stahel, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, p. 165-208, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522012000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=en). Acesso em: 18 fev. 2024.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. trad.: Sandra Regina Netz. 4ª Ed.; Porto Alegre: Artmed, 2005.

KARNAL, Leandro; MORAIS, Marcus Vinícius de; FERNANDES, Estevam; PURDY, Sean. *História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2007.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

MARX, Karl. *O Capital* [livro 1]: crítica da economia política, o processo de produção do capital Tradutor: Enderle, Rubens, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad.: Nélío Schneider, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Trad.: Álvaro Pina, 1ª Ed., 4ª reimpressão, São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1969.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território*: globalização e fragmentação. 4ª Ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

SANTOS, Milton. *O espaço da cidadania e outras reflexões*. (organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins). Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

## SOBRE OS AUTORES

**Agenor Bevilacqua Sobrinho** é Doutor em Artes Cênicas pelo CAC/ECA-USP. Filósofo, dramaturgo, diretor, ator e escritor. É autor de *Atualidade/utilidade do trabalho de Brecht. Uma abordagem a partir do estudo de quatro personagens femininas* [teatro: teoria e crítica], *A Lente* [teatro adulto], *A Guerra de Yuan* [literatura: ficção científica] e *O Rato Pensador* [teatro infanto-juvenil] (todos pela Editora Cia. Fagulha), além de diversos artigos sobre arte crítica, teatro, política e sociologia em revistas especializadas, como *A resistível ascensão de Bushad'óleo* (Margem Esquerda n. 5, Boitempo Editorial), *Bertolt Brecht nos EUA: um refugiado anticapitalista na pátria do capital* (Rebento: Revista de Artes do Espetáculo, v. 5, 2015) e *A respeito de Ensaio sobre Brecht, de Walter Benjamin* (Revista Dramaturgia em foco, v. 2, n. 2, p. 151-156, 2018). É pesquisador do Grupo de Pesquisa “Estudos histórico-críticos e dialéticos de teatro estadunidense e brasileiro” (CNPq).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5293844363452549>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4528-8776>

**Alfredo Oscar Salum** é Doutor em História Social (USP) foi professor do curso Educação em Direitos Humanos\UFABC e orientador de TCC em Gestão Pública\UNIFESP. Trabalhou em várias entidades particulares como PUC-SP, Uninove e UNIABC nos cursos de História e Pedagogia. Experiência como coordenador de curso e grupos de pesquisa institucional. Pesquisador do NEHO\USP e GEINT. Autor dos livros: *Zé Carioca vai a Guerra* (Editora Pulsar); *Revolucionários ou tiranos* (Editora Todas as Musas) e *Corinthians e Palestra Itália: Futebol em terras Bandeirantes* (Editora Todas as Musas) e diversos artigos sobre Educação, História Contemporânea e História do Futebol.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6843257540411400>

**Carlos Bauer** é professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE), da Universidade Nove de Julho (Uninove) e Pesquisador de Produtividade (PQ), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: professorcarlosbauer@googlemail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1031-5631>

**Cristina Toledo de Carvalho** é graduada em História pela Universidade do Grande ABC (UniABC), mestre e doutora em História Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Entre 2003 e 2021, foi historiadora da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. É autora do livro *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*, publicado em 2015 pela referida instituição, da qual é integrante de sua Comissão Editorial.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6199391885132678>

**Douglas Alves Fidalgo** é Mestre em Ciências da Religião na área de concentração em Ciências Sociais e Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Pós-graduado em Filosofia Contemporânea e História pela Universidade Metodista de São Paulo, em Educação para o Ensino Superior pela UNIP e em História e Teologia do Protestantismo no Brasil pela FTBSP. Graduado e licenciado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7406931137178449>

**Fernando Santos da Silva** é Doutor e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Artes e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGEAHC-UPM). Especialista em Educação pela Universidade Paulista (UNIP). Possui graduação em História, em Geografia e em Pedagogia. É autor de *Maria Antônia: um retrato além da moldura* [Appris, 2019]; *Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na República Velha* [Schoba, 2012]. Em parceria, organizou coletâneas relacionadas às áreas de Educação, História e Literatura. Membro-pesquisador da Rede

Internacional de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo e Academia Popular de Letras do Grande ABC.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0276221669905609>  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3825-962X>

**João Balogh Júnior** é Pós-graduado em Educação pela Universidade Paulista (UNIP), graduado em História pela Universidade do Grande ABC (UniABC), cursou Engenharia da Computação pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Foi professor na Educação Básica e em cursos voltados à tecnologia. Atualmente, dedica-se as áreas de logística e transporte.

**Marcel Mendes** é doutor em História Social (USP-2005), Mestre em Educação, Arte e História da Cultura (UPM-1999) e Engenheiro Civil (UPM-1971), foi professor da Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) por mais de três décadas e seu diretor ao longo de 10 anos não consecutivos. Exerceu, durante 11 anos, o cargo de Vice-Reitor da UPM. Nas áreas humanas e sociais, tornou-se Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, tendo também sido seu Coordenador. Foi Diretor do Centro de Educação, Filosofia e Teologia da UPM e Chanceler Interino da Instituição. Docente-pesquisador nos campos de História da Cultura, História da Ciência & Tecnologia, História do Protestantismo no Brasil, é também Vice-presidente da Academia Mackenzista de Letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fez parte do Conselho Editorial da Editora Mackenzie e do Comitê Científico do Fundo Mackenzie de Pesquisa-Mackpesquisa. É pesquisador-líder do Centro Histórico e Cultural Mackenzie e Servidor Emérito do Instituto Presbiteriano Mackenzie. É membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Engenharia, em São Paulo. Autor dos livros *Mackenzie no Espelho*, *Tempos de Transição*, *Arquitetura Mackenzie: Mestres da Transformação*, coautor de outras obras, é autor de capítulos de livros e artigos em periódicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6182477842336805>  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3878-5221>

**Mauricio Tintori Piqueira** é pós-doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Artes e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGEAHC-UPM). Doutor em Ciências Sociais, Mestre em História Social e Especialista em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado com Licenciatura em História pela Universidade do Grande ABC (UniABC). Bacharel em Administração com ênfase em Comércio Exterior pela Universidade de São Caetano do Sul (USCS). Historiador da Prefeitura Municipal de Santo André-SP, atualmente trabalhando na Vila de Paranaíacaba. Professor do Centro Paula Souza, lecionando nas Escolas Técnicas Júlio de Mesquita, em Santo André, e Lauro Gomes, em São Bernardo do Campo. Professor Universitário com passagens pelas instituições de ensino superior Fundação Santo André, Faculdades Integradas de Ribeirão Pires e Faculdade de Direito de Santo André. Co-autor do livro *História do Estado de São Paulo*, volume 3, Governo e Municipalidade, organizado por Nilo Odalia e João Ricardo de Castro Caldeira. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-1582-9247>

**Murilo Leal Pereira Neto** é professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), do Departamento Multidisciplinar do campus Osasco e do programa de pós-graduação História e deslocamentos, do campus Guarulhos. Possui Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional (UFRJ). Doutor e mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP), instituição no qual, graduou-se (Licenciatura e Bacharelado) em História. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: esquerda, partidos, trotskismo, populismo e sindicato. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2117921097498002> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8013-8007>

**Norberto Stori** é livre-docente em Artes Visuais pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutor e Mestre em Comunicação em Artes pela



Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Graduado em Desenho e Plástica pela Faculdade de Comunicações e Artes da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Professor Adjunto do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pesquisador em Artes, Curador Independente e Artista Plástico.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9008340653385020>

**Romeu Lages Silva** é graduado em História pela Universidade do Grande ABC (UniABC) e em Administração Hospitalar pela Fundação Santo André (FSA). cursou Tecnólogo em Telecomunicações pelo Centro Universitário Senador Fláquer. Especialista em Gerenciamento de Projeto pelo Instituto Talent, em Fundamentos de Finanças pelas Faculdades IBEMEC de São Paulo e Matemática Financeira pelo SENAC. Por mais de três décadas, atuou no setor de telecomunicações em empresas como Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC) e Telefônica (pós privatização), nas áreas financeiras, de negócios, de interconexão e planejamento estratégico. Desde 2012, é professor de História da Educação Básica do Estado de São Paulo, atuando prioritariamente na cidade de Santo André. Atualmente desenvolve suas pesquisas nos seguintes campos do conhecimento: História Regional, com ênfase na história das “Olarias” que construíram a cidade de Santo André e História Cultural, com destaque ao cantor e compositor João Rubinato, mais conhecido como Adoniran Barbosa.

**Rosângela Patriota** é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Artes e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bolsista Produtividade do CNPq. Professora Titular Aposentada da Universidade Federal de Uberlândia. É editora da *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. É coordenadora do GT Nacional de História Cultural da ANPUH e da Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo. Publicou *Vianinha – um dramaturgo no coração de seu tempo* (São Paulo: Hucitec, 1999); *A Crítica de um Teatro Crítico* (São Paulo: Perspectiva, 2007), *Teatro Brasileiro: ideias de uma história* (em coautoria com J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva,

2012); *História e Teatro: discussões para o tempo presente* (São Paulo: Edições Verona, 2013) e *Antonio Fagundes no Palco da História: um ator* (São Paulo: Perspectiva, 2018), entre outros. Organizou inúmeros coletâneas. Publicou vários capítulos de livros e artigos em periódicos especializados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8434935867197930>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1330-1905>

**Sandra Lia Spaletta Severino** é graduada em Pedagogia pelas Faculdades Associadas do Ipiranga (FAI), em Geografia pelas Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG) e em Estudos Sociais pela Universidade São Marcos (USM). Coursou a Escola Normal e o antigo Magistério no Colégio Mackenzie. Foi professora da Educação Básica do Estado de São Paulo por mais de três décadas no Ensino Fundamental I e II, atuando também no Ensino Médio. Ocupou a Direção e Vice-direção de escolas estaduais da Diretoria de Ensino – Região Centro Sul. Coordenou o Centro Cívico de São Paulo. Aposentada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, dedica-se atualmente a aulas particulares de alfabetização e reforço escolar.

**Vanessa Zinderski Guirado** é doutora e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Especialista Formação de Professores com Ênfase no Magistério Superior pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP-SPO). Graduada em Letras Português-Inglês (FMU) e Automação de Escritórios e Secretariado (FATEC-SP). É integrante dos Grupos de Estudo e Pesquisa: de Formação de Educadores e Políticas Públicas; do Núcleo de Estudos de História da Cultura, Sociedades e Mídias e do grupo Interdisciplinar de Estudos Culturais e Linguagens na Contemporaneidade. Pesquisadora da Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3179745671500441>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8973-0952>

Na complexa trama educacional, permeada pelo estabelecimento de relações, pela implementação de tecnologias, pela contínua apresentação de propostas e abordagens que transpassam e expressam aspectos da sociedade atual, pode-se constatar que nem sempre conseguimos identificar as contribuições feitas por aqueles que nos acompanham na jornada do conhecimento, pois, na busca por realização profissional, status, ego, notoriedade e enaltecimento de valores, muitas vezes, deixamos de reconhecer a importância daqueles que contribuíram em nossa formação, em especial, o(a) professor(a).

Diante do conceito da interdisciplinaridade, que abrange as complexidades e peculiaridades da formação na educação, os fenômenos sociais envolvidos nessa prática, além dos históricos e culturais, esta coletânea traz elementos que denotam a educação, a formação acadêmica, as ciências humanas e o próprio significado do termo: a ideia de construir pontes entre disciplinas e seus conhecimentos interligados.

Ao reunir um seleto grupo de autores, Fernando Santos da Silva, além de homenagear, rememora a importância que cada um dos autores teve em sua formação. O resultado é uma obra plural e densa que aponta múltiplas reflexões, ampliando o horizonte do objetivo maior da educação que é formar melhores cidadãos.

Boa Leitura!

Profa. Esp. Ana Paula Soares Neri

